



# Formulário de Referência 2022



# ÍNDICE

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO</b>	<b>5</b>
1.1 - Declaração do Presidente	6
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	7
<b>2 - AUDITORES</b>	<b>8</b>
2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos auditores independentes	8
2.3 - Outras informações relevantes	11
<b>3 - INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS</b>	<b>12</b>
3.1 - Informações Financeiras – Consolidado	12
3.2 - Medições não contábeis	13
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	18
3.4 - Política de destinação dos resultados	19
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	23
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	24
3.7 - Nível de endividamento	25
3.8 - Obrigações	26
3.9 - Outras informações relevantes	27
<b>4 - FATORES DE RISCO</b>	<b>28</b>
4.1 - Descrição dos fatores de risco	28
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	43
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	45
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	49
4.5 - Processos sigilosos relevantes	50
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	51
4.7 - Outras contingências relevantes	52
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	53
<b>5 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS</b>	<b>54</b>
5.1 - Política de gerenciamento de riscos	54
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	61
5.3 - Descrição dos controles internos	62
5.4 - Programa de Integridade	67
5.5 - Alterações significativas	74
5.6 - Outras informações relevantes - Gerenciamento de riscos e controles internos	75
<b>6 - HISTÓRICO DO EMISSOR</b>	<b>76</b>
6.1 / 6.2 - Constituição do emissor e prazo de duração	76
6.3 - Breve histórico	77
6.4 - Data de registro na CVM	80
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	81
6.6 - Outras informações relevantes	82
<b>7 - ATIVIDADES DO EMISSOR</b>	<b>83</b>
7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	83
7.1.a - Informações de sociedade de economia mista:	85
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	88
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	89
7.4 - Principais clientes	96
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	97
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	110
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	111
7.8 - Políticas socioambientais	112
7.9 - Outras informações relevantes	113
<b>8 - NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS</b>	<b>114</b>
8.1 - Negócios extraordinários	114
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	115
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	116

8.4 - Outras informações relevantes - Negócios extraordinários .....	117
<b>9 - ATIVOS RELEVANTES.....</b>	<b>118</b>
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros.....	118
9.2. Outras informações relevantes.....	123
<b>10 - COMENTÁRIOS DOS DIRETORES.....</b>	<b>124</b>
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais.....	124
10.2 - Resultado operacional e financeiro .....	145
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras .....	153
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor .....	155
10.5 - Políticas contábeis críticas .....	156
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.....	159
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras .....	160
10.8 - Plano de Negócios.....	161
10.9 - Outros fatores com influência relevante .....	164
<b>11 - PROJEÇÕES .....</b>	<b>165</b>
11.1 - Projeções divulgadas e premissas.....	165
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas .....	167
<b>12 - ASSEMBLEIA E ADMINISTRAÇÃO.....</b>	<b>170</b>
12.1 - Descrição da estrutura administrativa.....	170
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais.....	176
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração .....	179
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem .....	181
12.5/12.6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal.....	182
12.7/12.8 - Composição dos comitês.....	200
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores .....	210
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.....	211
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores.....	214
12.12 - Outras informações relevantes.....	215
<b>13 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES.....</b>	<b>217</b>
13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária .....	217
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal .....	225
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal .....	229
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária .....	231
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária .....	232
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária .....	233
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária .....	234
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções .....	235
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão.....	236
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários .....	237
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal .....	238
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.....	239
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores.....	240
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam .....	241
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.....	242
13.16 - Outras informações relevantes.....	243
<b>14 - RECURSOS HUMANOS .....</b>	<b>244</b>
14.1 - Informações sobre os recursos humanos do emissor .....	244
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos .....	245
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados.....	246
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos.....	247
14.5 - Outras informações relevantes.....	248
<b>15 - CONTROLE E GRUPO ECONÔMICO .....</b>	<b>249</b>
15.1 / 15.2 - Posição acionária.....	249
15.3 - Distribuição do capital .....	249
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico .....	251
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte.....	252

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor .....	253
15.7 - Principais operações societárias .....	254
15.8 - Outras informações relevantes.....	255
<b>16 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....</b>	<b>256</b>
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas .....	256
16.2 - Informações sobre as transações .....	257
16.3 - Tratamento de conflitos e comutatividade .....	272
16.4 - Outras informações relevantes.....	273
<b>17 – CAPITAL SOCIAL .....</b>	<b>274</b>
17.1 - Informações sobre o capital social .....	274
17.2 - Aumentos do capital social.....	275
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações .....	276
17.4 - Informações sobre reduções do capital social.....	277
17.5 - Outras informações relevantes.....	278
<b>18 – VALORES MOBILIÁRIOS .....</b>	<b>279</b>
18.1 - Direitos das ações .....	279
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública .....	281
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto .....	282
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados.....	283
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil .....	284
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação .....	285
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros .....	286
18.8 - Títulos emitidos no exterior.....	287
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor .....	289
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios .....	290
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros .....	291
18.12 - Outras informações relevantes.....	292
<b>19 – PLANOS DE RECOMPRA/TESOURARIA .....</b>	<b>293</b>
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor .....	293
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria .....	294
19.3 - Outras informações relevantes - recompra/tesouraria.....	295
<b>20 – POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO .....</b>	<b>296</b>
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários .....	296
20.2 - Outras informações relevantes.....	298
<b>21 – POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO .....</b>	<b>299</b>
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações .....	299
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas .....	300
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações.....	303
21.4 - Outras informações relevantes.....	304

# 1 - Identificação das pessoas responsáveis pelo conteúdo do formulário

**1.1 - Declarações individuais do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores devidamente assinadas, atestando que:**

a. reviram o formulário de referência.

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

<b>Nome do responsável pelo conteúdo do formulário</b>	<b>CLÁUDIO COUTINHO MENDES</b>
<b>Cargo do responsável</b>	<b>Diretor Presidente</b>

<b>Nome do responsável pelo conteúdo do formulário</b>	<b>MARCUS VINÍCIUS FEIJÓ STAFFEN</b>
<b>Cargo do responsável</b>	<b>Diretor de Finanças e Relações com Investidores</b>

## 1.1 - DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE

1.1 - Declaração individual do Presidente devidamente assinada.

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

CLÁUDIO COUTINHO MENDES

Cargo do responsável

Presidente

O Presidente acima qualificado, declara que:

a. reviu o formulário de referência.

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



## 1.2 - DECLARAÇÃO DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1.1 - Declaração individual do Diretor de Relações com Investidores devidamente assinada.

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	MARCUS VINÍCIUS FEIJÓ STAFFEN
Cargo do responsável	Diretor de Finanças e Relações com Investidores

O diretor acima qualificado, declara que:

a. reviu o formulário de referência.

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



## 2 - Auditores

### 2.1/2.2 - IDENTIFICAÇÃO E REMUNERAÇÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

KPMG Auditores Independentes	
Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Pessoa Jurídica
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Data de contratação dos serviços	10/03/2016
Descrição do serviço contratado	<p>1. Auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia e suas controladas, para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, 30 de junho de 2017, 30 de junho de 2018, 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2020 e exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).</p> <p>2. Revisão das Informações Trimestrais (ITR) referentes aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).</p> <p>3. Leitura das Informações do Formulário de Referência (FR) para fins de consistência com as demonstrações financeiras da Companhia e revisão das demonstrações financeiras intermediárias.</p> <p>4. Avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos de acordo com a Circular nº 3.467 do Banco Central do Brasil.</p> <p>5. Revisão dos critérios adotados pela instituição quanto à classificação nos níveis de risco e de avaliação do provisionamento para operações com característica de crédito registrado nas demonstrações financeiras de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 pelo Banco Central do Brasil.</p> <p>6. Auditoria das demonstrações financeiras dos fundos de investimento administrados pela Companhia.</p> <p>7. Auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, elaboradas de acordo com as normas contábeis internacionais (International Financial Reporting Standards – IFRS), de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020.</p>
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O valor contratado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1.825,926 mil, referente aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e subsidiárias, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, elaboradas adotando-se as normas contábeis internacionais (International Financial Reporting Standards (IFRS), de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board, e leitura do Formulário de Referência para fins de consistência com as demonstrações financeiras da Companhia. Nos termos do Contrato de Prestação de Serviços Técnicos de Auditoria Independente n. 0000586.1/2015, não há segregação dos valores pagos a título de cada um dos serviços.
Justificativa da substituição	Substituição em decorrência da Rotatividade de Auditores conforme Artigo 31 da Instrução CVM 308/99.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável, tendo em vista que não houve discordância.

Nome do responsável técnico	Início atuação	CPF	Endereço
Fernando Antonio Rodrigues Alfredo	01/04/2016	142.886.258-74	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 11º andar, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (11) 39406442, Fax (11) 39401501, E-mail: falfredo@kpmg.com.br
Gustavo Mendes Bonini	18/04/2019	282.699.478-65	SAI/SO, Área 6580 – Bloco 02, 3º andar, sala 302 – Torre Norte, Brasília, DF, Brasil Cep: 71219-900 Telefone (61) 3362-3703 Fax (11) 39401501, E-mail: gbonini@kpmg.com.br
Fernando Antonio Rodrigues Alfredo	15/09/2019	142.886.258-74	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 11º andar, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (11) 39406442, Fax (11) 39401501, E-mail: falfredo@kpmg.com.br

<b>Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes</b>			
<b>Possui auditor?</b>	SIM		
<b>Código CVM</b>	00385-9		
<b>Tipo auditor</b>	Pessoa Jurídica		
<b>Nome/Razão social</b>	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes		
<b>CPF/CNPJ</b>	49.928.567/0001-11		
<b>Data de contratação dos serviços</b>	01/04/2021		
<b>Descrição do serviço contratado</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para os semestres findos em 30 de junho e semestres e exercícios findos em 31 de dezembro, a serem elaboradas em inglês e português.</li> <li>2. Revisão limitada e revisão especial das demonstrações financeiras intermediárias, ITR para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, quando aplicável, elaboradas em inglês e convertidas para US\$, e português, inclusive notas explicativas e relatório da administração.</li> <li>3. Auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, elaboradas em inglês e português e adotando-se o padrão contábil internacional IFRS, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB.</li> <li>4. Auditoria nas bases de cálculo e recolhimentos dos tributos e contribuições.</li> <li>5. Revisão dos arquivos eletrônicos relacionados às obrigações tributárias acessórias.</li> <li>6. Revisão dos arquivos eletrônicos dos módulos do SPED.</li> <li>7. Auditoria dos serviços relacionados ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas dos Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais.</li> <li>8. Revisão do Formulário de Referência.</li> <li>9. Emissão de relatórios e pareceres relativos às demonstrações contábeis e financeiras, trimestrais, semestrais e anuais e notas explicativas correspondentes, elaborados em inglês e português e observadas as normas e procedimentos de auditoria estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e, no que não for conflitante com estes, aqueles determinados pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelo Instituto Brasileiro dos Contadores.</li> <li>10. Elaboração de relatório sobre a avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, evidenciando as deficiências identificadas.</li> <li>11. Elaboração de relatório de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, que tenham, ou possam vir a ter reflexos relevantes nas demonstrações contábeis ou nas operações das entidades auditadas.</li> <li>12. Trabalho de asseguarção razoável, de acordo com a NBC TO 3000 – Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão, sobre as operações de crédito financiadas por intermédio do “programa saneamento para todos” lastreadas com recursos do FGTS para os exercícios a findarem-se em 31 de dezembro, para fins de atendimento ao previsto no Manual de Fomento e Saneamento Para Todos, emitido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.</li> <li>13. Emissão de Relatório de Asseguarção Razoável a ser elaborado nos termos da NBC TO 3.000 – Trabalho de Asseguarção diferente de Auditoria e Revisão, relativo aos controles internos para formalização e registro das cessões de crédito no ambiente da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP (C3).</li> <li>14. Elaboração de relatório circunstanciado de revisão dos critérios adotados pelo Banco quanto à classificação nos níveis de risco e de avaliação do provisionamento registrado nas demonstrações financeiras.</li> <li>15. Auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, elaborada em inglês e português.</li> <li>16. Emissão de outros relatórios ou pareceres exigidos ou que venham a ser exigidos pelo Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, ANBIMA ou outros órgãos reguladores, no decorrer da vigência do contrato.</li> <li>17. Emissão de Relatório de Asseguarção Limitada Anual, de Sustentabilidade do Banrisul, a ser elaborado com base no modelo Global Reporting Initiative – GRI Standards.</li> <li>18. Procedimentos previamente acordados relacionados as operações lastreadas com recursos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – PRONAMPE, em atendimento ao Manual de Procedimentos Operacionais – FGO PRONAME, de acordo com a NBC TSC 4400 – Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados.</li> </ol>		
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	<p>O valor contratado para os exercícios de 2021 e 2022, via processo licitatório, foi de R\$ 2.071.203,84. No entanto, após a periodicidade de um ano, o preço do contrato poderá ser reajustado, pela variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), apurado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ou outro índice que vier a ser designado em sua substituição.</p> <p>Nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis e Financeiras – Nº 0100449/2020, não há segregação dos valores pagos a título de cada um dos serviços.</p> <p>Adicionalmente, foram realizados os aditamentos nº 2 e 3, ao contrato Nº 0100449/2020, cujos valores contratados foram, respectivamente, R\$ 225.000,00 (referente ao serviço descrito no item 17) e R\$ 263.000,00 (188.000,00 referente ao serviço descrito no item 12 e 75.000,00 para o serviço descrito no item 18).</p>		
<b>Justificativa da substituição</b>	Não aplicável.		
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não aplicável.		
<b>Nome do responsável técnico</b>	<b>Início atuação</b>	<b>CPF</b>	<b>Endereço</b>
João Paulo Stellfeld Passos	01/01/2021	025.178.399-56	Setor Comercial Sul, Quadra 9, Torre A, Sala 1104, Edifício Parque Cidade Corporate Brasília, DF, Brasil, CEP 70308-200, Telefone (61) 3224-3924, Fax (61) 3226-6087, E-mail: <a href="mailto:joapassos@deloitte.com">joapassos@deloitte.com</a>

---

Carlos Claro

20/04/2022

256.660.688-90

Golden Tower  
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1240 - 4º /12º Andar  
Chácara Santo Antônio (Zona Sul)  
São Paulo - SP, Brasil  
CEP 04711-130,  
Telefone +55 11 5186 1696,  
E-mail: [cclaro@deloitte.com](mailto:cclaro@deloitte.com)

---

## **2.3 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

### **2.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.**

Quando da contratação de empresas de auditoria independente, adotamos procedimentos para evitar a existência de conflito de interesses no que diz respeito ao relacionamento com o auditor independente das demonstrações financeiras da Companhia e empresas coligadas.

Via de regra, esses procedimentos estão associados ao processo de contratação, o qual é iniciado pela própria área demandante, independentemente da necessidade de processo licitatório. A avaliação da necessidade da contratação e do enquadramento dos serviços prestados nas normas aplicáveis, tais como a Instrução nº 381/2003, da Comissão de Valores Mobiliários, e a Resolução nº 3.198/2004, do Conselho Monetário Nacional, cabem à área Jurídica da Companhia que, em última instância, emite posição formal acerca da contratação de serviços.

## 3 - Informações financeiras selecionadas

### 3.1 - INFORMAÇÕES FINANCEIRAS – CONSOLIDADO

(Reais)	Exercício social (31/12/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)
<b>Patrimônio Líquido</b>	9.048.583.000,00	8.346.215.000,00	7.794.362.000,00
<b>Ativo Total</b>	104.575.764.000,00	91.822.901.000,00	81.549.589.000,00
<b>Receita Líquida</b>	10.184.334.000,00	10.188.569.000,00	11.147.930.000,00
<b>Resultado Bruto</b>	4.845.603.000,00	5.262.753.000,00	5.525.037.000,00
<b>Resultado Líquido</b>	948.535.000,00	727.476.000,00	1.344.418.000,00
<b>Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)</b>	408.974.477	408.974.477	408.974.477
<b>Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)</b>	22,130000	20,410000	19,060000
<b>Resultado Básico por Ação</b>	2,320000	1,780000	3,290000
<b>Resultado Diluído por Ação</b>	2,320000	1,780000	3,290000

## 3.2 - MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS

### 3.2. Medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda).

As informações utilizadas para o cálculo das medições não contábeis foram elaboradas com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

#### a) Medições não contábeis

Abaixo indicadores de mercado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, calculados com base no lucro líquido ajustado. No item 3.2.b estão demonstrados os cálculos para obter os indicadores mencionados.

Indicadores	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Lucro Líquido Ajustado (R\$ Milhões)	990,4	824,8	1.273,8
Margem Financeira (R\$ Milhões)	4.845,6	5.262,8	5.525,0
ROAA Ajustado <sup>(1)</sup>	1,0%	1,0%	1,6%
ROAE Ajustado <sup>(2)</sup>	11,4%	10,2%	16,9%
Índice de Eficiência Ajustado	58,1%	53,0%	52,1%

(1) Lucro líquido ajustado como percentual do saldo médio de ativos.

(2) Lucro líquido ajustado como percentual do saldo médio de patrimônio líquido.

#### b) Reconciliação entre as medições contábeis e as medições não contábeis

##### (i) Lucro Líquido Ajustado

A reconciliação entre lucro líquido e lucro líquido ajustado está apresentada na sequência, referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019. A reconciliação é utilizada para demonstração dos indicadores de retorno sobre patrimônio líquido, sobre ativos e de eficiência, calculados com base no lucro líquido ajustado

Cálculo da Reconciliação do Resultado (R\$ Milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
<b>Lucro Líquido</b>	<b>948,5</b>	<b>727,5</b>	<b>1.344,4</b>
<b>Ajustes</b>	<b>41,8</b>	<b>97,3</b>	<b>(70,6)</b>
Planos de Aposentadoria <sup>(1)</sup>	-	177,0	-
Reestruturação Planos Fundação Banrisul de Seguridade Social - FBSS <sup>(2)</sup>	-	-	(49,5)
Provisão para Ações Cíveis (reversão) <sup>(3)</sup>	-	-	(126,8)
Provisão Trabalhista <sup>(3)</sup>	-	-	429,0
Provisão para Contingências Fiscais <sup>(4)</sup>	76,0	-	-
Efeitos Fiscais <sup>(5)</sup>	(34,2)	(79,6)	(101,1)
Créditos Tributários - CSLL EC 105/19 <sup>(6)</sup>	-	-	(222,2)
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>990,4</b>	<b>824,8</b>	<b>1.273,8</b>

(1) Em 2020, o valor refere-se ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV) firmado por intermédio de Acordo Coletivo de Trabalho realizado com as entidades sindicais representantes da categoria bancária, contendo cláusula específica de quitação total do contrato de trabalho e referem-se a 901 empregados.

(2) Montante representado pela diferença entre a despesa referente ao valor aportado pelo patrocinador Banrisul no processo de migração, R\$126,1 milhões, e o resultado atuarial da migração, R\$175,6 milhões, decorrente do efeito de cálculos atuariais de liquidação dos direitos dos participantes migrantes do PBI sobre a parcela de obrigações do patrocinador.

(3) Provisões (reversão) decorrentes da revisão de parâmetros e andamento de processos.

(4) Provisão decorrente da revisão de parâmetros e andamento do processo referente a imposto de renda e contribuição social sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do déficit atuarial na Fundação Banrisul de Seguridade Social, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005 (Nota 19b).

(5) Benefício fiscal relacionado aos eventos PDV, Reestruturação de planos da FBSS, Provisão Trabalhista, Reversão de Provisão para Ações Cíveis e Provisão para Contingências Fiscais.

(6) Refere-se à atualização do estoque de créditos e débitos tributários diferidos decorrente da elevação da alíquota da CSLL de 15% para 20%, em função da promulgação da Emenda Constitucional - EC 103/19.

## (ii) Margem Financeira

Segue abaixo tabela demonstrativa do cálculo da margem financeira, que é utilizado para o cálculo do Índice de Eficiência Ajustado, referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Cálculo da Margem Financeira (R\$ Milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Receitas da Intermediação Financeira (A)	8.212,2	8.233,2	9.105,4
Despesas da Intermediação Financeira (B)	(3.366,6)	(2.970,4)	(3.580,4)
<b>Margem Financeira = A + B</b>	<b>4.845,6</b>	<b>5.262,8</b>	<b>5.525,0</b>

## (iii) ROAA Ajustado

Segue abaixo tabela demonstrativa do cálculo da rentabilidade sobre os ativos, com base no lucro líquido ajustado, referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Cálculo do ROAA Ajustado (R\$ Milhões, exceto quando indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Total do ativo em 31 de Dezembro do Ano Anterior (A)	91.822,9	81.549,6	77.427,9
Total do ativo ao final do Período Atual (B)	104.575,8	91.822,9	81.549,6
Ativo Médio (C) = (A + B)/2	98.199,3	86.686,2	79.488,7
Lucro Líquido Exercício (D)	948,5	727,5	1.344,4
Ajustes Exercício (E)	41,8	97,3	(70,6)
Lucro Líquido Ajustado Exercício (F) = D + E	990,4	824,8	1.273,8
<b>ROAA Ajustado = F/C</b>	<b>1,0%</b>	<b>1,0%</b>	<b>1,6%</b>

## (iv) ROAE Ajustado

Segue abaixo tabela demonstrativa do cálculo da rentabilidade sobre o patrimônio líquido, com base no lucro líquido ajustado, referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Cálculo do ROAE Ajustado (R\$ Milhões, exceto quando indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro do Ano Anterior (A)	8.346,2	7.794,4	7.278,9
Patrimônio Líquido ao final do Período Atual (B)	9.048,6	8.346,2	7.794,4
Patrimônio Líquido Médio (C) = (A + B)/2	8.697,4	8.070,3	7.536,6
Lucro Líquido Exercício (D)	948,5	727,5	1.344,4
Ajustes Exercício (E)	41,8	97,3	(70,6)
Lucro Líquido Ajustado Exercício (F) = D + E	990,4	824,8	1.273,8
<b>ROAE Ajustado = F/C</b>	<b>11,4%</b>	<b>10,2%</b>	<b>16,9%</b>

## (v) Índice de Eficiência Ajustado

Segue abaixo tabela demonstrativa do cálculo do índice de eficiência ajustado, referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Cálculo do Índice de Eficiência (R\$ Milhões, exceto quando indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Despesas de Pessoal (A)	(1.906,6)	(2.146,8)	(1.974,5)
Planos de Aposentadoria <sup>(1)</sup> (B)	-	(177,0)	-
Despesas de Pessoal Ajustado (C) = A-B	(1.906,6)	(1.969,9)	(1.974,5)
Outras Despesas Administrativas (D)	(1.759,1)	(1.629,1)	(1.819,4)
<b>TOTAL 1 (E) = (C + D)</b>	<b>(3.665,7)</b>	<b>(3.599,0)</b>	<b>(3.793,9)</b>
Margem Financeira (F)	4.845,6	5.262,8	5.525,0
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias (G)	1.972,2	1.955,4	2.042,5
Outras Receitas (H)	530,7	457,9	762,5
Fundação Banrisul - Resultado Atuarial Migração (I) <sup>(2)</sup>	-	-	175,6
Reversão de Provisão Cível <sup>(3)</sup> (J)	-	-	120,8
Outras Receitas Ajustadas (K) = H-I-J	530,7	457,9	466,1
Outras Despesas (L)	(1.117,3)	(891,0)	(1.306,9)
Aporte à Migração - Planos de Previdência Complementar FBSS (M) <sup>(4)</sup>	-	-	(126,1)
Provisão Trabalhista <sup>(3)</sup> (N)	-	-	(429,0)
Provisão Cível (reversão) <sup>(3)</sup> (O)	-	-	6,1
Provisão para Riscos Fiscais <sup>(5)</sup> (P)	(76,0)	-	-
Outras Despesas Ajustadas (Q) = L-M-N-O	(1.041,3)	(891,0)	(757,9)
<b>TOTAL 2 (R) = (F + G + K + Q)</b>	<b>6.307,1</b>	<b>6.785,1</b>	<b>7.275,8</b>
<b>Índice de Eficiência Ajustado – E/R</b>	<b>58,1%</b>	<b>53,0%</b>	<b>52,1%</b>

(1) Em 2020, o valor refere-se ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV) firmado por intermédio de Acordo Coletivo de Trabalho realizado com as entidades sindicais representantes da categoria bancária, contendo cláusula específica de quitação total do contrato de trabalho e referem-se a 901 empregados.

(2) Resultado atuarial da migração dos Planos de Previdência Complementar da Fundação Banrisul de Seguridade Social - FBSS, decorrente do efeito de cálculos atuariais de liquidação dos direitos dos participantes migrantes do PBI sobre a parcela de obrigações do patrocinador.

(3) Provisões (reversão) decorrentes da revisão de parâmetros e andamento de processos.

(4) Despesa referente ao valor aportado pelo patrocinador Banrisul no processo de migração dos Planos de Previdência Complementar da FBSS.

(5) Provisão decorrente da revisão de parâmetros e andamento do processo referente a imposto de renda e contribuição social sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do déficit atuarial na Fundação Banrisul de Seguridade Social, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005 (Nota 19b).

### **c) Objetivo das medições não contábeis**

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). De acordo com a prática do setor e como parte de nossa divulgação financeira, adotamos também medidas financeiras não contábeis, que incluem margem financeira, retorno ajustado sobre ativos médios (ROAA Ajustado), retorno ajustado sobre patrimônio líquido médio (ROAE Ajustado), e índice de eficiência ajustado, que são calculados com base no lucro líquido ajustado, o qual é calculado com base no lucro líquido com a exclusão de determinados eventos que possam ter afetado o desempenho em determinado exercício. Acreditamos que lucro líquido ajustado, margem financeira, ROAA Ajustado, ROAE Ajustado e índice de eficiência ajustado são importantes ferramentas comparativas para medir nosso desempenho operacional, calcular indicadores de desempenho e servir de apoio a determinadas decisões de gestão.

As medidas não contábeis não possuem significados padronizados e podem não ser diretamente comparáveis aos itens com títulos semelhantes adotados por outras empresas, devido à forma como elas são calculadas. Acreditamos que as medidas não contábeis calculadas com base no lucro líquido ajustado que usamos complementam o entendimento de nossas demonstrações financeiras e a comparabilidade dos resultados obtidos em um determinado período. As informações financeiras não contábeis contidas neste Formulário de Referência não se destinam a cumprir requisitos regulatórios e não estão sujeitas à revisão pela CVM. Embora medidas financeiras não contábeis sejam usadas pela Administração para avaliar nosso desempenho, posição financeira e liquidez, e ainda que tais medidas sejam comumente usadas pelos investidores, elas têm limitações importantes como ferramentas analíticas e não devem ser consideradas isoladamente ou como substitutos de análise de nossa posição financeira ou dos nossos resultados, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB.

#### *Lucro Líquido Ajustado*

O lucro líquido ajustado no exercício é calculado a partir do lucro líquido do exercício excluindo determinados eventos contabilizados em receitas/despesas que possam ter afetado o desempenho do exercício. O lucro líquido ajustado não é uma medida definida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, e não deve ser considerada isoladamente ou como substituta dos valores relatados nas referidas práticas contábeis como indicador de desempenho operacional, de liquidez ou de qualidade dos passivos. Lucro líquido ajustado não tem um significado padrão, e nossa definição de lucro líquido ajustado pode não ser comparável à definição de lucro ajustado adotado por outras instituições financeiras.

#### *Margem financeira*

A margem financeira no exercício é calculada como o resultado entre as receitas da intermediação financeira e as despesas da intermediação financeira, excluídas as despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A margem financeira não é uma medida definida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, e não deve ser considerada isoladamente ou como substituta dos valores relatados nas referidas práticas contábeis como indicador de desempenho operacional, de liquidez ou de qualidade dos passivos. Margem financeira não tem um significado padrão, e nossa definição de margem financeira pode não ser comparável à definição de margem financeira adotada por outras instituições financeiras.

#### *Retorno ajustado sobre ativos médios (ROAA Ajustado)*

ROAA é apurado pela divisão entre o lucro líquido ajustado do exercício e o total de ativos médios do exercício. O lucro líquido ajustado no exercício é calculado a partir do lucro líquido do exercício excluindo determinados eventos contabilizados em receitas/despesas que possam ter afetado o desempenho do exercício. O total médio de ativos no exercício é calculado a partir dos ativos totais no final do exercício anterior somado aos ativos totais no final do exercício corrente e posteriormente dividido por dois. ROAA Ajustado não é medida definida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, e não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto dos valores apurados a partir destas práticas contábeis como um indicador do desempenho operacional. ROAA Ajustado não tem um significado padrão e nossa definição de ROAA Ajustado pode não ser comparável à definição de ROAA Ajustado adotada por outras instituições financeiras.

#### *Retorno ajustado do patrimônio líquido médio (ROAE Ajustado)*

O ROAE Ajustado é apurado pela divisão entre o lucro líquido ajustado no exercício e o patrimônio líquido médio no exercício. O lucro líquido ajustado no exercício é calculado a partir do lucro líquido no exercício excluindo determinados eventos contabilizados em receitas/despesas que possam ter afetado o desempenho no exercício. O patrimônio líquido médio no exercício é calculado a partir do patrimônio líquido no final do exercício anterior somado ao patrimônio líquido no final do exercício corrente posteriormente dividido por dois. ROAE Ajustado não é medida definida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, e não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto dos valores apurados a partir destas práticas contábeis como um indicador do desempenho operacional. ROAE Ajustado não tem um significado padrão e nossa definição de ROAE Ajustado pode não ser comparável à definição de ROAE Ajustado adotada por outras instituições financeiras.

### *Índice de eficiência ajustado*

O índice de eficiência ajustado é calculado como a divisão entre: (a) soma das despesas de pessoal, excluídas as despesas com planos de desligamentos voluntários, e das outras despesas administrativas; e (b) soma de (i) margem financeira; (ii) receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias; (iii) outras receitas excluídas as receitas oriundas do resultado atuarial da migração de planos de benefício pós-emprego e receita de reversão de provisões para ações cíveis; e (iv) outras despesas excluídas as despesas de aporte à migração dos planos de benefício pós-emprego, despesas com provisões trabalhistas, com provisão para riscos fiscais e reversão de despesas com provisão para ações cíveis. As receitas e despesas mencionadas no cálculo referem-se às receitas e despesas realizadas nos últimos doze meses. O índice de eficiência ajustado não é medido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, e não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto dos valores apurados a partir destas práticas contábeis como um indicador do desempenho operacional. O índice de eficiência ajustado não tem um significado padrão, e pode não ser comparável à definição de índice de eficiência ajustado adotado por outras empresas financeiras.

### **3.3 - EVENTOS SUBSEQUENTES ÀS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**3.3. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.**

Não houve evento subsequente apresentado nas Demonstrações Financeiras de Dezembro de 2021.

### 3.4 - POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS

3.4. Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais.

a. regras sobre retenção de lucros.

a.i. valores das retenções de lucros

a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados

b. regras sobre distribuição de dividendos.

c. periodicidade das distribuições de dividendos.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

#### Política de Remuneração aos Acionistas

A Companhia possui Política de Remuneração aos Acionistas, cujas diretrizes são reproduzidas a seguir. A política está disponível no site de RI da Companhia ([www.banrisul.com.br/ri](http://www.banrisul.com.br/ri)). A política é revisada anualmente e a versão atual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 14/04/2022.

#### POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Apresentamos, a seguir, a Política de Remuneração aos Acionistas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Companhia”, ou “Banrisul”):

##### 1. OBJETIVO:

1.1. A presente Política de Remuneração aos Acionistas (“Política”), proposta pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, institui os procedimentos a serem observados em relação à distribuição de dividendos e/ou pagamento de Juros Sobre Capital Próprio da Companhia, com o objetivo de dar transparência aos investidores e ao mercado em geral do processo de remuneração aos acionistas, em linha com as práticas de Governança Corporativa adotados pelo Banrisul, observada a sua estrutura de capital .

##### 2. REGULAMENTAÇÕES:

2.1. A Política tem como principais referenciais normativos:

I – Estatuto Social do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A;

II – Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

III – Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995;

IV – Lei 12.838, de 9 de julho de 2013;

V – Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;

VI – Resolução BACEN n. 4.645 de 16 de março de 2018.

##### 3. ABRANGÊNCIA:

3.1. A Política aplica-se à Companhia, devendo ser observada pelos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria, dos Comitês Estatutários e de Assessoramento da Diretoria, Superintendentes, Gerentes, e demais Colaboradores do Grupo Banrisul, abrangendo todas as áreas da Companhia.

##### 4. DEFINIÇÕES:

4.1. Para fins da Política, são considerados os seguintes conceitos:

I - Dividendos: Correspondem à parcela do lucro líquido a ser distribuída aos acionistas proporcionalmente à quantidade de ações que possui.

II - Juros sobre Capital Próprio - JSCP: Forma alternativa de remuneração ao acionista, através de juros pagos ou creditados individualmente, a título de remuneração do capital próprio.

## **5. PRINCÍPIOS:**

5.1. TRANSPARÊNCIA: Divulgação de forma precisa, adequada, clara e oportuna de informações a fim de proporcionar às partes interessadas o acompanhamento e o entendimento do desempenho de forma inequívoca.

5.2. CONFORMIDADE: Todas as rotinas e procedimentos ocorrem no estrito cumprimento dos atos normativos internos e externos com os quais se relacionam.

5.3. BOAS PRÁTICAS: As práticas, os processos, os procedimentos, os modelos e os sistemas usados no gerenciamento de capital e na distribuição de resultado são fundamentados nas boas práticas bancárias do mercado nacional e internacional.

5.4. PRUDÊNCIA: a proposta de pagamento de dividendos deve ser realizada criteriosamente, devendo estar fundamentada na capacidade econômico-financeira da Companhia.

5.5. SUSTENTABILIDADE: Ao realizar a proposta de pagamento de dividendos, a Companhia adotará postura prospectiva, buscando antecipar eventuais descumprimentos dos requerimentos mínimos de capital e demais limites operacionais previstos na regulamentação bancária.

5.6. ATUALIZAÇÃO: A Política deve ser objeto de revisão periódica, objetivando adequar a alterações do ambiente externo e interno.

## **6. DIRETRIZES:**

6.1. Lucros e suas destinações:

6.1.1. Os acionistas terão direito de receber, como dividendo obrigatório, em cada exercício, um percentual equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com as seguintes normas:

I. O lucro líquido do exercício será diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

(a) 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, até atingir o limite estabelecido na Lei das Sociedades Anônimas, ficando a sociedade dispensada de constituir essa Reserva no exercício em que seu saldo, acrescido do montante das Reservas de Capital de que trata o § 1º do artigo 182, da Lei 6.404/76, exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social, e

(b) a importância destinada à formação de reserva para contingência, mediante proposta da Diretoria, e a reversão dessa reserva formada em exercícios anteriores,

II. da importância destinada ao pagamento do dividendo de que trata esse artigo, será retirada, em primeiro lugar, a quantia necessária para o pagamento de um dividendo fixo de 6% (seis por cento) ao ano, às ações preferenciais classe A, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem (Art. 8º Estatuto Social),

III. observado o disposto nos itens anteriores, havendo saldo, será pago um dividendo às ações ordinárias e às ações preferenciais classe B, não superior ao atribuído às ações preferenciais classe A, e

IV. feito o pagamento dos dividendos a que aludem os itens anteriores, se existir sobra na verba destinada a dividendos, ela será distribuída entre todos os acionistas, participando, nesta hipótese, em igualdade de condições, as ações ordinárias e preferenciais, com observância do disposto no item "ii" do artigo 8º (oitavo) do Estatuto Social, que prevê um pagamento com acréscimo de 10% às ações preferenciais classe A.

Parágrafo único: Adicionalmente, a Diretoria, com a anuência do Conselho de Administração, poderá, a seu prudente critério e sempre que os interesses sociais o recomendem, observada a estrutura de Capital da Companhia, submeter à Assembleia Geral a distribuição de dividendos em percentual superior ao descrito no caput, observadas todas as demais normas estatutárias e legais sobre o pagamento de dividendos, considerando, entre outros:

(i) O nível de capitalização da Companhia conforme regras do Banco Central do Brasil; e

(ii) O nível mínimo estabelecido pelo Conselho de Administração de 4 pp (pontos percentuais) acima da exigência regulatória para o Índice de Basileia.

6.1.2. A Companhia manterá Reserva para Investimentos, para aplicação na área de informática, a cuja constituição poderá ser destinada, por proposta do Conselho de Administração, parcela de até 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício, até atingir 70% (setenta por cento) do valor do capital social integralizado.

6.1.3. Sem prejuízo do disposto nos artigos 78 a 82 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração poderá determinar o levantamento de balanço e o pagamento de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício não exceda o montante das reservas de capital.

Parágrafo único - A Diretoria, com a anuência do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, poderá, a seu prudente critério e sempre que os interesses sociais o recomendem, declarar dividendos intermediários por períodos inferiores a seis meses, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço semestral, observadas todas as demais normas estatutárias e legais sobre o pagamento de dividendos.

6.1.4. O valor dos juros, pagos ou creditados, a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do parágrafo 7º, do artigo 9º, da Lei nº 9.249/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela sociedade para todos os efeitos legais.

## **7. FORMA DE PAGAMENTO**

7.1. A Companhia pagará Juros sobre Capital Próprio trimestralmente, com o crédito dos rendimentos aos acionistas ocorrendo até o último dia útil do respectivo trimestre de sua declaração.

7.2. O crédito dos rendimentos distribuídos conforme a Política ocorrerá como segue:

aos acionistas com ações depositadas em Bolsa - Brasil, Bolsa, Balcão, por intermédio das instituições e/ou corretoras que mantêm suas posições em custódia; e

aos acionistas com ações escrituradas no Banrisul, creditados em conta corrente ou a sua disposição nas agências.

7.3. Os Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos prescrevem conforme legislação em vigor, contado o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

7.4. O pagamento de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio será comunicado por meio de fato relevante disponível no site da CVM, da B3 S.A., de Relações com Investidores do Banrisul S.A. e em portais de notícias relevantes conforme deliberação da Companhia.

## **8. GESTÃO DE CONSEQUÊNCIAS**

Em caso de descumprimento desta Política e normativos correlacionados, serão adotadas medidas conforme o nível de relacionamento do transgressor com o Banco:

se Empregado(a), serão adotadas as penalidades previstas no item Penalidades do Regulamento do Pessoal, apropriadas ao tratamento da desconformidade;

se Diretor(a) ou Membro de Conselho, a desconformidade será reportada pela Auditoria Interna ao Conselho de Administração;

se Estagiário(a) ou Terceiro(a), serão adotadas as penalidades previstas em contrato.

Caso gestores, outros(as) empregados(as) e/ou demais relacionados, tomarem conhecimento de violação ocorrida e não comunicarem o fato à Unidade de Gestão de Pessoas ou ao Canal de Denúncias, também serão passíveis de responsabilização.

Independentemente do grau de relacionamento com o Banrisul e da penalidade adotada, aquele que descumprir o estabelecido nas políticas organizacionais poderá ser responsabilizado civil ou criminalmente sobre as violações comprovadas.

## **9. DISPOSIÇÕES FINAIS:**

9.1. A Política será revista anualmente pelo Conselho de Administração, sendo também admitida revisão em caráter extraordinário, a qualquer tempo.

## Destinação do Resultado

No exercício de 2021, a Companhia apurou lucro líquido no valor de R\$ 948.534.838,78 (novecentos e quarenta e oito milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, oitocentos e trinta e oito reais, e setenta e oito centavos), e após a reclassificação de Resultados de Exercícios Futuros da ICATU, conforme determinação do BACEN, no valor de R\$ 5.802.314,27 (cinco milhões, oitocentos e dois mil, trezentos e quatorze reais e vinte e sete centavos), remanesceu o lucro acumulado de R\$ 954.337.153,05 (novecentos e cinquenta e quatro milhões, trezentos e trinta e sete mil, cento e cinquenta e três reais e cinco centavos), distribuído da seguinte forma:

- i) Constituição da Reserva Legal no valor de R\$ 47.426.741,94 (quarenta e sete milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, setecentos e quarenta e um reais e noventa e quatro centavos);
- ii) Constituição da Reserva Estatutária no valor de R\$ 237.133.709,70 (duzentos e trinta e sete milhões, cento e trinta e três mil, setecentos e nove reais e setenta centavos);
- iii) Constituição da Reserva de Expansão o valor de R\$ 287.557.886,94 (duzentos e oitenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e oitenta e seis reais e noventa e quatro centavos);
- iv) Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$ 367.243.758,39 (trezentos e sessenta e sete milhões, duzentos e quarenta e três mil, setecentos e cinquenta e oito reais e trinta e nove centavos); e
- v) Dividendos Propostos no valor de R\$ 14.975.056,08 (quatorze milhões, novecentos e setenta e cinco mil, cinquenta e seis reais e oito centavos).

A seguir apresentamos a Proposta da Administração de destinação do resultado, bem como informações referentes aos exercícios anteriores:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Constituição da Reserva Legal	R\$ 47.426.741,94	R\$ 36.373.812,83	R\$ 67.220.898,55
Constituição da Reserva Estatutária	R\$ 237.133.709,70	R\$ 181.869.064,13	R\$ 336.104.492,77
Constituição da Reserva de Expansão	R\$ 287.557.886,94	R\$ 296.957.278,44	R\$ 207.501.156,64
Juros sobre o Capital Próprio	R\$ 367.243.758,39	R\$ 194.967.023,57	R\$ 462.925.190,93
Dividendos Propostos	R\$ 14.975.056,08	R\$ 23.199.071,79	R\$ 73.705.962,90
Percentual de Distribuição	40%	30%	40%

### 3.5 - DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E RETENÇÃO DE LUCRO LÍQUIDO

(Reais)	Exercício social (31/12/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)
Lucro líquido ajustado	901.109.000,00	691.102.000,00	1.277.197.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	40,00000	30,00000	40,00000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	11,400000	10,200000	16,900000
Dividendo distribuído total	360.443.000,00	207.331.000,00	510.879.000,00
Lucro líquido retido	572.118.000,00	515.200.000,00	610.827.000,00
Data da aprovação da retenção	27/04/2022	27/04/2021	24/07/2020

		Exercício social (31/12/2021)		Exercício social (31/12/2020)		Exercício social (31/12/2019)	
Juros Sobre Capital Próprio							
	Data	Valor (R\$)	Data	Valor (R\$)	Data	Valor (R\$)	
Ordinária	18/03/2021	43.808.081,12	30/03/2020	48.022.172,49	28/03/2019	60.460.428,36	
	28/06/2021	46.697.908,11	28/12/2020	19.793.681,02	24/06/2019	55.135.023,75	
	28/09/2021	49.665.463,63	20/01/2021	9.426.491,03	27/09/2019	52.989.180,51	
	28/12/2021	33.045.003,47	20/01/2021	15.083.538,80	09/12/2019	50.607.799,09	
Preferencial Classe A	18/03/2021	293.333,96	30/03/2020	321.551,04	28/03/2019	406.704,64	
	28/06/2021	312.683,92	28/12/2020	132.536,25	24/06/2019	370.881,75	
	28/09/2021	332.554,33	20/01/2021	63.118,72	27/09/2019	356.447,12	
	28/12/2021	232.327,03	20/01/2021	100.997,67	09/12/2019	357.446,59	
Preferencial Classe B	18/03/2021	43.267.960,27	30/03/2020	47.430.095,04	28/03/2019	59.714.721,03	
	28/06/2021	46.122.157,86	28/12/2020	19.549.639,74	24/06/2019	54.454.998,95	
	28/09/2021	49.053.125,64	20/01/2021	9.310.269,45	27/09/2019	52.335.622,13	
	28/12/2021	32.637.583,31	20/01/2021	14.897.570,06	09/12/2019	49.983.612,20	
Dividendos							
	Data	Valor (R\$)	Data	Valor (R\$)	Data	Valor (R\$)	
Ordinária	19/05/2022	7.506.157,48	28/05/2021	11.473.804,34	22/06/2020	36.944.128,87	
Preferencial Classe A	19/05/2022	55.286,42	28/05/2021	392.926,54	22/06/2020	273.366,96	
Preferencial Classe B	19/05/2022	7.413.612,18	28/05/2021	11.332.340,92	22/06/2020	36.488.467,07	

### **3.6 - DECLARAÇÃO DE DIVIDENDOS À CONTA DE LUCROS RETIDOS OU RESERVAS**

**3.6. Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.**

Não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos três últimos exercícios sociais.

### 3.7 - NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de Endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2021	95.527.181.000,00	Índice de Endividamento	10,56	N/A

### 3.8 - OBRIGAÇÕES

Exercício social (31/12/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimos	Quirografárias		1.021.299.000,00	0,00	0,00	0,00	1.021.299.000,00
Títulos de Dívida	Quirografárias		4.264.965.000,00	830.822.000,00	1.638.660.000,00	83.540.000,00	6.817.987.000,00
<b>Total</b>			<b>5.286.264.000,00</b>	<b>830.822.000,00</b>	<b>1.638.660.000,00</b>	<b>83.540.000,00</b>	<b>7.839.286.000,00</b>

### 3.9 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

#### 3.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Os números apresentados ao longo desse formulário de referência foram retirados das demonstrações financeiras consolidadas, da Companhia para os exercícios sociais encerrados em e 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Para informação sobre a receita líquida mencionada no item 3.1 foram somadas receitas da intermediação financeira, receita de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias, dados obtidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia. Segue conciliação abaixo:

Receita Líquida (R\$ Milhões)	Exercício Encerrado em 31/12/2021	Exercício Encerrado em 31/12/2020	Exercício Encerrado em 31/12/2019
Receita da Intermediação Financeira	8.212,2	8.233,2	9.105,4
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	1.972,2	1.955,4	2.042,5
<b>Total</b>	<b>10.184,3</b>	<b>10.188,6</b>	<b>11.147,9</b>

## 4 - Fatores de risco

### 4.1 - DESCRIÇÃO DOS FATORES DE RISCO

#### 4.1. Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir, sobretudo, se incorrerem repentinamente, simultaneamente e por período de tempo prolongado. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e que, na data deste Formulário de Referência, possam afetar a Companhia adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados não materiais pela Companhia neste momento também poderão vir a afetar a Companhia adversamente caso se materializem.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “5. Gerenciamento de Riscos e Controles Internos”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e das suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

#### **a. riscos relacionados ao emissor**

***A perda da condição de banco oficial e principal agente financeiro do Estado do Rio Grande do Sul pode ter um efeito adverso sobre o resultado das operações da Companhia.***

Mediante Contrato de Cessão dos Serviços Relacionados à Folha de Pagamento por meio de Outorga Onerosa de Direito de Exclusividade, celebrado em 17 de junho de 2016 e com prazo de 10 anos, uma parcela importante das receitas e da geração de novos negócios da Companhia vem da prestação de serviços ao Estado do Rio Grande do Sul, como por exemplo, da prestação de serviço de pagamento da remuneração dos servidores e empregados públicos da administração direta e indireta do Estado do Rio Grande do Sul. Os resultados da Companhia poderão ser afetados adversamente caso a Companhia deixe de ser o principal agente financeiro do Estado do Rio Grande do Sul ou que deixe de prestar serviços de pagamento da remuneração dos servidores e empregados públicos da administração direta e indireta.

***Se a Companhia não for capaz de melhorar ou modernizar adequadamente sua infraestrutura de tecnologia de informação e sistemas de gestão de informações em tempo hábil, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante.***

A habilidade da Companhia para continuar competitiva depende em parte de sua capacidade de modernizar sua tecnologia de informação em tempo hábil e de forma eficaz em termos de custos. A Companhia investe em ações relacionadas à inovação e modernização de suas tecnologias, como por exemplo, ampliação da capacidade e da proteção de acesso à Internet, expansão de serviço para atendimento e a implementação de serviço de Anti-DDoS de volumetria, bem como aquisição e substituição de equipamentos e sistemas, garantindo melhoria de performance e segurança ao ambiente de trabalho, proporcionando mais agilidade no atendimento. A Companhia não pode assegurar que no futuro será capaz de manter o nível de investimento de capital necessário para promover e/ou continuar a modernização de sua infraestrutura de tecnologia de informação, e neste caso, não seria capaz de melhorar ou modernizar adequadamente sua infraestrutura de tecnologia de informação e sistemas de gestão de informações. A insuficiência de recursos e/ou de investimento em tecnologia de informação poderá afetar negativamente a capacidade de originar novos negócios e clientes, manter os clientes já existentes e assegurar a segurança das informações da Companhia e de seus Clientes, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

***O risco de eventual falha nos sistemas de coleta, processamento e armazenamento de dados da Companhia pode vir a causar efeito adverso relevante.***

A Companhia administra e mantém as informações pessoais confidenciais de clientes na condução de operações bancárias, assim como uma grande quantidade de ativos. Dessa forma, os negócios da Companhia dependem da capacidade de processar um grande número de

transações de maneira eficiente e precisa, e de sua capacidade de confiar em suas tecnologias digitais, computadores e serviços de e-mail, software e redes, bem como de efetuar com segurança o processamento, armazenagem e transmissão de informações confidenciais e outras em seus sistemas e redes de computadores. Uma eventual falha no funcionamento dos sistemas de controle financeiro, contabilidade e coleta de dados e sistemas de processamento poderia afetar negativamente os negócios da Companhia e a sua capacidade de competir de forma eficaz, bem como resultar em responsabilidade legal, medidas regulatórias e danos à reputação. Em qualquer caso, as situações acima poderão levar a um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

***Ataques cibernéticos podem vir a causar perda de receita e danos à reputação, causados por violações de segurança de dados, o que pode prejudicar as operações ou resultar na divulgação de informações confidenciais ou exclusivas.***

A Companhia gerencia e armazena diversas informações exclusivas e dados confidenciais ou sensíveis referentes aos seus clientes e as suas operações. A Companhia está sujeita a violações dos seus sistemas de tecnologia de informações por ela utilizados, os quais são vulneráveis a vírus, worms e outros softwares mal-intencionados, inclusive bugs e outros problemas que podem interferir inesperadamente na operação de seus sistemas. Adicionalmente, a Companhia também depende de determinados provedores externos de gerenciamento de dados, cujas limitações de capacidade, possíveis problemas de segurança e vulnerabilidades podem ter efeito sob a segurança da informação da Companhia e de seus clientes. Desta forma, um eventual ataque cibernético em seus sistemas ou mesmo em seus provedores podem afetar negativamente a Companhia, ocasionando interrupções e atrasos em seus sistemas e danos a sua reputação, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

***Falhas ou violações em processos críticos dos sistemas automatizados da Companhia podem temporariamente interromper os negócios da Companhia, aumentando as despesas e causando perdas, o que pode afetá-la adversamente.***

A Companhia está sujeita ao risco de interrupção temporária nos sistemas automatizados que utiliza, proveniente de uma série de fatores, incluindo eventos que estão total ou parcialmente fora de controle da Companhia, como por exemplo: falhas elétricas ou de telecomunicações, colapsos nos sistemas abastecedores, falhas nos sistemas automatizados ou outros eventos afetando terceiros com os quais são realizados negócios, incluindo câmbio, câmaras de compensação, intermediários financeiros ou provedores de serviços e, eventos atípicos relacionados a problemas sociais e ataques cibernéticos. Situações como as citadas podem resultar em custos adicionais, paradas nas operações e perdas de receita, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

***Decisões judiciais e administrativas desfavoráveis podem afetar adversamente os nossos resultados operacionais.***

A Companhia e suas controladas estão no polo passivo em diversas processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, cível, administrativa, trabalhista, entre outros. O valor de provisões da Companhia em relação a essas questões é substancialmente inferior ao valor total das reivindicações feitas contra ela, e em razão das incertezas envolvidas nessas reivindicações e processos, não há garantia de que a decisão final dessas questões não excederá significativamente as provisões atualmente acumuladas pela Companhia. Decisões judiciais desfavoráveis à Companhia e suas controladas em processos judiciais e administrativos podem resultar em danos reputacionais, além de ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia. Para mais informações, vide item 4.3 deste Formulário de Referência.

***Qualquer desequilíbrio entre nossa carteira de crédito e nossas fontes de recursos poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e nossa capacidade de ampliar nossas operações de crédito.***

Estamos expostos a determinados desequilíbrios entre nossos créditos e obrigações com relação às taxas de juros e prazos de vencimento praticados, em especial no crédito imobiliário. Nessa modalidade de crédito os recursos são captados sobretudo via caderneta de poupança, que tem liquidez imediata para o aplicador, e destinados a financiamentos de longo prazo para aquisição de imóveis. Um aumento nas taxas de juros no Brasil poderia aumentar nosso custo de captação, em especial o custo dos depósitos a prazo, ou nos forçar a reduzir o spread que praticamos sobre os empréstimos que concedemos, afetando adversamente os resultados de nossas operações. Qualquer descasamento fora do curso normal de nossos negócios entre o vencimento de nossas operações de crédito e de nossas fontes de recursos potencializaria o efeito de desequilíbrios nas taxas de juros, representando, ainda, risco de liquidez caso não tenhamos uma captação de recursos contínua. Um aumento no custo total de nossas fontes de captação por quaisquer desses motivos poderá implicar um aumento nas taxas de juros que cobramos sobre os créditos que concedemos, podendo, conseqüentemente, afetar nossa capacidade de atrair novos clientes. Uma queda no crescimento das nossas operações de crédito poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

***Flutuações das taxas de juros e outros fatores poderão afetar as obrigações da Companhia nos termos de fundos de pensão de seus empregados.***

A Companhia patrocina alguns planos de benefício definido de previdência os quais beneficiam alguns de seus funcionários atuais e ex-funcionários. Neste tipo de plano de previdência, o risco atuarial (risco associado ao descasamento das premissas de que o custo dos benefícios seja maior que o esperado) e o risco de investimento recaem parcial ou inteiramente sobre a Companhia.

Para determinar a situação de custeio de cada plano de pensão de benefício definido e, por conseguinte, as reservas registradas necessárias ao futuro pagamento dos beneficiários, a Companhia realiza avaliação atuarial com base em premissas e projeções, podendo estar sujeitas a subdimensionamento no longo prazo, em eventos como comportamento de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, etc. A Companhia não tem controle sobre os fatores que podem afetar o custo de tais planos de benefício. Alterações no valor das obrigações nos termos dos planos de pensão de benefício definido podem fazer com que a Companhia aumente as contribuições a fim de reduzir ou liquidar os déficits, o que poderá afetar adversamente o negócio, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

***A diferença entre o valor relativo a efetiva contribuição da Companhia para planos de benefício definido de previdência de seus empregados e o valor de sua contabilização poderá afetar negativamente o Patrimônio Líquido da Companhia.***

O valor de contribuição da Companhia para custeio dos planos de benefício definidos é calculado anualmente de acordo com as taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Nos termos da legislação aplicável, para a contabilização do valor aportado em seu balanço patrimonial, a Companhia deve utilizar valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, subtraído o valor justo dos ativos do plano. Em caso de ocorrência de déficits nos resultados da Fundação Bannrisul, contribuições extraordinárias por parte dos patrocinadores podem ser requeridas. Tais riscos podem resultar em um aumento dos passivos da Companhia, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre a situação financeira da Companhia.

***A Companhia poderá não obter sucesso em suas novas estratégias de negócios.***

A capacidade da Companhia de colocar em prática suas novas estratégias de negócios depende de uma série de fatores, como (i) as condições políticas e econômicas nacionais, (ii) a manutenção de leis e regulamentos existentes, em especial aqueles relacionados ao Sistema Financeiro Nacional, (iii) sucesso na implementação das novas políticas creditícias, (iv) manutenção dos custos de captação, (v) o desenvolvimento de infraestrutura tecnológica, (vi) o aumento da eficiência operacional, (vii) a criação de novos produtos, e (viii) a manutenção de sua posição no Estado do Rio Grande do Sul. A Companhia não pode assegurar que terá sucesso na implementação de suas novas estratégias diante das circunstâncias acima ou outras, o que pode causar um efeito adverso relevante na sua situação financeira e nos seus resultados operacionais.

***As atividades e realização do plano de negócios da Companhia podem ser afetados por danos à sua reputação.***

A Companhia depende de sua imagem e de sua credibilidade no mercado para gerar negócios. Diversos fatores podem causar danos à sua reputação e criar uma percepção negativa da instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, órgãos governamentais, comunidade ou supervisores, como o não cumprimento de obrigações legais, negócios irregulares com clientes, envolvimento com fornecedores, empregados e representantes com postura ética questionável, vazamento de informações de clientes, má conduta de seus colaboradores e falhas na gestão de riscos, entre outros. Além disso, a má conduta de terceiros, como parceiros de negócios, pode também, indiretamente, impactar a reputação da Companhia perante clientes, investidores e o mercado em geral. Danos à reputação da Companhia podem impactar de forma adversa os seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

***O valor recuperável do ativo imobilizado, ativos intangíveis e investimentos em participações societárias, utilizada no teste de imparidade, pode ser diferente do real valor recuperável desses ativos.***

As regras brasileiras e internacionais (IFRS) de contabilidade determinam que a Companhia deve mensurar o valor recuperável dos ativos de forma que eles não sejam registrados nas demonstrações contábeis por um valor superior ao valor passível de ser recuperado. Caso esta situação ocorra, uma perda por imparidade no montante da diferença entre esses dois valores é reconhecida no resultado. Com base nessas regras, a determinação do valor recuperável, para fins de teste de imparidade do ativo imobilizado, ativos intangíveis e investimentos em participações societárias, requer a utilização de estimativas baseadas em preços cotados no mercado, fluxos de caixa descontados ou alguma outra técnica de precificação, o que exige que a administração da Companhia faça julgamentos subjetivos e adote premissas que ela considere adequadas. A utilização de premissas e pressupostos inadequados pode representar um risco caso o valor real dos ativos sujeitos a testes de imparidade evidencie-se inferior às estimativas iniciais, o que acarretaria no reconhecimento de perdas por imparidade em um valor superior às respectivas provisões já constituídas pela Companhia, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

***Há a possibilidade de que os modelos, métodos de gestão e procedimentos adotados pela Companhia para o gerenciamento dos riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional não sejam totalmente eficientes para evitar a exposição a riscos não categorizados ou imprevistos.***

O conjunto de metodologias, políticas, processos e métodos utilizados pela Companhia na gestão dos riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional pode não capturar plenamente a exposição decorrente de riscos não categorizados ou imprevistos. Os modelos estatísticos e as ferramentas de gestão que são utilizados pela Companhia na estimativa de suas exposições baseiam-se em dados históricos e, dado o horizonte temporal considerado nas séries, podem não ser precisos na mensuração do capital para a cobertura de fatores imprevisíveis ou

não categorizados. Da mesma forma, os testes de estresse e as análises de sensibilidade, baseados em cenários macroeconômicos, podem não capturar todos os possíveis impactos em seus resultados. A Companhia pode incorrer, ainda, em perdas decorrentes de falhas, inadequações ou deficiências de seus processos internos, de seus funcionários, e de sistemas ou eventos externos, além de ocorrências que não sejam corretamente identificadas e tratadas pelos modelos afetos ao risco operacional adotados pela Companhia. Ademais, a política de alocação de capital da Companhia para os riscos não previstos ou identificados pode se revelar insuficiente, resultando em perdas maiores inesperadas ou maiores que as esperadas. Portanto, eventuais perdas da Companhia poderão ser significativamente maiores do que as indicadas nos relatórios divulgados ao mercado, já consideradas margem prudencial para este fim. Se esta situação ocorrer, ela poderá ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Diante da pandemia de Covid-19 e as medidas de isolamento determinadas pelos governos, a Companhia manteve suas atividades e adotou ações para minimizar a exposição de clientes e colaboradores ao contágio, que envolvem mudanças em políticas de crédito e rotinas operacionais. Dentre as ações tomadas destacam-se: o acionamento dos planos de continuidade operacional com direcionamento de colaboradores para trabalho remoto sem prejuízos à continuidade das atividades; a ampla divulgação dos canais de autoatendimento com tutoriais de acesso aos serviços e produtos; a manutenção do atendimento presencial mediante agendamento, com respeito às restrições vinculadas ao enfrentamento da pandemia e adoção de medidas extras de higienização; a prorrogação do vencimento de operações de crédito de clientes. Tais medidas podem sobrecarregar os sistemas da Companhia e aumentar o risco de indisponibilidade dos serviços. Ainda, as restrições no atendimento presencial podem expor a Companhia a maior ocorrência de fraudes. A manutenção das medidas de isolamento pode impactar na capacidade de pagamento dos clientes, aumentando o risco de crédito.

***Uma parcela substancial dos ativos que a Companhia detém é representada por títulos e valores mobiliários de emissão do Governo Federal, os quais estão sujeitos às variações de mercado, que podem gerar impactos significativos sobre o resultado de suas operações.***

As operações compromissadas com outras instituições são utilizadas para administração da posição de liquidez da Companhia. Essas operações, via de regra, tem prazo de um dia útil e ocorrem mediante a compra ou venda de títulos públicos federais e tem rentabilidade definida no ato da negociação em função do compromisso de recompra ou revenda, conforme o caso. Tais operações são realizadas com o objetivo de incrementar as fontes de recursos e ampliar a liquidez da gestão de caixa da Companhia. Neste sentido, as perdas resultantes de rendimentos dessas carteiras de títulos e valores mobiliários poderão vir a impactar negativamente o resultado das operações da Companhia. Além disso, qualquer falha por parte do Governo Federal em realizar pagamentos, nos termos e condições estabelecidos nos títulos e valores mobiliários emitidos pelo Governo Federal ou pelo Banco Central, terá um efeito material adverso na situação financeira e nos resultados das operações da Companhia.

***Uma deterioração de classificação de crédito/risco poderá aumentar os custos de captação.***

Os custos de captação da Companhia são influenciados por inúmeros fatores, incluindo alguns fora de seu controle, tais como as condições da economia no Brasil e o ambiente regulatório para o setor bancário brasileiro. Qualquer mudança desfavorável nesses fatores poderá causar um impacto negativo em sua classificação de crédito, na medida em que fatores como recessão e desemprego podem reduzir a capacidade de solvência dos clientes da Companhia. Esse impacto adverso na classificação de crédito da Companhia poderá restringir ou prejudicar a sua capacidade de captar recursos, ceder carteiras de crédito ou emitir títulos e valores mobiliários em termos competitivos, aumentando o seu custo de captação ou até mesmo impossibilitando as captações.

***A Companhia não pode assegurar que depósitos a prazo, uma importante fonte de recursos para a Companhia, continuarão disponíveis em termos favoráveis.***

Depósitos a prazo representam uma importante fonte de recursos para a Companhia. A capacidade da Companhia de obter recursos adicionais dependerá, dentre outros fatores, do seu desempenho e das condições de mercado e cenário econômico brasileiro e gaúcho no futuro. A Companhia não pode assegurar que os depósitos a prazo continuarão disponíveis em termos favoráveis. Se não conseguir obter novos recursos, a Companhia poderá não ter condições de continuar a ampliar sua carteira de crédito ou responder de forma eficaz a mudanças nas condições de negócio e pressões competitivas, o que poderá afetar adversamente seus negócios, situação financeira ou resultado operacional.

***A Companhia pode não ser capaz de impedir que seus administradores, empregados ou terceiros, agindo em seu nome, envolvam-se em situações qualificáveis como corrupção no Brasil ou em qualquer outra jurisdição.***

A Companhia está sujeita a legislações anticorrupção brasileira e estrangeiras. Essas legislações requerem adoção de procedimentos de integridade, visando a mitigar o risco de que qualquer pessoa, agindo em nome da Companhia, possa oferecer vantagem indevida a agente público, visando a auferir benefícios de qualquer ordem. As legislações de alcance transnacional, incluindo, mas sem limitação, a U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977 e o UK Bribery Act de 2000, além da Lei Federal nº 12.846/13, preveem a adoção de políticas e procedimentos específicos para a prevenção e o combate a atos ilícitos ligados à corrupção de entes da administração pública e de representantes do governo, que tenham como finalidade assegurar qualquer tipo de vantagem e requerem que a Companhia mantenha seus livros e registros corretos e um sistema de controles internos para certificar a veracidade desses livros e registros e prevenir atividades ilegais. Caso as políticas e procedimentos adotados pela Companhia, destinados a prevenir suborno e outras práticas ilícitas, inclusive as descritas acima, não sejam

capazes de impedir ação voluntária ou inadvertida de seus administradores, empregados ou terceiros que, agindo em seu nome, configure legalmente um ato de corrupção, uma vantagem indevida ou outras práticas ilícitas, as autoridades governamentais, às quais a Companhia está sujeita, e têm o poder e a autoridade de lhe impor multas e outras penalidades, além de ter o dever de buscar a reparação pelos danos eventualmente decorrentes dos atos ilícitos. Além disso, os negócios e reputação da Companhia poderão ser afetados, caso a Companhia ou seus administradores venham a figurar como réus ou investigados em procedimentos relacionados a corrupção, fraude, improbidade administrativa, crimes econômicos e condutas anticompetitivas, dentre outras condutas ilícitas. A Companhia não possui meios de verificar de forma independentemente as informações ou declarações disponibilizadas por suas contrapartes sobre a correta aplicação de leis e regulamentos, o que pode não ser eficaz na prevenção de que suas contrapartes utilizem os relacionamentos estabelecidos com a Companhia para ato de corrupção. Se a Companhia for associada ou mesmo acusada de estar envolvido em casos de corrupção, sua reputação pode ser afetada. Ainda, a Companhia poderia estar exposta a sanções administrativas e judiciais, bem como a eventual efeito material adverso relevantes sobre seus os seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

***Os riscos de liquidez e financiamento são inerentes aos negócios da Companhia e podem ter um efeito adverso relevante sobre os seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.***

Risco de liquidez é o risco da Companhia de não ter recursos financeiros suficientes para adimplir com as suas obrigações em suas respectivas datas de vencimento ou de garantir tais obrigações a um custo excessivo. Este risco é inerente a qualquer banco comercial e de varejo, e pode ser intensificado por inúmeros fatores específicos de cada empresa, incluindo a dependência excessiva de uma fonte particular de captação de recursos, mudanças nas classificações de crédito ou fenômenos de grande amplitude no mercado, como o deslocamento do mercado. A Companhia não pode garantir que, no caso de uma escassez repentina ou inesperada de *funding* no sistema bancário, será capaz de manter níveis de financiamento sem incorrer: (i) em custos mais elevados, (ii) na redução nos prazos dos instrumentos de financiamento ou (iii) na liquidação de determinados ativos sem impacto negativo em seus preços. Os processos de gestão de liquidez adotados pela Companhia poderão ser afetados por fatores sistêmicos do mercado. Além disso, restrições adversas ou contínuas na oferta de liquidez, incluindo os empréstimos interbancários, têm afetado e podem continuar a afetar de modo adverso e relevante o custo do financiamento do negócio da Companhia, e restrições extremas de liquidez podem afetar as operações atuais e a capacidade de cumprir com as exigências regulatórias de liquidez da Companhia, assim como limitar as suas possibilidades de crescimento. A interrupção e volatilidade nos mercados financeiros globais podem afetar adversamente na habilidade da Companhia de acessar capital e liquidez em termos aceitáveis. O custo da Companhia para obter financiamento está diretamente relacionado com as taxas de juros predominantes no mercado e o *spread* de crédito da Companhia pode aumentar significativamente o seu custo de financiamento. Mudanças no *spread* de crédito da Companhia são motivadas pelo mercado e podem ser influenciadas por percepções do mercado sobre a capacidade creditícia da Companhia. Mudanças na taxa de juros e no *spread* de crédito ocorrem continuamente e podem ser imprevisíveis e altamente voláteis.

Se o financiamento dos mercados de atacado cessar ou se tornar insuficiente, ou se tornar excessivamente caro, a Companhia pode ser forçada a aumentar a taxa de retorno que ela paga aos depósitos realizados. A continuação ou agravamento dessa condição adversa do mercado ou o aumento na taxa básica de juros podem ter um efeito adverso relevante na capacidade da Companhia de acessar a liquidez e no custo de financiamento. A Companhia depende, e continuará a depender, sobretudo, de depósitos comerciais para financiar as suas atividades de empréstimo. Este tipo de financiamento é influenciado por uma variedade de fatores externos, tais como as condições econômicas gerais e a confiança dos depositantes comerciais na economia, a indústria de serviços de financiamento, a disponibilidade e extensão das garantias de depósito, assim como a competição entre os bancos ou a competição com outros produtos, tais como os fundos mútuos. Estes e outros fatores pode aumentar significativamente o montante de retirada de depósitos comerciais em um curto período de tempo ou afetar a rolagem depósitos a prazo, acarretando na redução da habilidade da Companhia de acessar o financiamento por depósito comercial, o que, poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

O Plano de Contingência de Liquidez da Companhia pode não contemplar todas as medidas necessárias para o reestabelecimento do nível desejado de liquidez, para que seja possível cumprir as suas obrigações esperadas e inesperadas, uma vez que dependendo do tipo de crise, novas ações não previstas anteriormente podem ser necessárias. Isto pode fazer com que a Companhia fique mais vulnerável diante da crise e fazer com que os responsáveis pela execução do plano adotem medidas que não foram previstas no plano original.

***O valor das garantias dos empréstimos da Companhia pode não ser suficiente, e ela pode não ser capaz de realizar o valor total das garantias de sua carteira de crédito.***

O valor das garantias da carteira de crédito da Companhia pode flutuar ou cair devido a fatores além de seu controle, incluindo fatores macroeconômicos que afetem a economia global, do Rio Grande do Sul e a do Brasil. O valor das garantias da carteira de crédito da Companhia poderá ser afetado negativamente por eventos de força maior, como desastres naturais, particularmente em locais em que uma parte significativa da carteira de crédito da Companhia é composta de créditos imobiliários. A Companhia poderá não ter informações atualizadas sobre o valor das garantias, o que pode resultar em uma avaliação imprecisa de perdas por redução ao valor recuperável de seus empréstimos garantidos. Se qualquer das circunstâncias mencionadas acima ocorrer, a Companhia precisará constituir provisões adicionais para cobrir prejuízos reais de perdas por redução ao valor recuperável de seus empréstimos, o que poderá afetar de forma adversa e relevante os seus resultados de operações e sua condição financeira.

***A Companhia está sujeita a riscos de mercado, operacionais e outros, associados com as transações de derivativos e posições de investimento da Companhia, os quais podem ter efeito adverso sobre a Companhia.***

A Companhia celebra transações de derivativos, sobretudo para propósitos de *hedging*. A Companhia está sujeita a riscos de mercado, de crédito e operacionais associados a essas transações, incluindo o risco básico (risco de perda associado a variações no spread entre o retorno do ativo e a captação de fundos e/ou custo de *hedge*) e risco de crédito ou inadimplência (risco de insolvência ou outras incapacidades de contrapartes em uma transação em particular para cumprir suas obrigações, incluindo o fornecimento de garantias suficientes). A Companhia também detém valores mobiliários na sua carteira como parte das estratégias de investimento e *hedging*. Quaisquer ganhos ou perdas futuras, realizados ou não realizados, desses investimentos ou de estratégias de *hedge* poderão ter impacto significativo sobre a receita da Companhia. Esses ganhos e perdas, contabilizados quando liquidadas as operações de instrumentos financeiros em data anterior ao vencimento ou quando avaliadas a valor de mercado, podem variar consideravelmente de um período para outro. Se, por exemplo, a Companhia celebrar transações com derivativos para se proteger contra desvalorizações do real ou reduções das taxas de juros, e o real se valorizar ou as taxas de juros aumentarem, a Companhia poderá incorrer em prejuízos financeiros. A Companhia pode não ser capaz de estimar corretamente o valor dos ganhos ou perdas em períodos futuros, e as variações verificadas entre um período e outro não servem como ponto de referência significativo para projeções de futuro. Os ganhos ou perdas na carteira de investimento da Companhia poderão criar volatilidade nos níveis de receita líquida, e é possível que a Companhia não proporcione retorno sobre sua carteira de investimento consolidada ou parte da carteira no futuro. Quaisquer perdas nos valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos poderão afetar de forma relevante e adversa a receita operacional e situação financeira da Companhia. Além disso, qualquer diminuição do valor desses valores mobiliários e carteiras de derivativos poderá resultar em diminuição dos índices de capital, o que poderá prejudicar a capacidade de realização de atividade creditícia da Companhia nos níveis atualmente previstos.

***A Companhia está sujeita a risco de contraparte em seu negócio bancário.***

A Companhia está exposta a riscos de contraparte e riscos de crédito associados às atividades de concessão de empréstimo. O risco da contraparte poderá advir do investimento em títulos de terceiros, celebração de contratos de derivativos nos termos dos quais contrapartes tenham obrigações de efetuar pagamentos para a Companhia, ou assinar títulos, contratos de comercialização de futuros, moeda ou commodities de atividades comerciais que não são liquidadas no momento necessário em virtude da não entrega pela contraparte ou falha de sistemas pelos agentes de compensação, bolsas de valores ou outros intermediários financeiros. Habitualmente, a Companhia negocia com contrapartes do setor de serviços financeiros, inclusive corretores e *traders*, bancos comerciais, bancos de investimentos, fundos mútuos, fundos de *hedge* e outros clientes institucionais. Inadimplementos por certas instituições financeiras e do setor de serviços financeiros, e até mesmo rumores sobre sua solvência, podem levar a problemas de liquidez em todo o mercado e poderão acarretar perdas à Companhia por outras instituições. Várias das operações rotineiras nas quais participa expõem a Companhia a risco de crédito significativo no caso de inadimplemento por suas contrapartes relevantes. Caso esses riscos deem origem a perdas, isso poderá afetar de forma relevante e adversa os resultados operacionais e a situação financeira.

***A Companhia pode não ser capaz de obter e/ou renovar as licenças necessárias à condução de suas operações.***

A Companhia não pode assegurar que as licenças e/ou alvarás de uso e funcionamento necessários ao desenvolvimento das suas atividades, expedidos pelas prefeituras municipais e pelos corpos de bombeiros competentes e que devem ser obtidos e mantidos válidos para cada uma de suas agências e demais estabelecimentos relevantes, serão regularmente mantidos em vigor ou tempestivamente renovados junto às autoridades públicas competentes. A não obtenção ou a não renovação de tais licenças e alvarás pode resultar na aplicação de sucessivas multas e, conforme o caso, no fechamento dos estabelecimentos irregulares, com interrupção das suas atividades. Caso ocorra o fechamento, ainda que temporário, de alguma das agências da Companhia, os seus negócios e resultados podem ser adversamente afetados.

***b. riscos relacionados a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle***

***A Companhia é controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, cujos interesses podem ser divergentes dos interesses da Companhia e de seus demais acionistas.***

A Companhia é instituição financeira controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, cujos interesses podem divergir dos interesses da Companhia e de seus demais acionistas. Na data deste Formulário de Referência, o Estado do Rio Grande do Sul detinha o controle da Companhia, garantindo a aprovação de ações/políticas que visem aos interesses do Estado do Rio Grande do Sul, e que necessitem da aprovação dos acionistas ou da administração da Companhia, tais como transações com partes relacionadas, reorganizações societárias, pagamento de dividendos, abertura de pontos de atendimento em comunidades de pequeno porte, escolha da maioria dos administradores etc. Portanto, o Estado do Rio Grande do Sul tem influência significativa nas decisões estratégicas da Companhia. Tal influência pode levar a Companhia a adotar determinadas medidas destinadas a promover os objetivos políticos, econômicos ou sociais do Estado do Rio Grande do Sul, e não exclusivamente para promover seus próprios negócios e fomentar o seu resultado operacional. A eventual adoção pela Companhia de medidas em benefício dos interesses do Estado do Rio Grande do Sul poderá ser contrária aos interesses da Companhia e dos seus demais acionistas, e poderá ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

***A Companhia é uma sociedade de economia mista e está sujeita a alterações do seu quadro de administradores em função de alterações do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o que poderá causar efeito um material desfavorável à implementação da atual estratégia de negócios da Companhia.***

O Estado do Rio Grande do Sul é responsável pela nomeação da maioria dos membros de Conselho de Administração da Companhia e, conseqüentemente, de todos os membros de sua Diretoria. Mudanças na administração do Estado do Rio Grande do Sul, como as que ocorrem em decorrência das eleições realizadas a cada quatro anos, podem levar a mudanças na administração da Companhia. Referidas mudanças na administração da Companhia pode gerar solução de continuidade na estratégia de negócios, o que, conseqüentemente, pode ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

### **c. riscos relacionados a seus acionistas**

***A volatilidade e a baixa liquidez dos mercados podem, eventualmente, reduzir a capacidade de os investidores venderem as ações da Companhia no mercado pelo preço desejado e no momento oportuno.***

O investimento em valores mobiliários, tais como as ações de emissão da Companhia, representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, está sujeito à volatilidade do mercado de capitais. Investimentos no mercado de capitais brasileiro, inclusive nas ações de emissão da Companhia, estão sujeitos a riscos de natureza econômica e política, que envolvem, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de receber pagamentos, no todo ou em parte, relativo a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e à repatriação de capital. Não é possível garantir que um mercado de negociação líquida e ativa para as ações de emissão da Companhia irá se desenvolver ou se manter líquido e ativo. Esses fatores podem afetar desfavoravelmente o valor de mercado e a liquidez das ações ordinárias e das ações preferenciais classe B de emissão da Companhia, o que poderá limitar a habilidade do investidor de revender as ações ordinárias e as ações preferenciais classe B de emissão da Companhia ao preço e no tempo desejado.

***Um mercado ativo e líquido para as Ações Ordinárias pode não se desenvolver, o que limitaria a habilidade do investidor de vender no mercado secundário as Ações Ordinárias ao preço e no tempo desejado.***

Mercados de negociação líquida e ativa geralmente resultam em menor volatilidade de preços e na execução mais eficiente de pedidos de compra e venda para os investidores. A liquidez do mercado de títulos e valores mobiliários é geralmente em função do volume das ações que são mantidas em circulação, dentre outros fatores. As ações ordinárias de emissão da Companhia nunca tiveram um histórico significativo de negociação ou liquidez no mercado, que sejam suficientes até a data deste Formulário de Referência para estabelecer o preço nas nossas ações ordinárias. Assim, atualmente, não existe mercado para as ações ordinárias, e não podemos garantir que um mercado de negociação líquida e ativa vai se desenvolver ou se sustentar. Esses fatores podem afetar desfavoravelmente o valor de mercado e a liquidez das ações ordinárias, o que limitará a habilidade do investidor de revendê-las ao preço e no tempo desejado.

***A relativa volatilidade e a falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro podem limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações ao preço e na ocasião desejados.***

O investimento em valores mobiliários, tais como as ações da Companhia, representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em nossas ações estão sujeitos à volatilidade do mercado de capitais. Investimentos no mercado de capitais brasileiro, inclusive em nossas ações, estão sujeitos a riscos de natureza econômica e política, que envolvem, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de receber pagamentos, no todo ou em parte, relativo a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e à repatriação de capital. Além disso, a eventual falta de liquidez no mercado de títulos e valores mobiliários pode limitar substancialmente a capacidade dos investidores em vender nossas ações ao preço e na ocasião desejadas. Não podemos garantir que um mercado de negociação líquida e ativa para as nossas ações vai se desenvolver ou se sustentar. Esses fatores podem afetar desfavoravelmente o valor de mercado e a liquidez das nossas ações, o que poderá limitar a habilidade do investidor de revender nossas ações ao preço e no tempo desejado.

***Poderá haver diluição do valor econômico do investimento dos investidores.***

Os detentores das ações de emissão da Companhia poderão sofrer imediata e substancial diluição de seus investimentos, caso a Companhia tenha necessidade de obtenção de capital para suas atividades por meio de emissão de novas ações. A Companhia poderá realizar esta emissão de novas ações por valor inferior ao valor contábil das ações de sua emissão na data em questão.

***Detentores de nossas Ações Preferenciais Classe B podem não receber dividendos.***

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia, a Companhia deverá pagar aos seus acionistas dividendos que representem no mínimo 25% de nosso lucro anual líquido levantado a partir de suas demonstrações financeiras não-consolidadas, conforme determinado e ajustado pela Lei das Sociedades por Ações. Este lucro ajustado pode, entretanto, em determinadas circunstâncias, ser usado para absorver perdas ou, ainda, para a constituição de reservas conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não

estar disponível para ser pago na forma de dividendos. Adicionalmente, ainda que a Companhia venha a apurar lucro em exercícios sociais futuros, dividendos podem não ser pagos se o Conselho de Administração da Companhia recomendar à assembleia geral de acionistas a não distribuição de tais dividendos em vista de nossa condição financeira. Por fim, as Ações Preferenciais Classe A de emissão da Companhia conferem aos seus titulares o direito a receber um dividendo correspondente a, no mínimo, 6,0% do quociente da divisão do valor de nosso capital social pelo número total de ações de emissão da Companhia. Na hipótese do lucro total a ser distribuído ser insuficiente para atingir este patamar assegurado aos titulares de Ações Preferenciais Classe A de emissão da Companhia, os demais acionistas, poderão não receber qualquer dividendo.

#### ***Ausência de direito de voto para as Ações Preferenciais Classe B.***

De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas e nosso Estatuto Social, os titulares das Ações Preferenciais Classe B não têm direito de voto, exceto em circunstâncias limitadas previstas na Lei das Sociedades por Ações. Desta forma, os titulares das Ações Preferenciais Classe B, de modo geral, não podem votar em nossas assembleias gerais.

#### **d. riscos relacionados a suas controladas e coligadas**

##### ***A Companhia pode ter seu resultado impactado em decorrência de sua participação em empresas controladas e coligadas.***

As empresas controladas e coligadas da Companhia estão sujeitas aos riscos inerentes às suas respectivas atividades. Eventuais insucessos em seus negócios serão reconhecidos contabilmente nos balanços da Companhia, segundo a legislação e princípios contábeis vigentes, o que poderá ter um efeito adverso e relevante na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

##### ***Eventuais desvios nas premissas utilizadas para precificação dos produtos de seguros e de previdência oferecidos pelas subsidiárias da Companhia podem causar um efeito adverso relevante na rentabilidade da Companhia.***

As subsidiárias da Companhia com atividades no segmento de seguros e previdência estabelecem preços e cálculos para esses produtos com base em estimativas atuariais ou estatísticas, que são revisadas periodicamente. A precificação de produtos de seguros e previdência é realizada com base em estimativas atuariais ou estatísticas, incluindo modelos, premissas e projeções que podem se provar incorretas em razão de sua subjetividade quanto ao nível ou tempo de recebimento ou pagamento de prêmios, contribuições, provisões, benefícios, reivindicações, despesas, juros, resultados de investimentos, aposentadoria, mortalidade, morbidade e persistência. Dessa forma, eventuais desvios nas premissas utilizadas para precificação dos produtos de seguros e previdência podem causar um efeito adverso relevante na rentabilidade das subsidiárias da Companhia. Adicionalmente, a revisão dos preços dos produtos de seguros e planos de pensão e a adequação de suas respectivas reservas podem não ser suficientes para garantir que os ativos da Companhia suportem suas responsabilidades, prêmios e contribuições futuras. Assim, na hipótese em que as reservas e prêmios futuros da Companhia sejam insuficientes para cobrir os futuros benefícios de apólices e sinistros, a Companhia poderá ser obrigada a elevar suas reservas e registrar tais efeitos em suas demonstrações contábeis, o que poderá ocasionar um efeito material adverso sobre os seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

#### **e. riscos relacionados a seus fornecedores**

A Companhia depende de terceiros para provimento de suporte de produtos e serviços importantes. Fornecedores terceirizados provêm componentes-chave da infraestrutura de negócios da Companhia, como sistemas de serviço de empréstimos e depósitos, conexão com internet e acesso à rede. Terceiros podem ser fontes de risco operacional para a Companhia, incluindo o que se refere a violações de segurança. Na medida em que a interconectividade com terceiros aumentar, a Companhia enfrentará ainda mais o risco de falha operacional com relação aos seus sistemas. A Companhia pode ainda ser solicitada a adotar medidas para proteger a integridade de seus sistemas operacionais, com isso aumentando seus custos operacionais e possivelmente reduzindo a satisfação dos clientes. Além disso, quaisquer problemas causados por terceiros, incluindo o não oferecimento à Companhia de seus serviços por qualquer razão, a execução de seus serviços de forma insatisfatória, ou a má conduta de funcionários e fornecedores, podem afetar a capacidade da Companhia de entregar produtos e serviços aos clientes e de outra forma conduzir as operações. A substituição dos fornecedores terceirizados pode também resultar em atrasos e despesas significativas. Qualquer um desses fatores poderá ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

#### **f. riscos relacionados a seus clientes**

##### ***O desempenho da economia do Estado do Rio Grande do Sul tem impacto significativo nas atividades e resultados da Companhia.***

Devido à expressiva concentração dos clientes no Estado do Rio Grande do Sul, as atividades e os resultados da Companhia são dependentes, em grande escala, do desempenho da economia do Estado do Rio Grande do Sul. Portanto, a redução na atividade econômica regional, entre outros efeitos, poderá reduzir a procura por crédito e pelos serviços bancários ofertados pela Companhia, aumentar o nível de inadimplência no crédito, aumentar o volume de saques de recursos depositados e, conseqüentemente, limitar as opções para a expansão dos negócios da Companhia. A combinação destes eventos, ou cada um deles individualmente, podem comprometer a estratégia de crescimento e, a geração

de resultados da Companhia, refletindo no valor de mercado de suas ações. Adicionalmente, certas áreas nas quais a Companhia atua estão sujeitas a riscos específicos com forte componente setorial, como a concessão de crédito ao setor agrícola, o qual pode ser impactado pelas condições climáticas no Estado do Rio Grande do Sul, o que poderá ocasionar uma redução na procura por soluções de crédito ofertadas pela Companhia, impactando diretamente seus resultados. Qualquer um desses fatores poderá ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

***Mudanças no perfil dos negócios da Companhia podem afetar negativamente a carteira de crédito.***

A experiência histórica da Companhia pode não ser indicativa de perdas de crédito futuras. Os riscos da carteira de crédito da Companhia estão associados ao risco de inadimplência dos setores nos quais atua, e alterações no perfil dos negócios da Companhia podem ocorrer em função do crescimento orgânico ou de fusões e aquisições, alterações nas condições econômicas locais e, em menor grau, no ambiente econômico internacional, além de alterações nos regimes fiscais aplicáveis aos setores nos quais a Companhia atua, entre outros fatores. Quaisquer alterações que afetem um dos setores ao qual a Companhia tenha exposição de crédito significativa podem afetar negativamente a carteira de crédito. Adicionalmente, alterações nas condições econômicas e políticas, desaceleração na demanda dos clientes, um aumento na concorrência de mercado e alterações regulatórias podem também afetar negativamente a taxa de crescimento e a composição da carteira de crédito da Companhia, o que pode ter um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

**g. riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue**

***Eventos e percepção de risco em outros países podem ter impacto negativo na economia brasileira e no preço de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores do Brasil.***

O valor de mercado de títulos de emitentes brasileiros é afetado pelas condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, assim como em outros países da América Latina e do mercado emergente. Apesar de as condições econômicas na Europa e Estados Unidos serem diferentes significativamente das condições econômicas no Brasil, as reações dos investidores aos desenvolvimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o valor de mercado de títulos de emissores brasileiros. Ademais, crises em outros países de mercado emergente poderão diminuir o interesse do investidor em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários. Isso pode afetar prejudicialmente o preço de mercado dos títulos, restringir o acesso aos mercados de capital e comprometer a habilidade de financiar as operações no futuro em termos favoráveis, ou em qualquer termo. Desde 2014 até a data deste Formulário de Referência, tem ocorrido um aumento na volatilidade em todo o mercado brasileiro, devido a, dentre outros fatores, incertezas sobre como os ajustes na política monetária nos Estados Unidos afetariam os mercados financeiros internacionais, o aumento na aversão ao risco a países do mercado emergente e incertezas com relação às condições macroeconômicas e políticas brasileiras. Essas incertezas tiveram efeito negativo sobre a Companhia e o valor de mercado de seus títulos e valores mobiliários.

Além disso, a Companhia está exposta às perturbações e volatilidade dos mercados financeiros mundiais devido aos seus efeitos sobre o ambiente financeiro e econômico, especialmente no Brasil, tais como o desaquecimento da economia, o aumento da taxa de desemprego, a diminuição do poder aquisitivo dos consumidores e a indisponibilidade de crédito. A Companhia fornece crédito para tomadores nacionais (com foco no Estado do Rio Grande do Sul) e estes efeitos poderiam afetar adversa e materialmente os clientes da Companhia e aumentar suas perdas com empréstimos e, como resultado, elevar o risco associado com sua atividade de fornecimento de créditos e levar-nos a realizar revisões correspondentes em seus modelos de gestão de riscos e de provisão contra créditos duvidosos. A instabilidade ou volatilidade dos mercados financeiros globais pode aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o ambiente financeiro e econômico do Brasil, o que pode ter efeito negativo relevante sobre a Companhia.

***A instabilidade política e as diversas investigações em andamento no Brasil podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia, além do preço de suas ações.***

O ambiente político do Brasil historicamente influenciou, e continua a influenciar, o desempenho da economia do país. Crises políticas afetaram, e continuam a afetar, a confiança dos investidores e do público em geral, o que resultou na desaceleração da economia e no aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. Atualmente, os mercados brasileiros estão enfrentando um aumento da volatilidade devido às incertezas relacionadas com as investigações de corrupção em curso, as quais estão sendo conduzidas pela Polícia Federal e o Ministério Público Federal, tais como as Operações Lava Jato, Zelotes, Greenfield, Eficiência e outras. Tais investigações tem tido impactos negativos sobre a economia e ambiente político brasileiro. Membros do Governo Federal e do Poder Legislativo, bem como altos funcionários de grandes empresas estão sendo processados por crime de corrupção, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, dentre outros crimes.

Ressalta-se que o potencial resultado das investigações sobre os esquemas de corrupção é incerto, mas as investigações já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e a reputação das empresas implicadas e sobre a percepção geral do mercado da economia brasileira. A Companhia não pode prever se tais alegações levarão a uma maior instabilidade política e econômica ou se novas alegações poderão envolver a Companhia, suas subsidiárias, subcontratados, colaboradores, clientes ou parceiros comerciais, impactando negativamente sua a imagem e reputação e o preço de suas ações, além de ter um efeito adverso relevante seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Além disso, os tribunais eleitorais brasileiros estão analisando diversas ações relativas, entre outros assuntos, a alegações de contribuições ilegais para campanhas políticas que não foram contabilizadas ou não divulgadas publicamente, incluindo contribuições feitas a diversos membros do atual Governo Federal e do Poder Legislativo, os quais são acusados de terem recebido recursos relacionados ao esquema de corrupção sob investigação nas operações da Polícia Federal e o Ministério Público Federal. O desenrolar de tais casos de conduta antiética podem afetar adversamente a economia brasileira, e conseqüentemente os negócios, a condição financeira e os resultados da Companhia.

***As autoridades brasileiras exercem influência sobre a economia brasileira. Alterações nas políticas monetária, fiscal e cambial podem nos afetar adversamente.***

As autoridades brasileiras intervêm com alguma frequência na economia brasileira por meio de alterações nas políticas fiscal, monetária e cambial, dentre outras, o que pode afetar negativamente a Companhia. Tais alterações podem impactar variáveis que são fundamentais para a estratégia de crescimento (tais como as taxas de câmbio e de juros, a liquidez do mercado monetário, a carga tributária e o crescimento econômico), limitando a atuação em determinados mercados, afetando a liquidez e a capacidade de pagamento dos clientes da Companhia. Incertezas sobre políticas econômicas futuras podem aumentar a volatilidade no mercado de capitais brasileiro, a qual, por sua vez, pode ter relevante efeito adverso na Companhia. Outros desdobramentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil, e no exterior, que tenham impacto no Brasil também podem afetar a Companhia.

***O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Alterações nas políticas monetária, fiscal e cambial podem afetar adversamente os negócios e resultados Companhia.***

O Governo Federal frequentemente intervém na economia brasileira e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicaram em alterações das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. As atividades da Companhia, condição financeira, resultados operacionais, futuros negócios e o valor de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderão vir a ser afetados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- política monetária e cambial;
- taxas de juros;
- mudanças nas regras e práticas contábeis;
- políticas governamentais aplicáveis às nossas atividades, especialmente tributária;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior e ao investimento estrangeiro no país;
- inflação;
- instabilidade social;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- política fiscal;
- acionamento de energia elétrica; e
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. Outros desdobramentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil, e no exterior, que tenham impacto no Brasil também podem vir a ter um efeito adverso relevante os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia

***A Companhia está sujeita a riscos associados ao ambiente cada vez mais competitivo e às recentes consolidações do setor bancário brasileiro.***

O mercado brasileiro de serviços financeiros e bancários é altamente competitivo. A Companhia enfrenta significativa concorrência de outros grandes bancos brasileiros e internacionais, bem como de outras empresas que competem nos mercados nos quais a Companhia atua. A concorrência intensificou-se como resultado das consolidações recentes entre as instituições financeiras no Brasil e de normas que aumentam a capacidade do cliente de transferir negócios de uma instituição financeira para outra. Essa crescente concorrência pode afetar a Companhia negativamente, entre outros fatores, limitando a capacidade de reter ou aumentar a base de clientes existentes e expandir as operações da Companhia, ou impactando as tarifas e taxas que a Companhia pratica, reduzindo as margens de lucro sobre os serviços bancários e outros serviços e produtos que a Companhia oferece, o que pode ter um efeito adverso relevante os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

#### **h. riscos relacionados à regulação dos setores em que o emissor atue**

***A Companhia está sujeita à fiscalização pelas autoridades fiscais, e uma interpretação incorreta da Companhia das leis e regulamentos fiscais pode ter um efeito adverso substancial sobre a Companhia.***

A elaboração das declarações e os recolhimentos de tributos da Companhia exigem o uso de estimativas e interpretações de leis tributárias complexas e estão sujeitos à fiscalização por parte das autoridades fiscais brasileiras. As leis tributárias no Brasil são complexas e sujeitas a interpretações divergentes entre contribuinte e as autoridades fiscais, o que resulta em períodos de análise prolongados até que se chegue a uma resolução final. Ao estabelecer uma provisão para despesas de imposto de renda e preenchimento de declarações, a Companhia deve fazer julgamentos e interpretações sobre a aplicação dessas leis tributárias complexas. Se o julgamento, estimativas e premissas que a Companhia usa na elaboração de suas declarações fiscais e no recolhimento dos tributos devidos se demonstrarem incorretos, isto pode ter um efeito adverso relevante os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

***O Governo Federal regula as operações das instituições financeiras e alterações nas leis e nos regulamentos existentes ou a imposição de novas leis e regulamentos podem afetar negativamente as operações e receitas da Companhia.***

Na qualidade de instituição financeira, a Companhia está inserida em mercado que se caracteriza por extensa e contínua fiscalização regulamentar por parte do governo brasileiro, especificamente do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e do Conselho Monetário Nacional, os quais, em cada caso, afetam substancialmente os negócios da Companhia. Não há controle dos bancos e demais instituições financeiras sobre a regulamentação governamental a qual pode afetar as operações da Companhia, inclusive, mas sem limitação, a imposição de:

- a) exigências de capital mínimo;
- b) requisitos de depósitos compulsórios/reservas;
- c) requisitos de investimento em ativos fixos;
- d) requisitos contábeis e estatísticos;
- e) limites de empréstimos e outras restrições de crédito;
- f) margens de solvência; e
- g) políticas obrigatórias de provisionamento.

As leis, regulamentos e políticas às quais a Companhia está sujeita podem ser alteradas a qualquer momento. Adicionalmente, a interpretação e aplicação, pelos órgãos regulatórios, das leis e regulamentações às quais a Companhia está sujeita também podem, de tempos em tempos, ser alteradas. A maneira como essas leis e regulamentações relacionadas são aplicadas às operações das instituições financeiras ainda está evoluindo. Além disso, na medida em que essas regulamentações adotadas recentemente sejam implementadas de forma inconsistente, a Companhia pode enfrentar um aumento nos custos de conformidade. Quaisquer medidas legislativas ou regulatórias e quaisquer alterações exigidas das operações de negócio da Companhia resultantes de referidas leis e regulamentos, assim como qualquer deficiências na conformidade com tais leis e regulamentos, podem acarretar perda significativa de receita para a Companhia, limitar sua capacidade de buscar oportunidades de negócio e de ofertar certos produtos e serviços, afetar o valor dos ativos detidos pela Companhia, obrigar a Companhia a aumentar os preços e assim reduzir a demanda pelos produtos da Companhia, impor custos de conformidade e outros adicionais à Companhia ou de alguma forma, prejudicar seus negócios. Em especial, as ações legislativas ou regulamentares que resultem no aprimoramento de normas prudenciais, no que diz respeito ao capital e à liquidez, poderia impor uma carga regulamentar significativa a Companhia ou às suas subsidiárias podendo limitar a distribuição de capital e liquidez da Companhia, impactando negativamente a Companhia.

Os futuros padrões de liquidez podem exigir maior proporção dos ativos em instrumentos financeiros de alta liquidez da Companhia, mas de menor rendimento, o que afetaria a margem financeira. Além disso, as autoridades reguladoras da Companhia, como parte de sua função de supervisão, revisam periodicamente a provisão para perdas decorrentes de empréstimos inadimplidos. Tais reguladores podem exigir que a Companhia aumente sua provisão para perdas de crédito ou para reconhecer outras perdas. Quaisquer provisões adicionais para perdas decorrentes de empréstimos inadimplidos, conforme exigido por essas agências reguladoras, cujas opiniões possam diferir daqueles da administração da Companhia, poderia surtir efeito adverso sobre os resultados e condição financeira da Companhia. Assim sendo, não é possível garantir que futuras alterações de regulamentações ou de sua interpretação ou aplicação não prejudicarão a Companhia.

Como algumas das leis e regulamentações do setor bancário foram emitidas ou entraram em vigor recentemente, a maneira com a qual essas lei e regulamentações relacionadas são aplicadas às operações das instituições financeiras ainda está evoluindo. Além disso, na medida em que essas regulamentações adotadas recentemente sejam implementadas de forma inconsistente no Brasil, a Companhia pode enfrentar um aumento nos custos de conformidade. Não é possível dar garantias de que essas leis e regulamentações serão adotadas, cumpridas ou interpretadas de um modo que não tenha efeito adverso relevante nos negócios da Companhia e nos resultados das operações. Além disso, autoridades regulatórias possuem critérios substanciais sobre como regulamentar bancos, e esses critérios, e os mecanismos regulatórios disponíveis para os reguladores, tem aumentado durante os últimos anos. Regulação pode ser imposta sobre governo e por reguladores em resposta a crises, e isso pode afetar especialmente instituições financeiras tais como a Companhia que pode ser considerada sistematicamente importante.

Ademais, as autoridades reguladoras dispõem de poder substancial e com ampla margem de discricionariedade no que diz respeito à forma de regulamentar os bancos. Regulamentação pode ser imposta, de caso a caso, pelos governos e em resposta a uma crise, podendo afetar especialmente instituições financeiras, como a Companhia. Além disso, o volume, granularidade, frequência e a dimensão das exigências

referentes à regulação e apresentação de relatórios regulamentares necessitam de uma estratégia de dados clara para possibilitar a consistente agregação, divulgação e administração de dados. A administração inadequada de sistemas ou processos de informações, podem levar a uma falha em cumprir as exigências de apresentação de relatórios regulamentares ou outras exigências de informações internas ou externas e a Companhia poderá enfrentar medidas fiscalizatórias como consequência.

A estrutura regulatória do sistema bancário está em contínua evolução. As normas regulamentares sofrem alterações e, o modo pelo qual elas são aplicadas e interpretadas, pode mudar, e novas normas serem adotadas. A ocorrência de tais mudanças pode afetar significativamente e, de modo adverso, às operações e receitas da Companhia.

O governo brasileiro institui regularmente reformas para regimes fiscais que afetam todo o mercado. A criação de novos tributos ou o aumento nas taxas de incidência dos atuais impostos são exemplos de mudanças que não se pode prever, mas que podem ter efeito adverso sobre os negócios. Além do exposto, tais mudanças podem gerar incertezas no sistema financeiro, aumentando o custo dos empréstimos e potencializando a inadimplência.

***A volatilidade cambial poderá ter efeito negativo substancial sobre a economia brasileira e sobre os negócios da Companhia.***

Durante as últimas décadas, a moeda brasileira passou por variações frequentes e substanciais em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. A desvalorização do real com relação ao dólar norte-americano criou ainda mais pressões inflacionárias no Brasil, o que ocasionou em aumentos nas taxas de juros, limitou o acesso de sociedades brasileiras a mercados financeiros estrangeiros e resultou na implementação de políticas de recessão pelo governo brasileiro. A desvalorização do real também pode, no contexto de uma desaceleração econômica, resultar em redução de gasto da população, pressões de deflação e crescimento reduzido da economia brasileira como um todo, e desse modo prejudicar a base de ativo, condição financeira e resultados de operações. Além disso, uma desvalorização do real poderá tornar as obrigações e financiamentos mais onerosos denominados em moedas estrangeiras, afetar negativamente o preço de mercado das carteiras de títulos e gerar consequências similares para os tomadores. Por outro lado, uma valorização do real em relação ao dólar e a outras moedas estrangeiras poderá causar uma deterioração das contas correntes brasileiras em moeda estrangeira, bem como desacelerar o crescimento impulsionado pelas exportações. Dependendo das circunstâncias, a desvalorização ou valorização do real poderia afetar de forma relevante e adversa o crescimento da economia brasileira, assim como o negócio, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

***A Companhia está sujeita à intervenção em potencial por seus reguladores ou supervisores, especificamente em resposta a reclamações de clientes.***

As atividades e operações da Companhia estão sujeitas a normas e regulamentos significativos cada vez maiores, necessários para conduzir negócios bancários e serviços financeiros. Esses são aplicáveis a operações comerciais, afetam retornos financeiros, incluem exigências de reserva e apresentação de relatórios, e regulamentos sobre prudência e conduta comercial. Essas exigências são estabelecidas pelos seus reguladores, supervisores e demais autoridades regulamentares pertinentes que autorizam, regulam e supervisionam as atividades da Companhia. Em suas funções de supervisão, os supervisores buscam manter a segurança e a estabilidade de instituições financeiras com o objetivo de fortalecer a proteção de clientes e do sistema financeiro. A supervisão contínua pelos supervisores de instituições financeiras é conduzida por meio de uma variedade de ferramentas regulamentares, inclusive a coleta de informações em forma de retornos prudenciais, relatórios obtidos de pessoas habilitadas, visitas a empresas e reuniões regulares com a administração para discutir questões tais como desempenho, administração de risco e estratégia.

Além disso, o volume, granularidade, frequência e escala de exigências de relatórios necessitam de uma estratégia de dados clara para possibilitar agregação de dados, relatórios e gestão consistente. Sistemas ou processos de gestão de informações inadequados, incluindo aqueles relacionados à segregação de dados e reporte de riscos, poderiam levar a uma impossibilidade de cumprir com as exigências de reporte regulatório e outras demandas de informações internas ou externas e a Companhia pode enfrentar medidas supervisórias como um resultado. Se a Companhia não cumprir os regulamentos pertinentes, haverá um risco de um impacto adverso em suas atividades proveniente de sanções, multas ou outras ações impostas pelas autoridades competentes. Os clientes de instituições de serviços financeiros, inclusive os clientes da Companhia, podem buscar ressarcimento se considerarem terem sofrido perda como resultado da venda indevida de um produto específico, ou por meio da aplicação incorreta dos termos e condições de um produto específico. Considerando a intrínseca imprevisibilidade de litígio e a avaliação de sentenças pelas autoridades competentes, é possível que um resultado adverso em algumas questões possa prejudicar a reputação ou surtir efeito prejudicial substancial nos resultados operacionais, situação financeira e perspectivas em virtude de quaisquer multas impostas ou compensação determinada, juntamente com os custos de defesa dessa ação, dessa forma reduzindo a lucratividade da Companhia.

***Os esforços do Governo para controlar a inflação e mudanças nas taxas de juros poderão restringir o crescimento da economia brasileira e prejudicar as atividades da Companhia.***

O Brasil registrou, no passado, índices de inflação extremamente elevados, o que obrigou o país a implementar políticas monetárias que resultaram em uma das taxas de juros mais elevadas do mundo. As medidas do governo brasileiro de combate à inflação, principalmente pelo Banco Central, tiveram e poderão no futuro ter efeitos significativos sobre a economia brasileira e o negócio da Companhia. Políticas

monetárias rígidas, com taxas de juros e exigências de depósito compulsório elevadas, poderão restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito, reduzir os volumes de empréstimos e elevar as provisões para perdas com empréstimos. Por outro lado, políticas menos rígidas do governo e do Banco Central e diminuições da taxa de juros poderão desencadear aumentos da inflação e, por conseguinte, crescimento da volatilidade e necessidade de aumentos de taxa de juros súbitos e significativos, o que poderia prejudicar os spreads da Companhia. A maior parte da receita, despesas, ativos e passivos da Companhia está diretamente atrelada a taxas de juros. Com isso, os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são afetados significativamente pela inflação, pelas oscilações das taxas de juros e pelas políticas monetárias governamentais relacionadas, os quais poderão ter um efeito adverso relevante sobre o crescimento da economia brasileira, sobre as carteiras de operações de crédito, sobre o custo financeiro e sobre as receitas de operações de crédito. Quaisquer alterações de taxas de juros poderão prejudicar o negócio, situação financeira e resultados operacionais da Companhia. Além disso, o aumento da taxa de juro básico pode prejudicar a Companhia pelo fato de reduzirem a demanda pelos produtos de crédito e investimento da Companhia, aumentarem os custos de captação e aumentar o risco de inadimplimento por parte dos clientes da Companhia.

***A adequação aos requerimentos mínimos de capital impostos à Companhia em decorrência da implementação do acordo de Basileia pode reduzir sua capacidade de alavancagem de negócios.***

A implementação das regras de Basileia no Brasil, especialmente com relação à exigência de capital, implicou em diversas modificações na forma de mensurar o capital para suportar os riscos inerentes às atividades bancárias. Novas exigências do Regulador podem implicar em maior necessidade de capital para suportar os negócios da Companhia. Conforme previsto na Resolução nº 4.192/13 do CMN, a partir de 1º de janeiro de 2015 a apuração do Capital Regulamentar deve ter como base o Conglomerado Prudencial, o que deu início a uma nova série de informações. A Resolução nº 4.193/13 do CMN definiu os limites mínimos para o Capital Principal, para Capital de Nível I e para o Patrimônio de Referência, além da introdução do Adicional de Capital Principal. A Resolução nº 4.443/15 do CMN alterou a apuração do Adicional de Capital Principal, que ficou definido como o somatório de três parcelas: ACPConservação, ACPContracíclico e ACPSistêmico.

Como medida complementar de risco, a partir de 10/2015 iniciou-se a apuração da Razão de Alavancagem, cujo requerimento mínimo de 3% foi definido pelo CMN com a publicação da Resolução nº 4.615/17, seguindo a mesma tendência do BIS (Banco de Compensação Internacional). Esse requerimento passa ou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018. Em decorrência das alterações nas regras de adequação de capital ou do desempenho da economia brasileira como um todo, a Companhia poderá ser afetada negativamente, implicando maior necessidade de capital e comprometendo sua capacidade de alavancagem. A Companhia pode, ainda, ser obrigada a limitar novos negócios, dispor de alguns ativos ou tomar outras medidas que podem afetar negativamente o resultado das operações e da situação financeira da Companhia.

***A concessão de crédito consignado está sujeita a mudanças nas leis e regulamentos, interpretações dos tribunais e/ou políticas de entidades públicas.***

Uma parcela significativa da carteira de crédito da Companhia é formada por créditos consignados a funcionários públicos e de empresas privadas, aposentados e pensionistas do INSS. O mecanismo de desconto em folha de pagamento é regulado por diversas leis e regulamentos, na esfera federal, estadual e municipal, que estabelecem limites de descontos e preveem a irrevogabilidade da autorização dada por um funcionário público ou privado ou beneficiário do INSS para dedução de valores para quitação do empréstimo. A Companhia não pode assegurar que as leis e os regulamentos relativos ao crédito consignado não serão alterados ou revogados no futuro. Dessa maneira, a edição de qualquer nova lei ou regulamento, ou mudança, revogação ou nova interpretação das leis ou regulamentos existentes que resulte em proibição, restrição ou que possa afetar adversamente nossa capacidade de efetuar essas deduções diretas poderá aumentar o perfil de risco da carteira de crédito, levando a Companhia a aumentar a taxa de juros de nossos empréstimos e conduzindo a um percentual mais alto de inadimplência; o que poderá afetar adversamente os resultados da Companhia.

***O controle de capitais implementado pelo Governo Federal pode afetar o negócio, as operações ou as perspectivas da Companhia.***

As operações de câmbio e comércio exterior no Brasil são regidas por regulações do Banco Central do Brasil e por legislação específica. Atualmente, o Banco Central do Brasil autoriza a compra e venda de moeda estrangeira observadas as operações vedadas pela legislação ou sujeitas à regulamentação específica, tais como as aplicações no exterior no mercado de capitais e de derivativos pelas pessoas físicas ou jurídicas em geral. O modelo cambial vigente manteve as premissas previstas na legislação federal, tais como:

- a) curso forçado da moeda nacional;
- b) operações sujeitas a registro no Banco Central do Brasil;
- c) formalização de operações via contrato de câmbio; e
- d) manutenção das regras relativas a capitais estrangeiros no País.

Eventos adversos podem fazer com que o Governo Federal adote política mais restritiva de movimentação de capitais, fatores que podem afetar a possibilidade de o Governo Federal impor restrições às operações de câmbio e de comércio exterior no Brasil a qualquer momento. Esses fatores incluem:

- a) montante de reservas cambiais;

- b) disponibilidade de dívidas estrangeiras suficientes na data em que o pagamento de uma obrigação seja devido;
- c) encargo do serviço da dívida do Brasil em relação à economia como um todo; e
- d) quaisquer restrições políticas a que o Brasil possa estar sujeito.

Quaisquer restrições podem afetar adversamente a capacidade da Companhia de efetuar pagamentos em moeda estrangeira para cumprir com obrigações fora do Brasil, o que pode ter resultados adversos relevantes nas perspectivas, nos negócios, na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

***As alterações nos lançamentos tributários e outros lançamentos fiscais podem nos afetar a Companhia desfavoravelmente.***

O governo brasileiro regularmente promulga reformas do regime fiscal e outros regimes de exigibilidade aos quais a Companhia e seus clientes estão sujeitos. Essas reformas incluem alterações na alíquota das tributações e, ocasionalmente, a promulgação de impostos temporários, cujos recursos são destinados a fins governamentais designados. Os efeitos dessas alterações e de quaisquer outras alterações resultantes de promulgação de reformas fiscais adicionais não foram e não podem ser quantificados, de forma que não é possível garantir que essas reformas, uma vez introduzidas, não prejudicarão o negócio da Companhia. Além disso, essas alterações poderão gerar incerteza no sistema financeiro, aumentando o custo da tomada de empréstimos e contribuindo para o aumento da carteira de crédito inadimplente da Companhia. Modificações na política fiscal, inclusive a criação de novos tributos, podem ocorrer com relativa frequência e essas modificações podem produzir efeito adverso na posição financeira ou nos resultados operacionais da Companhia. A título de exemplo, em 2011, o governo brasileiro instituiu o Imposto sobre Operações Financeiras (o "Imposto IOF") com a alíquota de 1,0% ao dia sobre o valor referencial da exposição cambial estrangeira, mas foi reduzido atualmente a zero em relação ao câmbio estrangeiro. As alíquotas do Imposto IOF aplicáveis a empréstimos locais concedidos a pessoas físicas jurídicas tem sido frequentemente ajustada (tanto aumentos quanto reduções) nos últimos anos. As alíquotas do Imposto IOF aplicáveis atualmente são de 1,5% para pessoas jurídicas e 3,0% para pessoas físicas. É impossível estimar o impacto que uma alteração nas leis tributárias ou na política fiscal surtirá nas operações. Por exemplo, o Imposto IOF consiste em uma ferramenta utilizada pelo governo brasileiro para regular a atividade econômica, e alterações no Imposto IOF podem afetar os volumes dos negócios de forma generalizada. O Congresso brasileiro poderá discutir amplas reformas fiscais no Brasil visando melhorar a eficiência da alocação de recursos econômicos, conforme proposto pelo poder executivo do governo federal brasileiro. Grandes reformas fiscais têm sido discutidas no Brasil nos últimos anos. Não é possível prever se essas reformas serão implementadas no futuro. Os efeitos dessas mudanças, se forem adotadas, e de outras alterações que podem resultar da adoção de reformas fiscais adicionais, não podem ser quantificados.

***A Companhia pode não ser capaz de detectar, integralmente ou em tempo hábil, lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e outras atividades ilegais ou impróprias.***

A Companhia está sujeita às leis e regulamentações e controles internos, tais como o Manual de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo, que dispõem sobre a prevenção e o combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e a outras atividades ilícitas, incluindo transações com alvos de sanções, nas jurisdições em que atua. Essas leis e regulamentos exigem, entre outras providências, que a Companhia adote e implemente políticas e procedimentos de "conheça o seu cliente" e de comunicação de operações suspeitas e de grande porte previstas em regulamentos para as autoridades competentes. Caso a Companhia não seja capaz de cumprir integralmente as leis e regulamentos aplicáveis, as agências governamentais reguladoras as quais responde, têm o poder e a autoridade de impor-lhe multas e outras penalidades, incluindo a determinação de uma análise completa dos sistemas do Banco, supervisões diárias por consultores externos e, em última instância, a revogação de licenças. Além disso, seus negócios, bem como sua reputação podem ser afetados caso seus processos, produtos e serviços sejam utilizados para lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, ou para outros fins ilegais ou impróprios. Adicionalmente a Companhia depende, em grande parte, que suas contrapartes mantenham e apliquem corretamente seus próprios procedimentos e políticas internas contra lavagem de dinheiro. Tais medidas de conformidade, procedimentos e políticas internas podem não ser totalmente eficazes para impedir que terceiros usem os serviços (e os das contrapartes relevantes) como canal para lavagem de dinheiro (incluindo operações ilegais de aplicações) sem o conhecimento da Companhia (ou de contrapartes relevantes do Banrisul). Se a Companhia for associada, ou mesmo acusada de estar associada à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo ou a outras práticas ilícitas, sua reputação pode ser afetada e/ou poderá estar sujeita a multas, sanções e/ou imposições legais que podem produzir efeitos adversos relevantes sobre seus resultados operacionais, condição financeira e perspectivas.

**i. riscos relacionados aos países estrangeiros onde o emissor atue**

***A Companhia está presente nos Estados Unidos da América e Ilhas Cayman. Neste contexto, mudanças adversas que afetem a economia dessas regiões, a regulamentação bancária local e as regras e definições de órgãos reguladores internacionais podem comprometer adversamente os resultados consolidados da Companhia.***

A atuação da Companhia no exterior está concentrada nas agências localizadas nas cidades de Miami (Estados Unidos) e Grand Cayman (Ilhas Cayman), e mudanças adversas que afetem a economia dos países onde se localizam podem impactar os resultados das respectivas dependências. Qualquer situação adversa que afete a economia dos países onde a Companhia atua pode gerar impactos nos resultados consolidados da Companhia e, a depender do mercado atingido, do perfil de clientes que a Companhia tem em cada um destes. Ainda,

alterações na regulamentação bancária dos países onde a Companhia atua e o cumprimento de regras e definições de órgãos reguladores internacionais podem acarretar efeitos materiais adversos relevantes nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

#### **j. riscos relacionados a questões socioambientais**

***Os negócios da Companhia poderão ter sua rentabilidade afetada pelas mudanças climáticas, considerando seus impactos nos empréstimos e nos financiamentos rurais.***

Em razão da atuação regionalizada da Companhia no Estado do Rio Grande do Sul, onde o setor primário tem grande relevância na composição da estrutura econômica, a carteira de crédito rural sofre significativa influência do clima. A possibilidade de quebra de safra decorrente de eventos climáticos implica em elevação do risco de crédito para a Companhia, não somente da carteira de crédito rural, mas também em relação aos demais setores nas regiões do Estado do Rio Grande do Sul cujo PIB tem forte participação do setor primário, o que pode ter um efeito adverso relevante nos negócios, na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

***A Companhia pode ser corresponsabilizada por eventuais danos ambientais provocados por seus clientes com recursos concedidos obtidos junto a ela.***

A Companhia está sujeita ao risco de ser corresponsabilizada pela ocorrência de danos ambientais provocados por seus clientes. Esse risco poder ser direto – como o risco legal por eventual corresponsabilização jurídica pela reparação dos danos, ou reputacional, uma vez que a imagem da Companhia pode ser associada ao dano ambiental –, como também indireto – como o risco de crédito do cliente devido a multas e penalidades, redução de negócios, depreciação de ativos e redução do valor das garantias. No âmbito social, a imagem da Companhia pode ser negativamente impactada se um cliente financiado adotar práticas relacionadas a trabalho infantil ou análogo a escravo, ou ainda à exploração sexual, igualmente.

## 4.2 - DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO

**4.2. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.**

### RISCO DE MERCADO

O Banrisul está exposto aos riscos de mercado decorrentes da possibilidade de perda financeira por oscilação dos preços e taxas de juros de mercados das suas operações, em razão do descasamento de prazos entre ativos e passivos, moedas e indexadores.

O gerenciamento do risco de mercado no Banrisul é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos, a qual é responsável por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de mercado do Banco, estabelecer limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco, identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

O risco de mercado é apurado tanto para as operações classificadas na carteira de negociação quanto para as operações não classificadas na carteira de negociação. A carteira trading compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem.

A carteira *banking* compreende todas as operações da Instituição não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda, ou seja, carteira de crédito, carteira de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósito a prazo, depósito de poupança e demais operações mantidas até o vencimento.

Na mensuração do risco de mercado da carteira trading utilizamos a metodologia *Value at Risk - VaR* para a apuração da exposição das operações com fator de risco de taxas de juros pré-fixadas. O *VaR* é uma medida da perda máxima esperada em valores monetários sob condições normais de mercado, em horizonte de tempo determinado de dez dias, com nível de probabilidade de 99%, utilizado para mensurar as exposições sujeitas a risco de mercado. Para a apuração das exposições nos demais indexadores é utilizada a metodologia *Maturity Ladder*.

A apuração do risco das operações da Carteira *Banking* é realizada por meio de modelo padronizado do Banco Central do Brasil através das metodologias de Abordagem de Valor Econômico, que consiste em avaliar os impactos de alterações nas taxas de juros no valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária do Banco - *Economic Value of Equity (EVE)*, pela Abordagem de Resultado de Intermediação Financeira que consiste em avaliar os impactos de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira na sua carteira bancária - *Net Interest Income (NII)* e também para Perdas e Ganhos Embutidos, que é a diferença entre o valor econômico das posições ativas, passivas e das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial (*off-balance sheet*) sujeitos ao IRRBB e o respectivo valor contábil.

A Instituição também realiza trimestralmente análise de sensibilidade com base em cenários específicos para cada fator de risco. O objetivo é mensurar o impacto das oscilações de mercado sobre as carteiras da Instituição e a sua capacidade de recuperação em eventual agravamento de crise.

### RISCO DE TAXA DE JUROS

O risco de taxa de juros decorre dos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem aumentar em decorrência dessas mudanças, mas podem diminuir as perdas se ocorrerem movimentações inesperadas.

A sensibilidade às taxas de juros decorre da exposição ao risco de movimentação das taxas praticadas nas operações ativas e passivas, em relação às taxas de juros praticadas pelo mercado.

Qualquer descasamento entre a receita dos ativos e o custo dos passivos é conhecido como “gap de posição”. A sensibilidade à exposição da taxa de juros decorre da estrutura da carteira e dos diferentes fatores de risco que a compõem, sendo que oscilações significativas podem ocorrer a qualquer momento, influenciadas pelas forças de mercado.

### RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

O risco de câmbio decorre dos ativos, passivos e itens não contabilizados no balanço, que são denominados ou indexados em moedas estrangeiras, no curso normal das atividades bancárias.

Embora a grande maioria das operações da Instituição seja realizada no mercado doméstico, e não haja exposição relevante às variações das taxas de câmbio, quando comparados ao mercado, a exposição é controlada através do monitoramento diário, em conformidade com a política de negócios instituída.

A Instituição detém ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras, principalmente em dólares norte-americanos. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição cambial consolidada somou R\$ 259,8 milhões, para um Patrimônio de Referência de R\$ 8.622,7 milhões, sendo o máximo permitido 30% do PR, de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco Central.

O risco cambial é monitorado de forma a se manter inferior a 3,55% do Patrimônio de Referência da Instituição, conforme política de risco de mercado vigente e em conformidade com a RAS, resultando, em parcela de capital regulamentar para riscos relacionados à oscilação de ouro e moeda estrangeira – em RWA no valor de R\$ 3.247,2 milhões.

## ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Buscando aprimorar a gestão de riscos e estar em conformidade com as práticas e governança corporativa e atender às exigências da Instrução Normativa CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, o Banrisul realizou a análise de sensibilidade das suas posições classificadas na carteira de negociação (Trading Book). Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes Cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3).

Carteira de Negociação - Para a elaboração dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade foram levadas em consideração as situações propostas pela Instrução Normativa CVM nº 475, no qual seriam as seguintes condições:

Cenário 1: Situação possível. Foi considerada como premissa a elevação de 1% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2021.

Cenário 2: Situação possível. Foi considerada como premissa a elevação de 25% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2021.

Cenário 3: Situação remota. Foi considerada como premissa a elevação de 50% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2021.

O quadro a seguir apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais e para menos.

Para o Fator de Risco “Moeda Estrangeira”, foi considerada a cotação de R\$ 5,5805 de 31/12/2021 (PTAX VENDA - BACEN).

As análises de sensibilidade a seguir identificadas não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

### Valores Resultantes do Teste de Sensibilidade (Valores em R\$ mil)

Cenários	Fatores de Risco			Total
	Taxa de juros	Moedas	Ações	
1	56,4	3.486,8	126,4	3.669,7
2	1.396,6	87.171,1	3.160,3	91.728,0
3	2.764,0	174.342,3	6.320,6	183.426,9

#### Definições:

Taxa de Juros – Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas, cupons de taxas de juros e taxas de inflação.

Moeda Estrangeira – Exposições sujeitas à variação cambial.

Renda Variável – Exposições sujeitas à variação do preço de ações.

Analisando os resultados, podemos identificar no Fator de Risco “Moedas Estrangeiras” a maior perda, que representa aproximadamente 95,1% da perda esperada em cada cenário. O Cenário 3 corresponde a 65,8% do total da perda esperada. O Cenário 2 e Cenário 1, respectivamente, representam aproximadamente 32,9% e 1,3% do total da perda. Considerando valores absolutos, a maior perda observada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade ocorre no Cenário 3 (R\$ 183,4 milhões).

### 4.3 - PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS NÃO SIGILOSOS E RELEVANTES

4.3. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas.

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais no desenvolvimento normal de suas atividades. Tais processos dizem respeito principalmente a demandas de natureza tributária, trabalhista, cível e administrativa. Em 31 de Dezembro de 2021, o valor total envolvido nos processos provisionados era de R\$ 2.315 milhões: soma da provisão das Ações Cíveis e outros R\$ 375,7 milhões; Ações Fiscais R\$ 664,4 milhões e Ações Trabalhistas R\$ 1.275,2 milhões. A Companhia registra provisões para contingências de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, constituindo provisões para processos avaliados por seus consultores legais, bem como para processos cadastrados com chance de perda provável (ver item 4.7). Foram considerados como processos individualmente relevantes, para os fins deste item 4.3 do Formulário de Referência, (i) processos com valor individual igual ou superior a R\$50,0 milhões e (ii) processos que, independentemente de valor, possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia ou ter um efeito adverso relevante sobre os negócios da Companhia.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes, segregados por sua natureza.

#### Processos Cíveis

PROCESSO nº 2001.34.00.015906-5 (0015885-40.2001.4.01.3400)	
Juízo	13ª Vara da Justiça Federal
Instância	Superior Tribunal de Justiça/STJ
Data de instauração	31/05/2010
Partes no processo	Autor: Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. Réu: Banco Central do Brasil e União (polo passivo)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 156.562.287,24 em 31 de dezembro de 2020
Principais fatos	Trata-se de ação anulatória de ato administrativo proposta pela Companhia em face do Banco Central do Brasil e União. A Companhia pleiteia a anulação da decisão administrativa que atribuiu a prática de infração em razão de declaração de falsa identidade em contrato de câmbio, caracterizada na celebração de 94 contratos de câmbio de importação firmados entre 13.11.1987 e 31.7.1989. A ação foi julgada procedente em primeiro grau e reconheceu a anulação dos processos administrativos DECAM, declarando a ilegalidade da inscrição da dívida no CADIN e condenando os Réus ao pagamento de custas e honorários advocatícios. Os recursos de apelação interpostos pelo Banco Central do Brasil e pela União foram parcialmente providos. Em seguida, a Companhia opôs embargos infringentes para discutir voto divergente que majorava os honorários sucumbenciais, já julgados e providos, bem como recurso especial, para anular a multa aplicada. Atualmente, o processo aguarda julgamento do REsp 1.374.044, interposto pela União, o qual ainda não teve o seu trânsito em julgado no STJ.
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda	Limite máximo da multa a ser imposta seria de 200 salários mínimos, conforme o art. 44 da Lei nº 4.595/64. Perda financeira em valores a serem corrigidos, mas próximos ao valor da causa.
Valor provisionado	R\$ 158,3 milhões em 31/12/2021

<b>PROCESSO nº 5066746-25.2015.4.04.7100</b>	
<b>Juízo</b>	<b>Subseção da Justiça Federal de Porto Alegre</b>
<b>Instância</b>	1ª Vara Federal
<b>Data de instauração</b>	29/10/2015
<b>Partes no processo</b>	Autor: AGBAN – Associação Dos Funcionários Das Empresas Do Grupo Banrisul Réus: Banco do Estado do Rio Grande do Sul, S.A., Fundação Banrisul De Seguridade Social, Banrisul Cartões, Cabergs, Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência De Fomento e Previc – Superintendência Nacional De Previdência Complementar
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 270.000.000,00 valor da causa indicado pelo Autor em 18/05/2015 (estando o processo em fase pericial, não é possível indicar, em 31 de Dezembro de 2019, o valor envolvido).
<b>Principais fatos</b>	Trata-se de ação que visa discutir o cancelamento de descontos para o fundo de sobrevalorização de benefícios do Plano de Benefícios da Fundação Banrisul. Além disso, discute-se a responsabilização dos patrocinadores no pagamento de valores que supostamente não teriam sido vertidos ao Plano em razão da diminuição do custeio através da subavaliação da premissa de crescimento real de benefícios. A Autora requereu liminarmente a suspensão dos descontos para o fundo de sobrevalorização de benefícios do plano de benefícios da Fundação Banrisul, o que foi indeferido pelo Juízo de Primeiro Grau. Foi interposto agravo de instrumento face a decisão de indeferimento da liminar, cujo provimento também foi negado. O processo encontra-se em fase de perícia contábil para apuração dos valores que os réus teriam, em tese, deixado de verter para o programa de benefícios. O Juízo de Primeiro Grau determinou o sobrestamento da ação até o encerramento da instrução nos autos da Ação Civil Pública nº 50252501120184047100, cujo objeto também questiona o Fundo Previdencial para cobertura de risco de valorização dos benefícios, retornando ao final conclusos para julgamento conjunto. Esta ação foi distribuída por dependência ao processo n.º 50252501120184047100, devido a conexão.
<b>Chance de perda</b>	Remota
<b>Análise do impacto em caso de perda</b>	No caso de a ação ser julgada procedente a Companhia terá que arcar, juntamente com os demais patrocinadores, com a parcela do déficit atuarial do PB I correspondente à diferença entre a premissa de crescimento real de benefícios utilizada na avaliação atuarial (igual a zero) e aquela efetivamente apurada na perícia contábil.
<b>Valor provisionado</b>	Não há valor provisionado por se tratar de probabilidade remota de perda

<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO COMPROT nº 16327-721.073/2019-12</b>	
<b>Juízo</b>	<b>Delegacia Especial de Instituições Financeiras – São Paulo</b>
<b>Instância</b>	Primeira instância de processo administrativo
<b>Data de instauração</b>	09/12/2019
<b>Partes no processo</b>	Autor: Receita Federal Réus: Banco do Estado do Rio Grande do Sul, S.A.
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 200.488.334,88
<b>Principais fatos</b>	A Receita Federal do Brasil lavrou Auto de infração, em decorrência de procedimentos de fiscalização, sob o fundamento de que o Banco teria deixado de recolher contribuições previdenciárias (cota patronal e RAT) e de terceiros (INCR e Salário-educação) incidentes sobre (i) a alimentação (refeições e cestas básicas) concedidas por meio de cartões; (ii) a alimentação (refeições e cestas básicas) concedidas, em alguns casos, em dinheiro; (iii) o auxílio moradia não oferecido à tributação; e (iv) Participação nos Lucros ou Resultados – PLR, no período de 01/2015 a 12/2015.
<b>Chance de perda</b>	Remota em sua maioria, com algumas rubricas caracterizadas como chance de perda Provável (essas últimas, representam R\$ 9,0 milhões)
<b>Análise do impacto em caso de perda</b>	Perda financeira
<b>Valor provisionado</b>	R\$ 9,0 milhões, referentes às rubricas reconhecidas como de chance de perda “provável”

## Processos Tributários

PROCESSO nº 5081651-30.2018.4.04.7100	
Juízo	13ª Vara Federal da Justiça Federal
Instância	Superior Tribunal de Justiça/STJ – atualmente 2ª Turma do STJ
Data de instauração	21/11/2005
Partes no processo	Autor: Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. Réu: União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 553.977.893,94
Principais fatos	<p>A Companhia postula, no presente processo, a anulação dos lançamentos lavrados por força da dedução, no cálculo do lucro real, do montante devido à entidade de previdência complementar reconhecido no exercício de 1997, quando ainda vigorava o limite de 20% previsto no art. 11 da Lei nº 9.532/97.</p> <p>Em 21.11.2005, foi proferida decisão que indeferiu o pedido de tutela antecipada. Contra essa decisão foi interposto Agravo de Instrumento (nº 2005.04.01.052575-9). Em 6.9.2006, foi proferida sentença que julgou a ação improcedente, mantendo o débito lançado contra a Companhia. Em 8.12.2006, a Companhia apresentou Recurso de Apelação. Em 18.5.2010, foi proferido acórdão pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (“TRF-4”) para dar parcial provimento ao recurso da Companhia. Em 21.9.2010, a Fazenda Nacional apresentou Recurso Especial, o qual foi admitido pelo TRF-4. Em 16.3.2011, foi proferida decisão pelo Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) determinando o retorno dos autos para o TRF-4, para novo julgamento dos Embargos de Declaração opostos pela Fazenda Nacional. Contra essa decisão a Companhia apresentou Agravo Regimental. Em 26.2.2013, foi proferida decisão dando provimento ao Agravo Regimental e determinando a inclusão em pauta do Recurso Especial da Fazenda Nacional para julgamento pela 2ª Turma do STJ. Em 20.4.2017, foi proferido acórdão pela 2ª Turma do STJ, oportunidade em que foi dado parcial provimento ao Recurso Especial da Fazenda Nacional, determinando a devolução dos autos ao TRF-4 para novo julgamento dos Embargos de Declaração. Em 1.8.2019, foi proferida decisão pelo TRF-4, dando provimento aos Embargos de Declaração com efeitos infringentes para negar provimento ao Recurso de Apelação da Companhia.</p> <p>Face tal decisão, foi Interposto Recurso Especial pela Companhia, tombado sob o nº REsp nº 1.877.585/RS, que está no STJ, aguardando novo julgamento.</p>
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda	Reversão do valor provisionado, sem efeito no resultado, e desencaixe financeiro do valor total do débito.
Valor provisionado	R\$ 647,7 milhões em 31/12/2021

## Processos Trabalhistas

PROCESSO Nº 0021223-54.2016.5.04.0020	
Juízo	2ª Vara do Trabalho de Porto Alegre
Instância	Primeira Instância
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 35.842.526,89
Principais fatos	<p>Ação Coletiva. Objeto da Ação: Postula o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região o reconhecimento da natureza salarial das parcelas “RV 1”, “RV 2”, “RV 3”, “RV 4” e “BÔNUS” na base de cálculo dos repousos semanais remunerados e feriadados, 13º salário, férias com o terço constitucional, gratificações semestrais, horas extras, PLR, FGTS acrescido de 40% e prêmio aposentadoria, em parcela vencidas e vincendas, além de honorários advocatícios. A sentença de primeiro grau julgou procedentes os pedidos, por entender que as parcelas possuem natureza salarial, por serem pagas em razão do serviço prestado e visando incentivar maior produção dos empregados. O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região manteve a condenação. Interposto recurso de revista, o mesmo não foi admitido. O processo permaneceu suspenso por 6 meses, momento no qual as partes buscavam a solução por meio de composição. Passado o prazo, o Sindicato requereu a concessão de prazo para apresentação dos cálculos, bem como a documentação adicional dos empregados que não constaram do rol de substituídos juntado na fase de conhecimento. Prazo em curso para apresentação da conta em relação aos empregados não associados do sindicato.</p>
Chance de perda	Perda Provável
Análise do impacto em caso de perda	Reconhecimento da natureza salarial das remunerações variáveis e bônus pagos aos empregados pela venda de produtos e serviços, cuja consequência é o deferimento de reflexos sobre parcelas salariais previstas na legislação, nas normas coletivas da categoria e normas internas do Banco.
Valor provisionado	R\$ 35.842.526,89 em 31/12/2021

<b>PROCESSO Nº 0021762-42.2015.5.04.0024</b>	
<b>Juízo</b>	<b>24ª Vara do Trabalho de Porto Alegre</b>
<b>Instância</b>	Segunda Instância
<b>Data de instauração</b>	14/12/2015
<b>Partes no processo</b>	Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região (polo ativo) e Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (polo passivo)
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 43.261.291,31
<b>Principais fatos</b>	Ação Coletiva. Objeto da Ação: Postula o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região o reconhecimento de que os empregados que ocupam a função de Analista no setor Unidade de Infraestrutura e Tecnologia (UIT), tenham suas jornadas laborais limitadas a seis horas, conforme prescrição do caput do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com o consequente pagamento da sétima e oitava hora diária como extraordinárias, com reflexos em férias com 1/3, gratificação semestral, abono de dedicação integral, 13º salário, repouso semanais remunerados, participação nos lucros e resultados e FGTS, em parcela vencidas e vincendas, além de honorários advocatícios. A sentença de primeiro grau julgou improcedentes os pedidos, por entender que os substituídos gozam de fidejussão especial e diferenciada, estando submetidos a jornada de oito horas diárias. A decisão foi reformada parcialmente em segunda instância, em benefício do Sindicato Autor, para condenar a Companhia ao pagamento das sétima e oitava horas como extraordinárias aos substituídos, com os devidos reflexos. Pende análise de embargos de declaração opostos pela Companhia contra o acórdão.
<b>Chance de perda</b>	Perda Provável
<b>Análise do impacto em caso de perda</b>	Reconhecimento de jornada de seis horas para empregados comissionados (Analistas da Unidade de Infraestrutura e Tecnologia) que hoje possuem jornada diária de oito horas e o pagamento das horas extras reconhecidas.
<b>Valor provisionado</b>	R\$ 43.261.291,31 em 31/12/2021

<b>PROCESSO Nº 0020488-41.2017.5.04.0002</b>	
<b>Juízo</b>	<b>2ª Vara do Trabalho de Porto Alegre</b>
<b>Instância</b>	Segunda Instância
<b>Data de instauração</b>	17/04/2017
<b>Partes no processo</b>	Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região (polo ativo) e Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (polo passivo)
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 50.853.105,66
<b>Principais fatos</b>	Ação Coletiva. Objeto da Ação: Postula o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região o reconhecimento de que os empregados que ocupam a função de Analista no setor Unidade de Desenvolvimento de Sistemas (UDS), tenham suas jornadas laborais limitadas a seis horas, conforme prescrição do caput do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com o consequente pagamento da sétima e oitava hora diária como extraordinária, com reflexos em férias com 1/3, gratificação semestral, abono de dedicação integral, 13º salário, repouso semanais remunerados, participação nos lucros e resultados e FGTS, em parcela vencidas e vincendas, além de honorários advocatícios. A sentença de primeiro grau extinguiu o processo, sem resolução de mérito, em razão da litispendência com o processo nº 0021749-88.2015.5.04.0009. Em segundo grau, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região afastou a litispendência e, analisando o mérito, julgou procedentes os pedidos, por restar evidenciado nos autos que os substituídos não exerceram cargo de confiança nos termos previstos na CLT, condenando a Companhia ao pagamento das horas extras aos empregados. Pende análise de admissibilidade de Recurso de Revista interposto pela Companhia contra o acórdão. Recurso de Revista inadmitido e interposto Agravo de Instrumento em 05/06/2020, aguardando julgamento.
<b>Chance de perda</b>	Perda Provável
<b>Análise do impacto em caso de perda</b>	Reconhecimento de jornada de seis horas para empregados comissionados (Analistas da Unidade de Desenvolvimento de Sistemas) que hoje possuem jornada diária de oito horas e o pagamento das horas extras reconhecidas.
<b>Valor provisionado</b>	R\$ 50.853.105,66 em 31/12/2021

#### 4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

Em 31 de Dezembro de 2021, o valor total provisionado para os processos classificadas como perdas prováveis constantes, no item 4.3, era de R\$ 944,9 milhões (R\$ 944.956.923,86).

#### **4.4 - PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS NÃO SIGILOSOS CUJAS PARTES CONTRÁRIAS SEJAM ADMINISTRADORES, EX-ADMINISTRADORES, CONTROLADORES, EX-CONTROLADORES OU INVESTIDORES**

##### **4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores**

Na data deste Formulário de Referência, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

##### **4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia ou suas controladas não figuram como parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

## 4.5 - PROCESSOS SIGILOSOS RELEVANTES

4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

PROCESSO Nº 0021113-84.2018.5.04.0020	
Juízo	20ª Vara do Trabalho de Porto Alegre
Instância	Primeira Instância
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 820.839,76
Principais fatos	Objeto da Ação: Postula o autor o pagamento de férias proporcionais + 1/3 e 13º proporcional; pagamento de diferenças decorrentes da supressão total ou parcial da parcela auxílio moradia, com integração e reflexos; pagamento em dobro das férias não gozadas + 1/3; reconhecimento da natureza salarial do cheque-rancho (auxílio cesta alimentação), com integração e reflexos; pagamento das horas extras realizadas a partir de 01/04/15 até o final do vínculo empregatício, com integrações e reflexos; honorários advocatícios e/ou sucumbenciais; juros e correção monetária. O processo encontra-se em fase inicial, ainda não tendo sido prolatada a sentença. O processo encontra-se suspenso, aguardando resolução de matéria prejudicial nos autos da ação nº 0020093-34.2017.5.04.0007.
Chance de perda	Perda Possível
Análise do impacto em caso de perda	Pagamento de multa e das obrigações acessórias requeridas no pedido inicial
Valor provisionado	R\$ 173.290,13 em 31.12.2021

## 4.6 - PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS REPETITIVOS OU CONEXOS, NÃO SIGILOSOS E RELEVANTES EM CONJUNTO

4.6. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando (a) valores envolvidos e (b) prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência

Esfera	Valores envolvidos	Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência
Trabalhista	Em 31.12.2021: R\$ 1.134,3 milhões (provável) R\$ 599,0 milhões (possível) R\$ 1.358,5 milhões (remota)	Os processos conexos em que a Companhia e suas controladas são reclamadas na área trabalhista geralmente são movidos por empregados ou ex-empregados; empregados de empresas terceirizadas, associações; sindicatos e Ministério Público do Trabalho tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas. Os objetos com maior número de reclamações, nas ações individuais são as demandas pleiteando o pagamento de "horas extras", muitas delas, em razão de interpretação do artigo 224 da CLT e, nas ações coletivas, pedidos de integrações e reflexos de parcelas.
Cível	Em 31/12/2021: R\$ 34,5 milhões (provável) R\$ 68,8 milhões (possível) R\$ 182,9 milhões (remota)	A Companhia tem sido demandada em ações indenizatórias debatendo a eficácia da prestação de serviços e nas operações ativas e passivas. Nessas ações, são pleiteadas indenizações por danos morais e, ou por danos materiais, tendo seus valores provisionadas na fase inicial sempre que a probabilidade de perda for avaliada como provável, podendo ocorrer reclassificação de acordo com a decisão judicial proferida no processo. Ademais, a Companhia é demandada em Ações Cíveis Públicas, classificadas na fase inicial com probabilidade de perda remota, podendo haver reclassificação de acordo com a decisão judicial proferida. Essas ações, possuem os mais diversos objetos, tais como: cobranças alegadamente indevidas, discussões sobre cláusulas de empréstimos consignados, danos morais e materiais coletivos, tempo de espera em filas e questões de acessibilidade.
Tributário	Em 31.12.2021: R\$ 360,1 milhões (Remota)	A Companhia possui em torno de R\$ 150 milhões em autuações de Municípios que objetivam a cobrança de ISS sobre receitas financeiras de operações de crédito, as quais estão sendo discutidas em processos judiciais classificados como perda remota dado o entendimento de que se trata de exigência fiscal inconstitucional/ilegal.

### 4.6.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Em relação aos processos listados no item 4.6 deste Formulário de Referência, em 31 de Dezembro de 2021, a Companhia havia constituído provisão de R\$ 1.168,8 milhões para os processos classificados como perda provável.

## 4.7 - OUTRAS CONTINGÊNCIAS RELEVANTES

### 4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Além dos processos citados no item 4.3 desse Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais no desenvolvimento normal de suas atividades, dentre os quais destacamos, apesar de menos relevantes, os seguintes:

#### Processos Administrativos

PROCESSO SANCIONADOR Nº 173.612	
Juízo	Administrativo
Instância	DECAP (Departamento de Controle e Análise de Processos Administrativos Sancionadores) do Banco Central do Brasil
Valores, bens ou direitos envolvidos	Não se aplica
Principais fatos	Objeto da Ação: Processo administrativo sancionador instaurado para apurar eventuais responsabilidades do Banrisul e de 45 (quarenta e cinco) de seus Administradores e Ex-Administradores (Membros da Diretoria, Conselho de Administração e Comitê de Auditoria) com relação à práticas e procedimentos da Instituição Financeira relacionadas a Prevenção à Lavagem de Dinheiro no período de 2011 a 2019. As supostas responsabilidades indicadas pelo DECON/BCB teriam sido: (i) deixar de comunicar ao Coaf operações com indícios de atipicidades no período de jan/2015 à mar/19; (ii) deixar o Banrisul de implementar de forma adequada procedimentos e controles de PLD/FT no período de 2011 à 2019; e (iii) omissão da Auditoria Interna no desempenho de suas atividades quanto à falhas na adequação dos procedimentos e controles de PLD/FT no período de 2011 à 2019. As defesas foram apresentadas em 19/08/2020, onde foram enfrentadas ponto a ponto as alegações da autarquia; O processo está em etapa inicial, ainda não tendo sido proferida decisão.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda	Pagamento de multa pela Companhia, a ser determinada pelo Banco Central do Brasil, ou celebração de Termo de Compromisso pela Companhia.
Valor provisionado	Não há.

#### Processos Trabalhistas:

Em referência aos processos da área trabalhista, a Companhia provisiona os valores dos processos cujo risco de perda do pedido é considerado provável. Em adição à provisão dessa probabilidade de perda “provável”, a Companhia comunica a existência de um “montante suplementar”, apurado de acordo com a estimativa de desembolso da contingência trabalhista geral, revisada periodicamente, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão trabalhista mencionada no item 4.3, um montante de R\$ 238.9 milhões compreende o referido montante suplementar.

#### Valor Total Provisionado

Ressaltamos que em 31 de Dezembro de 2021, não há valores provisionados para os processos individualmente destacados acima.

#### **4.8 - REGRAS DO PAÍS DE ORIGEM E DO PAÍS EM QUE OS VALORES MOBILIÁRIOS ESTÃO CUSTODIADOS**

**4.8. Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem**

Não aplicável.

## 5 - Gerenciamento de riscos e controles internos

### 5.1 - POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

#### 5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

##### a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política formalizada de gerenciamento de riscos, descrita no documento “Estruturas e Políticas Institucionais de Gestão de Capital e de Riscos Corporativos”, que foi aprovado em 5 de novembro de 2021, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, e contempla a gestão de capital e os riscos de crédito, mercado, IRRBB, liquidez, operacional, social, ambiental e climático.

##### b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver.

As Estruturas e Políticas Institucionais de Gestão Integrada de Capital e de Riscos Corporativos visam possibilitar o gerenciamento contínuo e integrado de capital e dos riscos de crédito, de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária - IRRBB, de liquidez, operacional, social, ambiental, climático e demais riscos considerados relevantes pelo Barrisul. Além disso, buscam estabelecer princípios básicos, atender exigências legais e garantir que todas as atividades sejam praticadas em conformidade com a regulamentação vigente.

A otimização da administração de ativos e passivos e do uso do capital regulatório e a maximização da rentabilidade dos investidores são reflexos da adoção, pela Instituição, das melhores práticas de mercado. O aprimoramento das Estruturas e Políticas Institucionais, sistemas, controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição são processos contínuos nesse escopo.

##### i. os riscos para os quais se busca proteção.

As exposições são administradas e monitoradas de acordo com as respectivas estruturas de gerenciamento e políticas institucionais aprovadas. Nesse sentido, os principais riscos administrados são os de Crédito, Mercado, IRRBB, Liquidez, Operacional, Social, Ambiental e Climático, além do acompanhamento do capital regulatório do Conglomerado Prudencial, buscando a mitigação de riscos desta natureza.

##### ii. os instrumentos utilizados para proteção.

As políticas de gerenciamento de riscos da Instituição têm por objetivo o mapeamento, o controle e a mitigação dos riscos incorridos pela instituição.

Em sentido amplo, a proteção aos riscos a que a instituição está exposta provém de diversos instrumentos de gestão, incluindo o mapeamento de riscos e pontos de controle nos processos, a observância das normas internas e externas, a definição de responsabilidades das áreas de negócios, riscos, controles e compliance, e também auditoria. Adicionalmente, a estrutura de governança estabelecida reforça o envolvimento das alçadas superiores no processo.

Especificamente em relação ao risco de crédito, a Companhia considera como instrumentos mitigadores de risco garantias reais, acordos bilaterais para compensação e liquidação de obrigações, garantia fidejussórias e derivativos de crédito.

Já em relação ao risco de liquidez, a instituição concentra parcela significativa de seus ativos livres em tesouraria em instrumentos financeiros de alta liquidez. Além disso, são monitoradas diariamente as operações com vencimento inferior a 120 (cento e vinte) dias, em diferentes cenários, contemplando os principais fluxos monetários projetados, tanto para os ativos quanto para os passivos, e considerando parâmetros que impactam nos fluxos previstos das operações. A Instituição busca manter seus índices de liquidez compatíveis para suportar suas obrigações, a partir da razão entre os seus ativos disponíveis e suas necessidades de caixa previamente mapeadas. Também diariamente, são monitorados os indicadores de liquidez intradia e a variação dos recursos captados de clientes, buscando identificar e antecipar riscos associados ao aumento de saques do estoque mantido em depósitos.

Mensalmente, é calculado um índice de liquidez estressado, com a finalidade de refletir a posição de liquidez frente a um cenário de elevação dos riscos de mercado, de crédito e de saídas de recursos nos 30 dias seguintes, assim como é analisada a concentração da captação segmentada por modalidade e pessoa fiscal.

### iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos.

A gestão de capital e dos riscos de crédito, mercado, IRRBB, liquidez, operacional e social, ambiental e climático é ferramenta estratégica e fundamental para uma instituição financeira. O constante aperfeiçoamento nos processos de i) monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e de necessidade de capital; e ii) identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos possibilita tornar mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos da Instituição.

A Estrutura Institucional de Gestão Integrada de Capital e de Riscos Corporativos contempla:

- Procedimentos que possibilitem monitorar, controlar, avaliar e planejar metas e a necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos;
- Procedimentos que possibilitem a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos relevantes incorridos pela Instituição, inclusive aqueles não cobertos pelo RWA;
- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, mercado, IRRBB, liquidez, operacional, social, ambiental e climático, com os procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela Instituição, bem como seu apetite ao risco;
- Procedimentos para apuração do total do RWA, das parcelas que o compõe ( $RWA_{CPAD}$ ,  $RWA_{MPAD}$ ,  $RWA_{OPAD}$ ) e do IRRBB;
- Procedimentos para apuração do PR e dos Adicionais de Capital Principal;
- Procedimentos para apuração dos Índices de Capital e definição de limites operacionais mínimos;
- Procedimentos para apuração da Razão de Alavancagem;
- Procedimentos para elaboração do Plano de Capital;
- Procedimentos para elaboração do ICAAP;
- Procedimentos para elaboração da Declaração de Apetite por Riscos;
- Procedimentos para realização do programa de testes de estresse que considerem eventos severos e condições extremas de mercado e avaliação de seus impactos no capital;
- Procedimentos para avaliação prévia de riscos inerentes a i) novos produtos e serviços e ii) modificações relevantes produtos e serviços existentes; e
- Elaboração de relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital, das parcelas que compõem o RWA e demais informações necessárias, de acordo com a legislação vigente.

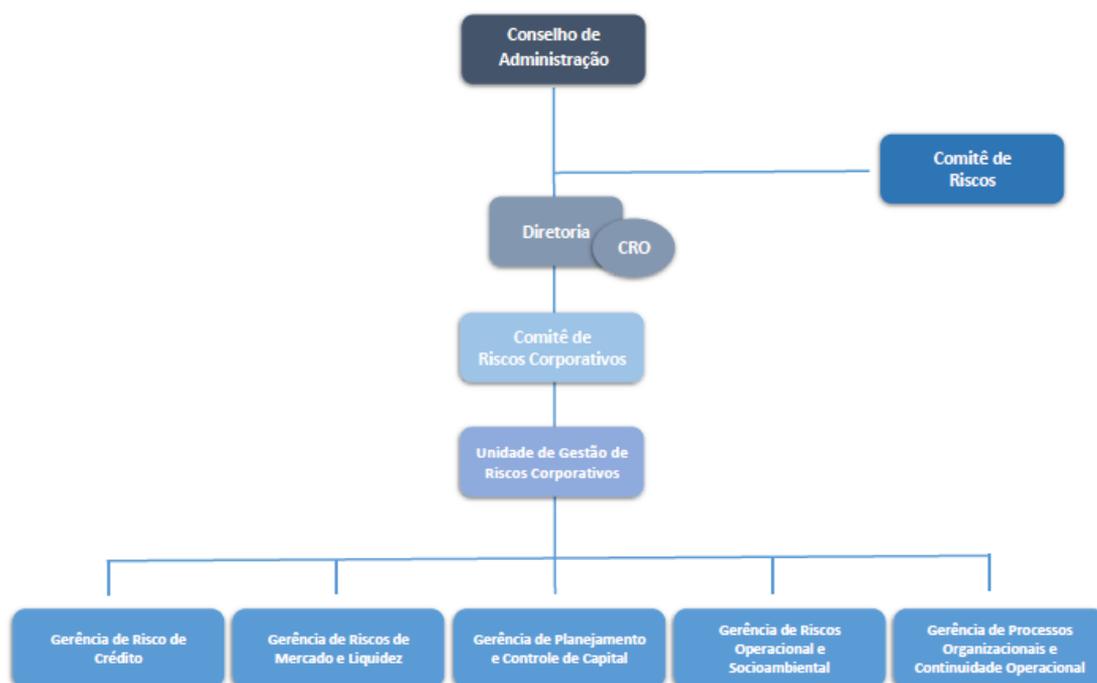
Segundo recomendações do Comitê de Supervisão Bancária da Basileia - BCBS (*Basel Committee On Banking Supervision*), a gestão integrada de riscos deve permitir agilidade nos processos e na tomada de decisão, além de buscar alinhar as atividades da Instituição aos padrões propostos pelos Acordos de Capitais da Basileia.

Os Acordos da Basileia visam desenvolver a estrutura das instituições financeiras para fortalecer a solidez e a estabilidade do sistema bancário internacional. O Acordo de Basileia II recomenda a adoção de práticas de administração de riscos mais sólidas pelo setor bancário, não sendo sustentadas simplesmente na determinação de capital. Já a terceira revisão do Acordo foca sua atenção na qualidade do capital e na liquidez das instituições financeiras.

De acordo com a legislação vigente no Brasil, o gerenciamento do capital e dos riscos de crédito, de mercado, IRRBB, de liquidez, operacional, social, ambiental e climático pode ser realizado por uma única unidade. No Banrisul, a Unidade de Gestão de Riscos Corporativos - UGR é responsável por realizar esta atividade de forma integrada, contemplando todas as instituições do Conglomerado Prudencial. A gestão integrada também identifica e acompanha os riscos associados às demais entidades controladas pelos integrantes do Conglomerado ou nas quais tenham participação.

A estrutura de gerenciamento de riscos do Conglomerado Prudencial é composta pelas áreas apresentadas na Figura a seguir:

Figura: Estrutura de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado Prudencial



No que tange as Estruturas Integradas de Gestão de Capital e dos Riscos de Crédito, Mercado, IRRBB, Liquidez, Operacional, Social, Ambiental e Climático:

- O Conselho de Administração - CA é responsável pelas informações prestadas e divulgadas em relatório de acesso público, contendo a descrição das estruturas de gestão, bem como pela aprovação: i) da indicação do Diretor responsável pela Gestão de Capital e dos Riscos de Crédito, de Mercado, IRRBB, de Liquidez, Operacional, Social, Ambiental e Climático, e; ii) desta estrutura;
- O Comitê de Riscos deve acompanhar o desenvolvimento das atividades em relação a Gestão de Capital e de Riscos Corporativos, além de prestar suporte ao Diretor de Risco - CRO e ao CA;
- O CRO deve assegurar que o processo de gestão monitore, controle, avalie, planeje as metas e a necessidade de capital e que identifique, mensure, avalie, monitore, reporte, controle e mitigue os riscos associados ao Conglomerado, às instâncias diretivas e aos órgãos reguladores;
- Os Comitês de Gestão devem, entre suas atribuições, aprovar metodologias aplicadas na mensuração de riscos, assegurar a correta aplicação das Políticas Institucionais, realizar a gestão estratégica do capital e dos riscos corporativos e comunicar a Diretoria, ao Comitê de Riscos - CR e ao CA as posições de risco; e
- A UGRC é a Unidade responsável pela coordenação do processo de gerenciamento de capital e de riscos corporativos.

Conforme a Resolução nº 4.557/17 do CMN as estruturas de gerenciamento devem ser:

- Compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição;
- Proporcionais à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela instituição;
- Adequadas ao perfil de riscos e à importância sistêmica da instituição;
- Capazes de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a instituição atua; e
- Prospectivas quanto ao gerenciamento de capital e ao gerenciamento de riscos.

### Responsabilidades Gerais

A UGRC é a unidade responsável pela coordenação do processo de gestão de capital e de riscos corporativos, desenvolvido em cada uma das suas gerências:

- Gerência de Planejamento e Controle de Capital – GPCC;
- Gerência de Risco de Crédito – GRC;

- Gerência de Riscos de Mercado e de Liquidez – GRML;
- Gerência de Riscos Operacional e Socioambiental – GROS;
- Gerência de Processos Organizacionais e Continuidade Operacional – GPOCO.

### Conselho de Administração

O Conselho de Administração - CA é o órgão de orientação geral dos negócios, das diretrizes e dos objetivos Institucionais. Compete ao CA, para fins de gerenciamento de capital e de riscos corporativos:

- Fixar os níveis de apetite por riscos da instituição na Declaração de Apetite por Riscos - RAS e revisá-los, com o auxílio do Comitê de Riscos - CR, da diretoria e do CRO;
- Aprovar e revisar, com periodicidade mínima anual:
  - Políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos destinados a manter os níveis de exposição fixados na RAS;
  - Políticas e estratégias de gerenciamento de capital, destinados a manter os níveis do Patrimônio de Referência, do Capital de Nível I e do Capital Principal;
  - Programa de testes de estresse;
  - Políticas para a gestão de continuidade de negócios;
  - Plano de Contingência de Liquidez;
  - Plano de Capital;
  - Plano de Contingência de Capital; e
  - Política de Divulgação de Informações sobre o gerenciamento de capital e de riscos corporativos
- Assegurar a aderência da instituição às políticas, às estratégias e aos limites de gerenciamento de riscos;
- Assegurar a correção tempestiva das deficiências da estrutura de gerenciamento de capital e da estrutura de gerenciamento de riscos;
- Aprovar alterações significativas nas políticas e nas estratégias da instituição, bem como em seus sistemas, rotinas e procedimentos referentes a:
  - Produtos e serviços;
  - Processos, sistemas, operações e modelos de negócios;
  - Estratégias de proteção e iniciativas de assunção de riscos;
  - Reorganizações societárias significativas; e
  - Alterações nas perspectivas macroeconômicas.
- Autorizar, quando necessário, exceções às políticas, aos procedimentos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos fixados na RAS;
- Promover a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na instituição;
- Assegurar recursos adequados e suficientes para o exercício das atividades de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, de forma independente, objetiva e efetiva;
- Estabelecer a organização e as atribuições do comitê de riscos, observado o disposto na legislação vigente;
- Garantir que a estrutura remuneratória adotada pela instituição não incentive comportamentos incompatíveis com os níveis de apetite por riscos fixados na RAS;
- Assegurar que a instituição mantenha níveis adequados e suficientes de capital e de liquidez;
- Envolver-se ativamente no programa de testes de estresse, indicando as diretrizes a serem seguidas e aprovando os cenários, quando utilizada a metodologia de análise de cenários;
- Aprovar a nomeação e a destituição do diretor responsável e a estrutura organizacional para a gestão de capital e de riscos corporativos;
- Aprovar a política de divulgação das informações referentes a gestão de riscos, à apuração do montante RWA e à adequação do PR;
- Responsabilizar-se pelas informações divulgadas em relatório de acesso público, contendo a descrição das estruturas institucionais de gestão de capital e de riscos; e
- Ter compreensão abrangente e integrada dos riscos que podem impactar o capital.

### Diretoria

No âmbito da Gestão Integrada de Capital e de Riscos Corporativos, compete à diretoria da instituição conduzir, em conformidade com as políticas e estratégias da Instituição, as atividades que impliquem a assunção de riscos. A diretoria deve, também, se envolver ativamente no programa de testes de estresse, indicando as diretrizes a serem seguidas e aprovando os cenários, quando utilizada a metodologia de análise de cenários.

### Comitê de Riscos

No âmbito da Gestão Integrada de Capital e de Riscos Corporativos, as atribuições do Comitê de Riscos - CR abrangem:

- Propor, com periodicidade mínima anual, recomendações ao conselho de administração sobre os seguintes assuntos:
  - Políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos destinados a manter os níveis de exposição fixados na RAS;

- b. Políticas e estratégias de gerenciamento de capital, destinados a manter os níveis do Patrimônio de Referência, do Capital de Nível I e do Capital Principal;
  - c. Programa de testes de estresse;
  - d. Políticas para a Gestão de Continuidade de Negócios;
  - e. Plano de Contingência de Liquidez;
  - f. Plano de Capital; e
  - g. Plano de Contingência de Capital.
- b) Avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na RAS e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada;
  - c) Supervisionar a atuação e o desempenho do CRO;
  - d) Supervisionar a observância, pela diretoria da instituição, dos termos da RAS;
  - e) Avaliar o grau de aderência dos processos da estrutura de gerenciamento de riscos às políticas estabelecidas; e
  - f) Manter registros de suas deliberações e decisões.

Adicionalmente, o Comitê de Riscos deve coordenar suas atividades com o Comitê de Auditoria, de modo a facilitar a troca de informação, os ajustes necessários à estrutura de governança de riscos e o efetivo tratamento dos riscos a que a instituição está exposta. A composição e as atribuições do CR são evidenciadas no site de Relações com Investidores.

#### Diretor de Riscos

No âmbito da Gestão Integrada de Capital e de Riscos Corporativos, o Diretor de Riscos - CRO é responsável pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos e tem as seguintes atribuições:

- a) Assegurar que o processo de gestão i) monitore, controle, avalie, planeje metas e necessidade de capital; e ii) identifique, mensure, avalie, monitore, reporte, controle e mitigue os riscos de crédito, de mercado, IRRBB, de liquidez, operacional, social, ambiental e climático associados ao Conglomerado, comunicando ao CR, ao principal executivo da instituição, e ao CA e aos órgãos reguladores;
- b) Supervisionar o desenvolvimento, a implementação e o desempenho da estrutura de gerenciamento de capital e de riscos, incluindo seu aperfeiçoamento;
- c) Assegurar que as políticas, processos, relatórios, sistemas e modelos utilizados no gerenciamento de riscos estejam adequados à RAS e aos objetivos estratégicos da instituição;
- d) Assegurar que os integrantes da UGRC sejam capacitados em relação a políticas, processos, relatórios, sistemas e modelos da estrutura de gerenciamento de riscos, mesmo que desenvolvidos por terceiros;
- e) Subsidiar e participar do processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos e ao gerenciamento de capital, auxiliando o CA;
- f) Assegurar a conformidade dos processos e controles relativos às estruturas de gestão integrada de capital e de riscos corporativos perante o Bacen; e
- g) Assegurar a conformidade dos processos e controles relativos à apuração do montante RWA, pelo cálculo dos requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal e pelo cumprimento do Adicional de Capital Principal.

#### Atribuições Conjuntas

O Conselho de Administração, o Comitê de Riscos, o CRO e a Diretoria da instituição têm uma série de atribuições conjuntas, no âmbito da Gestão Integrada de Capital e de Riscos Corporativos:

- a) Compreender, de forma abrangente e integrada, os riscos que podem impactar o capital e a liquidez da instituição;
- b) Entender as limitações das informações constantes dos relatórios e dos reportes relativos ao gerenciamento de capital e ao gerenciamento de riscos;
- c) Garantir que o conteúdo da RAS seja observado pela instituição;
- d) Entender as limitações e as incertezas relacionadas à avaliação dos riscos, aos modelos, mesmo quando desenvolvidos por terceiros, e às metodologias utilizadas na estrutura de gerenciamento de riscos; e
- e) Assegurar o entendimento e o contínuo monitoramento dos riscos pelos diversos níveis da instituição.

#### Comitê de Riscos Corporativos

O Comitê de Riscos Corporativos é um órgão de caráter propositivo e deliberativo, parte da Estrutura Institucional de Gestão de Capital e de Riscos, com fim de assegurar sua correta aplicação. É de sua competência, no âmbito Gestão Integrada de Capital e de Riscos Corporativos:

- a) Aprovar metodologias aplicadas na mensuração de Riscos Corporativos;
- b) Assegurar a correta aplicação das políticas de gerenciamento de riscos de crédito, de mercado e IRRBB, de liquidez, operacional, social, ambiental e climático e de gerenciamento de capital;
- c) Aprovar limites, não abrangidos pela Declaração de Apetite ao Risco - RAS, de exposição pelo nível adequado de risco;
- d) Comunicar à Diretoria as posições de risco do Banco e requerimento de capital;
- e) Avaliar e monitorar o risco da Instituição frente aos objetivos estratégicos, garantindo o alinhamento entre ambos;
- f) Propor mecanismos para melhoria contínua da cultura de riscos;

- g) Realizar a gestão estratégica dos riscos de crédito, de mercado e IRRBB, de liquidez, operacional, socioambiental e de gerenciamento de capital;
- h) Acompanhar, sistematicamente, os níveis de inadimplência da Instituição;
- i) Avaliar e propor mudanças nas políticas de risco e de crédito, quando necessário;
- j) Avaliar e propor políticas para a gestão de riscos não regulamentados;
- k) Monitorar o apetite e perfil de riscos aprovados pelo Conselho de Administração, e
- l) Aprovar políticas de novos produtos e modificação de política de risco para produtos de crédito.

#### Unidade de Gestão de Riscos Corporativos

A Unidade de Gestão de Riscos Corporativos - UGRC é a responsável pela coordenação do processo de gestão de capital e dos riscos de crédito, mercado, IRRBB, liquidez, operacional e socioambiental, contemplando todas as instituições do Conglomerado Prudencial. Considera também os possíveis impactos dos riscos associados às demais empresas controladas por empresas do Conglomerado e ainda demais riscos relevantes identificados. É de sua competência, no âmbito das Gestão Integrada de Capital e de Riscos Corporativos:

- a) coordenar o processo de gestão contínua e integrada de capital e dos riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária – IRRBB, liquidez, operacional e socioambiental;
- b) monitorar, controlar, avaliar, planejar metas e a necessidade de capital regulatório;
- c) identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de crédito, mercado, IRRBB, liquidez, operacional, socioambiental e demais riscos relevantes identificados pela Instituição, visando fornecer subsídios para as instâncias diretivas, consultivas e público externo;
- d) definir e monitorar as políticas e as estratégias institucionais de gerenciamento de capital e de riscos corporativos;
- e) divulgar, anualmente, a descrição da estrutura de gerenciamento de capital e de riscos corporativos e as informações inerentes, em conjunto com as demonstrações contábeis, conforme dispõem os órgãos normativos, de fiscalização e controle;
- f) definir as políticas institucionais de gerenciamento de capital e de riscos corporativos, estabelecendo as diretrizes gerais do processo de gestão, áreas de aplicação e responsabilidades;
- g) coordenar a elaboração de relatórios relacionados ao gerenciamento de capital e de riscos corporativos, submetendo-os às instâncias decisórias do Banrisul e ao Banco Central do Brasil – Bacen, quando necessário;
- h) coordenar as ações para verificação da aderência dos requisitos para o monitoramento e controle dos riscos corporativos, limites operacionais, capital mínimo exigido e Índices de Capital do Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul;
- i) coordenar a revisão, no mínimo, anualmente, das estruturas e políticas institucionais de gerenciamento de capital e de riscos corporativos, e submetê-las às instâncias decisórias superiores para aprovação;
- j) coordenar e documentar o processo de revisão e monitoramento da Declaração de Apetite por Riscos – RAS;
- k) definir, operacionalizar, sistematizar e documentar o Programa de Teste de Estresse – PTE integrado, que tem como objetivo principal identificar potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- l) estruturar o processo de comunicação para disseminação de informações sobre gestão de capital e de riscos corporativos com granularidade adequada aos diversos níveis de público interno e externo da Instituição, inclusive aos prestadores de serviços terceirizados relevantes;
- m) representar, institucionalmente, o Banrisul em suas relações com os órgãos normativos e representativos do Sistema Financeiro Nacional, no que tange à gestão de capital e de riscos corporativos;
- n) coordenar e documentar o processo de elaboração do relatório relativo ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital – ICAAP;
- o) propor a padronização e a institucionalização de modelo de macroprocessos, processos e subprocessos, alinhados aos objetivos estratégicos da Instituição, promovendo a cultura de visão por processos;
- p) desenvolver metodologias e estimular o acultramento da primeira linha de defesa na gestão, mapeamento e documentação dos seus processos;
- q) gerenciar o Plano de Continuidade Operacional – PCO do Banrisul, e
- r) outras atribuições que lhes forem delegadas.

**c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.**

As atividades de controle da estrutura de gerenciamento de riscos corporativos estão baseadas em linhas de defesa. A primeira linha de defesa corresponde à atuação dos gestores dos processos na condução das suas atribuições e responsabilidades, garantindo conformidade com leis e regulamentações aplicáveis. No segundo nível estão as unidades de riscos, controles e *compliance*, responsáveis pela definição de políticas e metodologias de gestão de riscos, bem como pela verificação de conformidade dos processos e regulamentações. Por fim, a Auditoria Interna avalia periodicamente a aderência da estrutura às normas internas e externas, constituindo assim a última camada no processo.

Desse modo, a administração da Instituição entende que a estrutura operacional e controles internos adotados são adequados para o acompanhamento dos riscos aos quais o banco está exposto.

## 5.2 - POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DE MERCADO

### 5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

**a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

O documento Estruturas e Políticas Institucionais de Gestão de Capital e de Riscos Corporativos, foi aprovado em 5 de novembro de 2021 pelo Conselho de Administração da Companhia, e contempla a gestão de capital e os riscos de crédito, mercado, IRRBB, liquidez, operacional, social, ambiental e climático.

**b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

**i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

A Companhia procura mitigar o risco de variações das operações com taxas de juros, índices de preços e moeda estrangeira.

**ii. a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)**

A Companhia busca, permanentemente, o casamento entre suas posições ativas e passivas, prazos e taxas, visando o equilíbrio das exposições. Para tanto, utiliza operações com instrumentos financeiros derivativos como hedge de operações específicas, com objetivo de realizar a compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge e mitigar os riscos decorrentes das oscilações cambiais. Os instrumentos derivativos na modalidade Swap são de longo prazo, acompanhando o fluxo e vencimento da captação externa realizada pela Instituição e as operações na modalidade de termo de moeda são de curto prazo, vencendo na medida em que frações da captação externa são protegidas por hedge natural.

**iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)**

A Companhia utiliza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade swap para proteção da exposição da variação em moeda estrangeira.

**iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

No risco de mercado são incluídas as operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros e preços de ações, sendo classificadas nas carteiras de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*). Na mensuração do risco de mercado da carteira *trading* é utilizada a metodologia *Value at Risk (VaR)* para a apuração da exposição das operações com fator de risco de taxas de juros prefixadas. Para a apuração das exposições nos demais indexadores é utilizada a metodologia *Maturity Ladder*. A apuração do risco das operações da carteira bancária é realizada por meio de modelo padronizado - Abordagem de Valor Econômico (EVE) e Abordagem de Resultado de Intermediação Financeira (NII).

**v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos**

A Companhia não possui instrumentos financeiros nos exercícios de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 com objetivos que não sejam a proteção patrimonial.

**vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado**

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado está no documento Estruturas e Políticas Institucionais de Gestão de Capital de Riscos Corporativos, disponíveis no Manual Institucional, na Intranet da Companhia e no site de Relações com Investidores da Companhia.

**c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

As atividades de controle da estrutura de gerenciamento de riscos de mercado estão baseadas em linhas de defesa. A primeira corresponde à atuação dos gestores na condução das suas atribuições e responsabilidades, garantindo conformidade com leis e regulamentações aplicáveis. Num segundo nível estão as unidades de riscos, controles e *compliance*, responsáveis pela definição de políticas e metodologias de gestão de riscos, bem como pela verificação de conformidade dos processos e regulamentações. Por fim, a Auditoria Interna avalia anualmente a aderência da estrutura às normas internas e externas, constituindo assim a última camada no processo.

Desse modo, a administração da Companhia entende que a estrutura operacional e controles internos adotados são adequados para o acompanhamento dos riscos aos quais o banco está exposto.

## 5.3 - DESCRIÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

**5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:**

**a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia adota normas gerais de contabilidade bancária conforme preceitos definidos pelo Banco Central do Brasil através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. A publicação das demonstrações financeiras está referenciada em normas definidas pela Lei 6404/76, Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários, por tratar-se de uma sociedade anônima de capital aberto. A Instituição segue ainda normas internacionais de divulgação de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e em atendimento aos requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A rotina de escrituração contábil prevê o registro de todos os atos e fatos, sistematicamente, conforme estruturação padronizada pelo Plano de Contas. Os lançamentos contábeis possuem campos para contabilização, em observância ao sistema de partidas dobradas, e têm origem nas áreas de escrita da Companhia, agências e unidades da Direção-Geral, por meio de sistema; podem também ser gerados automaticamente por outros sistemas operacionais por interface com o sistema de contabilidade. Um mecanismo básico de controle dos lançamentos contábeis realizados consiste em aplicativo do sistema de contabilidade que disponibiliza relatórios comprobatórios dos lançamentos, para pesquisa e conciliação.

Os fatos contábeis constituem a base dos balancetes e balanços da Companhia. A atualização diária do sistema de contabilidade prevê rotinas de conferência de batimento (conta corrente e contabilidade), instruções sobre documentos de escrita e passos sobre conciliação de lançamentos contábeis.

O Balancete Interno, com registros diários, destina-se ao acompanhamento da escrituração para fins de atualização do Balancete Diário, permitindo que sejam feitas as correções necessárias destinadas à obtenção dos saldos corretos ao fechamento da escrita de cada dia. A Companhia adota o Livro Diário e escritura o Livro Razão no menor nível de desdobramento, permitindo, a qualquer momento, a composição dos saldos das contas.

Os balancetes mensais e balanços também são gerados automaticamente pelo sistema de contabilidade, a partir dos saldos das contas da escrita de cada agência e da Direção-Geral. O sistema de contabilidade dispõe de funções que permitem apurar os balancetes mensais e balanços de cada agência, da Direção-Geral e, ainda, fazer a fusão geral das agências, obtendo o consolidado da Companhia.

Para o fechamento de balancetes e balanços, a Companhia possui sistema automatizado de verificação da integridade da contabilização dos eventos relacionados aos negócios; trava automática (24h, 48h e 96h) restringindo o acolhimento de lançamentos contábeis retroativos; bem como rotinas de compensação e de balanceamento de saldos na Unidade de Contabilidade, que centraliza também o gerenciamento dos lançamentos de provisões sobre operações de crédito, provisões para garantias prestadas, provisões para debêntures, provisões para pagamento de participação dos empregados no resultado, provisões trabalhistas e cíveis, depreciação de imobilizado, amortização de intangível, avaliação de perdas em investimentos, bem como gestão do cálculo, recolhimento de tributos e produção e envio de suas obrigações acessórias e a estruturação das demonstrações financeiras propriamente ditas.

O sistema de controles contábeis conduz, de forma automatizada, rotinas de apuração de diferenças entre o sistema contábil e os sistemas operacionais de conta corrente, de registro e liquidação de títulos e de registro e liquidação de operações de crédito comercial, bem como das demais contabilizações efetuadas no âmbito da rede de agências.

Na área de Contabilidade, a geração de balancetes, balanços e demonstrações financeiras consolidadas é conduzida por meio de ferramenta específica - aplicativo financeiro - procedimento sistêmico que permite, a partir de interface com o sistema corporativo de contabilidade, a geração de visões estruturadas, inclusive em IFRS, conforme normas definidas pelos órgãos de regulação, com trilhas de rastreabilidade e de decomposição do sintético em analítico, ferramenta que agiliza o retorno de informações solicitadas nas verificações de Auditoria Externa.

A Companhia utiliza também processos gerenciais de projeção de resultados futuros, estruturado com a finalidade de dar apoio a tomada de decisão, bem como cumprir exigências legais. O processo orçamentário utiliza metodologia referenciada em dados contábeis, de negócios e outros dados gerenciais e possui rotinas mensais de acompanhamento de valores previstos em confronto com valores realizados, atividade que compõe, junto com os controles contábeis, mecanismo de apoio ao fechamento de balancetes, proporcionando a identificação de divergências por meio de visão sintética e analítica dos principais grupos de contas.

A Companhia possui também processos de controles internos não contábeis, estruturados, para que as demonstrações financeiras reflitam transações acolhidas dentro das normas brasileiras de operações bancárias. A política institucional de prevenção à lavagem de dinheiro adota processos e sistemas específicos para identificação e acompanhamento das atividades dos clientes, mantendo equipe exclusiva dedicada a execução de atividades com foco na prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, na revisão da legislação e no desenvolvimento de programas de treinamento para todo o quadro de colaboradores. Essas ações têm por objetivo assegurar que as atividades sejam conduzidas em um ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados ao crime de lavagem de dinheiro, legislação e normativos vigentes.

Alinhada ao processo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, a Companhia utiliza o processo “Conheça seu Cliente e suas Atividades”, na qual estão previstas regras e procedimentos para auxiliar na identificação e melhor conhecimento sobre o perfil dos clientes e a origem dos seus recursos financeiros, visando reduzir riscos de a Instituição ser utilizada para legitimar recursos oriundos de atividades ilícitas.

Da mesma forma, o processo “Conheça Seu Colaborador”, estabelece, indistintamente, a todos os níveis hierárquicos da Organização, a responsabilidade pela observância e cumprimento das diretrizes contra a corrupção e a lavagem de dinheiro, bem como o dever de promover valores éticos, preservando assim, a integridade dos eventos contábeis e a imagem e reputação da Companhia. A política de prevenção à corrupção estabelece procedimentos e controles, bem como medidas preventivas que evitem, no âmbito de atuação da Companhia, a prática dos ilícitos de corrupção e de improbidade previstos no Código Penal, na Lei nº 8.666/93, na Lei nº 12.846/13 e nas demais normas do sistema anticorrupção brasileiro por seus empregados e terceiros. Outro instrumento de apoio a prática regular de operações é o Código de Ética e de Conduta do Banrisul, que orienta o comportamento pessoal e profissional das equipes da Companhia, com vistas a tornar essa conduta um padrão de relacionamento interno e com os públicos de interesse da Companhia: acionistas, clientes, empregados, sindicato, fornecedores, concorrentes, comunidade e governo. As eventuais infrações ao Código são examinadas pela Comissão de Ética, conforme disciplinado em regulamento específico.

## **b. as estruturas organizacionais envolvidas**

Na Companhia, o envolvimento com as rotinas contábeis é descentralizado, ou seja, a escrita contábil tem origem nas diversas áreas da Companhia, com profissionais especializados responsáveis por tais atividades. A competência pela consolidação das informações para elaboração dos relatórios financeiros é exercida pela Unidade de Contabilidade, gerida por Superintendente que acumula o papel de Contador responsável pelo balanço, hierarquicamente subordinado a Diretoria específica. Até 29 de janeiro de 2021, a Unidade de Contabilidade estava vinculada à Diretoria de Controle e Risco, passando a partir dessa data para a Diretoria de Finanças e Relações com Investidores.

Dessa forma, para elaboração de demonstrações financeiras em padrões considerados confiáveis, pontos de controle estão previstos, tanto no que se refere às atividades, quanto à segregação de funções, para que juntos - processos e pessoas - favoreçam a apropriação de registros corretos na escrita, bem como promovam correções e conciliação de saldos, rastreabilidade e responsabilização pelos eventos contábeis, nos diferentes níveis de agregação.

As agências e órgãos da Direção-Geral procedem às contabilizações das rotinas contábeis. Os processos contábeis conduzidos no âmbito da Direção-Geral são de responsabilidade dos gestores das diversas Unidades. Rotinas contábeis são definidas pelos gestores de negócios, com a assessoria da Unidade de Contabilidade, e repassadas à rede de agências.

Existem, na Companhia, distintas localizações, ou seja, áreas geradoras de lançamentos contábeis. Para cada área, existem níveis de acesso, restringido por senhas individuais, do ponto de vista sistêmico. As alçadas definidoras de responsabilidade no que diz respeito à operacionalização de rotinas no sistema corporativo de contabilidade estão atreladas aos níveis de cargos dos empregados executores. Nas diversas localizações contábeis, os lançamentos são digitados e assinados (assinatura digitalizada por pessoa autorizada) pelos responsáveis comissionados (empregados em cargos de responsabilidade), assinatura validada pela Unidade de Gestão de Pessoas.

Os comissionados devem analisar diariamente os lançamentos que contenham o seu código de assinatura em busca de conformidade. Caso não tenham autorizado ou não concordem com os dados de algum lançamento, devem manter entendimentos com os envolvidos em busca de soluções e, se for o caso, estornar o lançamento. Portanto, a conferência diária é atribuição dos comissionados, tarefa de suma importância, pois define as responsabilidades sobre contabilizações de lançamentos, consagrando a assinatura eletrônica em substituição à assinatura tradicional do termo de responsabilidade.

Na Direção-Geral, são executadas rotinas mensais de conformidade dos gestores em relação aos saldos e aos fluxos de despesas e receitas relacionados aos seus processos. Além da responsabilização do gestor de negócios pelos eventos contábeis gerados no âmbito de suas áreas de competência, outras instâncias de consolidação e avaliação estão estruturadas para garantir a publicação de demonstrações financeiras

confiáveis, entre as quais: Unidade de Contabilidade, Auditoria Interna, Comitê de Auditoria, Diretoria e os Conselhos Fiscal e de Administração.

A Unidade de Contabilidade responde pela formatação das peças que compõem as demonstrações financeiras. O Contador da Companhia assume responsabilidade solidária com a Diretoria por quaisquer atos dolosos contra terceiros. Assim, irregularidades nos balanços implicam em responsabilidade civil e criminal do profissional que assina as demonstrações financeiras.

A Auditoria Interna, inserida no sistema de controles internos como terceira linha de defesa, possui como atribuição auditar, de forma independente e objetiva, os processos corporativos do conglomerado, incluindo-se os terceirizados, ambiente de tecnologia da informação, contemplando a infraestrutura, os processos, as operações e os sistemas de informação, observando o arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos reguladores e aos códigos de conduta internos aplicáveis aos membros do quadro funcional da Instituição, políticas e normativos internos, bem como a salvaguarda dos ativos e atividades relacionadas à função financeira da Instituição.

O Comitê de Auditoria efetua o exame regular das demonstrações financeiras, mantém contato frequente com a Unidade de Contabilidade e Auditoria Interna e, de forma trimestral, com a Auditoria Independente, com vistas à avaliação e identificação de situações que possam resultar em distorções nas demonstrações financeiras. Maiores informações do órgão e de seus integrantes estão presentes nos itens 12.1 a e 12.8.

O Conselho Fiscal é composto por membros eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de dois anos, permitidas duas reconduções consecutivas. O Estatuto da Companhia prevê que os membros do Conselho Fiscal tenham formação profissional em nível superior e experiência no exercício de função executiva na alta administração de instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional ou de outras empresas. Ao Conselho Fiscal, além das atribuições e poderes que lhe são reservados pela Lei de Sociedades por Ações, cabe emitir parecer sobre o exame, a adequação e a aprovação das demonstrações financeiras. Maiores informações do órgão e de seus integrantes estão presentes nos itens 12.1 c e 12.6.

O Conselho de Administração da Companhia é o órgão de deliberação colegiada responsável pelo estabelecimento das políticas gerais de negócios da Companhia e pela sua estratégia de longo prazo. É responsável também, dentre outras atribuições, pela indicação dos Diretores da Companhia e pela supervisão de sua gestão. O Conselho de Administração é a instância de aprovação das demonstrações financeiras. Maiores informações do órgão e de seus integrantes estão presentes nos itens 12.1 a e 12.6.

### **c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

O processo de elaboração das demonstrações financeiras, conforme descrito nos parágrafos anteriores, perpassa instâncias deliberativas e operacionalizadoras, assim como instâncias que, concomitantemente, executam a função de fiscalização, conforme organograma demonstrado na sequência. Os gestores responsáveis pelo registro, conciliação e conformidade dos eventos contábeis geradores das demonstrações financeiras, bem como o processo de fiscalização com os respectivos cargos das pessoas responsáveis pelo acompanhamento do processo estão destacados abaixo:

- Rede de Agências: Empregados comissionados e escriturários autorizados estão habilitados a executar rotinas de contabilização e de conciliação de lançamentos, bem como de fechamento da escrita contábil no âmbito de suas localizações. Dependendo do porte da agência, a estrutura hierárquica, que poderá ser menor, abrange as seguintes funções: Gerente-Geral; Gerente Adjunto; Gerente Comercial; Gerente de Expediente, Gerente de Mercado; Gerente de Negócios; Gerente de Contas; Supervisor e Escriturários autorizados.
- Unidade de Contabilidade: Representada pelo Superintendente Executivo que acumula a função de Contador responsável pelas demonstrações financeiras da Companhia; a Unidade coordena os fechamentos diários, mensais, trimestrais, semestrais e anuais de balancetes e balanços, e orienta a rede de agências e demais unidades da Direção-Geral quanto à condução dos processos contábeis e fiscais da Companhia.
- Unidade de Controles Internos e *Compliance*: Representada pelo Superintendente Executivo, a Unidade é responsável pela gestão e acompanhamento dos processos institucionais relacionados aos controles internos, com o objetivo de assegurar que os processos de negócios estejam em conformidade com a Política de Controles Internos da Companhia, normativos internos e *compliance* regulatório, a fim de manter o acompanhamento sistemático das publicações e alterações da legislação externa; pela implantação de políticas e procedimentos de prevenção e combate aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo previstos na Lei nº 9.613/98, alterada pela Lei nº 12.683/12.

- Demais Unidades: Representadas por seus respectivos Superintendentes Executivos, coordenam e executam as rotinas contábeis dos processos de negócios sob sua competência, dão conformidade aos relatórios derivados dessas rotinas e orientam à rede de agências acerca das rotinas gerenciais e contábeis, relacionadas a esses negócios.

- Diretoria de Controle e Risco: Representada pelo Vice-Presidente e Diretor de Controle e Risco;

Diretoria Executiva: composta por 9 Diretores, entre os quais o Presidente e Diretor de Controle e Risco; e

Conselho da Administração: composto por 11 Conselheiros, dentre os quais Presidente e Vice-Presidente da Companhia. Maiores informações do órgão e de seus integrantes estão presentes nos itens 12.1 a e 12.6.

As três instâncias descritas acima compõem os órgãos deliberativos, orientadores das práticas contábeis e fiscais praticadas na Companhia.

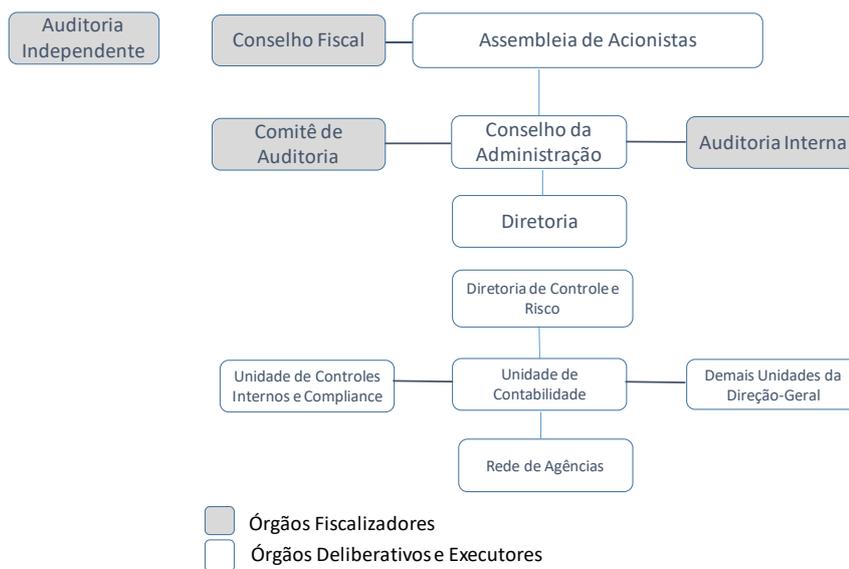
- Auditoria Interna: Representada pelo Chefe da Auditoria Interna, é diretamente subordinada ao Conselho de Administração, em atendimento ao estabelecido pela Resolução nº 4.879/20 do Conselho Monetário Nacional. Possui como escopo de atuação a avaliação da efetividade e a eficiência dos sistemas e processos de controles internos, de gerenciamento de riscos e de governança corporativa, considerando os riscos atuais e potenciais riscos futuros; a confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais; a observância ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos organismos reguladores e aos códigos de conduta internos aplicáveis aos membros do quadro funcional da Instituição; a salvaguarda dos ativos e as atividades relacionadas à função financeira da Instituição; e as atividades, os sistemas e os processos recomendados ou determinados pelo Banco Central do Brasil, no exercício de suas atribuições de supervisão.

- Comitê de Auditoria: Compõe as instâncias de fiscalização, mas se reporta diretamente ao Conselho da Administração. O Comitê de Auditoria é uma exigência do Banco Central do Brasil e é composto por três membros, nomeados pelo Conselho de Administração. Pelo menos um dos integrantes do Comitê de Auditoria deve possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria que o qualifiquem para a função. Maiores informações do órgão e de seus integrantes estão presentes nos itens 12.1 a e 12.8.

- Conselho Fiscal: É composto por 5 Conselheiros e igual número de suplentes eleitos pela Assembleia Geral. Ao Conselho Fiscal, além das atribuições e poderes que lhe são reservados pela Lei de Sociedades por Ações, compete emitir parecer acerca da adequação das demonstrações financeiras às normas brasileiras e internacionais e aos preceitos contábeis vigentes. Maiores informações do órgão e de seus integrantes estão presentes nos itens 12.1 c e 12.6.

Essa estrutura de controle interno serve como mecanismo de gestão para o atingimento das metas estratégicas, a utilização eficaz e eficiente dos recursos, o cumprimento de leis e regulamentos, e a qualidade das informações com vistas à valorização da Companhia.

### Elaboração de Demonstrações Financeiras - Controles Internos



**d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

As deficiências de controle interno identificadas pelos auditores independentes, apuradas em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, foram corrigidas. As recomendações de melhoria apontadas foram implementadas ou, quando necessário, foram projetadas para aplicação nos próximos exercícios. Não foram reportadas deficiências significativas de controle interno.

**e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

As deficiências ou recomendações de melhorias relativas ao sistema de controles internos da Companhia, apresentadas pelos Auditores Independentes, são sistematicamente verificadas. O processo de tratamento desses apontamentos são objeto de análise e posicionamento dos respectivos gestores das atividades afins e são acompanhados pela Unidade de Controles Internos e *Compliance*. Periodicamente, os temas objeto de recomendações, tanto os apontamentos quanto as soluções identificadas pelos gestores, se aplicável, são levados ao Comitê de Gestão de Controles Internos e ao Comitê de Auditoria, que monitoram e deliberam sobre a implementação das melhorias de controles, quando pertinentes. Nesse sentido, em conciliação com o empenho da Companhia em realizar melhorias apontadas pelos Auditores Independentes, foram superadas as deficiências de controle interno e corrigidas. Não foram reportadas deficiências significativas de controle interno.

## 5.4 – PROGRAMA DE INTEGRIDADE

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados
- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema
- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas
- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros
- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados
- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé
- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

### *Código de Ética e de Conduta do Banrisul*

Disponível na rede mundial de computadores, na página de Relações com Investidores da Companhia, no link:

<http://ri.banrisul.com.br/governanca-corporativa/estatuto-politicas-e-codigos/>

#### 1. Preâmbulo

O Código de Ética e de Conduta do Banrisul tem o compromisso de servir como Guia Prático de Conduta Pessoal e Profissional, de forma a tornar-se um padrão nos relacionamentos com o público interno e externo. Ele tem, antes de tudo, um caráter educativo, além do disciplinar, permitindo orientar a postura mais adequada e coerente com os princípios e condutas nele estabelecidos.

#### 2. Abrangência

O presente código aplica-se aos administradores, conselheiros, membros de comitês estatutários, empregados e estagiários, do Grupo Banrisul. Doravante, estas pessoas serão mencionadas como “Sujeitos ao Código”.

#### 3. Premissas Éticas

Os valores e princípios éticos da Instituição são os pilares sobre os quais está fundamentada a atuação do Banrisul, devendo todos conduzirem as suas atividades observando esses preceitos.

As diretrizes buscam trazer as orientações necessárias para que o Banrisul possa colocar em prática os seus valores e princípios, destacando a importância da ética no atingimento dos seus objetivos.

### **3.1. Valores**

Transparência, ética, comprometimento, integração e eficácia.

### **3.2. Princípios e Diretrizes**

#### **3.2.1. Integridade**

- Manter a reputação de empresa sólida e confiável, consciente de sua responsabilidade social e empresarial, buscando resultados de forma honesta, justa, legal e transparente;
- Nortear, por princípios de conduta ética, as normas e procedimentos internos do Banrisul que, independentemente de qualquer obrigação legal, estão voltados ao repúdio de condutas ilícitas no estabelecimento de relações de negócios ou na realização de qualquer tipo de operação bancária;

#### **3.2.2. Respeito à diversidade**

- Repudiar atitudes guiadas por preconceitos relacionados à classe social, raça, religião, sexo, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação;

#### **3.2.3. Respeito às pessoas**

- Repudiar condutas que possam caracterizar assédio de qualquer natureza, intimidação, falta de respeito e consideração ou qualquer outro tipo de agressão;

#### **3.2.4. Valorização do trabalho**

- Propiciar igualdade de oportunidades para o desenvolvimento profissional, não admitindo qualquer atitude que possa afetar negativamente e de forma ilegítima a carreira profissional, especialmente quando for baseada apenas em relacionamento pessoal ou em qualquer tipo de discriminação;

#### **3.2.5. Responsabilidade socioambiental**

- Observar as diretrizes estabelecidas nas Políticas de Responsabilidade Socioambiental e de Gerenciamento do Risco Socioambiental do Banrisul;

#### **3.2.6. Respeito à concorrência**

- Agir em conformidade com os preceitos da livre concorrência, evitando quaisquer ações ou práticas que possam caracterizar concorrência desleal ou de qualquer forma afetar adversamente a imagem dos nossos concorrentes;

#### **3.2.7. Respeito à imagem e excelência na prestação dos serviços**

- Zelar pelos valores e pela imagem da Companhia e atuar em defesa dos interesses da empresa, de seus investidores e clientes.

## **4. NORMAS DE CONDUITA**

### **4.1. Conflito de interesses**

Conflitos de interesse surgem quando os interesses pessoais dos Sujeitos ao Código entram em regime de colisão com aqueles do Banrisul. Ao colocar o interesse pessoal à frente do interesse da organização, está expondo o Banrisul a uma forma de gestão que não visa a sua eficiência e ao seu crescimento, mas sim ao favorecimento pessoal.

Na hipótese de conflito de interesses, os Sujeitos ao Código devem cientificar o seu impedimento e sua consequente não participação em determinada situação ao seu superior hierárquico.

Ainda, os membros do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Comissão de Ética devem se abster em deliberações nas quais ocorra Conflito de Interesses.

#### **4.2. Sigilo e Segurança das Informações**

Os Sujeitos ao Código assumem o compromisso de não fornecer nem divulgar quaisquer informações de clientes, empregados, fornecedores e parceiro de negócios, incluindo-se, mas não se limitando às informações relativas a tecnologia, estratégia comercial, documentos, dados e operações do Banrisul, as quais somente poderão ser utilizadas para fins de realização de negócios e atividades do Banco

#### **4.3. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo e Corrupção**

Os Sujeitos ao Código têm a obrigação de agir de maneira ética e honesta, de estabelecer um ambiente permanente de controle e prevenção à lavagem de dinheiro e corrupção, bem como de conduzir suas atividades profissionais de acordo com as diretrizes deste Código e das Políticas de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo e Corrupção do Banrisul.

#### **4.4. Relações externas**

Nas relações que o Banrisul mantém com os diversos públicos, a conduta esperada dos Sujeitos ao Código deve corresponder aos preceitos deste Código, a fim de que se possam construir relações duradouras.

É fundamental que, além dos Sujeitos ao Código, os nossos parceiros de negócios e fornecedores também compartilhem os valores de integridade, idoneidade, respeito e comprometimento no desempenho das suas atividades, bem como zelem pela imagem da nossa Instituição.

##### **4.4.1. Relação com Clientes**

- a) comercializar os produtos e serviços de maneira eficiente/eficaz, oferecendo informações e respostas claras, confiáveis e tempestivas, mantendo compromisso com a satisfação dos clientes;
- b) manter sigilo acerca das informações cadastrais dos clientes, serviços e operações bancárias no Banrisul;
- c) evitar tratamento preferencial a quem quer que seja, por interesse ou sentimento pessoal;
- d) ser receptivo às opiniões do cliente, considerando-as para melhoria do atendimento, aperfeiçoamento dos produtos e qualificação nos serviços oferecidos.

##### **4.4.2. Relação com Terceiros**

- a) estabelecer disposições contratuais de forma a garantir que nossos parceiros de negócios também atuarão conforme os princípios contidos neste Código e demais políticas internas aplicáveis;
- b) adotar processos de contratação em conformidade com as legislações vigentes;
- c) atuar com isenção e profissionalismo, rejeitando qualquer tentativa de favorecimento no trato com fornecedores.

#### **4.5. Postura e Conduta Profissional**

É fundamental que os Sujeitos ao Código observem as seguintes condutas mínimas esperadas no exercício das suas atividades diárias, dentre outras:

- a) ter conduta ética condizente com os princípios estabelecidos neste Código, políticas, normativos e regulamentos Institucionais vigentes;
- b) estar engajado na busca permanente da eficiência no atendimento aos clientes e usuários;
- c) desenvolver ações pautadas pelo respeito às regras do mercado e pela legislação vigente;
- d) manter-se atualizado da legislação aplicável às operações, aos negócios realizados no Banrisul e às políticas, normativos e regulamentos Institucionais vigentes que disciplinam suas funções e forma de atuação;
- e) exercer a profissão com zelo, diligência e honestidade;
- f) promover a todo o momento e em todos os níveis profissionais, relações baseadas no respeito pela dignidade dos demais, a participação, a equidade e a colaboração mútua no ambiente de trabalho;
- g) preservar a identidade Institucional, não usando o nome de qualquer empresa do grupo, suas marcas e seus símbolos privativos sem autorização;
- h) manter o sigilo dos dados, notícias e informações relacionadas ao Banco ou a qualquer empresa do Grupo, sem que sejam devidamente autorizados a fazê-lo;

i) É inaceitável:

- usar relacionamentos com agentes externos como forma de obter benefícios profissionais para si ou para outrem;
- estabelecer vínculos de qualquer natureza com organizações ou clientes cuja conduta não seja compatível com padrões éticos e de responsabilidade;
- patrocinar evento ou atividade que possa violar as políticas internas vigentes;
- utilizar o nome do Banrisul ou seus recursos para financiar campanhas de partidos ou candidatos políticos;
- aceitar, no exercício de suas atividades profissionais, qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, comissão, doação, presente, viagem, ou vantagens para si ou para terceiros, as quais violem as políticas internas vigentes;
- sugerir, oferecer, prometer, conceder, solicitar, exigir, aceitar ou receber, direta ou indiretamente, mediante exigência ou não, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagens indevidas de qualquer natureza (financeira ou não) a pessoas e empresas dos setores público e privado em troca de realização ou omissão de atos inerentes às suas atribuições ou de facilitação de negócios, operações ou atividades para o Banrisul ou visando a benefícios para si ou para terceiros;
- emitir comentários especulativos desabonadores sobre posicionamentos do Banco;
- compartilhar textos, documentos, fotos, áudio ou vídeo que exponham a segurança do ambiente profissional;
- expor, publicamente, problemas profissionais, bem como fazer comentários implícitos ou explicitamente ofensivos e lesivos à empresa;
- emitir, divulgar e/ou publicar comentários ofensivos ou agressivos sobre o Banrisul e empresas do Grupo, seus Administradores, empresas concorrentes, parceiros de negócios ou colegas de trabalho;
- utilizar, para proveito próprio e/ou de terceiros, informações privilegiadas, tanto do Banrisul, como dos clientes do Banco.

## 5. Canal de Denúncias

As suspeitas ou evidências que configurem descumprimento ao presente Código, às políticas, normativos e regulamentos Institucionais vigentes devem ser reportadas por meio do Canal de Denúncias, onde poderá ser descrita a denúncia de irregularidades, sendo facultativa a identificação do denunciante, garantindo-se o direito ao sigilo e proteção contra retaliações.

Os canais internos e externos estão divulgados, respectivamente, na Intranet Corporativa e no site do Banrisul – [www.banrisul.com.br](http://www.banrisul.com.br) e são destinados a registros de denúncias e manifestações por parte de empregados e demais partes interessadas.

A Unidade de Controles e Compliance é a área independente responsável pela gestão do referido canal.

## 6. Comissão de Ética

A Comissão de Ética, vinculada ao Presidente da Companhia, é o órgão responsável pela implementação, disseminação, treinamento, revisão e atualização do Código de Ética e de Conduta do Banrisul, de modo a assegurar sua eficácia e efetividade, competindo-lhe analisar e julgar as questões a ela submetidas, recomendando correção de conduta ou sanções disciplinares.

A Comissão será dotada de independência e autonomia funcionais, cabendo à Diretoria, no caso de conflito de interesses, a decisão final.

## 7. Medidas Disciplinares

No caso de violação de qualquer norma estabelecida neste Código, serão aplicadas as sanções disciplinares cabíveis previstas no Regulamento de Pessoal do Banrisul e na legislação vigente.

## 8. Disposições Finais

Cabe à Diretoria e Conselho de Administração, sempre que julgar oportuno, propor alterações ao presente Código, com o objetivo de aperfeiçoá-lo.

As condutas éticas elencadas no presente Código não são exaustivas, sendo passíveis de enquadramento neste quaisquer outras, assim definidas pelas áreas competentes.

Serão realizados treinamentos anuais aos empregados e Administradores sobre os temas dispostos neste Código.

Aprovado pelo Conselho de Administração, este Código passará a vigorar com a presente redação, a partir da data de sua divulgação, revogadas as disposições em contrário.

## **Política de Prevenção à Corrupção**

Disponível na rede mundial de computadores, na página de Relações com Investidores da Companhia, no link:

<http://ri.banrisul.com.br/governanca-corporativa/estatuto-politicas-e-codigos/>

### **1. Conceito de corrupção**

Corrupção é todo o ato por meio do qual se ofereça vantagem indevida para agente público com o objetivo de facilitar, acelerar algum procedimento institucional ou fraudar a concorrência, que deve permear a contratação com a administração pública. Diferentemente de leis anticorrupção de outros países, o sistema anticorrupção brasileiro não permite "pagamentos facilitadores" sendo, portanto, vedada qualquer forma de pagamento ou oferecimento de presentes ou brindes para agente público.

#### **1.1 Finalidade da política**

Dotar a instituição de procedimentos e controles de prevenção à corrupção, bem como estabelecer medidas preventivas, que evitem, no âmbito de atuação da Companhia, a prática dos ilícitos de corrupção e de improbidade previstos no Código Penal, na Lei 8.666/93, na Lei 12.846/13, na Lei nº 13.303/16 e demais normas do sistema anticorrupção brasileiro por seus empregados e terceiros, que ajam em seu nome ou interesse.

### **2. Área de aplicação**

Todos os administradores, empregados, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços da Companhia, sociedades controladoras, controladas e sob o mesmo contrato, direta e indiretamente, e, quando aplicável, a entidades sem fins lucrativos geridos por administradores ou empregados nomeados ou cedidos por Empresas integrantes do Grupo Banrisul, assim como todos os terceiros que ajam em nome, em interesse ou em benefício da Companhia.

### **3. Normas e regras**

#### **3.1 Responsabilidades**

Todos os administradores, empregados, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços da Companhia, sociedades controladoras, controladas e sob o mesmo contrato, direta e indiretamente, e, quando aplicável, entidades sem fins lucrativos geridos por administradores ou empregados nomeados ou cedidos por Empresas integrantes do Grupo Banrisul, assim como todos os terceiros que ajam em nome, em interesse ou em benefício da Companhia são responsáveis pelo fomento de uma cultura ética e do estabelecimento de um ambiente permanente de controle e prevenção à corrupção, no âmbito do qual seja possível monitorar e identificar todas as operações de clientes e não-clientes, pessoas físicas e jurídicas, ações ou suspeitas de cometimento do crime de corrupção, bem como fazer cumprir os mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregulares e a aplicação efetiva desta Política e do Código de Conduta Ética da Companhia.

#### **3.2 Regras de prevenção à corrupção**

A Companhia adotará procedimentos proporcionais aos riscos de corrupção relacionados à natureza, escala e complexidade das atividades que exerce, destacando:

- adotar procedimentos de due diligence proporcionais ao risco de corrupção em suas atividades em todos os processos de contratação de terceiros, que representem ou ajam em interesse ou benefício da Companhia.
- disponibilizar treinamentos periódicos com objetivo de educar e conscientizar os empregados da Companhia acerca dos valores e princípios da presente Política.
- realizar monitoramentos e avaliações periódicas para verificação da efetividade dos controles, a fim de prevenir o descumprimento desta Política.

Todos os empregados ou terceiros que ajam em interesse ou em benefício da Companhia têm a obrigação de agir de maneira ética e honesta e de conduzir suas atividades profissionais de acordo com as diretrizes do Código de Conduta Ética da Companhia, principalmente:

- evitando situações que representem conflito atual ou potencial entre os seus interesses pessoais e os interesses da Companhia;
- recusando, no exercício de suas atividades profissionais, qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, comissão, presente, viagem, doação, ou vantagens para si, seus familiares ou qualquer outra pessoa que aja em nome, em interesse ou em benefício da Companhia;
- utilizando devidamente recursos, propriedade intelectual, tempo e instalações da Companhia;

- não patrocinando evento ou atividade que possa violar as regras de conflito de interesse da Companhia;
- não utilizando equipamentos, veículos e instalações da Companhia em proveito pessoal sem que haja a concordância prévia e com o devido ressarcimento;
- não permitindo a concessão de patrocínios para órgãos públicos com o intuito de direta ou indiretamente facilitar a contratação direta com a administração pública;
- não utilizando o nome da Companhia ou seus recursos para financiar campanhas de partidos ou candidatos políticos;
- não se manifestando em nome da empresa, divulgando dados, notícias e informações relacionadas à Companhia ou a qualquer empresa do grupo, sem que sejam devidamente autorizados a fazê-lo;
- evitando o uso em suas relações pessoais ou profissionais de sua condição funcional com o objetivo de obter benefício pessoal ou para terceiros;
- não estabelecendo vínculos de qualquer natureza com organizações ou clientes cuja conduta não seja compatível com padrões éticos e de responsabilidade;
- não aceitando presentes, brindes, viagens ou qualquer forma de vantagem de clientes, fornecedores, parceiros e concorrentes;
  - tratando-se de brinde de valor igual ou inferior a R\$ 100,00 (cem reais), que tenha sido oferecido por empresa, que não seja fornecedora, prestadora de serviços da Companhia ou participante de licitação promovida pela Companhia ou que, de qualquer maneira, não esteja buscando, através do oferecimento do brinde, a facilitação de sua contratação, o brinde poderá ser sorteado para os funcionários do respectivo setor;
  - deverão ser recusadas todas as propostas de viagem, mesmo que para participação de eventos ou congressos, quando as despesas com a viagem tiverem sido oferecidas por terceiros, ainda que quem usufrua dela sejam apenas os familiares ou amigos de empregados da Companhia;
- não transmitindo ou transferindo para terceiros quaisquer informações, documentos, relatórios financeiros, registros contábeis, estratégias, cadastro de clientes e/ou programas contendo dados sigilosos de exclusivo interesse da Companhia;
- não permitindo que atitudes pautadas em simpatias e antipatias ou práticas de condutas inadequadas interfiram no trato com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores;
- não envolvendo-se em atividades particulares, dentro das dependências da Companhia, ou enquanto representando a empresa em atividades profissionais fora de suas dependências;
- não violando quaisquer regras do programa de compliance da empresa, inclusive do Código de Ética, da Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e da Política Conheça seu Colaborador.

### 3.3 Condutas inaceitáveis

É vedado a todos os empregados e terceiros que ajam em nome, em interesse ou em benefício da Companhia:

- sugerir, oferecer, prometer ou conceder, direta ou indiretamente, mediante exigência ou não, vantagens indevidas de qualquer natureza (financeira ou não) a pessoas e empresas dos setores público e privado em troca de realização ou omissão de atos inerentes às suas atribuições ou de facilitação de negócios, operações ou atividades para a Companhia ou visando a benefícios para si ou para terceiros, e
- sugerir, solicitar, exigir, aceitar ou receber, direta ou indiretamente, vantagens indevidas de qualquer natureza (financeira ou não) de pessoas e empresas dos setores público e privado em troca de realização ou omissão de atos inerentes às suas atribuições ou de facilitação de negócios, operações ou atividades da Companhia ou visando a benefícios para si ou para terceiros.

O Código de Conduta Ética da Companhia, a Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e a Política Conheça Seu Colaborador complementam a presente política e também trazem diretrizes sobre prevenção e combate a toda e qualquer forma de corrupção (suborno ou propina, tráfico de influência, favorecimentos etc.), de forma a expressar a convicção da Companhia de que todas as suas atividades ou negócios devem ser exercidos de forma ética, transparente e responsável.

### 3.4 Canal de denúncias

As suspeitas ou evidências de corrupção devem ser reportadas por meio do Canal de Denúncias disponibilizado na Intranet, onde poderá ser descrita a denúncia de irregularidades, sendo facultativa a identificação.

#### 3.4.1 Comissão de ética

As eventuais infrações à presente Política serão examinadas pela Comissão de Ética, conforme disciplinado em regulamento específico.

#### 3.4.2 Proteção dos denunciadores

Aos denunciante será garantido o direito de sigilo e proteção contra retaliação.

### **3.4.3 Princípio da ampla defesa**

Será garantido ao profissional denunciado por alguma má conduta ou violação desta Política o pleno direito à ampla defesa, bem como a utilização de todos os meios de prova possíveis para que nenhuma decisão da Comissão de Ética seja arbitrária.

### **3.5 Penalidades**

O descumprimento de quaisquer diretrizes ou princípios estabelecidos nesta Política está sujeito a sanções disciplinares previstas no Regulamento de Pessoal da Companhia, sem prejuízo da aplicação das leis vigentes.

### **3.6 Termo de adesão**

Todo empregado, ao ler esta Política, firmará o Termo de Compromisso de Adesão à Política de Prevenção à Corrupção do Grupo Banrisul, em modelo específico, que passará, desde a sua assinatura, a fazer parte do contrato de trabalho em que declara estar ciente das normas e princípios, bem como das responsabilidades aqui contidas, incorporando-se às demais regras de conduta da Companhia. Todos os administradores, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços da Companhia, sociedades controladoras, controladas e sob o mesmo contrato, direta e indiretamente, e quando aplicável, entidades sem fins lucrativos geridos por administradores ou empregados nomeados ou cedidos por Empresas integrantes da Companhia, bem como todos os terceiros que ajam em nome, em interesse ou em benefício da Companhia firmarão Termos de Compromisso de Adesão à política ou deverá ser inserida cláusula de adesão nos respectivos contratos.

### **3.7 Treinamentos**

Os empregados da Companhia devem receber, periodicamente, treinamentos de Prevenção à Corrupção e obrigatoriamente, por ocasião de sua admissão. Deverão se submeter aos treinamentos também todos os administradores, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços da Companhia, sociedades controladoras, controladas e sob o mesmo contrato, direta e indiretamente, e quando aplicável, entidades sem fins lucrativos geridos por administradores ou empregados nomeados ou cedidos por empresas integrantes da Companhia, assim como todos os terceiros que ajam em nome, em interesse ou em benefício da Companhia. Os módulos de treinamentos devem conter, no mínimo, os principais aspectos disciplinados pelo Código de Conduta Ética da Companhia, da presente Política, pela legislação e normativos em vigor, assim como deve abordar diversas situações comportamentais, que venham a configurar indícios da prática de atividades ligadas ao crime de Corrupção.

## **4. Regulamentação associada**

Esta Política deve ser lida e interpretada em conjunto com o Código de Conduta Ética da Companhia, a Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, a Política Conheça o seu Colaborador da Companhia e com os seguintes documentos:

- Lei nº 13.303/16;
- Lei Anticorrupção nº 12.846/13;
- Lei 8.666/93;
- Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/92;
- Lei de Conflito de Interesses nº 12.813/13;
- Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613, de 03 de Março de 1998, modificada pela Lei 12.683, de 09 de Julho de 2012);
- Código Penal Brasileiro;
- United States Foreign Corrupt Practices Act (FCPA);
- Pacto Global das Nações Unidas;
- Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção.

## **5.5 - ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS**

**5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos**

Houve atualização da Política de Risco Socioambiental, conforme Resolução 4.943/21 CMN, para contemplar os conceitos de Risco Social, Ambiental e Climático.

## **5.6 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES - GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

### **5.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes e que não tenha sido divulgada nos demais itens do item 5 do Formulário de Referência.

## 6 - Histórico do emissor

### 6.1 / 6.2 - CONSTITUIÇÃO DO EMISSOR E PRAZO DE DURAÇÃO

#### 6.1. Com relação à constituição do emissor, informar:

- a. **data:** 12/09/1928
- b. **forma:** Sociedade por ações
- c. **país de constituição:** Brasil

#### 6.2. Informar prazo de duração, se houver

Prazo de Duração Indeterminado

## 6.3 - BREVE HISTÓRICO

### 6.3. Breve histórico do emissor

A Companhia foi constituída no ano de 1928 como Banco público de crédito rural e hipotecário, cuja principal atividade era a realização de empréstimos em longo prazo com garantia hipotecária. Em 1931, após incorporar o Banco Pelotense, a Companhia passou à condição de arrecadadora de tributos do Estado do Rio Grande do Sul.

Desde então a Companhia iniciou um processo de expansão, com a abertura de agências em diversos municípios do Estado, tendo prosseguido o processo de crescimento e consolidação da Companhia mediante a incorporação de instituições financeiras públicas como o Banco Real de Pernambuco, Banco Sul do Brasil, Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, BADESUL e DIVERGS - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado do Rio Grande do Sul.

Em março de 1990, a Companhia passou a ser Banco múltiplo, com carteira comercial, crédito imobiliário e crédito, financiamento e investimento. Em 1997, absorveu a estrutura de agências, clientes e determinados ativos da Caixa Econômica Estadual e, a partir deste momento, passou a concentrar o pagamento da folha do funcionalismo estadual, os serviços financeiros para o Estado do Rio Grande do Sul e demais entidades ligadas ao Estado.

Em 1998, após sua inclusão no Programa de Saneamento dos Bancos Estaduais (PROES), a Companhia passou por processo de reestruturação, por meio do qual a Companhia foi capitalizada em R\$1.400,0 milhões, sendo que (i) R\$700,0 milhões foram aportados em títulos emitidos pelo Governo Federal e Banco Central e (ii) os R\$700,0 milhões restantes, referentes ao passivo atuarial com a Fundação Banrisul e por valores devidos ao BNDES, assumidos pelo Estado do Rio Grande do Sul e posteriormente convertidos em participação no capital social.

A busca por mais segurança levou ao surgimento no Banrisul, no início dos anos 2000, do primeiro cartão com chip para autenticação no internet banking. A iniciativa recebeu inúmeros prêmios, nacionais e até mesmo internacionais. Além disso, o Banrisul foi o primeiro banco do país que com um cartão físico suportando um certificado digital no padrão exigido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), uma rede governamental que viabiliza a emissão de certificados digitais para identificação virtual do cidadão.

A entrada do Banrisul no mercado de adquirência ocorreu em 2001, quando passou a utilizar uma solução própria para capturar as transações do Banricompras, cheque eletrônico vinculado ao cartão da conta corrente dos seus correntistas. Com as medidas introduzidas pelo CADE para maior abertura do mercado, em 2010, a rede de adquirência tornou-se multibandeira, passando a capturar os cartões MasterCard em 2011, e Visa em 2012.

No ano de 2007, foi concluído o processo de capitalização da Companhia, mediante Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Preferenciais classe B. Adicionalmente, desde este momento a companhia possui formador de mercado, ou agentes de liquidez, para suas ações preferencias classe B, devidamente cadastrada na B3, que se compromete a manter ofertas de compra e venda de forma regular e contínua durante a sessão de negociação, fomentando a liquidez dos valores mobiliários. Desde 17 de setembro de 2013 a Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A. é a contratada pela Companhia para este serviço. Os recursos provenientes da capitalização, no montante de R\$800 milhões, reforçaram a base de capital da Companhia, permitindo financiar a expansão das operações de crédito e implementar estratégias comerciais e de investimentos em tecnologia da informação, garantindo maior competitividade e solidificando o papel da Companhia como instrumento voltado ao desenvolvimento da economia do Estado Rio Grande do Sul.

Adequando-se às exigências de mercado, a Companhia aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa, da então Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) (atualmente B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão), e instituiu a Unidade de Relações com Investidores, Mercado de Capitais e Governança, propiciando a manutenção e ampliação do relacionamento com as partes interessadas.

O ano de 2009 foi marcado pela consolidação da estratégia de agregar eficiência e qualidade à gestão, que tomou forma com a implementação de modelo de gestão voltado para a geração de resultados, decisão que implicou em mudança profunda e abrangente em todos os canais da Companhia, na modernização do parque tecnológico, na revisão de processos internos, no desenvolvimento de novo modelo de crédito, na reestruturação da modelagem de metas comerciais e de remuneração aos empregados e na implementação de oportuna ação financeira, que foi a capitalização da Instituição em 2007.

Em 2011, foram firmadas parcerias com as bandeiras VISA, MasterCard e VerdeCard, além de convênio com o sistema SafetyPay para compras internacionais na web site Amazon.com. O fortalecimento da Rede Banricompras contribui para a execução da estratégia de desconcentração regional e de sustentação do crescimento da Companhia. Nessa mesma linha, outra iniciativa empreendida pela Companhia, foi a assinatura, em dezembro de 2011, do Memorando de Entendimento e a abertura de processo de due diligence para a potencial aquisição de 49,9% da então denominada Bem-Vindo Promotora de Vendas e Serviços, rede de lojas e estrutura especializada na originação de créditos consignados do INSS e a servidores públicos federais, estaduais e municipais. A operação, realizada em parceria com a MatonInvest Holding, é parte do movimento estratégico concebido para alavancar canais de relacionamento com clientes, aumentar a carteira de crédito e expandir o potencial de distribuição de produtos e serviços financeiros em escala nacional.

Em 2012, visando a alavancar canais de relacionamento com clientes e a carteira de crédito, assim como o potencial de distribuição de produtos e serviços, a Companhia adquiriu 49,9% das ações da Bem Promotora de Vendas e Serviços. Adicionalmente, com o intuito de ampliar fontes de captação e elevar o Índice de Basileia, foi realizada operação de captação externa subordinada, no valor total de US\$ 775 milhões e vencimento em 2022.

O ano de 2013 foi marcado pelo crescimento das receitas relacionadas a serviços, refletindo o desempenho das áreas de cartões, seguros e adquirência. Ainda em 2013, ocorreu a reorganização societária da Controlada Banrisul Serviços Ltda. com a criação da Banrisul Cartões S.A. visando a expandir negócios relacionados à adquirência e emissão de cartões, incluindo cartões de benefício, e potencializando a Rede Banricompras.

Em 2014, a Companhia lançou a Vero, a nova marca de sua rede de adquirência multibandeiras. Também foi assinada a parceria firmada entre a Companhia e Icatu Seguros para constituição de empresa seguradora de vida e previdência.

Em 2015, a Companhia foi autorizada a ingressar como parte integrante da holding Banrisul Icatu Participações, detentora da totalidade do capital social da Rio Grande Seguros e Previdência, a nova companhia de seguros responsável pela oferta de produtos de vida e previdência por meio dos canais de distribuição da Companhia. Em agosto de 2015 foi constituída a holding Banrisul Icatu Participações S.A. - BIPAR, que compõe o Grupo Banrisul. Com 49,9% do seu capital, a BIPAR demonstra a evolução no modelo de negócios praticado pela Companhia, que passa a incorporar parte do resultado gerado na operação, além das receitas sob a forma de comissão pela venda do produto, como ocorria anteriormente.

Em 2016, a compra de serviços de folha de pagamento de servidores públicos constituiu-se em importante componente da estratégia mercadológica, ressalvados os direitos dos clientes quanto à portabilidade. A Companhia firmou, com o Governo do Rio Grande do Sul, contrato de cessão onerosa dos serviços relacionados à folha de pagamento dos servidores ativos e inativos da administração direta do Estado pelo prazo de 10 anos. No segundo semestre de 2016, estabeleceu, com o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, contrato de compra dos serviços da folha de pagamento dos servidores do Tribunal de Justiça pelo prazo de 5 anos. No que se refere à esfera municipal, a ação comercial priorizou, igualmente, a manutenção e o estabelecimento de novos contratos para pagamento dos servidores municipais.

Em 2017 foi instituído o Plano de Aposentadoria Voluntária - PAV, para incentivar o desligamento de empregados aptos à aposentadoria oficial em condições favoráveis. No segundo semestre, destaca-se o Plano de Desligamento Voluntário - PDV, destinado aos empregados lotados, nas agências/unidades vinculadas às Superintendências Regionais de Outros Estados e o reconhecimento do direito de crédito tributário de IRPJ e CSLL relativo à ação judicial em função do Plano Verão. Ao mesmo tempo implementou-se política de direcionamento do crédito para linhas de menor risco, aumentando a participação das pessoas físicas no total da carteira e exigindo maior seletividade na análise e concessão de novas operações. Para a viabilização dessa estratégia, de atuar de forma mais assertiva em um mercado massificado, foram revisados e implementados novos modelos de risco de crédito. Em dezembro de 2017, a Companhia estabeleceu parceria estratégica com a Icatu Seguros, visando a criação de nova empresa, para comercialização de produtos de capitalização nos canais de distribuição da Companhia.

No ano de 2018, reforçando nossa vocação como um banco de varejo, o crédito priorizou os segmentos pessoa física (massificados e afluentes) e pequenas e médias empresas, além de reformular a atuação no setor do agronegócio. O sistema de pagamentos da Companhia - Vero já representa aproximadamente 1/3 da margem de contribuição da Companhia. A Companhia adotou também o modelo digital de jornadas fim-a-fim para a transformação digital da Companhia, com envolvimento integrado das áreas de negócios e TI, e instituiu em sua estrutura a Unidade de Transformação Digital.

Em consonância com o seu papel de promover o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, no primeiro semestre de 2019, o Banrisul apoiou diversos projetos na capital e no interior do Estado. No primeiro semestre de 2019, o Banrisul manteve atuação junto ao setor agropecuário gaúcho, fortalecendo-o através de financiamentos de investimentos, custeios, comercialização e industrialização, e em consonância com o sistema financeiro gaúcho. Além disso, o Banco segue intensificando os negócios rurais junto às cadeias agropecuárias do Rio Grande do Sul e permanece disponibilizando recursos em Feiras Agropecuárias.

O primeiro semestre de 2019 também foi marcado pela conclusão da associação entre o Banrisul, em conjunto com a sua controlada Banrisul Cartões S.A., com a VG8 Tecnologia e Participações S.A., plataforma digital que automatiza o pagamento de estacionamentos em centros de compras no território brasileiro, e a OPnGO Group BV, que possui experiência internacional no desenvolvimento de soluções para estacionamento e mobilidade, com a formação da Joint Venture VeroGo, que permitirá a oferta de uma solução integrada de pagamentos, tanto de compras realizadas junto aos lojistas credenciados, como de tarifas de estacionamento. Em abril de 2019, também teve início a captura da bandeira Alelo, ampliando o portfólio da Vero.

Além disso, também foi lançado em 2019 o aplicativo BanriCard, que permite visualizar saldos, extratos, realizar bloqueios, alterar senha, entre outros serviços, proporcionando maior autonomia aos portadores do cartão. Outra novidade no período é que todos os cartões de crédito emitidos pela Companhia passam a contar com a tecnologia *contactless* que permite o pagamento por aproximação, o que torna mais prática e ágil a transação.

Em 2020, diante do enfrentamento da pandemia da Covid-19, o Banrisul realizou diversas ações para minimizar a exposição de clientes e empregados ao contágio e contribuir com a manutenção da atividade econômica, medidas que vão de rotinas operacionais a políticas de crédito, associadas a um ritmo acelerado de inovações tecnológicas. No terceiro trimestre, foi aprovado o Programa de Desligamento Voluntário - PDV para empregados aposentados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, ou que tenham, ou venham a ter em 24 meses, tempo de contribuição e as demais condições para se aposentar. Em novembro de 2020, houve o lançamento do PIX, solução de pagamentos instantâneos. Para disponibilizar o PIX a seus clientes, o Banrisul desenvolveu sistemas e criou infraestruturas de hardware e segurança, com foco em uma experiência simples, clara e intuitiva, no aplicativo Banrisul Digital. Ainda no segundo semestre de 2020, entrou em vigor a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e no que se refere à aplicação de penalidades estará vigente a partir de agosto de 2021. Nesse sentido, o Banrisul vem seguindo as diretrizes e boas práticas do mercado, implementando ações para avaliação dos impactos e adoção de medidas necessárias para adequação e compliance com a nova norma.

Em 2021, o Banrisul investiu em ações para ampliação do portfólio de produtos e do relacionamento com os clientes, na eficiência administrativa e na promoção do desenvolvimento econômico e social. Em janeiro de 2021 entrou em operação a Banrisul Corretora de Seguros S.A., subsidiária integral da holding Banrisul Seguridade Participações S.A., absorvendo, gradativamente, a operação de seguros do Banrisul. Também em janeiro de 2021, o Banrisul emitiu nova dívida subordinada, no montante de US\$300 milhões, com juros de 5,375% a.a, autorizada para Capital Nível II pelo Banco Central em 25 de outubro de 2021. Foram criadas iniciativas como o BanriTech, programa de aceleração de startups. Em novembro, ao final do primeiro ciclo de aceleração, foram conhecidas as dez startups que tiveram melhor desempenho no Programa e classificadas ao Pitch Day para apresentarem seus negócios a uma banca de especialistas do Banco, Tecnopuc e ecossistema de inovação. Em setembro foi inaugurado o espaço físico do BanriTech, o Hub.Space, que funciona como coworking de startups. O Banrisul também é patrocinador master no NAVI, Hub que atua fomentando startups com foco em Inteligência Artificial e tecnologias emergentes. Em relação ao Open Banking, o Banco implantou em janeiro de 2021 a Fase 1, referente ao compartilhamento dos dados dos canais de atendimento, produtos e serviços disponíveis aos clientes. A partir de agosto de 2021, devido a uma maior complexidade, foi implantada de forma escalonada a Fase 2, que possibilita o compartilhamento, entre o Banrisul e outras instituições, a partir do consentimento do cliente, de dados cadastrais e financeiros, conforme cronograma do Banco Central. Em outubro, na Fase 3, teve o início da implantação escalonada referente ao pagamento instantâneo (PIX) e, por fim, está em desenvolvimento a Fase 4, com previsão de finalização em março de 2022, com foco nos dados de seguros, investimentos, operações de câmbio e credenciamento. Entre os avanços na gestão para a sustentabilidade, destacam-se no período ações relacionadas às mudanças climáticas, como a criação do Comitê de Sustentabilidade, adesão ao Programa Brasileiro GHG Protocol, com a publicação do primeiro inventário de gases de efeito estufa - GEE e recebimento do Selo Prata, bem como projetos que contribuem na mitigação da emissão de gases de efeito estufa e contribuição na transição para uma economia de baixo carbono, como o Projeto de Energia Renovável e adesão ao CDP - Carbon Disclosure Project. No quarto trimestre o Banco passou a contar com os serviços de uma consultoria especializada para aprimorar a gestão estratégica de sustentabilidade e mitigação de gases de efeito estufa.

#### **6.4 - DATA DE REGISTRO NA CVM**

**6.4. Data de registro na CVM ou indicação de que o registro está sendo requerido**

20/07/1977

## **6.5 - INFORMAÇÕES DE PEDIDO DE FALÊNCIA FUNDADO EM VALOR RELEVANTE OU DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL**

**6.5. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos**

Até a data deste Formulário de Referência, não foi protocolado nenhum pedido requerendo a falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

## **6.6 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

### **6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Na data deste Formulário de Referência, todas as informações que a Companhia julga relevantes para esta seção foram disponibilizadas nos itens anteriores.

## 7 - Atividades do emissor

### 7.1 - DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO EMISSOR E SUAS CONTROLADAS

#### 7.1. Descrever sumariamente as principais atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas.

##### Visão Geral

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul”, “Instituição”), principal empresa do Grupo, controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de Banco múltiplo, com sede no Brasil, domiciliado na Rua Capitão Montanha, 177 - 4º andar, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e opera nas carteiras comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil, inclusive nas de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas e coligadas, atua em diversas outras atividades, com destaque para corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, meios de pagamentos, seguros e previdência. As operações são conduzidas por um conjunto de Instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

## Principais Indicadores

Indicadores Financeiros e Operacionais (Em R\$ milhões, exceto quando indicado)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo Total</b>	104.575,8	91.822,9	81.549,6
<b>Operações de Crédito <sup>1</sup></b>	41.042,0	37.605,8	36.182,7
<b>Recursos de terceiros administrados <sup>2</sup></b>	14.194,8	12.591,0	12.536,2
<b>Captação de recursos <sup>3</sup></b>	70.705,2	67.866,7	59.501,3
<b>Depósitos</b>	64.277,4	62.446,5	53.640,1
<b>Patrimônio líquido</b>	9.048,6	8.346,2	7.794,4
<b>Índice de Basileia <sup>4</sup></b>	18,42%	15,81%	15,07%
<b>Número de pontos de atendimento</b>	1.062	1.107	1.115
<b>Índice de Inadimplência &gt; 90 dias <sup>5</sup></b>	2,07%	2,31%	3,37%
<b>Índice de Cobertura 90 dias <sup>6</sup></b>	309,7%	317,7%	226,7%
<b>Índice de Provisonamento <sup>7</sup></b>	6,4%	7,3%	7,6%

<sup>1</sup> Inclui Empréstimos, Financiamentos, Créditos Vinculados a Cessão, Operações de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos, Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão.

<sup>2</sup> Administração de recursos de terceiros feita via fundos de investimento, inclusive recursos geridos pela Bannisul Corretora, excluindo os ativos do fundo para garantia de liquidez dos títulos da dívida pública do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>3</sup> Inclui os saldos de depósitos totais, letras financeiras e de crédito imobiliário e dívida subordinada.

<sup>4</sup> É a expressão numérica representativa do valor do patrimônio líquido ajustado dividido pelo valor do ativo ponderado pelo risco, conforme definido no Acordo da Basileia. Os ajustes do patrimônio líquido e a ponderação de ativos pelo risco são estabelecidos pela regulamentação do Banco Central.

<sup>5</sup> Atrasos > 90 dias / carteira de crédito.

<sup>6</sup> Provisão para devedores duvidosos / atrasos > 90 dias.

<sup>7</sup> Provisão para devedores duvidosos / carteira de crédito.

Composição do Crédito Comercial Pessoa Física e Pessoa Jurídica - R\$ Milhões	30/12/2021	%
<b>Pessoa Física</b>	<b>23.129,0</b>	<b>100,0%</b>
Crédito Consignado	18.443,1	79,7%
Outros <sup>(1)</sup>	4.685,9	20,3%
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>7.216,4</b>	<b>100,0%</b>
Capital de Giro	5.480,5	75,9%
Outros <sup>(2)</sup>	1.736,0	24,1%
<b>Total</b>	<b>30.345,5</b>	

(1) Inclui as linhas de Cartão de Crédito e Débito, Cheque Especial, Crédito Pessoal - Não Consignado, Renegociação, Microcrédito e Aquisição de Bens - Não-Consignado.

(2) Inclui as linhas de Cartão de Crédito, Contas Devedoras, Crédito no Exterior, Compror/Vendor, Desconto de Recebíveis, Renegociação, Microcrédito, Aquisição de Bens e Cessão de Recebíveis Empresarial.

Indicadores Financeiros e Operacionais (Em R\$ milhões, exceto quando indicado)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
<b>Lucro líquido</b>	948,5	727,5	1.344,4
<b>Outras Receitas</b>	530,7	457,9	762,5
<b>Margem financeira <sup>1</sup></b>	4.845,6	5.262,8	5.525,0
<b>Índice de Eficiência Ajustado <sup>2</sup></b>	58,1%	53,0%	52,1%
<b>Retorno sobre Ativos Médios (ROAA) Ajustado <sup>3</sup></b>	1,0%	1,0%	1,6%
<b>Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) Ajustado <sup>4</sup></b>	11,4%	10,2%	16,9%

<sup>1</sup> Resultado de intermediação financeira.

<sup>2</sup> A proporção expressa em porcentagem, entre (i) soma das despesas de pessoal ajustadas e outras despesas administrativas e (ii) soma da margem financeira, receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias, outras receitas ajustadas e outras despesas ajustadas. O índice de eficiência não está definido pelas Práticas Contábeis adotadas no Brasil ou por outras regulamentações. O índice de eficiência não possui significado padronizado e, portanto, a nossa definição de índice de eficiência pode não ser comparável ao índice de eficiência utilizado em outras empresas. O índice de eficiência é utilizado pela Administração para medir o desempenho operacional.

<sup>3</sup> Lucro líquido ajustado como percentual do saldo médio de ativos.

<sup>4</sup> Lucro líquido ajustado como percentual do saldo médio de patrimônio líquido.

## 7.1.A. INFORMAÇÕES DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA:

### 7.1.a. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

#### a. interesse público que justificou sua criação

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., criado em 1928 pela Lei Estadual nº 459, tem como missão ser a instituição financeira oficial do Rio Grande do Sul para promover o desenvolvimento econômico e social do Estado, atendendo, além de sua lei de criação ao disposto no Art. 147 da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, combinado com o §3º, Art. 164 da Constituição Federal. Nesse sentido, sua missão, que advém do interesse público que ensejou sua criação, exercida através do cumprimento de seu objeto social, na busca constante de ser um Banco público sólido, rentável, competitivo, integrado às comunidades, impulsionando a economia e o crescimento do Estado, em apoio à administração pública na promoção da melhoria dos setores econômicos do Estado.

Ainda, no âmbito do interesse público, Estado e Banrisul possuem motivações patrimoniais e interesses convergentes na estabilidade do seu relacionamento institucional e conseqüente preservação do patrimônio público.

#### b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

- os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”
- quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições
- estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

O Plano Plurianual – PPA do Estado, instrumento do Artigo 165 da Constituição Federal e Artigo 149 da Constituição do Estado, estabelece as diretrizes, os programas e as ações para a Administração Pública estadual direta e indireta para um período de quatro anos. Os Programas do PPA são instrumentos de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos.

O Banrisul se insere no PPA como agente financeiro do Estado, provendo o desenvolvimento econômico e social das comunidades, através do apoio à pessoas físicas, à agricultura familiar, ao agronegócio, as micro, pequenas, médias e grandes empresas dos setores industrial, comercial e de serviços, viabilizando investimentos potenciais para a geração de emprego e renda, e suprindo, por meio da intermediação financeira, as necessidades de recursos para o financiamento do consumo, da inclusão social e da sustentação das atividades do Estado.

Para o PPA proposto pelo Estado para o período 2020-2023, o Banrisul, sob coordenação da Secretaria da Fazenda do Estado, está imbuído do Programa de Crédito do Plano, com objetivo de através da Intermediação Financeira suprir as necessidades de recursos para o financiamento do consumo, da inclusão social e da sustentação das atividades.

As iniciativas governamentais que compõem o PPA, no que se refere ao Banrisul, estão em coerência e se alinham com os direcionamentos da Estratégia Institucional do Banrisul.

As iniciativas à cargo do Banrisul na Política Pública estabelecidas no PPA do Estado são:

1. Crédito Rural			
Política Pública (iniciativas Banrisul):	Descrição	Metas	
1.1 Financiamento ao Custeio Agropecuário	Financiar o custeio de lavouras e criação de animais. Origem do Recurso: Recursos Próprios do Banrisul.	Meta 2020-2023	R\$ 8.383.461.756,58
1.2. Financiamento ao Investimento Agropecuário	Financiar a aquisição de animais, máquinas, equipamentos agrícolas, construção de unidades de beneficiamento e infraestrutura nas propriedades. Origem do Recurso: Recurso próprios do Banrisul e do BNDES/Finame.	Meta 2020-2023	R\$ 1.486.153.846,15
1.3. Financiamento à Comercialização Agropecuária	Financiar a comercialização e armazenagem de produtos agropecuários. Origem do Recurso: Recursos próprios do Banrisul e do BNDES/Finame.	Meta 2020-2023	R\$ 4.542.281.771,07
1.4. Financiamento a Industrialização Agropecuária	Financiar as atividades de beneficiamento e industrialização de produtos agropecuários. Origem do Recurso: Recursos próprios do Banrisul e do BNDES/Finame.	Meta 2020 -2023	R\$ 1.030.808.992,55
1.5. Plano de Agroecologia e Produção Orgânica	Ampliar o acesso dos agricultores a sementes, mudas e propágulos crioulos e nativos. Plano de Agroecologia e Produção Orgânica. Origem do Recurso: Recursos próprios Banrisul.	Meta 2020-2023 -	800 agricultores
2. Crédito Comercial			
Política Pública (iniciativas Banrisul):	Descrição	Metas (planejadas/realizadas)	
2.1. Financiamento ao Desenvolvimento Econômico e Social	Repassar para o desenvolvimento econômico, social e urbano do Estado, para pessoas físicas e jurídicas dos setores industrial, comercial, rural e de prestação de serviços. Origem do Recurso: Recurso obtido do BNDES.	Meta 2020 -2023	R\$ 130.578.704,25
2.2. Cartão BNDES	Disponibilizar limite rotativo às pequenas e micro empresas com repasse do BNDES. Origem do Recurso: Recurso do BNDES disponibilizado.	Meta 2020-2023	R\$ 202.227.006,18
2.3. FINEP	Fomentar a ciência, tecnologia e inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas, através de repasses FINEP. Origem do Recurso: Recurso FINEP	Meta 2020-2023	R\$ 28.000.000,00
2.4. FEB – Setor Público - Recursos Próprios Banrisul	Disponibilizar crédito a Municípios, com vistas ao fomento para aquisição de máquinas, equipamentos e em determinadas situações obras civis, a fim de redução de custos de manutenção e atendimento das necessidades das populações locais. Origem do Recurso: Recurso próprio do Banrisul.	Meta 2020-2023	R\$ 91.915.246,57
2.5. CEF – Saneamento para Todos – FGTS	Repasse de recursos destinados à saneamento no âmbito do Programa Saneamento para Todos com recursos do FGTS. Origem do Recurso: Recurso do FGTS disponibilizado.	Meta 2020-2023	R\$ 26.647.382,39
2.6. Financiamento ao Microcrédito	Financiar operações de microcrédito produtivo, disponibilizando recursos aos empreendedores formais e informais que necessitam de recursos para prover seus negócios, dinamizando e incrementando a economia do RS com a geração de renda e postos de trabalho. Origem do Recurso: Recurso próprio do Banrisul.	Meta 2020-2023	R\$ 46.000.000,00
2.7. Financiamento para a Educação	Destinar linhas de crédito para suprir a demanda de capital de giro de investimentos em modernização de infraestrutura física e tecnológica das Universidades do Estado. Origem do Recurso: Recurso próprio do Banrisul.	Meta 2020-2023	R\$ 1.095.865.070,35
2.8. Financiamento para a Saúde	Atender as necessidades de hospitais públicos e privados, clínicas e laboratórios que prestam atendimentos à saúde. Origem do Recurso: Recurso próprio do Banrisul.	Meta 2020-2023	R\$ 4.554.119.102,13
2.9. Financiamento para Capital de Giro	Atender as necessidades de capital das micro, pequenas e médias empresas de todos os segmentos da economia do Estado. Origem do Recurso: Recurso próprio do Banrisul.	Meta 2020-2023	R\$ 10.390.183.896,93

2.10. Financiamento para Crédito Universitário	Linha de crédito destinada ao financiamento da semestralidade dos estudantes de ensino superior. Origem do Recurso: Recurso próprio do Banrisul.	Meta 2020-2023	R\$	38.932.807,68
2.11. Financiamento para pagamento de ICMs	Disponibilizar recursos para pagamento dos tributos. Origem do Recurso: Recurso próprio do Banrisul.	Meta 2020-2023	R\$	41.964.769,98
2.12. Financiamento para Projetos Sustentáveis	Linha de crédito destinada a aquisição de equipamentos sustentáveis. Origem do Recurso: Recurso próprio do Banrisul.	Meta 2020-2023	R\$	48.666.009,60

### 3. Câmbio

Política Pública (iniciativas Banrisul):	Descrição	Metas (planejadas/realizadas)		
3.1. Financiamento para Exportações	Atender a necessidade de apoio à produção e à comercialização do segmento através de linhas de crédito específicas. Origem do Recurso: Recurso próprio do Banrisul.	Meta 2020-2023	R\$	3.045.251.103,86

### 4. Crédito Imobiliário

Política Pública (iniciativas Banrisul):	Descrição	Metas (planejadas/realizadas)		
4.1. Financiamento para Aquisição ou Construção de imóveis	Atender a necessidade de aquisição ou construção de imóveis residenciais e não-residenciais. Origem do Recurso: Recurso próprio do Banrisul.	Meta 2020-2023	R\$	3.159.775.525,63

## Total geral de investimento Banrisul, Políticas Plano Plurianual do Estado 2020-2023

**R\$ 38.342.832.991,91**

### Critérios adotados pelo Banrisul para classificar essa atuação como desenvolvida para atender ao interesse público:

Iniciativa do Estado do Rio Grande do Sul, controlador do acionista controlador do Banrisul, como meta prevista no Plano Plurianual – PPA, alinhado à Estratégia institucional do Banrisul - **Aplicável à todas as políticas (iniciativas) aqui descritas.**

O Banrisul apoia o Estado na consecução de políticas públicas na área do agronegócio (“Crédito Rural”), atuação em linha com sua lei de criação, promovendo e oferecendo produtos de crédito rural adequados ao fomento dessa atividade econômica através de financiamentos de investimentos, custeio, comercialização e industrialização, observando as políticas e direcionamento traçados pelo Governo do Estado e em consonância com o Sistema Financeiro do Rio Grande do Sul. Neste sentido, atende demanda de crédito rural dos agricultores familiares, médio produtores e agricultores empresariais, cooperativas de produção agropecuária, agroindústrias e demais empresas do setor.

O apoio ao desenvolvimento do mercado de agronegócio no Estado, a colocação de instrumentos e ofertas de produtos voltados ao produtor e agricultor rural, a disseminação da cultura e da educação financeira são objetivos permanentes do Banrisul, que se refletem, inclusive, como previsão estatutária na própria organização funcional da Companhia, que prevê necessariamente a manutenção de uma área dedicada aos financiamentos rurais, centralizando todas as operações atinentes ao crédito rural de qualquer modalidade. No ponto 1 das Políticas Públicas acima enumeradas, as linhas de crédito e financiamento, iniciativas do Banrisul no PPA do Estado.

O Banrisul, enquanto órgão executor das iniciativas aqui previstas, segue regras de mercado, mediante o atendimento das necessidades dos clientes, com retorno adequados aos acionistas, inclusive minoritários. O Banrisul não é dependente de recursos do Tesouro do Estado, e nem há impacto financeiro do interesse público nos negócios do Banrisul.

### c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Conforme disciplinado nas Resoluções 3.919/2010 e 4.196/2013 do Banco Central do Brasil, todos clientes que possuem conta de depósitos à vista ou de poupança têm direito a determinados serviços gratuitamente. Para as transações que excederem o limite determinado nas resoluções, bem como no tocante a outros serviços excedentes, é permitida a cobrança de tarifas individuais para cada serviço excedente ou contratar pacote de serviços com pagamento de um valor único por um conjunto de serviços disponibilizados, os quais são disponibilizados na forma de pacotes padronizados. Neste sentido, os preços praticados pela Companhia são determinados a partir do monitoramento dos preços praticados pelo mercado, de modo que sejam competitivos e atraentes aos clientes do mercado bancário.

## 7.2 - INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS OPERACIONAIS

**7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:**

### **a. produtos e serviços comercializados.**

A Companhia não possui segmentos operacionais para fins de suas demonstrações financeiras. Contudo, a administração da Companhia faz a gestão (de forma gerencial) dos negócios nos setores de Varejo, Corporativo, Consignado Correspondentes e Tesouraria como setores operacionais distintos.

#### *Setor Varejo*

O setor Varejo engloba produtos e serviços oriundos de captação de recursos e operações de crédito comerciais, de longo prazo, rurais, habitacionais e de câmbio, para clientes pessoas físicas e pessoas jurídicas, entre elas microempresas e empresas de pequeno e médio porte. Os produtos do setor de varejo incluem (i) crédito consignado com desconto em folha de pagamento, principalmente para servidores públicos estaduais, municipais, aposentados e pensionistas do INSS, (ii) crédito não consignado com pagamento por meio de débito em conta corrente, (iii) crédito direto ao consumidor para aquisição de veículos novos ou usados, (iv) cheque especial, como produto fidelizador do cliente, (v) financiamento imobiliário, (vi) financiamento rural, (vii) cartões de conta corrente Banricompras, bem como de bandeiras Visa e MasterCard, (viii) planos de previdência privada, seguros e plano de capitalização, (ix) administração de consórcios e (x) produtos no ramo de adquirência com a marca Vero e no ramo de cartões de benefícios e empresariais com a marca BanriCard, ambos por meio da controlada Banrisul Cartões.

#### *Setor Corporativo*

O setor Corporativo engloba produtos e serviços oriundos de captação de recursos e operações de crédito comerciais, de longo prazo, rurais, habitacionais e de câmbio, focado no atendimento a órgãos e instituições públicas de governo e empresas de grande porte. A atuação da Companhia no setor Corporativo está focada no aproveitamento de oportunidades de mercado por meio de operações com os próprios clientes, bem como no aprofundamento do relacionamento comercial com os empregados dessas corporações. Os produtos do setor corporativo incluem (i) crédito comercial para empresas de médio e pequeno porte, bem como microempresas, (ii) crédito direto ao consumidor para aquisição de máquinas e veículos para utilização da empresa contratante, (iii) arrendamento mercantil na modalidade de leasing financeiro, (iv) empréstimos a entidades do setor público, exceto o próprio Estado do Rio Grande do Sul, (v) financiamento imobiliário, (vi) financiamento rural, (vii) negócios internacionais e câmbio, incluindo financiamentos à exportação, prestação de garantias em operações internacionais, financiamento à importação, e repasse de recursos captados em linhas no exterior, (viii) produtos no ramo de adquirência com a marca Vero e no ramo de cartões de benefícios e empresariais com a marca BanriCard, ambos por meio da controlada Banrisul Cartões, (ix) cartões de conta corrente Banricompras, bem como de bandeiras Visa e MasterCard, (x) planos de seguros, (xi) administração de consórcios e de recursos de terceiros, (xii) sistema de folhas de pagamento, (xiii) agente financeiro do Estado do Rio Grande do Sul e de seus municípios, (xiv) arrecadação de tributos, e (xv) depósitos judiciais.

#### *Setor Consignado Correspondentes*

O setor Consignado Correspondentes responde pela originação de crédito consignado em canal específico fora da rede de agências da Companhia. A aquisição de parte do capital social da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A., em março de 2012, agregou à Companhia a possibilidade de expandir sua área geográfica de atuação, alcançando outras regiões do País.

#### *Setor Tesouraria*

O setor Tesouraria é responsável pelo gerenciamento e controle de fluxo de caixa da Companhia e pela administração da carteira própria de ativos financeiros da Companhia.

### **b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor.**

A Companhia não possui segmentos operacionais para fins de suas demonstrações financeiras, dessa forma a Companhia não divulga receita por segmento.

### **c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor.**

A Companhia não possui segmentos operacionais para fins de suas demonstrações financeiras, dessa forma, a Companhia não divulga lucro ou prejuízo de segmentos operacionais em suas demonstrações financeiras.

## 7.3 - INFORMAÇÕES SOBRE PRODUTOS E SERVIÇOS RELATIVOS AOS SEGMENTOS OPERACIONAIS

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

### a. características do processo de produção.

A Companhia não possui segmentos operacionais para fins de suas demonstrações financeiras. Contudo, a administração da Companhia faz a gestão (de forma gerencial) dos negócios nos setores de Varejo, Corporativo, Consignado Correspondentes e Tesouraria como setores operacionais distintos.

#### Setores Varejo e Corporativo

##### Crédito Comercial - Pessoa Física

a) Crédito Consignado. A Companhia atua nas operações de crédito na modalidade de crédito consignado com desconto em folha de pagamento. A atuação da Companhia em operações de crédito consignado se concentra em servidores públicos estaduais, municipais, aposentados e pensionistas do INSS. A Companhia também atua em convênios com empresas privadas e entidades fora do estado do Rio Grande do Sul. Essa modalidade tende a ser atrativa tanto para os clientes quanto para a Companhia. Esse tipo de empréstimo é vantajoso para a Companhia, tendo em vista que o convênio firmado diretamente com a empresa ou órgão público reduz o risco de inadimplência das operações consignadas em folha de pagamento. Desde 2012, a Companhia é detentora de parte do capital social de uma promotora de vendas especializada na distribuição de crédito consignado, presente em todas as regiões do País.

b) Crédito pessoal não consignado. A Companhia oferta crédito pessoal não consignado, cuja forma de pagamento é o débito em conta corrente. Nestas modalidades o prazo pode chegar a 24 meses e o valor máximo que o cliente pode contratar é definido com base em risco calculado individualmente. Além de crédito rotativo, com pagamentos mensais, a Companhia oferece linhas de crédito específicas, com pagamento único, como a antecipação de 13º salário e restituição do imposto de renda. Adicionalmente, os clientes da Companhia possuem linhas de crédito pré-aprovadas, podendo fazer a contratação de forma automatizada por meio de terminais eletrônicos, Banrífone, Home e Office Banking, M-Banking Minha Conta e Office – Banrisul Digital.

c) Crédito direto ao consumidor. A Companhia possui carteira de crédito direto ao consumidor, para a aquisição financiada de veículos novos ou usados de fabricação nacional ou importados. O limite de CDC/Veículos é calculado por cliente em função de sua classificação de risco. O limite máximo de financiamento varia conforme o ano de fabricação do veículo, chegando a 100% para veículos novos e com consignação em folha, e a garantia para esse financiamento é a alienação fiduciária do veículo objeto do financiamento. A Companhia também atua com financiamento de projetos e equipamentos ligados a energias renováveis, como placas solares e sistemas fotovoltaicos

d) Cheque especial. A Companhia oferece aos seus clientes pessoas físicas, como produto fidelizador, o cheque especial, que consiste em um limite rotativo para ser utilizado com cartão magnético e/ou com cheques. Parte do limite do cheque especial compõe o limite pré-aprovado para utilização no Banricompras. Os limites de cheque especial são estabelecidos por sistema com cálculo de classificação de risco, sendo o limite mínimo de R\$100,00 e o máximo de acordo com a capacidade de pagamento do cliente. As taxas de juros do cheque especial são diferenciadas de acordo com o perfil do cliente e a partir 06/01/2020, por força da resolução BC 4.765/19, estão limitadas a 8% a.m.

##### Crédito Comercial - Pessoa Jurídica

A base dos clientes pessoas jurídicas da Companhia é composta, principalmente, por empresas de médio e pequeno porte e microempresas. A Companhia possui linhas de crédito diferenciadas para micro e pequenas empresas, considerado o nicho estratégico, e para empresas médias e grandes. Os valores, taxas e prazos para o setor de varejo são preestabelecidos como política do produto, enquanto para médias e grandes empresas são negociados em cada caso específico. As principais linhas de crédito comercial à pessoa jurídica incluem empréstimos de capital de giro e conta garantida, descontos de títulos e antecipação de recebíveis.

a) Crédito direto ao consumidor. A carteira de CDC da Companhia para pessoas jurídicas inclui o financiamento para aquisição de máquinas e veículos para utilização da empresa contratante. O financiamento de veículos poderá ser de até 80% do valor do bem e o de máquinas poderá ser de até 90% do valor do bem, ambos variando em virtude do ano de fabricação. Os prazos e taxas variam de acordo com o tipo de bem e a situação econômico-financeira da empresa. As garantias exigidas são geralmente o aval de sócios e a alienação fiduciária do bem objeto do financiamento. A Companhia também atua com financiamento de projetos e equipamentos ligados a energias renováveis, como placas solares e sistemas fotovoltaicos.

##### b) Arrendamento Mercantil

A Companhia oferece produtos de arrendamento mercantil na modalidade de leasing financeiro, com atuação na indústria, comércio e serviços, com foco em operações com veículos, máquinas, equipamentos e itens de informática.

##### c) Empréstimos ao Setor Público

A Companhia oferece financiamentos de curto e longo prazo a entidades do setor público, exceto ao próprio Estado do Rio Grande do Sul, em observância às restrições existentes na Lei de Reforma Bancária. Os valores das operações e os tomadores dos recursos devem estar enquadrados no limite de contingenciamento de crédito ao setor público e conforme ordem de liberação da Secretaria do Tesouro Nacional.

#### Financiamento Imobiliário

A Companhia oferece ao mercado diversas modalidades de financiamento imobiliário para pessoas físicas e jurídicas, incluindo o Plano Empresário destinado ao financiamento de atividades de incorporação imobiliária com garantia de hipoteca.

#### Financiamento Rural

As linhas de financiamentos da Companhia ao setor incluem: (i) financiamento de custeio para lavouras e criação/manutenção de animais, (ii) desconto de títulos do agronegócio, (iii) financiamento para armazenagem de produtos para comercialização posterior, (iv) programas de financiamentos através de repasses de recursos do BNDES/FINAME para aquisição de equipamentos e máquinas, e (v) programas de financiamentos através de repasse de recursos do BNDES para investimento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural – PRONAMP e para agricultura empresarial, com condições favorecidas para esta segmentação de produtores. Adicionalmente, a Companhia possui produtos destinados especialmente para exposições e feiras das quais a Companhia participa, com os quais é concedido crédito para aquisição de animais, máquinas e equipamentos, de acordo com limites e parâmetros pré-aprovados. O objetivo destes critérios é propiciar rapidez na operação e a realização de negócios no próprio evento, e nestas modalidades é possível conceder financiamentos com recursos próprios ou repasses oriundos do BNDES/FINAME.

#### Negócios Internacionais e Câmbio

A Companhia oferece produtos nas áreas de (i) financiamento à exportação (incluindo Adiantamento sobre Contrato de Câmbio e Adiantamento sobre Cambiais Entregues), (ii) prestação de garantias em operações internacionais (carta de crédito de importação) com o recebimento de contra garantias no Brasil, (iii) financiamento à importação (FINIMP), e (iv) repasse de recursos captados em linhas no exterior (Resolução do CMN nº 3.844, o qual revogou a Resolução do CMN nº 2.770). As condições nas operações de câmbio, inclusive prazos, taxas de juros e custos de comissões são negociadas caso a caso, conforme características da operação e perfil do cliente. A Companhia também efetua operações de remessas para o exterior e câmbio manual.

#### Adquirência e Cartões de Benefícios e Empresariais

Por meio da controlada Banrisul Cartões, a Companhia atua no ramo de adquirência, com a marca Vero, e no ramo de cartões de benefícios e empresariais, com a marca BanriCard. O negócio de adquirência envolve a realização de atividades de credenciamento, captura, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito, débito, pré e pós-pagos. A principal fonte de receita do negócio de adquirência é decorrente da taxa de desconto (MDR) cobrada dos estabelecimentos comerciais sobre o volume transacionado, seguida pelas receitas de mensalidade/aluguel e conectividade. Os canais de venda da adquirência Vero abrangem as agências da Companhia e o meio digital (site [www.sejaver.com.br](http://www.sejaver.com.br)). Já o negócio de cartões de benefícios e empresariais BanriCard contempla a emissão dos cartões pré e pós-pagos, administrados por meio de convênios, cujo portfólio é composto pelos cartões Alimentação, Refeição, Cultura, Presente, Salário, Benefício, Combustível, Gestão de Frotas, Gestão de Despesas, Gestão de Pagamentos, Programas Sociais, dentre outros. As principais receitas desse negócio são provenientes da taxa de reembolso cobrada dos estabelecimentos comerciais sobre o volume transacionado e da taxa de administração cobrada das empresas conveniadas. A Banrisul Cartões permanece com o objetivo de fortalecer sua posição relevante no mercado regional e se tornar um *player* atuante no mercado nacional por meio da celebração de parcerias estratégicas e expansão dos canais digitais.

#### Emissão de Cartões

Os cartões de conta corrente Banricompras são exclusivos e gratuitos aos clientes da Companhia, que utilizam o cartão de conta corrente para efetuar o pagamento de suas compras em estabelecimentos credenciados, podendo realizar compras à vista ou de forma pré-datada e parcelada, sem fatura, cobrança de anuidade ou juros, com o diferencial de segurança associado à utilização de cartão com chip. A Companhia emite, também, cartões de crédito diretamente com as bandeiras Visa e MasterCard e é responsável por todo o processo de administração, incluindo faturamento e liquidação financeira dos cartões. Os clientes da Companhia contam com o serviço de envio de SMS com a informação de transações efetuadas, tais como compras aprovadas e transações negadas/revertidas com o cartão no momento em que ela ocorre, com o objetivo de oferecer maior segurança a esses clientes.

#### Seguros, Previdência Privada e Plano de Capitalização

A Companhia atua na comercialização de seguros, planos de previdência privada e títulos de capitalização. Por meio da coligada Rio Grande Seguros e Previdência S.A comercializa seguros de pessoas e planos de previdência privada; por meio da coligada Rio Grande Capitalização S.A distribui títulos de capitalização; por meio das seguradoras HDI Seguros e Allianz Sul América Seguros comercializa seguros patrimoniais (Auto, Frota, Residencial, Empresarial, Rural e Riscos Diversos). Visando a atender as necessidades dos clientes em termos de segurança,

proteção e benefícios, a Companhia investiu na melhoria do portfólio de produtos, por meio de remodelação e lançamento de novas soluções de seguridade, na automatização de processos, na capacitação de profissionais e na comercialização remota de produtos (digital) Em junho de 2020, foi constituída a holding Banrisul Seguridade Participações S.A. (Seguridade), empresa subsidiária integral do Banrisul. Desta forma dá-se seguimento à reestruturação do negócio de seguros, visando a extrair e maximizar o valor da distribuição dos produtos de seguros, planos de previdência e títulos de capitalização. Em janeiro de 2021 entrou em operação a Banrisul Corretora de Seguros S.A., subsidiária integral da holding Banrisul Seguridade Participações S.A., absorvendo, gradativamente, a operação de seguros do Banrisul.

#### Administração de Consórcios

A Companhia atua, por meio de sua controlada Banrisul Consórcios, no ramo de administração de consórcios para pessoas físicas e jurídicas, para aquisição, construção, reforma e ampliação de imóveis e aquisição de automóveis, tratores, caminhões e motocicletas, e no segmento de serviços, inclusive para pessoas que não sejam nossos correntistas.

#### Administração de Recursos de Terceiros

A Companhia atua na administração de recursos de terceiros através de veículos de investimentos que são distribuídos, exclusivamente, pelas agências e canais digitais da Companhia. Desde 4 de janeiro de 2021, a Banrisul Corretora de Valores passou à condição de administradora plena da atividade de administração de carteiras de valores mobiliários, respondendo pela administração fiduciária e pela gestão de recursos dos fundos de investimento do Conglomerado Banrisul — renda fixa, renda variável e multimercado. Com isso, incorporou um portfólio de produtos que, aliado aos seus serviços de prestação de suporte técnico qualificado, contribui para a diversificação de investimentos, em conformidade com os perfis de investidores, distribuídos pela rede de agências e canais digitais.

#### Sistema de Folhas de Pagamento

A Companhia oferece aos seus clientes do setor público e privado o serviço de transferência de valores para efetivação das suas folhas de pagamento de salários e benefícios. A Companhia busca agregar valor às atividades nesta área, aproveitando as sinergias existentes com a concessão de crédito (especialmente crédito consignado, com desconto em folha) e oferecendo aos empregados públicos e privados aos quais são feitos os pagamentos a possibilidade de se tornarem clientes da Companhia e aproveitarem dos demais serviços. Essa atividade é utilizada como ferramenta para a captação e fidelização de clientes que demandam outros produtos e serviços bancários.

#### Agente Financeiro do Estado do Rio Grande do Sul e de seus Municípios

A Companhia atua como agente financeiro do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, centralizando a administração das receitas e despesas do orçamento do Estado, por meio do recolhimento de tributos estaduais, da execução de repasses de recursos aos municípios do Estado, do serviço de folha de pagamento aos servidores e pagamento de fornecedores. Além disso, a Companhia atua como efetivo parceiro do governo na implementação, quando existentes, de políticas, projetos e programas socioeconômicos voltados para o desenvolvimento regional. No que se refere ao setor municipal, o foco está na oferta de produtos e serviços, principalmente nas soluções de gestão, com o objetivo de reduzir os riscos e os custos operacionais para os municípios.

#### Arrecadação de tributos

A Companhia é centralizadora da arrecadação do ICMS, IPVA, ITCD e das Taxas diversas para o Estado do Rio Grande do Sul, bem como pelo processamento dos repasses dos valores aos municípios, de acordo com a legislação vigente. Além disso, a Companhia realiza a cobrança dos tributos e tarifas devidos a municípios, antes da administração pública indireta e concessionárias de água e esgoto, sobretudo no Estado do Rio Grande do Sul, colocando à disposição a rede de agências, os meios de autoatendimento (App Banrisul Digital, Banrifone, Internet e Caixas Eletrônicas) e os correspondentes bancários conveniados. A Companhia possibilita, ainda, o pagamento por meio de débito em conta corrente, desde que autorizado pelo contribuinte. A prestação desses serviços oportuniza a ampliação de negócios junto a entidades públicas, servidores federais, estaduais e municipais e, ainda, junto a pessoas físicas e jurídicas do setor privado.

#### Depósitos Judiciais

A Lei Estadual nº 12.069/2004, alterada pela Lei Estadual nº 14.738/2015 e pela Lei Estadual nº 15.232/2018, estabelece que compete à Companhia manter controle individualizado para cada depósito judicial efetuado, acrescido da remuneração que lhe foi originalmente atribuída. Enquanto que o Contrato nº 063/2018-DEC, celebrado entre a Companhia e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, estabelece como obrigações no âmbito da gestão financeira dos depósitos judiciais a prestação de serviços de recebimento (captação), processamento, repasse, administração e pagamento (resgate) dos depósitos judiciais que compõem o objeto deste contrato, além da disponibilização de informações referentes a tais atos operacionais.

#### Consignado Correspondente

O Consignado Correspondentes responde pela originação de crédito consignado em canal específico fora da rede da Companhia. A aquisição de parte do capital social da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A., em março de 2012, agregou a Companhia a possibilidade de expandir

sua área geográfica de atuação, alcançando outras regiões do País. Não são efetivadas captações por meio dessa modalidade, sendo utilizado como funding recursos captados junto a correntistas.

#### Tesouraria

As adequadas estratégias de tesouraria e gestão da liquidez geram valor e estabilidade nos resultados financeiros e contribuem para manutenção da solidez, rentabilidade e eficiência da Instituição. Parcela das receitas financeiras da Companhia originam-se das operações de tesouraria, que buscam assegurar o equilíbrio entre ativos negociáveis e passivos exigíveis considerando as diferentes moedas, taxas, indexadores e prazos das operações. Os Títulos e Valores Mobiliários da Companhia estão classificados nas categorias para negociação, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda, de acordo com a política de investimentos e a capacidade financeira da Instituição.

#### Captação de Recursos

A base de captação da Companhia é diversificada e com ampla liquidez. Além disso, a Companhia também tem aperfeiçoado a oferta de produtos e serviços para aumentar e fortalecer sua captação. Os recursos captados da Companhia são compostos, em especial, por depósitos a prazo, principal fonte de captação, depósitos de poupança e à vista, letras financeiras e de crédito imobiliário e dívida subordinada.

#### **b. características do processo de distribuição.**

Os diversos produtos e serviços são disponibilizados aos clientes da Companhia por meio dos canais de distribuição da Companhia, dentre eles, rede de agências, correspondentes bancários e canais digitais, conforme detalhados em seguida. A Companhia tem fortalecido e promovido a prestação de produtos e serviços pelos canais de distribuição digital. Não obstante, a Instituição vem utilizando a rede de agências com propósitos específicos, conforme sua estratégia comercial, para, em especial, aumentar (a) market share, (b) rentabilidade e (c) cross-selling.

#### Rede de Atendimento

Com foco de atuação na Região Sul do Brasil, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul, o Banrisul está presente na maioria dos municípios gaúchos e contava, ao final de dezembro de 2021, com uma rede composta por 1.062 pontos de atendimento, sendo 497 Agências (474 no Rio Grande do Sul, 17 em Santa Catarina, 4 nos demais estados do Brasil e 2 no exterior), 138 postos de atendimento - PAs e 427 pontos de atendimento eletrônico - PAEs.

#### Agendamento online

O Banrisul disponibilizou a opção de agendar o atendimento presencial na rede de agências pelo site [www.banrisul.com.br](http://www.banrisul.com.br) e pelo aplicativo Banrisul Digital. Nas duas opções, é necessário que o cliente preencha o Formulário de Agendamento disponível, informando seus dados pessoais e de contato, o(s) dia(s) da semana e turno(s) desejado(s) para atendimento, assim como a demanda pretendida.

#### Autoatendimento

O Banrisul também disponibiliza aos seus clientes terminais de autoatendimento em outros locais de conveniência e de fácil acesso. Os endereços destes pontos de atendimento eletrônico podem ser consultados no app Banrisul Digital ou no site [www.banrisul.com.br](http://www.banrisul.com.br), na opção "Onde tem Banrisul". Os correntistas também podem utilizar os caixas eletrônicos das redes conveniadas Saque e Pague e Banco 24 Horas, realizando saques e outros serviços sem custo adicional.

#### Atendimento telefônico

O Banrifone é o canal de atendimento pelo telefone que disponibiliza consultas, informações e serviços financeiros, como pagamentos, operações de crédito, transferência entre contas e recargas de telefone celular. O Atendimento Personalizado funciona das 8h às 20h, de segunda a sexta-feira. O Atendimento Eletrônico está disponível 24 horas, todos os dias da semana.

#### WhatsApp

Com o objetivo de ampliar os canais de atendimento e proporcionar uma comunicação cada vez mais ágil aos seus clientes e usuários, o Banrisul passou a oferecer atendimento por meio de uma Conta Oficial do WhatsApp.

#### Banriponto

O Banrisul conta, também, com os correspondentes Banriponto, estabelecimentos comerciais conveniados aptos a receber pagamentos de contas, depósitos, transferências, saques, dentre outros serviços bancários, que proporcionam aos clientes benefícios como flexibilidade nos horários, comodidade, liberdade e praticidade para escolher um estabelecimento mais próximo. Em relação aos conveniados, o Banco atua principalmente no treinamento, suporte e gestão dos Banripontos. Ao final de 2020, o Banrisul contava com 1.102 correspondentes

Banriponto ativos, que realizaram 54 milhões de transações. São 195 cofres inteligentes instalados, os quais visam ampliar a segurança nos estabelecimentos, aumentar o controle na prestação de contas, mitigar riscos e diminuir o BackOffice da agência.

### Canais Digitais

O Banrisul trabalhando constantemente na melhoria dos canais digitais, ampliando a gama de serviços disponíveis e otimizando a jornada e a experiência dos clientes e usuários. Nossos canais digitais representam aumento de 3,8 p.p. nas operações realizadas pela Instituição em 2021, incluindo operações com PIX, considerando os canais disponíveis (digitais, ATM, correspondentes, caixas e Banrifone), ante 76,2% do ano de 2020. Ao longo do ano, os canais de Internet Banking (Home e Office Banking) e Mobile Banking (Minha Conta, Afinidade e Office (app) acessados por meio do Banrisul Digital) tiveram 450,7 milhões de acessos, esse total é 25,4% superior ao ano de 2020. O total de operações realizadas nesses canais, incluindo operações com PIX, apresentou incremento de 2,8%. A quantidade de transações financeiras e o valor transacionado cresceram 51,0% e 22,7%, respectivamente, ante o ano de 2020. Considerando-se a pandemia de Covid-19, os canais digitais permaneceram sendo o principal canal de manutenção do relacionamento com nossos clientes. Entre as ações realizadas pelo Banrisul, destacam-se melhorias no serviço de PIX como: serviço de agendamento de transações; serviço de gerenciamento dos limites PIX para o cliente; Pix Saque/Troco; a monitoração das transações PIX pelo Sistema Antifraude, entre outros. Em relação aos serviços de investimentos pelo app Banrisul Digital, foi implantada nova tela inicial, envio de push para renovação de CDB e extrato para acompanhamento dos investimentos. Destaca-se, também, o serviço de compartilhamento de dados via Open Banking, onde o Banrisul atua tanto como transmissor quanto receptor de dados de outras instituições. Para promover maior proteção aos clientes em relação a golpes e fraudes, implantamos melhorias nos serviços de cartão virtual, como passo adicional para solicitação de cartão, tanto para Pessoa Física quanto para operadores Office. Também implementamos cancelamento de cartões virtuais de outros dispositivos e serviços como o novo IPVA Online, além da unificação da consulta de títulos em Débito Direto Autorizado - DDA junto aos títulos registrados do Banrisul. Prezando pela transparência e comunicação, implantamos no app o envio de avisos direcionados ao perfil do cliente e com marcação de leitura da mensagem. A avaliação do aplicativo Banrisul Digital nas lojas de aplicativos fechou o ano de 2021 com nota 4,0 na Play Store e 3,6 na Apple Store (escalas de 1 a 5).

### **c. características dos mercados de atuação, em especial:**

#### Evolução da Indústria Bancária Brasileira

A indústria bancária brasileira vivenciou uma importante mudança estrutural, passando de um ambiente de inflação alta, durante os anos 80 e início da década de 90, para um ambiente de inflação baixa e sob controle e de maior estabilidade macroeconômica e monetária, a partir de 1994, com a introdução do Plano Real. Antes de 1994, a indústria bancária se beneficiava de os ganhos inflacionários e estava marcada pela forte presença de bancos estatais, além de um conjunto maior de grandes bancos brasileiros, sendo marcada, ainda, pelas limitações legais à participação de instituições financeiras estrangeiras, resultando em estruturas ineficientes e de baixa competitividade.

A estabilidade monetária alcançada a partir de 1994 reduziu drasticamente as receitas do floating então existentes e mudou estruturalmente o funcionamento dos bancos brasileiros, que iniciaram um movimento de ampliação e direcionamento de esforços e recursos para atividades de crédito. Esse movimento, combinado com a perda dos ganhos inflacionários, obrigou a indústria bancária a melhorar seus índices de eficiência e aumentar as receitas com serviços, com o conseqüente início de um período de racionalização e consolidação. O Governo Federal monitorou ativamente esse processo, com a criação de programas destinados a proteger a economia popular, incluindo medidas para assegurar a solvência das instituições bancárias brasileiras, reduzir a participação de instituições estatais e aumentar a concorrência entre os bancos privados. Por fim, o Governo Federal diminuiu as restrições à entrada de bancos estrangeiros no mercado brasileiro e com isso a participação desses bancos aumentou significativamente.

Em decorrência deste novo cenário, o sistema bancário passou por um grande processo de reestruturação, caracterizado por uma onda de privatizações, fusões e aquisições, bem como pelo saneamento tanto de bancos públicos quanto privados, suportado pelos programas PROER, para instituições privadas, e PROES, para instituições do setor público.

Em comparação com países mais desenvolvidos, o Brasil ainda possui um baixo índice de penetração em termos de produtos bancários, mas este índice vem aumentando significativamente ao longo dos últimos anos. De acordo com dados da associação bancária brasileira (Federação Brasileira de Bancos ou "Febraban"), aproximadamente 40 milhões de brasileiros não têm acesso a serviços bancários, o que posiciona o Brasil atrás não apenas de países desenvolvidos, com maior solidez econômica, como também de mercados emergentes comparáveis em termos de crédito ao consumidor.

Apesar do setor bancário Brasileiro já possuir bastante robustez, há fortes fundamentos para se acreditar que a indústria em questão ainda desfruta de grande potencial de penetração. Quando analisados os volumes de crédito doméstico para o setor privado, como uma porcentagem do PIB, considerando, comparativamente, as dez maiores economias globais, é possível observar um déficit considerável de penetração no Brasil. Desta forma, considerando a retomada do crescimento e perspectivas positivas para a economia, espera-se a recuperação e expansão do crédito.

#### (i) Participação em cada um dos mercados Market share nacional e regional:

	Brasil	Rio Grande do Sul
	Dez/2021 <sup>(1)</sup>	Set/2021 <sup>(2)</sup>
Depósitos à Vista	1,3540%	24,2765%
Depósitos de Poupança	1,1180%	12,2260%
Depósitos a Prazo	2,6516%	38,8925%
Operações de Crédito	0,8762%	18,3461%
Nº de Agências	2,8055%	32,0539%

(1) Última informação divulgada.

(2) Última informação disponível.

## (ii) Condições de competição nos mercados

A consolidação do setor financeiro brasileiro no passado recente, com a fusão de grandes bancos e a privatização de bancos estatais, levou ao aumento da concorrência no sistema bancário e financeiro nacional. Segundo o BCB, em agosto de 2018 havia 146 bancos múltiplos, 20 bancos comerciais e 12 bancos de investimento, além de diversas corretoras, empresas de financiamento e outras instituições financeiras operando no país. Entre 2011 e 2016, a economia brasileira cresceu menos que nos anos anteriores enquanto a inflação e a desvalorização do real aumentaram. Em 2015, houve intensificação do processo de ajuste macroeconômico com efeitos negativos sobre a atividade bancária principalmente na demanda por crédito. Conseqüentemente, as instituições financeiras operando no Brasil intensificaram seus esforços para cobrir a sua exposição ao risco de crédito, aumentando suas provisões para perdas de crédito, alterando sua carteira de crédito a partir de produtos com spreads maiores (e, portanto, aumentando o risco de crédito) para produtos com menor risco (e, portanto, spreads mais baixos) e mudar para uma mais conservadora no mix de produtos do banco. Atualmente, há cinco instituições financeiras comerciais que encabeçam o mercado brasileiro em volume de ativos, que em conjunto respondem por 84,8% do mercado de crédito e 83,8% do mercado de captações disponíveis no país em dezembro de 2018, de acordo com o Bacen (excluindo BNDES).

O Banrisul enfrenta concorrência em todas as suas áreas de operação, dado que o mercado brasileiro de serviços financeiros e bancários é altamente competitivo.

Dentro do setor de crédito geral, o Banrisul considera como seus principais concorrentes Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Sicredi, Santander, Itaú e Bradesco.

Dentro do setor de crédito consignado, o Banrisul considera como seus principais concorrentes Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú, Santander.

Dentro do setor de captação, o Banrisul considera como seus principais concorrentes Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, Santander, Sicredi e Bradesco.

### **d. eventual sazonalidade.**

A Companhia não observa sazonalidade relevante na maior parte de suas operações. Todavia, suas atividades de financiamento rural são impactadas por alguns fatores sazonais que afetam os produtores rurais em geral, ou determinadas lavouras especificamente. As reduções na atividade produtiva agrícola produzem impactos nas atividades de financiamento rural.

### **e. principais insumos e matérias primas.**

#### **i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável**

A Companhia mantém relacionamento com fornecedores terceirizados responsáveis por prover componentes-chave da infraestrutura de negócios da Companhia, como sistemas de serviço de empréstimos e depósitos, conexão com Internet e acesso à rede. Os termos e condições dos relacionamentos mantidos entre Companhia e fornecedores se encontram nos instrumentos contratuais firmados entre referidas partes. A Constituição Federal, no seu art. 37 XXI e a Lei Federal 8.666/93 estabelecem que a contratação de obras, serviços, compras e alienações, bem como a concessão e a permissão de serviços públicos pela Administração Pública seja feita mediante procedimento licitatório ou, quando motivadamente ser inviável a sua realização, por um dos motivos da Inexigibilidade (Art. 25 da Lei 8.666/93), ou quando a contratação se encaixar no rol taxativo da Dispensa (Art. 24 da Lei 8.666/93). Assim, tanto a administração direta como a indireta devem cumprir com esta determinação. (art. 1º, parágrafo único da Lei 8.666/93). A Companhia, por ser uma empresa de economia mista, as contratações de fornecedores estão adstritas à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal 8.666/93), bem como às demais legislações Federal e Estadual correlatas.

#### **ii. eventual dependência de poucos fornecedores**

A Companhia não é dependente de fornecedores estratégicos.

### **iii. eventual volatilidade em seus preços**

A volatilidade dos preços referentes a contratos com fornecedores é influenciada por fatores macroeconômicos tais como: taxa de juros, inflação e taxa cambial, dentre outros.

#### **7.4 - PRINCIPAIS CLIENTES**

##### **7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor.**

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total.

## 7.5 - EFEITOS RELEVANTES DA REGULAÇÃO ESTATAL NAS ATIVIDADES

### 7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

#### a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.

O exercício das atividades da Instituição depende de prévia autorização do Banco Central do Brasil.

#### Regulamentação, supervisão e histórico de relacionamento

A estrutura básica do Sistema Financeiro Nacional (SFN) foi estabelecida pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, conforme alterada (“Lei de Reforma Bancária”). A Lei de Reforma Bancária criou o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o BCB, atribuindo a este último o poder para emitir moeda e exercer o controle sobre o crédito.

O Sistema Financeiro Nacional é composto pelos seguintes órgãos normativos, supervisores e operadores:

#### Órgãos normativos:

- CMN – Conselho Monetário Nacional;
- CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados;
- CNPC – Conselho Nacional de Previdência Complementar;

#### Órgãos supervisores:

- BCB - Banco Central do Brasil;
- CVM – Comissão de Valores Mobiliários;
- SUSEP – Superintendência de Seguros Privados;
- PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

#### Órgãos operadores:

- Bancos e Caixas Econômicas;
- Administradoras de Consórcios;
- Bolsa de Valores;
- Seguradoras e Resseguradores;
- Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão);
- Cooperativas de Crédito;
- Corretoras e distribuidoras;
- Bolsas de mercadorias e futuros;
- Entidades abertas de previdência;
- Sociedades de Capitalização;
- Instituições de Pagamento;
- Demais instituições não bancárias.

#### Entidades autorreguladoras:

- Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA;
- Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABCECS;
- Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN;
- Associação Brasileira de Companhias Abertas – ABRASCA;
- B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A.

O CMN, o BCB e a CVM regulam e supervisionam os mercados bancário e de capitais do País. O CNSP e a SUSEP regulam e supervisionam o mercado de seguros, capitalização e previdência complementar aberta. O CNPC e a PREVIC regulam e supervisionam os fundos de pensão, que são entidades fechadas de previdência complementar.

Historicamente, a Companhia mantém um relacionamento amistoso com os órgãos e entidades supramencionados, sendo que, desde o início das atividades da Instituição, não ocorreu qualquer situação que viesse a colocar em risco as licenças da Companhia.

#### *Conselho Monetário Nacional (CMN)*

O CMN é o órgão superior do Sistema Financeiro Nacional e é responsável pela formulação das políticas monetária e creditícia, visando ao desenvolvimento econômico e social do País. Suas políticas têm como objetivos principais, dentre outros:

- adaptar o volume dos meios de pagamento às necessidades da economia nacional;
- regular o valor interno da moeda;

- regular o valor externo da moeda e o equilíbrio no balanço de pagamentos do País;
- orientar a aplicação de recursos das instituições financeiras;
- propiciar o aperfeiçoamento das instituições e instrumentos financeiros;
- zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras; e
- coordenar as políticas monetárias, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública.

O Ministro da Economia ocupa a presidência do CMN, o qual é composto também pelo Presidente do BCB.

#### *Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP)*

O CNSP é o órgão responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados. É composto pelo Ministro da Economia, na qualidade de Presidente, pelo superintendente da SUSEP, na qualidade de presidente substituto, representantes do atual Ministério da Justiça e Segurança Pública do BCB e da CVM.

#### *Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNP)*

O CNPC, antigo Conselho de Gestão da Previdência Complementar, foi constituído pela Lei nº 12.154/2009 e, atualmente, é um órgão da estrutura básica do Ministério da Economia, o qual exerce a função de regulador do regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar.

#### *Banco Central do Brasil (BCB)*

O BCB é o órgão responsável pela implementação das políticas formuladas pelo CMN, e o responsável por garantir o poder de compra da moeda nacional, zelar pela adequada liquidez da economia, manter as reservas internacionais em nível adequado, estimular a formação de poupança, zelar pela estabilidade e promover o permanente aperfeiçoamento do sistema financeiro, podendo, para tanto, aplicar as sanções previstas em lei, quando necessário. Dentre suas atribuições estão:

- emitir papel-moeda e moeda metálica;
- executar os serviços do meio circulante;
- determinar e receber recolhimentos compulsórios e voluntários das instituições financeiras e bancárias;
- realizar operações de redesconto e empréstimo às instituições financeiras;
- exercer o controle de crédito;
- efetuar o controle dos capitais estrangeiros no País;
- ser depositário das reservas oficiais de ouro e moeda estrangeira;
- exercer a fiscalização das instituições financeiras;
- autorizar o funcionamento das instituições financeiras;
- estabelecer as condições para o exercício de quaisquer cargos de direção nas instituições financeiras;
- efetuar operações de compra e venda de títulos públicos federais; e
- entre outras, conforme estabelecido na Lei da Reforma Bancária.

O Presidente do BCB é nomeado pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, sendo demissível ad nutum. Ainda, o BCB possui comitês para tratar de questões específicas dentre os quais destaca-se o Comitê de Política Monetária (Copom), o qual tem o objetivo de adotar medidas para cumprir as metas de inflação definidas pelo CMN e estabelecer as diretrizes de política monetária. A atuação do Copom no controle de metas para inflação inclui definir a meta da Taxa SELIC (taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, conforme avaliado de acordo com o Sistema Especial de Liquidação e Custódia) e publicar relatórios sobre a conjuntura econômica e financeira do País e projeções para a taxa de inflação.

#### *Comissão de Valores Mobiliários (CVM)*

A CVM é uma autarquia vinculada ao Ministério da Economia, instituída pela Lei nº 6.385/1976, dotada de autoridade administrativa independente e personalidade jurídica e patrimônios próprios. É responsável pela implementação das políticas formuladas pelo CMN relacionadas a valores mobiliários, com a função de, fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários e seus participantes (companhias com valores mobiliários negociados no mercado, fundos de investimento, investidores, agentes financeiros, entre outros). Ainda, exerce, em conjunto com o CMN, as atribuições previstas em lei para o fim de:

- estimular a formação de poupanças e a sua aplicação em valores mobiliários;
- promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações e estimular as aplicações permanentes em ações de capital social de companhias abertas sob o controle de capitais privados nacionais;
- assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa e de balcão;
- proteger os titulares de valores mobiliários e os investidores do mercado contra emissões irregulares de valores mobiliários; atos ilegais de administradores e acionistas controladores das companhias abertas, ou de administradores de carteira de valores mobiliários;

- evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço dos valores mobiliários negociados no mercado;
- assegurar o acesso do público a informações sobre valores mobiliários negociados e sobre as companhias que os tenham emitido;
- assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários;
- assegurar a observância, no mercado, das condições de utilização de crédito fixadas pelo CMN.

Adicionalmente, em conformidade com a Lei nº 10.303/2001 (que alterou disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Lei nº 6.385/1976), a competência para a regulação e supervisão dos fundos financeiros e de investimentos (originalmente regulados e supervisionados pelo BCB) foi transferida à CVM.

Com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a CVM é administrada por um presidente e quatro diretores, todos demissíveis ad nutum. Estes membros são indicados pelo Presidente da República Federativa do Brasil dentre pessoas de ilibada reputação e reconhecida competência em matéria de mercado de capitais, nomeados após aprovação do Senado Federal. O mandato dos dirigentes da CVM é de cinco anos, vedada a recondução, e, a cada ano, um quinto dos membros do seu colegiado deve ser renovado.

#### *Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)*

A SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro no Brasil. É uma autarquia vinculada ao Ministério da Economia, criada pelo Decreto-Lei nº 73/1966.

#### *Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc)*

Por meio da Lei nº 12.154/2009, foi criada a Previc, autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio, atualmente vinculada ao Ministério da Economia. A Previc atua como entidade de fiscalização e de supervisão das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e de execução das políticas para o regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar.

#### Regulamentação Aplicável à Indústria Bancária Brasileira

Encontram-se abaixo as principais normas do Sistema Financeiro Nacional aplicáveis às instituições financeiras brasileiras.

#### Reforma legislativa do Sistema Financeiro Nacional – Emenda à Constituição Federal

Em 29 de maio de 2003, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 40 para substituir as previsões constitucionais restritivas então existentes por uma permissão geral para que o sistema financeiro brasileiro seja regulamentado por leis complementares.

#### Estrutura Societária

As instituições financeiras, salvo exceções devidamente previstas em lei, devem ser constituídas sob a forma de sociedades por ações, estando, desta maneira, sujeitas ao disposto na Lei nº 6.404/76, na regulamentação editada pelo CMN e pelo BCB e a fiscalização da CVM, caso sejam registradas como companhia aberta.

O capital social das instituições financeiras pode ser dividido em ações com ou sem direito a voto, sendo que o número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% das ações emitidas.

#### Restrições e Limitações Gerais Impostas às Instituições Financeiras

As atividades exercidas pelas instituições financeiras estão sujeitas a uma série de limitações e restrições. Em linhas gerais, tais limitações e restrições se referem a concessão de crédito, concentração de risco, investimentos, operações compromissadas, empréstimo e negociação de moeda estrangeira, administração de recursos de terceiros, microcrédito e crédito consignado.

As restrições e exigências para atividades bancárias estabelecidas pela legislação e regulamentação aplicáveis incluem as seguintes:

- as instituições financeiras somente poderão funcionar no Brasil mediante autorização prévia do BCB, bem como decreto do Poder Executivo, quando forem estrangeiras;
- é vedado às instituições financeiras adquirir bens imóveis, não destinados a uso próprio, salvo quando recebidos em liquidação de empréstimos de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverão vendê-los dentro do prazo máximo de um ano, a contar do recebimento, prorrogável até duas vezes, a critério do BCB;
- é vedado às instituições financeiras conceder empréstimos ou adiantamentos às pessoas físicas ou jurídicas que possuam participação em seu capital social superior a 10%, salvo em determinadas circunstâncias específicas, mediante autorização do BCB;

- é vedado às instituições financeiras conceder empréstimos ou adiantamentos a qualquer de seus diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes (bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau), bem como às pessoas jurídicas de cujo capital social tais indivíduos participem com mais de 10%;
- é vedado às instituições financeiras conceder empréstimos ou adiantamentos às pessoas jurídicas de cujo capital social participem com mais de 10%;
- é vedado às instituições financeiras realizar operações compromissadas, ou seja, envolvendo ativos que são vendidos ou comprados com base na ocorrência de algumas condições específicas, superior ao montante correspondente a 30 vezes, isolada ou cumulativamente, o seu Patrimônio de Referência;
- a administração de carteiras de valores mobiliários deve ser segregada das demais atividades exercidas pela pessoa jurídica, por meio da adoção de procedimentos operacionais, atendendo as regras impostas pela Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015, conforme alterada;
- o valor do capital social e do patrimônio líquido das instituições financeiras deve sempre ser compatível com as regras de capital social e capitalização mínima impostas pelo BCB para cada tipo de instituição financeira; e
- a exposição das instituições financeiras brasileiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB em moeda estrangeira, em ouro e em operações sujeitas à variação cambial não pode superar 30% do Patrimônio de Referência, segundo a Resolução CMN nº 3.488/2007, conforme alterada.

#### Restrições à concessão de crédito

As instituições financeiras não podem realizar operação de crédito com partes relacionadas em desacordo com a regulamentação aplicável. Atualmente, as operações de crédito com partes relacionadas são reguladas pela Resolução CMN nº 4.693, de 29 de outubro de 2018 ("Resolução CMN nº 4.693") e pela Lei nº 4.595/1964, conforme alterada pela Lei nº 13.506 de 13 de novembro de 2017 ("Lei nº 13.506/2017").

Exceto se respeitados os limites legais e regulatórios estipulados, tais como condições compatíveis com as de mercado, dentre outros, é vedado às instituições financeiras realizar operações de crédito com: (i) seus controladores, pessoas físicas ou jurídicas, nos termos do art. 116, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; (ii) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais; (iii) o cônjuge, o companheiro e os parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau, daqueles mencionadas nos itens (i) e (ii) acima; (iv) as pessoas físicas com participação societária qualificada em seu capital; (v) as pessoas jurídicas com: (a) participação qualificada em seu capital, (b) em cujo capital, direta ou indiretamente, haja participação societária qualificada, (c) nas quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária, e (d) que possuam diretor ou membro de conselho de administração em comum.

Ressalte-se que as restrições relativas a operações com afiliadas não se aplicam a operações celebradas com instituições financeiras no mercado interbancário.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.589/17 e posteriores alterações, o montante de operações de crédito de uma determinada instituição financeira com órgãos e entidades do setor público não pode ultrapassar 45% do seu Patrimônio de Referência (PR). Operações de crédito de responsabilidade ou que tenham garantia integral da União não estão sujeitas a este limite.

Ademais, a Companhia encontra-se impedida, dentre outras restrições, de realizar operações de crédito com órgãos e entidades do setor público inadimplentes com qualquer instituição financeira e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB ou que apresentem pendências com o Sistema de Registro de Operações com o Setor Público – CADIP. Ainda, por força da Lei de Responsabilidade Fiscal, todos os contratos de empréstimo celebrados por ente público como tomador de recursos devem observar, dentre outros os limites globais fixados pelo Senado Federal, bem como gozar de prévia autorização na respectiva lei orçamentária ou em lei específica.

Adicionalmente, em virtude de expressa vedação prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, a Instituição encontra-se proibida de conceder qualquer empréstimo ao Estado do Rio Grande do Sul, seu Acionista Controlador.

#### Arrendamento Mercantil

As operações de arrendamento mercantil são regidas pela Lei nº 6.099/1974, e por regulamentações editadas periodicamente pelo CMN. A Lei nº 6.099/1974 estabelece as linhas gerais que norteiam a criação e o funcionamento das empresas arrendadoras, bem como as atividades que as referidas empresas são autorizadas a exercer. Todas as operações de arrendamento mercantil subordinam-se ao controle e fiscalização do BCB, segundo normas estabelecidas pelo CMN, a elas se aplicando, no que couber, as disposições da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e legislação posterior relativa ao SFN.

#### Administração de Consórcios

O Sistema de Consórcios é regulamentado pela Lei nº 11.795/2008, e pela Circular nº 3.432/2009 do BCB, conforme alterada, dispondo a primeira sobre o Sistema de Consórcio e a última sobre a constituição e funcionamento de grupos de consórcio.

### Investimentos Estrangeiros

As pessoas físicas e jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior podem investir no capital votante de instituições financeiras, mediante autorização específica do BCB e, conforme o caso, do Presidente da República. No entanto, os investidores estrangeiros, sem autorização específica e desde que em negociação pública, podem adquirir ações sem direito a voto emitidas por instituições financeiras brasileiras ou, ainda, recibos de depósitos de valores mobiliários (*depository receipts*), representando ações sem direito a voto, que sejam distribuídos no exterior. Já o lançamento de DR com lastro em ações com direito a voto está limitado ao percentual de participação estrangeira permitida nos termos da legislação em vigor, segundo a Resolução CMN nº 4.373/2014, conforme alterada.

Especificamente em relação à Companhia, há Decreto Presidencial, datado de 29 de novembro de 2017, que autoriza a participação estrangeira de até 49% (quarenta e nove por cento) no capital ordinário da Companhia.

### Operações de Crédito Externo

A contratação de operações de empréstimo entre pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no País e residentes ou domiciliados no exterior, realizada de forma direta ou mediante emissão de títulos no mercado internacional nos termos da Resolução CMN nº 3.844/2010, conforme alterada, independe de autorização prévia e expressa do BCB, exceto para operações de empréstimo externo, cujo tomador seja do setor público, incluindo-se a União Federal, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios.

### Empréstimos em moeda estrangeira

Após registro no BCB, as instituições financeiras podem contrair empréstimos em moeda estrangeira de fundos nos mercados internacionais, sem prévia aprovação por escrito dessa entidade, incluindo repasse desses fundos no Brasil para empresas brasileiras e outras instituições financeiras. Os bancos fazem essas operações de repasse por meio de empréstimos a pagar em moeda nacional com equivalência em moeda estrangeira. Os termos do repasse devem espelhar os termos da transação original. As taxas de juros cobradas nos empréstimos internacionais também devem estar em conformidade com as práticas do mercado internacional. Além do custo original da operação, a instituição financeira somente poderá cobrar uma comissão de repasse.

O BCB poderá estabelecer limitações ao prazo, taxa de juros e condições gerais de empréstimos em moeda estrangeira. Essas limitações são alteradas de acordo com o ambiente econômico e a política monetária. A exposição em moeda estrangeira foi fixada em 30% do Patrimônio de Referência (PR), podendo ser alterado pelo BCB, observando-se os limites mínimo (15%) e máximo (75%) do PR, segundo a Resolução CMN nº 3.488/2007.

### Recolhimento Compulsório, Encaixe Obrigatório e Outras Exigências

O BCB impõe regras de recolhimento compulsório e encaixe obrigatório sobre depósitos à vista, de poupança e a prazo, entre outras exigências, para instituições financeiras como a Companhia. De outro lado, há o direcionamento obrigatório de parte dos recursos à vista e dos depósitos de poupança para financiamentos imobiliários, para encaixe obrigatório no Banco Central do Brasil, e para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, como forma de fomentar esses setores.

### Exigências da Alocação de Ativos

Conforme a Resolução CMN nº 2.283/1996, o total dos recursos aplicados no ativo permanente (definido como imobilizado e equipamento que não seja proveniente de operações comerciais de leasing, investimentos não consolidados e despesas diferidas) de instituições financeiras brasileiras não pode exceder 50% do valor do patrimônio líquido ajustado, calculado conforme o critério estabelecido pelo BCB.

Instituições financeiras brasileiras, de acordo com a Resolução CMN nº 4.677/18, não podem ter mais de 25% do Nível I do Patrimônio de Referência exposições perante um mesmo cliente. O conselho de administração da instituição deve deliberar sobre a assunção de exposição que resulte em exposição total perante um mesmo cliente superior a 20% (vinte por cento) do Nível I do PR.

Conforme a Circular nº 3.068/2011 do BCB, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados e avaliados em três categorias – para negociação, disponível para venda e mantidos até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários “para negociação” são avaliados pelo valor de mercado e os ganhos e as perdas reconhecidos no resultado. Os títulos e valores mobiliários “disponíveis para venda” são ajustados pelo valor de mercado e os ganhos e as perdas, quando realizados, reconhecidos no resultado com contrapartida em conta específica do patrimônio líquido, deduzidos efeitos tributários correspondentes.

### Regulamento para registro e classificação de venda ou transferência de ativos

A Resolução CMN nº 3.533/2008, contém alterações na maneira pela qual são registradas, classificadas e divulgadas as vendas e transferências de ativos nos livros dos bancos (nos termos da Resolução CMN nº 3.809/2009, com redação alterada pela Resolução do CMN nº 3.895/2010, tais alterações entraram em vigor em janeiro de 2012). O tratamento contábil passa a seguir os critérios de transferência de risco e, de forma acessória, de transferência de controle.

### Padrões de Capital e Patrimônio Líquido

As instituições financeiras brasileiras devem cumprir com as diretrizes do CMN e do BCB, equivalentes às do Comitê de Supervisão Bancária da Basileia (Basel Committee on Banking Supervision - BCBS), mantendo valores mínimos de capital e valores mínimos de patrimônio líquido em função da estrutura de seus ativos.

### Classificação das Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem classificar suas operações de crédito em ordem crescente de risco, variando de AA até H, conforme disposto na Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. A classificação da operação no nível de risco correspondente é responsabilidade da instituição detentora do crédito e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, pelo menos, os aspectos previstos na referida resolução. Tais aspectos incluem a avaliação do devedor e dos garantidores (baseadas na situação econômico-financeira, grau de endividamento, fluxo de caixa, capacidade de geração de resultados, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e da operação de crédito em si (baseadas na natureza, finalidade, características da garantia, particularmente quanto à suficiência e liquidez, e valor). A classificação das operações de crédito de titularidade de pessoas físicas deve considerar, também, as situações de renda e de patrimônio, bem como as demais informações cadastrais do devedor.

As instituições brasileiras devem manter adequadamente documentadas suas políticas e procedimentos para concessão e classificação de operações de crédito, os quais devem ficar à disposição do Bacen e do auditor independente. A documentação referida acima deve evidenciar, pelo menos, o tipo e os níveis de risco que se dispõe a administrar, os requerimentos mínimos exigidos para a concessão de empréstimos e o processo de autorização.

### Fundo Garantidor de Créditos – FGC

O FGC, cujo estatuto e regulamento foram aprovados pela Resolução CMN nº 2.211/1995, atualmente disciplinado pela Resolução CMN nº 4.222/2013, conforme alterada, que deram nova redação ao sistema de garantia do FGC, é uma entidade sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, que administra um mecanismo de proteção aos titulares de crédito contra instituições financeiras, o qual tem por objeto prestar garantia sobre instrumentos financeiros emitidos ou captados pelas instituições associadas, conforme previstos no estatuto do FGC.

As instituições financeiras contribuem com uma contribuição mensal ordinária equivalente a um percentual do montante dos saldos das contas referentes aos instrumentos indicados na Resolução CMN nº 4.222/2013, ainda que os créditos correspondentes não sejam cobertos pela garantia ordinária. O atraso na realização dessas contribuições é sujeito a uma multa de 2% sobre o valor da contribuição, acrescido de atualização com base da Taxa Selic.

São objetos da garantia ordinária proporcionada pelo FGC os créditos representados pelos seguintes instrumentos financeiros:

- depósitos à vista ou sacáveis mediante aviso prévio;
- depósitos em poupança;
- depósitos a prazo, com ou sem emissão de certificado;
- depósitos mantidos em contas não movimentáveis por cheques (para o registro e controle de fluxo de recursos relativos à prestação de serviços de pagamento de salário, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares);
- letras de câmbio;
- letras imobiliárias;
- letras hipotecárias;
- letras de crédito imobiliário;
- letras de crédito do agronegócio; e
- operações compromissadas que têm como objeto títulos emitidos após 8 de março de 2012 por empresa ligada.

O total dos créditos de cada pessoa contra a mesma instituição associada, ou contra todas as instituições associadas do mesmo conglomerado financeiro, será garantido até o valor de R\$250,0 mil.

O total de créditos de cada pessoa contra a mesma instituição associada ao FGC, ou contra todas as instituições associadas do mesmo conglomerado financeiro, relativo aos Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE), será garantido até o valor máximo de R\$20,0 milhões, observados o disposto na Resolução CMN nº 4.222/2013.

Não são cobertos pela garantia ordinária do FGC:

- os depósitos, empréstimos ou quaisquer outros recursos captados ou levantados no exterior;
- os depósitos captados de residentes no exterior;

- as operações relacionadas a programas de interesse governamental instituídos por lei;
- os depósitos judiciais;
- qualquer instrumento financeiro que contenha cláusula de subordinação, autorizado ou não pelo Banco Central do Brasil a integrar o patrimônio de referência de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pela referida Autarquia; e
- os créditos: (a) de titularidade de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de entidades de previdência complementar, de sociedades seguradoras, de sociedades de capitalização, de clubes de investimento e de fundos de investimento; e (b) representados por cotas de fundos de investimento ou que representem quaisquer participações nas entidades referidas na alínea “a” ou nos instrumentos financeiros de sua titularidade.

Quando as disponibilidades do FGC atingirem 2% do total dos saldos das contas cobertas pela garantia, no conjunto das instituições associadas, o CMN, por proposta fundamentada da Diretoria Executiva, apresentada ao BCB, para exame e submissão à prévia autorização do CMN, poderá deliberar a suspensão temporária das contribuições das instituições associadas para o fundo.

#### *Funcionários Públicos*

De acordo com o art. 45 da Lei nº 8.112/1990, atualmente regulamentado pelo Decreto nº 8.690/2016, permite-se o desconto em folha de pagamento para amortização de empréstimos tomados por funcionários públicos federais. Este Decreto define o desconto como facultativo, ao contrário de descontos compulsórios, tais como imposto de renda retido na fonte, contribuição à Previdência Social, contribuições sindicais, pensão alimentícia e outras retenções legais.

De acordo com a Lei nº 10.820/2003, a autorização do empregado público cujo vínculo de trabalho é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, para desconto de pagamentos em sua remuneração é irrevogável, o que significa que tal autorização poderá somente ser cancelada anteriormente à amortização total do empréstimo mediante anuência do banco mutuante, ou caso esse procedimento atenda aos interesses da administração pública.

Além da Lei nº 8.112/1990 e do Decreto nº 8.690, específicos para servidores públicos federais, e além da Lei nº 10.820/2003 específica para empregados regidos pela CLT, diversas outras leis estaduais e municipais autorizam o crédito consignado aos servidores dos respectivos estados ou municípios. De modo geral, essas leis também preveem (i) limites dos descontos e (ii) que a autorização concedida pelo mutuário somente pode ser cancelada mediante o consentimento do mutuante.

A imposição de limites aos descontos salariais tem por finalidade assegurar que o empregado conserve parcela suficiente de seu salário para custear suas necessidades básicas. A prioridade conferida a descontos compulsórios tem por fim assegurar que o salário seja direcionado ao pagamento de dívidas de caráter essencial.

#### *Empregados do Setor Privado*

Modalidade de crédito, com pagamento parcelado em consignação em folha de pagamento, destinado aos empregados de empresas privadas e contratados pelo regime da CLT, que firmaram convênio operacional com a instituição financeira e amparado na Lei nº 10.820/2003, que regulamenta as condições para autorização do desconto das prestações de empréstimos/financiamentos.

De acordo com a Lei nº 10.820/2003, os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, poderão autorizar, de forma irrevogável e irretirável, o desconto em folha de pagamento dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, concedidos por instituições financeiras, quando previsto nos respectivos contratos.

Conforme definição da Lei nº 10.820/2003 e redação dada pela Lei nº 13.172/2015, o empregado pode atingir o comprometimento máximo de 35% da renda disponível, conforme definido em regulamento, sendo 5% destinados, exclusivamente para amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito, ou a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito. Considera-se remuneração disponível a parcela remanescente da remuneração básica após a dedução das consignações compulsórias. A soma dos descontos não poderá exceder 35% da remuneração disponível e o total das consignações voluntárias, que são as autorizadas pelo empregado, incluindo as estipuladas nesta lei, não poderá exceder 40% da remuneração disponível.

A empresa deverá fornecer a autorização ao empregado para a concessão do empréstimo pela instituição financeira. Até o integral pagamento do empréstimo ou financiamento, as autorizações dos descontos somente poderão ser canceladas mediante prévia aquiescência da instituição consignatária do empregado.

Poderá ainda incidir o referido desconto sobre verbas rescisórias, ou seja, as importâncias devidas pelo empregador ao empregado em razão da rescisão do contrato de trabalho. O desconto somente poderá ser realizado até o limite de 35%, sendo 5% destinados, exclusivamente, para amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito, ou a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito, se assim também for estabelecido no contrato do empréstimo e convênio com a empresa. Em caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado antes do término da amortização do empréstimo cabe ao mutuário efetuar o pagamento mensal das prestações diretamente à instituição consignatária.

O empregador é o responsável pelas informações prestadas, pela retenção e repasse dos valores às instituições, até o quinto dia útil após o pagamento do empregado, respondendo sempre como devedor principal e solidário perante a instituição consignatária, por valores a ela devidos, que deixarem de ser retidos ou repassados, por sua falha ou culpa. Não será, porém, o responsável pelo pagamento dos empréstimos, concedidos aos mutuários, salvo disposição contratual contrária.

#### Aposentados e Pensionistas do INSS

A Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008 contém a base legal para o desconto de benefícios para amortização de empréstimos concedidos por instituições financeiras a aposentados e pensionistas do INSS. Já, a Instrução Normativa INSS/PRES nº 80/2015, determina que o limite máximo mensal de consignações não pode exceder a 35% do valor da renda mensal do benefício, considerando que o somatório dos descontos e/ou retenções não exceda, no momento da contratação, após a dedução das consignações obrigatórias e voluntárias até 30% para as operações de empréstimo pessoal e até 5% para as operações de cartão de crédito.

Baseado no artigo 6º, §1º, da Lei nº 10.820/2003 é que o INSS publicou esse normativo, próprio, com o regramento específico para fins de consignação no benefício de aposentadoria ou pensão.

#### Regulamentação sobre o Desconto em Folha de Pagamento

Nos termos da regulamentação vigente, especialmente da Lei nº 10.820/2003 e da Lei nº 10.953/2004 e legislação específica dos estados, municípios e entidades públicas, os funcionários dos setores público e privado podem autorizar seus empregadores a descontarem diretamente da folha de pagamento os montantes devidos por empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil, desde que o respectivo contrato permita esse procedimento. Os empregadores devem transferir os montantes descontados da folha de pagamento de seus empregados para as instituições que concederam o crédito aos empregados, de acordo com os termos e condições estabelecidos para o respectivo contrato de empréstimo, financiamento e/ou operação de arrendamento mercantil.

Destacamos que além da legislação do órgão público, ou da empresa privada, as responsabilidades dos empregadores (entidade consignante) e das instituições financeiras (entidades consignatárias) são estabelecidas através de contrato de convênio celebrado entre as partes.

O desconto de valores para amortização de empréstimos efetuados de acordo com a margem consignável dos salários de empregados é permitido tanto em relação a funcionários do setor público quanto do setor privado, embora regulados por legislação diferente. Também é permitido o desconto dos benefícios de aposentados e pensionistas do INSS para amortização de empréstimos, conforme legislação do INSS.

#### Regulamento sobre a estrutura de gestão de risco e capital

Em fevereiro de 2018, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.557/2017, que unifica e amplia o regulamento brasileiro sobre gestão de risco e capital para instituições financeiras e outras instituições autorizadas a operar pelo BCB. A regra prevê a gestão contínua do capital e gestão contínua e integrada dos riscos de crédito, mercado, de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), liquidez, operacional e socioambiental. A estrutura de gerenciamento é unificada para as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial, definido nos termos da Resolução nº 4.280/2013, conforme alterada, sendo a Companhia a instituição líder deste conglomerado.

A Resolução determina que as estruturas de gerenciamento de riscos devem ser i) compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição; ii) proporcionais à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela instituição; iii) adequadas ao perfil de riscos e à importância sistêmica da instituição; e iv) capazes de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a instituição atua.

Adicionalmente, a regra estabelece a necessidade de procedimentos que possibilitem i) monitorar, controlar, avaliar e planejar metas e a necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Conglomerado e ii) identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos relevantes incorridos pela Instituição, inclusive aqueles não cobertos pelo total dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA.

#### Cessão de crédito a terceiros

A Resolução CMN nº 2.836/2001 altera e consolida normas sobre cessão de créditos a terceiros e autoriza as instituições financeiras a ceder, a instituições da mesma natureza, créditos oriundos de operações de empréstimo, financiamento e arrendamento mercantil, com ou sem a coobrigação da instituição cedente, não sendo permitida a recompra, a prazo, de créditos vincendos, anteriormente cedidos e a aquisição de créditos com recursos originários de aceitas cambiais.

#### Regulamentação sobre a Administração de Recursos de Terceiros

A atividade de administração de recursos de terceiros requer a autorização da CVM para o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários, conforme Instrução CVM nº 558, de 26/03/2015, conforme alterada. A administração de carteiras de valores mobiliários é o exercício profissional de atividades relacionadas, direta ou indiretamente, ao funcionamento, à manutenção e à gestão de

uma carteira de valores mobiliários, incluindo a aplicação de recursos financeiros no mercado de valores mobiliários por conta do investidor. O registro de administrador de carteiras de valores mobiliários pode ser requerido em ambas ou em uma das seguintes categorias: (i) administrador fiduciário; (ii) gestor de recursos. A Companhia é uma instituição autorizada pela CVM a atuar como administrador fiduciário, conforme Ato Declaratório nº 8.147, de 28/01/2005, enquanto a Bannisul Corretora está autorizada a atuar na categoria de gestora de recursos, conforme Ato Declaratório nº 15.665, de 24/05/2017. A segregação das funções de gestor de recursos e do administrador fiduciário na atividade de administração de carteiras de valores mobiliários foi formalizada a partir de 26/07/2017. O principal veículo utilizado na administração de recursos de terceiros são os Fundos de Investimento regulados pela Instrução CVM n.º 555, de 01/10/2015, conforme alterada, neste sentido, cabe à Companhia, como administrador fiduciário, observar os procedimentos para a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação das informações dos fundos de investimento estabelecidas naquela regulamentação. Adicionalmente, a atividade de administração de recursos de terceiros é autorregulada pela ANBIMA, por meio dos Códigos de Regulação e Melhores Práticas, que estabelecem parâmetros pelos quais as atividades das instituições participantes devem se orientar nas atividades.

#### Sistema de Informações de Crédito do BCB (SCR)

O SCR um instrumento de registro e consulta de informações sobre as operações de crédito, avais e fianças prestadas e limites de crédito concedidos por instituições financeiras a pessoa físicas e jurídicas no país. Trata-se do principal instrumento utilizado pela supervisão bancária para acompanhar as carteiras de crédito das instituições financeiras. Nesse sentido, desempenha papel importante na garantia da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e na prevenção de crises.

#### Sistema de Pagamentos Brasileiro

O Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) compreende as entidades, os sistemas e os procedimentos relacionados com o processamento e a liquidação de operações de transferência de fundos, de operações com moeda estrangeira ou com ativos financeiros e valores mobiliários. São integrantes do SPB, os serviços de compensação de cheques, de compensação e liquidação de ordens eletrônicas de débito e de crédito, de transferência de fundos e de outros ativos financeiros, de compensação e de liquidação de operações com títulos e valores mobiliários, de compensação e de liquidação de operações realizadas em bolsas de mercadorias e de futuros, e outros, chamados coletivamente de entidades operadoras de Infraestruturas do Mercado Financeiro (IMF). A partir de outubro de 2013, com a edição da Lei 12.865, os arranjos e as instituições de pagamento passaram, também, a integrar o SPB.

#### Política de Relacionamento com Clientes e Usuários de Produtos e Serviços Financeiros

Em novembro de 2016, o CMN editou a Resolução CMN nº 4.539/2016 a qual estabelece princípios para o relacionamento de instituições financeiras e outras instituições autorizadas a operar pelo BCB com consumidores e usuários de produtos e serviços financeiros. De acordo com este normativo, tais entidades devem cumprir com os princípios de ética, responsabilidade, transparência e diligência, promovendo a convergência de interesses e a consolidação de imagem institucional de credibilidade, segurança e competência.

#### Código de Defesa do Consumidor Bancário

O relacionamento entre as instituições financeiras e seus clientes é regulamentado, em geral, pela legislação referente a operações comerciais, pelo Código Civil Brasileiro e também pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90). Contudo, regulamentos estabelecidos pelo CMN e pelo BCB tratam de questões específicas relativas à atividade financeira, complementando as disposições gerais.

O CMN por meio da Resolução CMN nº 3.694/2009, alterada pela Resolução CMN nº 4.283/2013, e a Resolução CMN nº 3.919/2010, alterada pelas Resoluções CMN nº 3.954/2011, nº 4.021/2011, e nº 4.198/2013, define medidas que devem ser observadas no relacionamento entre o cliente bancário com os bancos.

De acordo com a Resolução CMN n.º 3.694/2009, as instituições financeiras devem divulgar em local visível de suas dependências e nos lugares onde seus produtos são ofertados, informações sobre recusa de recebimentos de cheques, contas, dentre outros. E ainda, estão vedadas a recusar ou dificultar o acesso aos canais de atendimento, aos clientes ou usuários de seus produtos e serviços, exceto nas dependências exclusivamente eletrônicas.

Já a Resolução CMN nº 3.919/2010, dispõe sobre as normas relativas à cobrança de tarifas pela prestação de serviços, devendo a remuneração pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil estar prevista no contrato firmado com o cliente ou previamente autorizado ou solicitado pelo cliente ou pelo usuário. A Resolução também trata da vedação de cobrança de tarifa por prestação de serviços essenciais a pessoas naturais, dentre outros, conforme regulamentação vigente. Por sua vez, as Resoluções CMN nº 3.954 e nº 4.294 dispõem sobre a contratação de correspondentes no País.

#### Ouvidoria

As instituições financeiras e outras entidades autorizadas a operar pelo BCB devem ter uma ouvidoria. Em 2015, o CMN e o BCB atualizaram o arcabouço regulatório que normatiza o componente de ouvidoria das entidades autorizadas a operar pelo BCB, editando a Resolução CMN

nº 4.433/2015, conforme alterada. A Resolução CMN nº 4.433/2015, conforme alterada, estabelece uma ouvidoria mais efetiva e transparente que seja capaz de fornecer uma melhor assistência aos clientes das instituições financeiras.

O diretor responsável pela ouvidoria deve elaborar um relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela ouvidoria a cada seis meses, o qual deve ser fornecido aos órgãos da administração, bem como ficar disponível para o BCB por pelo menos cinco anos.

#### Auditoria Independente e Comitê de Auditoria

Nos termos da Resolução CMN nº 3.198/04, conforme alterada, as demonstrações contábeis de Instituições Financeiras devem ser auditadas por Auditores Independentes, devidamente registrados na CVM e que atendam aos requisitos mínimos a serem fixados pelo BCB. Além disso, as Instituições Financeiras devem proceder a substituição do Responsável Técnico, Diretor, Gerente, Supervisor e qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria, após emitidos pareceres relativos a, no máximo, cinco exercícios sociais completos. Na qualidade de Instituição Financeira, as Demonstrações Financeiras da Companhia são auditadas a cada seis meses. As Informações Trimestrais – ITRs estão sujeitas à revisão especial dos Auditores Independentes, nos termos da regulamentação da CVM.

A Instituição Financeira deve ainda indicar Diretor Executivo responsável pelo cumprimento de toda regulamentação relacionada as Demonstrações Financeiras e Auditoria.

A criação do Comitê de Auditoria está expressa no Estatuto Social da Instituição, sendo composto por, no mínimo, três membros, observado que o mandato máximo deve ser de cinco anos para as Instituições com as ações negociadas em Bolsa de Valores e sem mandato fixo para aquelas de capital fechado.

O Comitê de Auditoria deve se reportar diretamente ao Conselho de Administração e suas principais funções incluem:

- estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais deverão ser aprovadas pela administração da Companhia;
- recomendar a substituição dos Auditores Independentes, quando julgar necessário;
- revisar, previamente à publicação, as Demonstrações Financeiras de cada semestre, inclusive Notas Explicativas, Relatórios da Administração e Relatório dos Auditores Independentes;
- avaliar a efetividade das Auditorias Independente e Interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e aplicáveis à instituição, além de regulamentos e códigos internos;
- avaliar o cumprimento, pela Administração da Instituição Financeira, das recomendações dos Auditores Independentes ou Internos;
- estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição, além de regulamentos e códigos internos;
- recomendar, aos Administradores, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; e
- reunir-se, ao menos trimestralmente, com os Diretores, Auditores Independentes e Auditores Internos para verificar o cumprimento das recomendações do Comitê de Auditoria;
- verificar o cumprimento de suas recomendações pela diretoria da instituição;
- reunir-se com o Conselho Fiscal e Conselho de Administração, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas respectivas competências.

#### Prevenção à Lavagem de Dinheiro

A Companhia, baseado na sua política institucional de prevenção à lavagem de dinheiro, adota processos e sistemas específicos, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em um ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados ao crime de lavagem de dinheiro, legislação e normativos vigentes.

Nesse contexto, a Instituição mantém equipe exclusiva dedicada à execução de atividades com foco na prevenção à lavagem de dinheiro, na revisão da legislação e no desenvolvimento de programas de treinamento para todo o quadro de colaboradores.

Os processos relacionados à política “Conheça seu Cliente” tem como objetivo principal identificar e conhecer a origem dos recursos financeiros de seus clientes, suas atividades, bem como a potencialidade dos seus negócios e são continuamente revisados e disseminados de maneira a ressaltar a importância da coleta das informações dos clientes com registros tempestivos e qualificados a cada início de relacionamento, minimizando assim, os riscos da instituição ter seus serviços e produtos utilizados para legitimar atividades ilícitas.

Da mesma forma, a política “Conheça seu Colaborador”, estabelece, indistintamente, a todos os níveis hierárquicos da organização, a responsabilidade pela observância e cumprimento das diretrizes contra a corrupção e a lavagem de dinheiro, bem como o dever de promover os valores éticos, preservando assim, a imagem e reputação da organização.

### Lei Anticorrupção Brasileira

A Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013 (“Lei Anticorrupção Brasileira”), entrou em vigor em 29 de janeiro de 2014, tendo por objetivo cumprir com compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em decorrência da ratificação de diversos tratados de anticorrupção, bem como atender as demandas da população pela criação de mecanismos mais efetivos de combate à corrupção no âmbito da administração pública. Referida lei estabelece que pessoas jurídicas terão responsabilidade objetiva, independentemente de culpa ou dolo, por atos praticados contra a administração pública em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não. Embora conhecida como Lei Anticorrupção Brasileira, essa lei abrange não apenas a prática de atos de corrupção, mas também a prática de outros atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira.

### Sigilo Bancário

As instituições financeiras brasileiras estão sujeitas a regras de sigilo bancário, de acordo com a Lei Complementar nº 105/2001, conforme alterada. Os bancos devem manter sigilo em relação às operações e serviços que efetuam, excetuadas determinadas hipóteses, dentre elas:

- revelação de informações sigilosas com o consentimento expresso dos interessados;
- troca de informações entre instituições financeiras, para fins cadastrais;
- fornecimento de informações constantes de cadastro de emitentes de cheques sem provisão de fundos e de devedores inadimplentes, a entidades de proteção ao crédito;
- comunicação, às autoridades competentes, da prática de ilícitos penais ou administrativos; e
- no caso dos bancos serem responsáveis pela retenção e recolhimento de contribuições, o fornecimento de informações à Secretaria da Receita Federal, necessárias à identificação dos contribuintes e os valores globais das respectivas operações.

### Lei Geral de Proteção de Dados

Em 15 de agosto de 2018, foi publicada a Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”), posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 869, de dezembro de 2018, ou “MP 869/2018”. A LGPD traz mudanças significativas nas regras e regulamentações aplicáveis ao processamento de dados pessoais, com um conjunto de regras a serem cumpridas em atividades como coleta, processamento, armazenamento, uso, transferência, compartilhamento e eliminação de informações sobre pessoas singulares identificadas ou identificáveis.

### Segurança Cibernética

Em 26 de abril de 2018, o CMN emitiu a Resolução nº 4.658, relacionada às políticas de cibersegurança e armazenamento em nuvem aplicáveis às instituições financeiras e outras instituições autorizadas pelo Banco Central. De acordo com este regulamento, as instituições financeiras devem agora seguir os requisitos da política de segurança cibernética e serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem a fim de adaptar seus controles internos. A aprovação da política de segurança cibernética e o plano de ação e de resposta a acidentes deve ter sido realizada até 6 de maio de 2019, e deve estar totalmente em conformidade até 31 de dezembro de 2021. A localização e o processamento dos dados podem ocorrer dentro ou fora do território brasileiro, observadas determinadas restrições, mas o acesso aos dados armazenados no exterior deve ser concedido em todos os momentos ao banco central para fins de inspeção e troca de informações.

### Evasão Fiscal

De acordo com a referida Lei Complementar nº 105/2001, com o Decreto nº 3.724/2001, e com a Lei nº 9.430/1996, alterada pela Lei nº 12.715/2012, as autoridades fiscais brasileiras ficam autorizadas a solicitar que as instituições financeiras forneçam informações normalmente protegidas pelo sigilo bancário, sem necessidade de autorização judicial, desde que existam evidências suficientes de que o cliente tenha praticado atos que envolvam evasão fiscal.

### Tributação

#### *Tributação sobre as Operações Financeiras*

As operações financeiras realizadas no Brasil estão em geral sujeitas ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), que pode incidir de forma definitiva ou a título de antecipação e ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). As receitas de operações financeiras auferidas por empresas brasileiras também estão sujeitas à tributação pela Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e pela Contribuição Social sobre o Faturamento (COFINS). Os rendimentos decorrentes das operações financeiras realizadas pelas pessoas jurídicas, inclusive instituições financeiras, devem compor a base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social.

#### *Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”)*

Em geral, o imposto de renda incide sobre os rendimentos ou ganhos decorrentes de operações financeiras realizadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas e residentes no Brasil. O imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos em operações financeiras por brasileiros residentes, em geral, depende: (i) do tipo de investimento; e (ii) do prazo do investimento. O imposto de renda sobre os

rendimentos provenientes de operações financeiras: (i) é considerado para pessoas jurídicas brasileiras como um pagamento antecipado do imposto de renda devido por eles; e (ii) é exclusivo para os indivíduos que são residentes no Brasil. Os investimentos em mercados financeiros e de capitais feitos por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior são geralmente sujeitos às mesmas regras de tributação aplicáveis aos residentes no Brasil, exceto para os investimentos estrangeiros que se beneficiam atualmente de um regime tributário favorável em conformidade com regras estabelecidas pelo CMN.

Para as instituições financeiras, os rendimentos e ganhos decorrentes de operações financeiras também devem compor a base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Em linhas gerais, o IRPJ incide sobre o lucro real tributável à alíquota de 15%, mais o adicional de 10% sobre a parcela do lucro real tributável que exceder o valor de R\$ 20.000,00 por mês ou R\$ 240.000,00 por ano. A CSLL incide à alíquota de 20% sobre o lucro líquido antes da provisão para o IRPJ. As instituições financeiras estão isentas do IRRF, incidente sobre os rendimentos ou ganhos decorrentes de operações financeiras de renda fixa ou variável, e do imposto de renda de aplicações de renda variável devidos na forma de antecipação do IRPJ.

#### *Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)*

O IOF, conforme disposto na Lei nº 8.894/1994, e no Decreto nº 6.306/2007, constitui imposto federal incidente sobre diferentes espécies de operações (crédito, câmbio, seguros, títulos e valores mobiliários, ouro ou instrumento cambial), a diferentes alíquotas. As alíquotas do IOF poderão a qualquer tempo ser alteradas pelo Governo Federal mediante Decreto Executivo, até os limites previstos em lei, sem necessidade de aprovação do Congresso Nacional. Alterações na legislação do IOF também passam a ser imediatamente aplicáveis, apesar de qualquer aumento das alíquotas do IOF valer apenas para operações futuras.

As operações de câmbio realizadas por instituições autorizadas estão sujeitas ao IOF ("IOF/Câmbio") à alíquota máxima de 25% sendo que em geral, fica reduzida para 0,38%, observadas as algumas exceções tais como: (i) 6% para operações de câmbio de empréstimos com os prazos médios mínimos de até 180 dias; (ii) 6,38% para operações de câmbio para a aquisição de bens ou serviços fora do Brasil com cartões de crédito, de débito ou pré-pago; (iii) 0% para operações de câmbio relativas à exportação de bens e serviços; e (iv) 0% para operações de câmbio de natureza interbancária entre instituições integrantes do SFN autorizadas a operar no mercado de câmbio e entre estas e instituições financeiras no exterior.

O IOF também poderá ser cobrado sobre as emissões de títulos ou valores mobiliários, incluindo, operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias e futuros, com alíquota máxima de 1,5% ao dia.

O IOF também se aplica às operações de crédito, exceto para o crédito externo. O IOF incidente sobre operações de crédito é calculado, de modo geral, a uma alíquota diária de 0,0041% nas operações com pessoas jurídicas e 0,0082% nas operações com pessoas físicas, até um limite de 1,5%. Tem-se ainda uma alíquota adicional de 0,38% que se aplica a maioria das transações de crédito.

O IOF incide sobre operações de seguro nas seguintes alíquotas: (i) 0%, nas operações de resseguro ou aquelas relacionadas a créditos de exportação, ao transporte internacional de mercadorias ou quando os prêmios são alocados para o financiamento de planos de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência, entre outras; (ii) 0,38% dos prêmios relativos a planos de seguro de vida e congêneres, entre outros; (iii) 2,38% dos prêmios pagos no caso de seguros privados de assistência à saúde; e (iv) 7,38% nas demais operações de seguro. O seguro rural, dentre outras operações de seguro específicas, é isento de IOF.

#### *Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS e COFINS)*

O PIS e a COFINS, devidos por instituições financeiras e entidades assemelhadas, conforme definido em lei, são devidos à alíquota de 0,65% e 4% respectivamente. Ambos incidem de forma cumulativa sobre a receita bruta de faturamento, entendida como a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, deduzidas despesas pontuais, como, por exemplo, as despesas incorridas com captações de recursos, dentre outras previstas em lei.

A sistemática de tributação do PIS e da COFINS para as instituições financeiras não se equipara ao regime da não-cumulatividade aplicável às demais pessoas jurídicas já que, embora haja a dedução de despesas, não há a possibilidade de aproveitamento de créditos.

#### *Imposto Sobre Serviços*

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") incide, em geral, sobre o preço dos serviços prestados (por exemplo, serviços bancários) e, via de regra, é cobrado diretamente pelo município onde o serviço foi prestado. As alíquotas do imposto variam de 2% até o máximo de 5% dependendo do município em que o serviço é prestado e sua respectiva natureza.

### **b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.**

Em atenção à Resolução nº 4.327/2014 do Conselho Monetário Nacional, a Companhia possui Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) aprovada pelo Conselho de Administração, a qual abrange a Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental. A PRSA tem como finalidade estabelecer diretrizes que norteiem as ações de responsabilidade socioambiental das empresas controladas do Grupo Banrisul de

forma compatível com a natureza das atividades de cada empresa e a complexidade dos seus produtos e serviços, respeitando-se os princípios da relevância, da proporcionalidade e da eficiência. A PRSA busca a promoção da sustentabilidade, equilibrando oportunidades de negócio com responsabilidade socioambiental, contribuindo para o desenvolvimento sustentável nas regiões onde a Companhia atua. Quanto às políticas e procedimentos de crédito, estabelecem o cumprimento das normas ambientais para a concessão de crédito, tais como exigir licenciamento e certidões de regularidade.

A Companhia tem representação institucional no Comitê Gestor do Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, coordenado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com o Decreto Estadual nº 51.617 de julho de 2014. A participação da Companhia no referido plano se concentra na divulgação e oferta/direcionamento das linhas de crédito voltadas para o segmento da agroecologia, e no apoio aos agricultores familiares, voltados à agricultura ecológica, orgânica ou em transição, por meio do Programa Sementes Banrisul.

A Companhia cumpre com todos os requisitos da legislação ambiental vigente para gerenciamento adequado dos resíduos sólidos gerados. Também possui ações de educação ambiental para empregados e terceirizados em curso de EAD e palestras presenciais, em que orienta para o descarte adequado dos resíduos e redução no consumo de insumos. Participa, ainda, do Comitê Deliberativo do Programa Sustentare, conforme Decreto Estadual nº 5.3307/2016, que trata de doação e descarte ambientalmente adequado dos eletroeletrônicos inservíveis dos entes públicos do Estado do Rio Grande do Sul. Conforme determina a Lei Federal 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, foi elaborado o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de acordo com o qual a Companhia realiza o gerenciamento dos seus resíduos sólidos. Adicionalmente, participa da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Governo do Estado, que promove a formulação e implementação da Política de Educação Ambiental no Estado.

#### **c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.**

As marcas de titularidade da Companhia e de suas controladas têm papel importante na condução de suas atividades, contudo não há dependência de tais ativos para o exercício das atividades da Companhia e de suas controladas.

## **7.6 - RECEITAS RELEVANTES PROVENIENTES DO EXTERIOR**

**7.6. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:**

**a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor.**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as receitas líquidas relevantes da Companhia foram provenientes de clientes do país sede e alcançaram R\$10.176,5 milhões, representando 99,92% da receita líquida total (soma das receitas da intermediação financeira e das receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias) do exercício.

**b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor.**

A Companhia não obteve receitas relevantes nos países estrangeiros em que possui unidades durante os três últimos exercícios sociais.

**c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor.**

Conforme item 7.6.b, a Companhia não obteve receitas relevantes em países estrangeiros durante os três últimos exercícios sociais.

## **7.7 - EFEITOS DA REGULAÇÃO ESTRANGEIRA NAS ATIVIDADES**

**7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor.**

A Companhia não obteve receitas relevantes no exterior durante os três últimos exercícios sociais.

## 7.8 - POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS

### 7.8. Em relação a políticas socioambientais indicar:

#### a. se o emissor divulga informações sociais e ambientais.

A Companhia divulga suas informações sociais e ambientais em de relatórios periódicos de acesso público desde 1999. Além destes instrumentos de reporte, a Companhia divulga outras informações relacionadas a temas socioambientais em seu site externo ([www.banrisul.com.br/sustentabilidade](http://www.banrisul.com.br/sustentabilidade)).

#### b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações.

O Banrisul é signatário do Pacto Global desde 2013. O Pacto Global é uma iniciativa desenvolvida com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção refletidos em 10 princípios:

1. Apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente;
2. Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos;
3. Apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;
4. Apoiar a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório;
5. Apoiar a abolição efetiva do trabalho infantil;
6. Eliminar a discriminação no emprego;
7. Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
8. Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental;
9. Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis;
10. Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

Anualmente, na elaboração do Relatório de Sustentabilidade, a Companhia identifica ações junto às suas unidades administrativas a fim de reportar seu progresso na implementação dos 10 princípios, informando políticas, metas, instrumentos de implementação e medição de resultados. O Relatório de Sustentabilidade é encaminhado para apreciação do Comitê de Sustentabilidade, Diretoria e do Presidente da Instituição.

Adicionalmente, é elaborado anualmente o Relatório de Risco Socioambiental, em atendimento às Resoluções nº 4.943/21 e nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Esse relatório visa dar conhecimento à Diretoria, ao Comitê de Riscos e ao Conselho de Administração sobre o gerenciamento do risco socioambiental na Instituição e sobre a Política de Responsabilidade Socioambiental, relacionando as principais atividades realizadas ou em andamento no período de 12 meses.

#### c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente.

O Relatório de Sustentabilidade não foi auditado por entidade independente. Para a edição de 2021 já está prevista a utilização da metodologia internacional da GRI (Global Initiative Report) com asseguarção de auditoria independente.

#### d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações.

A Política de Responsabilidade Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade podem ser encontrados em: [www.banrisul.com.br/sustentabilidade](http://www.banrisul.com.br/sustentabilidade).

## **7.9 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

### **7.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.**

Na data deste Formulário de Referência, todas as informações que a Companhia julga relevantes para esta seção foram disponibilizadas nos itens anteriores.

## 8 - Negócios extraordinários

### 8.1 - NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS

#### **8.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor**

A Companhia não adquiriu ou alienou qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Instituição durante os três últimos exercícios sociais.

## **8.2 - ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NA FORMA DE CONDUÇÃO DOS NEGÓCIOS DO EMISSOR**

### **8.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor**

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia durante os três últimos exercícios sociais.

### **8.3 - CONTRATOS RELEVANTES CELEBRADOS PELO EMISSOR E SUAS CONTROLADAS NÃO DIRETAMENTE RELACIONADOS COM SUAS ATIVIDADES OPERACIONAIS**

#### **8.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

A Companhia e suas controladas não celebraram contratos não diretamente relacionados com suas atividades operacionais durante os três últimos exercícios sociais.

## **8.4 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES - NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS**

### **8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Na data deste Formulário de Referência, todas as informações que a Companhia julga relevantes para esta seção foram disponibilizadas nos itens anteriores.

## 9 - Ativos relevantes

### 9.1 - BENS DO ATIVO NÃO-CIRCULANTE RELEVANTES - OUTROS

9.1. Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor, indicando em especial:

a. ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização.

Segue abaixo a lista de agências mais relevantes da Companhia, as quais se enquadram como “Nível A”, isto é, classificadas no mais alto grau de representatividade na estrutura de receitas da Rede de Agências da Companhia e aquelas agências que possuem a gestão eficiente das despesas. Essa classificação reflete o grau de atividade e de complexidade no gerenciamento de cada unidade de negócios da Companhia.

Descrição do bem	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Agência Alegrete	Brasil	Rio Grande do Sul	Alegrete	Própria
Agência Bagé	Brasil	Rio Grande do Sul	Bagé	Própria
Agência Borges de Medeiros	Brasil	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Alugada
Agência Cachoeira do Sul	Brasil	Rio Grande do Sul	Cachoeira do Sul	Própria
Agência Canoas	Brasil	Rio Grande do Sul	Canoas	Própria
Agência Caxias do Sul	Brasil	Rio Grande do Sul	Caxias do Sul	Alugada
Agência Erechim	Brasil	Rio Grande do Sul	Erechim	Própria
Agência Gravataí	Brasil	Rio Grande do Sul	Gravataí	Própria
Agência Ijuí	Brasil	Rio Grande do Sul	Ijuí	Própria
Agência Novo Hamburgo	Brasil	Rio Grande do Sul	Novo Hamburgo	Alugada
Agência Partenon	Brasil	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Própria
Agência Passo Fundo	Brasil	Rio Grande do Sul	Passo Fundo	Alugada
Agência Pelotas	Brasil	Rio Grande do Sul	Pelotas	Própria
Agência Quinze de Janeiro	Brasil	Rio Grande do Sul	Canoas	Própria
Agência Rio Grande	Brasil	Rio Grande do Sul	Rio Grande	Alugada
Agência Santa Cruz do Sul	Brasil	Rio Grande do Sul	Santa Cruz do Sul	Alugada
Agência Santa Maria	Brasil	Rio Grande do Sul	Santa Maria	Alugada
Agência Santana do Livramento	Brasil	Rio Grande do Sul	Santana do Livramento	Própria
Agência Santo Ângelo	Brasil	Rio Grande do Sul	Santo Ângelo	Alugada
Agência São Leopoldo	Brasil	Rio Grande do Sul	São Leopoldo	Alugada
Agência São Paulo	Brasil	São Paulo	São Paulo	Alugada
Agência Uruguaiana	Brasil	Rio Grande do Sul	Uruguaiana	Alugada
Agência Vacaria	Brasil	Rio Grande do Sul	Vacaria	Própria
Edifício Banco do Estado do Rio Grande do Sul	Brasil	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Própria

A Companhia aluga a maioria de suas agências de terceiros, totalizando 482 agências alugadas.

## b. Ativos intangíveis

A Companhia possui 45 marcas registradas no Brasil. Dessas, as marcas mais relevantes estão descritas a seguir:

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequências da perda dos direitos
Marca	Marca Banrisul	Até Dezembro/2025	No âmbito administrativo, junto ao INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, os pedidos de registro de marca que estejam sob sua análise podem ser negados. Até mesmo para os registros de marca já concedidos não é possível assegurar que terceiros (ou o próprio INPI) não tentem prejudicar os registros da Companhia (com processos de nulidade ou caducidade, por exemplo). No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. Além disso, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI, imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A eventual perda dos direitos sobre a marca registrada pelo Banrisul acarretaria o fim do direito de uso exclusivo em território nacional. Em decorrência disso, o Banrisul encontraria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que o Banrisul não comprove ser legítimo titular da marca que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, acarretando prejuízos de imagem e financeiro, além de possível proibição de uso da marca.
Marca	Marca BanriCard	Até Agosto/2027	No âmbito administrativo, junto ao INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, os pedidos de registro de marca que estejam sob sua análise podem ser negados. Até mesmo para os registros de marca já concedidos não é possível assegurar que terceiros (ou o próprio INPI) não tentem prejudicar os registros da Companhia (com processos de nulidade ou caducidade, por exemplo). No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. Além disso, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI, imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A eventual perda dos direitos sobre a marca registrada pelo Banrisul acarretaria o fim do direito de uso exclusivo em território nacional. Em decorrência disso, o Banrisul encontraria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que o Banrisul não comprove ser legítimo titular da marca que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, acarretando prejuízos de imagem e financeiro, além de possível proibição de uso da marca.
Marca	Vero	Até Setembro/2026	No âmbito administrativo, junto ao INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, os pedidos de registro de marca que estejam sob sua análise podem ser negados. Até mesmo para os registros de marca já concedidos não é possível assegurar que terceiros (ou o próprio INPI) não tentem prejudicar os registros da Companhia (com processos de nulidade ou caducidade, por exemplo). No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. Além disso, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI, imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A eventual perda dos direitos sobre a marca registrada pelo Banrisul acarretaria o fim do direito de uso exclusivo em território nacional. Em decorrência disso, o Banrisul encontraria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que o Banrisul não comprove ser legítimo titular da marca que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, acarretando prejuízos de imagem e financeiro, além de possível proibição de uso da marca.

### c. Participação em sociedades

#### Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.					
Denominação Social	Banrisul Armazéns Gerais S.A.				
CNPJ	92.721.232/0001-57				
País sede	Brasil				
UF sede	RS				
Município sede	Canoas				
Descrição das atividades desenvolvidas	Atua nos regimes de importação e exportação - nas modalidades de Entrepósito Aduaneiro, Depósito Alfandegado Público (DAP) e Depósito Alfandegado Certificado (DAC) - e de armazém geral.				
Participação do emissor (%)	99,50				
Tipo da Sociedade	Controlada				
Possui registro CVM	Sim				
Código CVM	01582-2				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação	Investimento constituído e mantido em consonância com os objetivos de política pública do Estado, face à necessidade de manutenção de serviços públicos de armazenagem.				
Exercício Social terminado em	Valor contábil (R\$ mil)	Valor contábil – variação (%)	Valor mercado	Valor mercado – variação (%)	Dividendos recebidos (R\$ mil)
31/12/2021	63.118	8,21%	-	-	1.344
31/12/2020	58.331	14,47%	-	-	1.955
31/12/2019	50.957	17,86%	-	-	2.277

#### Banrisul Cartões S.A.

Banrisul Cartões S.A.					
Denominação Social	Banrisul Cartões S.A.				
CNPJ	92.934.215/0001-06				
País sede	Brasil				
UF sede	RS				
Município sede	Porto Alegre				
Descrição das atividades desenvolvidas	A Banrisul Cartões opera em duas linhas de produtos: (i) rede de adquirência Vero, que contempla o credenciamento de estabelecimentos comerciais e a captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões das principais bandeiras do mercado, com cartões da conta corrente do Banrisul – Banricompras – e com cartões BanriCard; e (ii) cartões BanriCard, que são emitidos pela Banrisul Cartões e administrados por meio de convênios. A marca BanriCard representa uma família de cartões de benefícios e empresariais, cujo portfólio compõe as seguintes linhas de produtos: alimentação, refeição, cultura, presente, salário, benefício, combustível, gestão de frotas, gestão de despesas e gestão de pagamentos.				
Participação do emissor (%)	99,78				
Tipo da Sociedade	Controlada				
Possui registro CVM	Sim				
Código CVM	02455-4				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação	Investimento constituído e mantido face às oportunidades de mercado e às perspectivas de expansão da utilização de cartões, sinergia do negócio com a atividade bancária.				
Exercício Social terminado em	Valor contábil (R\$ mil)	Valor contábil – variação (%)	Valor mercado	Valor mercado – variação (%)	Dividendos recebidos (R\$ mil)
31/12/2021	1.506.245	16,51%	-	-	66.372
31/12/2020	1.292.703	16,79%	-	-	57.985
31/12/2019	1.106.862	22,73%	-	-	64.381

**Banrisul Icatu Participações S.A.**

<b>Banrisul Icatu Participações S.A.</b>						
Denominação Social	Banrisul Icatu Participações S.A.					
CNPJ	14.159.197/0001-10					
País sede	Brasil					
UF sede	RS					
Município sede	Porto Alegre					
Descrição das atividades desenvolvidas	Comercialização de produtos de seguros de pessoas e previdência privada.					
Participação do emissor (%)	49,99					
Tipo da Sociedade	Coligada					
Possui registro CVM	Não					
Código CVM	-					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação	A constituição da holding representa uma evolução no modelo de negócios praticado pelo Banco, que recebia comissão pela venda do produto, passando agora a incorporar parte do resultado gerado na operação.					
	Exercício Social terminado em	Valor contábil (R\$ mil)	Valor contábil – variação (%)	Valor mercado	Valor mercado – variação (%)	Dividendos recebidos (R\$ mil)
	31/12/2021	122.938	-9,32%	-	-	35.789
	31/12/2020	135.578	41,46%	-	-	21.368
	31/12/2019	95.845	14,62%	-	-	12.058

**Banrisul S.A. Administradora de Consórcios**

<b>Banrisul S.A. Administradora de Consórcios</b>						
Denominação Social	Banrisul S.A. Administradora de Consórcios					
CNPJ	92.692.979/0001-24					
País sede	Brasil					
UF sede	RS					
Município sede	Porto Alegre					
Descrição das atividades desenvolvidas	Administra grupos de consórcios em geral.					
Participação do emissor (%)	99,68					
Tipo da Sociedade	Controlada					
Possui registro CVM	Sim					
Código CVM	01513-0					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação	Investimento relacionado à ampliação do portfólio de opções de alternativas de financiamento das necessidades de consumo de bens, sinergia do negócio com a atividade bancária, perspectivas de expansão no mercado.					
	Exercício Social terminado em	Valor contábil (R\$ mil)	Valor contábil – variação (%)	Valor mercado	Valor mercado – variação (%)	Dividendos recebidos (R\$ mil)
	31/12/2021	341.720	13,62%	-	-	12.733
	31/12/2020	300.751	12,38%	-	-	10.410
	31/12/2019	267.620	5,06%	-	-	31.638

**Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio**

<b>Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio</b>						
Denominação Social	Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio					
CNPJ	93.026.847/0001-26					
País sede	Brasil					
UF sede	RS					
Município sede	Porto Alegre					
Descrição das atividades desenvolvidas	Tem como atividade preponderante a compra e venda de ações, por conta Câmbio própria e/ou de terceiros, no mercado à vista, de opções, termo e futuro, administração de clubes de investimentos, intermediação de operações em ouro, captação e venda de cotas para a produção de filmes (Lei de Incentivo à Cultura), intermediação de operações de produtos agrícolas na Bolsa Brasileira de Valores e Mercadorias, coordenação da emissão de debêntures no mercado de capitais, intermediando a compra e venda desses papéis junto aos investidores.					
Participação do emissor (%)	98,98					
Tipo da Sociedade	Controlada					
Possui registro CVM	Não					
Código CVM	-					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação	Controlada incorporada em função da necessidade de expansão das atividades do conglomerado financeiro, mediante a integração de atividades de corretagem no mercado mobiliário.					
	Exercício Social terminado em	Valor contábil (R\$ mil)	Valor contábil – variação (%)	Valor mercado	Valor mercado – variação (%)	Dividendos recebidos (R\$ mil)
	31/12/2021	93.634	6,47%	-	-	1.762
	31/12/2020	87.948	1,84%	-	-	493
	31/12/2019	86.355	3,40%	-	-	882

**Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.**

<b>Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.</b>					
<b>Denominação Social</b>	Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.				
<b>CNPJ</b>	10.397.031/0001-81				
<b>País sede</b>	Brasil				
<b>UF sede</b>	RS				
<b>Município sede</b>	Porto Alegre				
<b>Descrição das atividades desenvolvidas</b>	Principais atividades: originação de operações de crédito pessoal consignado, venda e ativação de cartões de crédito consignado através da rede própria de lojas e correspondentes substabelecidos, contemplando a recepção, formalização e encaminhamento de propostas de crédito e formalização de contratos de operações de crédito; gestão da produção de operações de crédito pessoal consignado e cartão de crédito consignado; prestação de serviços de cobrança de créditos inadimplentes.				
<b>Participação do emissor (%)</b>	49,900000				
<b>Tipo da Sociedade</b>	Coligada				
<b>Possui registro CVM</b>	Não				
<b>Código CVM</b>	-				
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>	Investimento constituído e mantido face às oportunidades de mercado e às perspectivas de expansão da utilização de cartões, sinergia do negócio com a atividade bancária.				
<b>Exercício Social terminado em</b>	<b>Valor contábil (R\$ mil)</b>	<b>Valor contábil – variação (%)</b>	<b>Valor mercado</b>	<b>Valor mercado – variação (%)</b>	<b>Dividendos recebidos (R\$ mil)</b>
31/12/2021	23.094	-15,12%	-	-	19.131
31/12/2020	27.208	25,33%	-	-	6.361
31/12/2019	21.709	26,80%	-	-	8.252

## 9.2. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

### 9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Na data deste Formulário de Referência, todas as informações que a Companhia julga relevantes para esta seção foram disponibilizadas nos itens anteriores.

# 10 - Comentários dos diretores

## 10.1 - CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

### Introdução

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no *website* da Companhia ([ri.banrisul.com.br](http://ri.banrisul.com.br)) e no *website* da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

As informações dos itens 10.1 a 10.9, exceto quando indicado de outra forma, são expressas em moeda corrente nacional (em milhões de Reais) e estão relacionadas às informações consolidadas apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen GAAP”).

Os comentários dos diretores da Companhia visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras entre os períodos analisados e os principais fatores que explicam essas variações.

### 10.1. Os diretores devem comentar sobre:

#### a. condições financeiras e patrimoniais gerais

##### Contexto Internacional

Em 2021, a economia mundial foi — e continua sendo — marcada pelo elevado grau de incertezas causadas pela pandemia da Covid-19. Depois de grave desaceleração da atividade econômica em praticamente todos os países no ano anterior, a crise mostrou um outro lado: seus efeitos inflacionários. Um longo período de políticas monetárias estimulativas foi seguido de disrupções em cadeias de suprimentos, disparada de preços de commodities e retomada da atividade. Esse cenário trouxe de volta o debate sobre o enfrentamento da inflação e a perspectiva de um aperto monetário em âmbito global.

##### Contexto Doméstico

No Brasil, após um primeiro semestre de expansão da atividade econômica, concomitante à aceleração nos indicadores de inflação, houve evidente perda de ímpeto no crescimento. Neste sentido, a variação do PIB favorecida, em boa parte, pela fraca base de comparação do segundo semestre de 2020, perdeu fôlego, ao longo do segundo semestre de 2021, diante de uma base comparativa mais robusta, da redução da massa de renda real por conta da inflação elevada e de maiores incertezas fiscais. O IPCA, índice de referência do sistema de metas para a inflação, acumulou variação de 10,06% no ano. Esse fator levou a autoridade monetária, depois de quase seis anos, a elevar a taxa básica de juros da economia brasileira, a Selic, que alcançou 9,25% ao ano.

O mercado de crédito no Brasil, em 2021, apresentou crescimento de 13,9%, principalmente no segmento de Pessoa Física. O índice de inadimplência foi de 3,1%, inferior à pré-pandemia. No Rio Grande do Sul, o ritmo foi menos intenso, com crescimento da carteira total de crédito de 6,7% e inadimplência de 1,72%, conforme leitura de outubro dos dados regionais de crédito. A economia gaúcha, após superar o desempenho nacional no primeiro semestre de 2021, apontou desaceleração mais sensível no terceiro trimestre de 2021, reflexo de fatores climáticos que penalizaram a atividade agropecuária. Por outro lado, as contas externas do Rio Grande do Sul foram beneficiadas pela retomada de alguns de seus maiores parceiros comerciais. Com isso, as exportações gaúchas mantiveram crescimento destacado no período.

##### Contexto de negócios da Companhia

Depois de registrar um crescimento modesto em 2019 e sofrer diante dos drásticos reflexos da pandemia de Covid-19 em 2020, o ano de 2021 contou — especialmente nos dois primeiros trimestres — com a fraca base comparativa do ano anterior para registrar taxas de expansão da atividade econômica mais expressivas. Entretanto, a aparição de subsequentes ondas de novos casos, as incertezas diante do que esperar em relação à questão de saúde pública e os efeitos econômicos da pandemia impediram um quadro de retomada mais firme. Entre as questões que se tornaram mais relevantes no contexto econômico ao longo de 2021, pode-se destacar a continuidade dos problemas de ruptura das cadeias logísticas globais e o retorno dos desafios representados pela rápida progressão da inflação, tanto em economias avançadas quanto em mercados emergentes. Dessa forma, pouco a pouco o cenário externo se tornou menos favorável, com preços de *commodities* mais elevados e uma expectativa cada vez maior de um aperto monetário expressivo nos Estados Unidos (EUA).

Diante disso, a economia brasileira em 2021 conseguiu avançar a um ritmo estimado de crescimento superior a 4%, limitada em boa parte pelo avanço disseminado dos aumentos de preços e pelas incertezas relacionadas majoritariamente ao cenário global. No que se refere à inflação, os choques de oferta causados pelas fortes elevações de preços de *commodities* e pelos gargalos nas cadeias de

suprimento se disseminaram entre os indicadores de preços ao consumidor, com o IPCA alcançando alta de 10% em 2021, uma aceleração sensível em comparação a alta de 4,5% observada em 2020. Da mesma forma, o IGP-M acumulou elevação de 17,8% em 2021, marcando um breve alívio em relação ao aumento de 23,1% notado em 2020. Com o objetivo de se evitar uma deterioração maior no quadro inflacionário, o Banco Central do Brasil iniciou um rápido ciclo de ajuste monetário, elevando a taxa Selic de 2% ao ano em dezembro de 2020 para 9,25% ao ano em dezembro de 2021. Como reflexo natural, notou-se um aperto das condições de crédito e, mais recentemente, uma modesta piora das taxas de inadimplência. O volume de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) registrou aumento de 16,5% no ano, ganhando ritmo em comparação à variação de 15,6% no ano anterior. O crédito às empresas variou 11,1%, uma desaceleração em relação à expansão de 21,8% observada um ano antes. Por outro lado, o crédito às famílias cresceu 20,8%, bem mais do que os 11,2% apresentados em 2020.

Em linha com o que se observou na economia brasileira como um todo, o Rio Grande do Sul registrou expansão de 12,2% nos três primeiros trimestres de 2021, o que representou um crescimento maior que o do Brasil no mesmo período, apesar da queda na margem no terceiro trimestre, fortemente influenciada pela base de comparação mais alta do trimestre anterior, que trazia safra recorde de grãos, com destaque para a soja.

#### *Destaques Patrimoniais do Exercício Social de 2021*

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos da Companhia alcançaram R\$104.575,8 milhões, com crescimento de 13,9% frente ao saldo de 31 de dezembro de 2020, R\$91.822,9 milhões. O patrimônio líquido alcançou R\$9.048,6 milhões em 31 de dezembro de 2021, com elevação de 8,4% frente ao patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2020, R\$8.346,2 milhões. Em 31 de dezembro de 2021, o índice de Basileia com base no Conglomerado Prudencial foi de 18,42%.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de operações de crédito alcançou R\$41.042,0 milhões, com aumento de 9,1% frente ao saldo de 31 de dezembro de 2020, R\$37.605,8 milhões, e os depósitos totalizaram R\$64.277,4 milhões, com aumento de 2,9% frente ao saldo de 31 de dezembro de 2020, R\$62.446,5 milhões. A carteira de crédito comercial, a qual é composta por linhas de crédito destinadas à pessoa física, dentre as quais destaca-se o crédito consignado, e linhas de crédito à pessoa jurídica, em especial linhas de capital de giro, manteve posição destacada na carteira de crédito total, compondo 73,9% dos ativos de crédito em 31 de dezembro de 2021. A carteira comercial pessoa física cresceu 3,8% frente ao saldo de 31 de dezembro de 2020, e o crédito comercial pessoa jurídica apresentou aumento de 9,2% no período. A inadimplência acima de 90 dias atingiu 2,07% das operações de crédito da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

#### *Destaques Patrimoniais do Exercício Social de 2020*

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos da Companhia alcançaram R\$91.822,9 milhões, com crescimento de 12,6% frente ao saldo de 31 de dezembro de 2019, R\$81.549,6 milhões. O patrimônio líquido alcançou R\$8.346,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, com elevação de 7,1% frente ao patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2019, R\$7.794,4 milhões. Em 31 de dezembro de 2020, o índice de Basileia com base no Conglomerado Prudencial foi de 15,81%.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de operações de crédito alcançou R\$37.605,8 milhões, com aumento de 3,9% frente ao saldo de 31 de dezembro de 2019, R\$36.182,7 milhões, e os depósitos totalizaram R\$62.446,5 milhões, com aumento de 16,4% frente ao saldo de 31 de dezembro de 2019, R\$53.640,1 milhões. A carteira de crédito comercial, a qual é composta por linhas de crédito destinadas à pessoa física, dentre as quais destaca-se o crédito consignado, e linhas de crédito à pessoa jurídica, em especial linhas de capital de giro, manteve posição destacada na carteira de crédito total, compondo 76,8% dos ativos de crédito em 31 de dezembro de 2020. A carteira comercial pessoa física cresceu 2,5% frente ao saldo de 31 de dezembro de 2019, e o crédito comercial pessoa jurídica apresentou aumento de 8,6% no período. A inadimplência acima de 90 dias atingiu 2,31% das operações de crédito da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

#### *Destaques Patrimoniais do Exercício Social de 2019*

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos da Companhia alcançaram R\$81.549,6 milhões, com crescimento de 5,3% frente ao saldo de 31 de dezembro de 2018, R\$77.427,9 milhões. O patrimônio líquido alcançou R\$7.794,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, com elevação de 7,1% frente ao patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2018, R\$7.278,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, o índice de Basileia com base no Conglomerado Prudencial foi de 15,07%.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de operações de crédito alcançou R\$36.182,7 milhões, com aumento de 6,2% frente ao saldo de 31 de dezembro de 2018, R\$34.063,7 milhões, e os depósitos totalizaram R\$53.640,1 milhões, com aumento de 5,5% frente ao saldo de 31 de dezembro de 2018, R\$50.864,1 milhões. A carteira de crédito comercial, a qual é composta por linhas de crédito destinadas à pessoa física, dentre as quais destaca-se o crédito consignado, e linhas de crédito à pessoa jurídica, em especial linhas de capital de giro, manteve posição destacada na carteira de crédito total, compondo 75,9% dos ativos de crédito em 31 de dezembro de 2019. A carteira comercial pessoa física cresceu 13,8% frente ao saldo de 31 de dezembro de 2018, enquanto o crédito comercial pessoa jurídica

apresentou redução de 2,3% no período. A inadimplência acima de 90 dias atingiu 3,37% das operações de crédito da Companhia e em 31 de dezembro de 2019.

## b. estrutura de capital

A Companhia mantém seu capital social em nível e composição que considera suficientes para conduzir as suas operações de acordo com padrões adequados de capitalização aplicáveis. As definições de capital utilizadas seguem, em geral, os princípios e diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Basileia sobre Supervisão Bancária (*Basel Committee on Banking Supervision*).

A Administração destaca que a Companhia aloca capital às suas áreas de negócio e estabelece limites às operações, de acordo com extensos critérios de enquadramento de capital, balanço patrimonial e monitoramento e administração de riscos.

Em 31 de dezembro de 2021, o percentual de financiamento das operações por meio do capital de terceiros era de 91,3% do capital total da Companhia, enquanto o capital próprio representava 8,7%. Em 31 de dezembro de 2020, o percentual de financiamento das operações por meio do capital de terceiros era de 90,9% do capital total da Companhia, enquanto o capital próprio representava 9,1%. Em 31 de dezembro de 2019, o percentual de financiamento das operações por meio do capital de terceiros era de 90,4% do capital total da Companhia, enquanto o capital próprio representava 9,6%.

A tabela a seguir apresenta o comparativo do índice de financiamento das operações por meio de capital de terceiros:

<b>Padrão de Financiamento das Operações</b> (R\$ Milhões, exceto quando indicado)	<b>31/12/2021</b>		<b>31/12/2020</b>		<b>31/12/2019</b>	
Capital Próprio	8,7%	9.048,6	9,1%	8.346,2	9,6%	7.794,4
Capital de Terceiros	91,3%	95.527,2	90,9%	83.476,7	90,4%	73.755,2
<b>Capital Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>104.575,8</b>	<b>100,0%</b>	<b>91.822,9</b>	<b>100,0%</b>	<b>81.549,6</b>

## c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia possui capacidade financeira, avaliada através de estudos técnicos desenvolvidos internamente, e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Bacen.

A situação de liquidez da Companhia é favorecida por suas características de captação, por meio de rede de varejo, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul. Os depósitos constituem a principal fonte de captação. No crédito, principal modalidade de ativos, também foram priorizadas operações pulverizadas, operando, especialmente, junto à pessoa física e às microempresas e pequenas e médias empresas.

A política de tesouraria não se alterou durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. A maior parte das disponibilidades líquidas permaneceu aplicada em papéis federais indexados à Taxa Selic, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), ou em operações compromissadas, sempre com lastro em títulos federais, não havendo exposição em câmbio, neste exercício.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global. A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, mitigar os riscos decorrentes das oscilações cambiais da operação de captação externa efetuada pela Companhia, que resultam na conversão dessas taxas para a variação da taxa CDI. Com esse objetivo, as operações com instrumentos derivativos na modalidade *swap* são de longo prazo, acompanhando o fluxo e vencimento da captação externa. As operações baseiam-se em contratos de balcão registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha. A Companhia utiliza-se da estrutura de *hedge accounting* (*hedge* contábil) prevista nas normas do Bacen e a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos relativos a 31 de dezembro de 2021, evidenciando a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

<b>Ativos Financeiros (R\$ Milhões)</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>Acima de 12 meses</b>	<b>Total em 31/12/2021</b>
Disponibilidades	1.464,8	-	1.464,8
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.698,1	145,6	5.843,7
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	9.738,8	-	9.738,8
Títulos e Valores Mobiliários	10.056,1	28.332,9	38.389,0
Instrumentos Financeiros Derivativos	841,9	-	841,9
Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	15.633,3	25.408,6	41.041,9
Outros Ativos Financeiros <sup>1</sup>	3.416,5	2.124,9	5.541,4
<b>Total de Ativos Financeiros</b>	<b>46.849,5</b>	<b>56.012,0</b>	<b>102.861,5</b>
<b>Passivos Financeiros (R\$ Milhões)</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>Acima de 12 meses</b>	<b>Total em 31/12/2021</b>
Depósitos	27.765,1	36.512,3	64.277,4
Captação no Mercado Aberto	10.721,7	-	10.721,7
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	921,6	816,4	1.738,0
Obrigações por Empréstimos	1.021,3	-	1.021,3
Obrigações por Repasses	816,3	578,6	1.394,9
Instrumentos Financeiros Derivativos	12,4	123,8	136,2
Outros Passivos Financeiros <sup>2</sup>	9.789,0	1566,2	11.355,2
<b>Total de Passivos Financeiros</b>	<b>51.047,4</b>	<b>39.597,3</b>	<b>90.644,7</b>

<sup>1</sup> Composto principalmente por: Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências, Títulos de Crédito a Receber, Carteira de Câmbio, Negociação e Intermediação de Valores, conforme Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021.

<sup>2</sup> Composto principalmente por: Dívida subordinada, Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências, Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, Transações com Cartões a Pagar e Obrigações a Pagar Adquirência conforme Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021.

#### **d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Nos exercícios sociais de 2021, 2020 e 2019, a Companhia utilizou recursos próprios e de terceiros para o desenvolvimento das atividades.

##### *(a) Recursos Próprios - Patrimônio Líquido*

##### 31 de dezembro de 2021 x 31 de dezembro de 2020

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia atingiu R\$9.048,6 milhões, com aumento de 8,4% quando comparado ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020, R\$8.346,2 milhões.

As Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13 do CMN, revogadas a partir de 03 de janeiro de 2022 pelas Resoluções BCB nº 4.955/21 e 4.958/21, respectivamente, determinam que a apuração do capital regulamentar e dos ativos ponderados pelo risco tenha como base o Conglomerado Prudencial. O Índice de Basileia mede a relação entre a soma do Capital de Nível I - CNI e do Capital de Nível II - CNII e o total dos ativos ponderados pelo risco calculados para a data-base. A manutenção dos Índices de Capital acima dos níveis definidos pelo regulador busca proteger o Banrisul em caso de eventos de estresse.

A Gestão de Capital busca potencializar a aplicação dos recursos disponíveis, além de garantir a solvência da Instituição. O Patrimônio de Referência - PR do Banrisul, no quarto trimestre de 2021 é composto pela soma do Capital de Nível I e do Capital de Nível II. A variação do PR no período foi de R\$2.200,6 milhões acima na comparação com dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2021, o Índice de Basileia atingiu 18,42%, 8,42 pp. acima do nível mínimo regulatório com os adicionais de capital principal (10,0%). Para este mesmo período, o Índice de Capital Principal e o Índice de Nível I são iguais e encerraram o período em 15,04%, sendo, respectivamente, 8,54 pp. e 7,04 pp. acima do mínimo regulatório.

##### 31 de dezembro de 2020 x 31 de dezembro de 2019

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia atingiu R\$8.346,2 milhões, com aumento de 7,1% quando comparado ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019, R\$7.794,4 milhões.

Conforme previsto nas Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a apuração do capital regulamentar e dos ativos ponderados pelo risco tem como base o Conglomerado Prudencial. Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio de referência alcançou R\$6.821,2 milhões, com aumento de R\$382,2 milhões frente a R\$6.439,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, impactado, principalmente, pelo aumento das reservas de lucros no período. A dívida subordinada registrada no Nível II apresentou redução de R\$177,7 milhões, em função da aplicação do cronograma de Basileia III sobre as operações realizadas com base em normas anteriores à Resolução nº 4.192/13 do CMN.

A exposição total dos ativos ponderados pelo risco ( $RWA_{TOTAL}$ ) atingiu R\$43.134,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, com incremento de R\$400,7 milhões frente a R\$42.733,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, influenciado, principalmente, pelo aumento de R\$405,2 milhões na parcela de risco de crédito ( $RWA_{CPAD}$ ), pelo crescimento de R\$63,7 milhões na parcela de risco operacional ( $RWA_{OPAD}$ ), e pela redução de

R\$68,3 milhões na parcela de risco de mercado ( $RWA_{MPAD}$ ), impactada, principalmente, pela queda da parcela de exposição cambial ( $RWA_{CAM}$ ).

Em 31 de dezembro de 2020, considerando-se os valores realizados do patrimônio de referência e do  $RWA_{TOTAL}$ , o Índice de Basileia atingiu 15,81%, permanecendo superior ao limite regulatório, com aumento de 0,74 pp. frente ao índice em 31 de dezembro de 2019, 15,07%. O requerimento mínimo do índice de Basileia é de 9,25%, com vigência entre 1º de abril de 2020 e 31 de março de 2021. Os índices de capital principal e de capital de Nível I alcançaram 14,99% em 31 de dezembro de 2020, ambos superiores ao mínimo exigido.

#### (b) Recursos de Terceiros

A política de captação pulverizada privilegia pequenos e médios investidores, ao invés de investidores institucionais, tais como fundos de pensão e fundos de investimento, o que assegura redução de custo financeiro e fontes diversificadas, ou não concentradas de captação, política adequada às necessidades de *funding* para a concessão de novos empréstimos.

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de captação foram: (i) depósitos, (ii) captações no mercado aberto, (iii) recursos de aceites e emissão de títulos, (iv) empréstimos e repasses e (v) dívida subordinada.

A tabela a seguir apresenta os saldos de recursos de terceiros em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, bem como as variações entre as datas indicadas:

Recursos de Terceiros (R\$ Milhões, exceto quando indicado)	31/12/2021 x 31/12/2020				31/12/2020 x 31/12/2019		
	31/12/2021	31/12/2020	R\$	%	31/12/2019	R\$	%
Depósitos Totais	64.277,4	62.446,5	1.830,9	2,9%	53.640,1	8.806,4	16,4%
Depósitos à Vista	4.675,7	4.289,1	386,6	9,0%	3.229,0	1.060,1	32,8%
Depósitos de Poupança	11.565,6	11.065,6	500,0	4,5%	9.622,2	1.443,4	15,0%
Depósitos a Prazo	46.626,2	45.599,6	1.026,6	2,3%	40.318,3	5.281,3	13,1%
Depósitos Interfinanceiros	1.392,7	1.478,8	(86,1)	-5,8%	457,1	1.021,7	223,5%
Outros Depósitos	17,3	13,4	3,9	29,3%	13,5	(0,1)	-1,0%
Captação no Mercado Aberto	10.721,7	4.362,4	6.359,3	145,8%	3.391,4	971,0	28,6%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos <sup>1</sup>	1.738,0	2.440,5	(702,5)	-28,8%	3.560,2	(1.119,6)	-31,4%
Empréstimos e Repasses <sup>2</sup>	2.416,1	1.899,0	517,1	27,2%	2.260,2	(361,2)	-16,0%
Dívida Subordinada	4.689,8	2.979,6	1.710,2	57,4%	2.301,0	678,6	29,5%
Outros <sup>3</sup>	11.684,2	9.348,6	2.335,6	25,0%	8.602,3	746,3	8,7%
<b>Total</b>	<b>95.527,2</b>	<b>83.476,7</b>	<b>12.050,5</b>	<b>14,4%</b>	<b>73.755,2</b>	<b>9.721,5</b>	<b>13,2%</b>

<sup>1</sup> Considerando as Letras Financeiras, de Crédito Imobiliário e do Agronegócio.

<sup>2</sup> Inclui Obrigações por Empréstimos e Repasses do País - Instituições Oficiais e Obrigações por Repasses do Exterior.

<sup>3</sup> Inclui Provisões Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outras, Obrigações Fiscais, Outros Passivos Financeiros e Outros Passivos.

Os recursos de terceiros alcançaram R\$95.527,2 milhões em 31 de dezembro de 2021, com crescimento de 14,4% frente ao saldo de R\$83.476,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 trajetória influenciada, em especial, pelo aumento da captação no mercado aberto, dos depósitos e da dívida subordinada.

Os recursos de terceiros alcançaram R\$83.476,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, com crescimento de 13,2% frente ao saldo de R\$73.755,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, trajetória influenciada, em especial, pelo aumento dos depósitos.

Na sequência comentamos as variações nos principais recursos de terceiros.

#### (b.i) Depósitos Totais

Os depósitos constituem o principal instrumento de *funding* da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, os depósitos alcançaram o montante de R\$64.277,4 milhões, representando 67,3% das fontes de terceiros, e apresentaram aumento de 2,9% frente ao montante de R\$62.446,5 milhões em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, os depósitos alcançaram o montante de R\$62.446,5 milhões, representando 74,8% das fontes de terceiros, e apresentaram aumento de 16,4% frente ao montante de R\$53.640,1 milhões em 31 de dezembro de 2019.

#### (b.ii) Captação no Mercado Aberto

As transações compromissadas com outras instituições são utilizadas para administração da posição de liquidez. Possuem prazo, em geral, de um dia útil, ocorrem mediante a compra ou venda de títulos públicos federais e tem rentabilidade definida no ato da negociação em função do compromisso de recompra ou revenda, conforme o caso. Os *spreads* dessas transações são reduzidos, normalmente, utilizados com objetivo de incrementar as fontes de recursos e ampliar a liquidez da gestão de caixa da Companhia.

As captações através de operações compromissadas complementaram, em boa parte, as transações de intermediação financeira. As captações no mercado aberto são operações contratadas a taxa média equivalente a 100% da variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo das captações no mercado aberto alcançou R\$10.721,7 milhões, representando 11,2% do capital de terceiros, e registrou crescimento de 145,8% frente ao saldo de 31 de dezembro de 2020, R\$4.362,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo das captações no mercado aberto alcançou R\$4.362,4 milhões, representando 5,2% do capital de terceiros, e registrou aumento de 28,6% frente ao saldo de 31 de dezembro de 2019, R\$3.391,4 milhões.

#### (b.iii) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Os recursos de aceites e emissão de títulos são compostos por Letras Financeiras, de Crédito Imobiliário e do Agronegócio. A captação por Letras Financeiras é realizada, predominantemente, por pessoas jurídicas, principalmente clientes institucionais, apesar de também ser disponibilizada às pessoas físicas. A captação por meio de Letra de Crédito Imobiliário possui como público-alvo as pessoas físicas, em virtude do benefício tributário sobre os rendimentos destes títulos para estes clientes. Em agosto de 2021, o Banrisul iniciou a captação de recursos por meio de Letra de Crédito do Agronegócio - LCA, com objetivo de diversificar suas fontes de recursos e gerar *funding* para o crédito rural. Aos clientes pessoas físicas, a LCA possibilita uma nova alternativa de aplicação financeira com rentabilidade isenta de imposto de renda.

Em 31 de dezembro de 2021, os recursos de aceites e emissão de títulos totalizaram R\$1.738,0 milhões, representando 1,8% do capital de terceiros, e apresentaram redução de 28,8% frente ao saldo de 31 de dezembro de 2020, R\$2.440,5 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, os recursos de aceites e emissão de títulos totalizaram R\$2.440,5 milhões, representando 2,9% do capital de terceiros, e apresentaram retração de 31,4% frente ao saldo de 31 de dezembro de 2019, R\$3.560,2 milhões.

#### (b.iv) Empréstimos e Repasses

São captados recursos de repasse junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), FINAME, Caixa Econômica Federal (CEF) e FINEP, de acordo com programas estabelecidos por essas instituições. Os recursos são repassados aos clientes nas mesmas condições de prazo e taxas de captação, acrescidos de uma comissão pela intermediação.

A Companhia opera também com recursos captados no exterior para o financiamento de operações de câmbio, na forma de repasse ou capital de giro. Nessas operações, incorre-se em variação cambial.

Em 31 de dezembro de 2021, as obrigações por empréstimos e repasses alcançaram R\$2.416,1 milhões, representando 2,5% do capital de terceiros, e registraram aumento de 27,2% frente ao saldo de 31 de dezembro de 2020, R\$1.899,0 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, as obrigações por empréstimos e repasses alcançaram R\$1.899,0 milhões, representando 2,3% do capital de terceiros, e registraram redução de 16,0% frente ao saldo de 31 de dezembro de 2019, R\$2.260,2 milhões.

#### (b.v) Dívidas Subordinadas

Em 2012, o Banrisul concluiu o processo de emissão de títulos de dívidas subordinadas no exterior, em duas tranches, nos montantes de US\$500 milhões e US\$275 milhões. Em 2015, ocorreu, em dois momentos, a recompra parcial da dívida subordinada: (i) US\$248,96 milhões por 80% do valor de face, ou seja, US\$199,17 milhões, e (ii) US\$2,85 milhões por 77% do valor de face, ou seja, US\$2,2 milhões. O saldo remanescente da dívida denominada em US\$ com notional de 523,185 milhões e os derivativos contratados para proteção do risco de variação de moeda estrangeira e taxas de juros, oriunda da emissão dessa dívida, foram designados como *hedge* de risco de mercado.

Em 28 de janeiro de 2021, o Banrisul realizou uma nova emissão de dívida subordinada (Tier II) no montante de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares) com juros anuais de 5,375%, pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra em 5 anos, conforme condições previamente acordadas pelo *Offering Memorandum* desta emissão. A Dívida Subordinada foi autorizada, para Capital Nível II, pelo Banco Central em 25 de outubro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da dívida subordinada totalizou R\$4.689,8 milhões, representando 4,9% do capital de terceiros, e registrou crescimento de 57,4% frente ao saldo de 31 de dezembro de 2020, R\$2.979,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da dívida subordinada totalizou R\$2.979,6 milhões, representando 3,6% do capital de terceiros, e registrou crescimento de 29,5% frente ao saldo de 31 de dezembro de 2019, R\$2.301,0 milhões.

## **e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia possui um Plano de Contingência da Liquidez com o objetivo de identificar, antecipadamente, e adequar a sua capacidade para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da Companhia, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem.

O Plano de Contingência da Liquidez e Política de Tesouraria e Gestão de Liquidez sistematizam parâmetros que identificam situações adversas, responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para restabelecer o nível de liquidez adequado.

O Comitê de Gestão de Ativos e Passivos, após avaliação, e se for o caso, deverá propor de imediato à Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, com vistas a reestabelecer os níveis de liquidez, as seguintes medidas, isoladas ou cumulativamente:

- (a) Realinhamento das taxas de juros cobradas nas operações de crédito, de modo a contemplar o novo patamar de risco;
- (b) elevação nas taxas de juros oferecidas nos instrumentos de captação, de modo a estancar e reverter as reduções de volume verificadas nos produtos de captação;
- (c) implementação de ações mercadológicas, de vendas, inclusive com novos produtos, de fortalecimento da marca da Companhia que visem amenizar o risco de reputação e imagem;
- (d) contingenciamento das operações de créditos, de modo a permitir um controle maior do caixa;
- (e) captações em Depósitos Interfinanceiros e/ou em Letras Financeiras no Mercado Interbancário;
- (f) venda de parte ou totalidade dos ativos negociáveis;
- (g) venda de parte ou totalidade da carteira de crédito classificada como *trading book*, em conformidade com a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado e de Liquidez; e
- (h) acessar, em última instância, linha de redesconto, junto à Autoridade Monetária.

## **f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

### *i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes*

A Companhia opera com diversas modalidades de financiamentos concedidos com recursos oriundos do BNDES, FINAME, FINEP e CEF, nos quais a responsabilidade é repassar os recursos aos beneficiários finais, mediante remuneração estabelecida contratualmente. Em operações especiais compartilhadas, a Instituição tem atuado alinhada com outras instituições financeiras para esse propósito, sendo que cada agente fica responsável pelo repasse de determinada parcela do crédito ao projeto.

Nos termos das “Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES” (Resolução n.º 665/87 do BNDES), a Companhia apresenta-se solidariamente responsável, perante o BNDES, pelos pagamentos das parcelas dos financiamentos contratados, mesmo que não quitados pelos beneficiários finais, bem como, compromete-se a ceder o crédito ao BNDES, caso este assim determine, e a exigir que os beneficiários finais constituam garantia real em favor do Banco, no valor mínimo de 130% do principal, exceto nos casos em que o BNDES dispense essa garantia ou estabeleça índices diferentes para sua constituição, dentre outras obrigações para a Companhia, conforme estabelecidas nas “Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES”, em especial no Capítulo II - Dos Contratos de Repasse.

### *ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras*

A Companhia opera também com financiamentos concedidos com recursos oriundos de bancos no exterior. Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019, a Companhia não apresentava saldo de repasses do exterior de longo prazo.

### *iii. grau de subordinação entre as dívidas*

Não há grau de subordinação entre dívidas na Companhia. Entretanto, as obrigações registradas no passivo exigível são ordenadas de acordo com a precedência, na possibilidade de concurso universal de credores, conforme a Lei nº 11.101/05, art. 83, que classifica os créditos, priorizando aqueles derivados da legislação do trabalho, seguidos pelos créditos com garantia real, e pelos créditos tributários. Após estes, são considerados os demais créditos, conforme a lei citada anteriormente.

Em eventual necessidade de elaboração de quadro de credores, obedecida a ordenação constante na lei supracitada, a Companhia teria em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

(R\$ Milhões, exceto quando indicado)	31/12/2021	Part. %	31/12/2020	Part. %	31/12/2019	Part. %
Obrigações Fiscais, Trabalhistas e Previdenciárias	2.737,4	2,9%	2.344,8	2,8%	2.268,6	3,1%
Trabalhistas <sup>1</sup>	1.464,1	1,5%	1.207,9	1,4%	1.224,4	1,7%
Fiscais e Previdenciárias	1.273,3	1,3%	1.136,9	1,4%	1.044,2	1,4%
Cobrança e Arrecadação Tributos e Assemelhados	26,8	0,0%	20,8	0,0%	28,5	0,0%
Demais Obrigações <sup>2</sup>	88.001,5	92,1%	78.018,7	93,5%	69.051,7	93,6%
Outras Obrigações	4.761,5	5,0%	3.092,4	3,7%	2.406,5	3,3%
Dívida Subordinada	4.689,8	4,9%	2.979,6	3,6%	2.301,0	3,1%
Sociais e Estatutárias	71,7	0,1%	112,8	0,1%	105,5	0,1%
<b>Passivo Exigível</b>	<b>95.527,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>83.476,7</b>	<b>100,0%</b>	<b>73.755,2</b>	<b>100,0%</b>

<sup>1</sup> Provisões para ações trabalhistas e para férias e outros encargos.

<sup>2</sup> Inclui, principalmente, depósitos, captação no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, relações interfinanceiras e interdependências, obrigações por empréstimos e repasses, instrumentos financeiros derivativos, carteira de câmbio, provisão de benefícios pós-emprego, fundos financeiros e de desenvolvimento, obrigações de lojistas a pagar aquisição e transações com cartões a pagar.

*iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições*

As operações de longo prazo estão sujeitas a limites de contratação estatutários. Conforme art. 14 do Estatuto da Companhia, as operações de longo prazo realizadas com recursos de repasse provenientes do BNDES, são limitadas a 80% do patrimônio líquido da sociedade.

A Companhia está sujeita, ainda, a limites impostos pelo BNDES para a utilização de recursos baseado no patrimônio de referência e em análise de *rating* realizada por instituição externa. No caso de repasses, os recursos são integralmente repassados aos clientes, nos mesmos prazos e taxas, acrescidos, somente, da comissão de intermediação. Não há restrições específicas em relação à Companhia, por parte do BNDES, além do limite imposto. Entretanto, existem cláusulas restritivas do BNDES em relação aos agentes financeiros, de forma geral, que podem ser verificadas nas "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES", Resolução n.º 665/87 do BNDES, e atualizações normativas posteriores emitidas pelo BNDES, e que se referem às condições suspensivas da utilização da colaboração financeira e de cada parcela do crédito.

Quanto às operações de repasse do Programa Saneamento para Todos, a Companhia segue as regras estabelecidas no Manual de Fomento (Conselho Curador do FGTS, de onde emana tais regras) emitidas pela CEF regrando estes financiamentos. A Companhia estabelece contrato para que a CEF seja o Agente Técnico Operacional (ATO), minuta aprovada pelo departamento jurídico, e assinado pela Diretoria da Companhia e pela CEF, para fiscalização e procedimentos de liberação de recursos para as obras financiadas neste Programa. Periodicamente é realizado estudo para reclassificação de risco da Companhia junto à CEF, a partir disso há a distribuição de valor de limite para novas contratações de operações.

#### Níveis de Endividamento

Na tabela a seguir estão demonstrados os saldos dos recursos captados junto a terceiros em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(R\$ Milhões)	Sem Venc.	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos Totais	16.258,6	5.079,0	6.427,6	36.512,3	64.277,4	62.446,5	53.640,1
À Vista <sup>1</sup>	4.675,7	-	-	-	4.675,7	4.289,1	3.229,0
Poupança <sup>1</sup>	11.565,6	-	-	-	11.565,6	11.065,6	9.622,2
Interfinanceiros	-	893,5	499,2	-	1.392,7	1.478,8	457,1
A Prazo <sup>2</sup>	-	4.185,5	5.928,4	36.512,3	46.626,2	45.599,6	40.318,3
Outros Depósitos	17,3	-	-	-	17,3	13,4	13,5
Captação no Mercado Aberto	-	10.721,7	-	-	10.721,7	4.362,4	3.391,4
Obrigações por Empréstimos e Repasses <sup>3</sup>	-	889,2	948,4	578,6	2.416,1	1.899,0	2.260,2
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	215,4	706,2	816,4	1.738,0	2.440,5	3.560,2
Dívidas Subordinadas	-	3.086,2	44,0	1.559,6	4.689,8	2.979,6	2.301,0
<b>Total</b>	<b>16.258,6</b>	<b>19.991,5</b>	<b>8.126,2</b>	<b>39.466,8</b>	<b>83.843,0</b>	<b>74.128,1</b>	<b>65.152,9</b>

<sup>1</sup> Classificados como sem vencimento, pois não existe data de vencimento contratual.

<sup>2</sup> Considera os prazos estabelecidos nas aplicações.

<sup>3</sup> Obrigações por Empréstimos e Obrigações por Repasses no País - Instituições Oficiais e Obrigações por Repasses do Exterior.

#### Depósitos Totais

Os depósitos são, em sua maioria, compostos por depósitos a prazo. As captações em depósitos a prazo são realizadas com pessoas físicas ou jurídicas, nas modalidades de encargos pós ou pré-fixados, os quais correspondem a 98,91% e 1,09% do total da carteira, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021, a 98,73% e 1,27% do total da carteira, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020, e 98,47% e 1,53% do total da carteira, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019. A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 81,39% da variação do CDI em 2021, 80,29% da variação do CDI em 2020 e 83,83% da variação do CDI em 2019, e para os pré-fixados 3,69% a.a. em 2021, 1,96% a.a. em 2020 e 4,55% a.a. em 2019.

### Captações no Mercado Aberto

As captações através de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, tiveram taxa média de captação de 100% da variação do CDI nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

### Obrigações por Empréstimos e Repasses

**Obrigações por Empréstimos:** As obrigações por empréstimos são, em sua maioria, compostas por empréstimos no exterior. As obrigações por empréstimos no exterior são representadas por recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo à variação cambial das respectivas moedas, acrescida de juros a taxas entre 1,10% a 2,63% a.a. no exercício de 31 de dezembro de 2021, 0,95% a 4,87% a.a. no exercício de 31 de dezembro de 2020 e 0,86% a 5,44% a.a. no exercício de 31 de dezembro de 2019.

**Obrigações por Repasses:** Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME, CEF e FINEP). Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Como garantia desses recursos, foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes.

Em 31 de dezembro de 2021, essas obrigações tinham vencimentos mensais até junho de 2031, com incidência de encargos financeiros nas operações pós-fixadas de 0,90% a 8,00% a.a., além das variações dos indexadores (TJLP, URTJ-01, Cesta de Moedas, UPRD, TLP e Selic), e nas obrigações pré-fixadas até 15,02% a.a.

Em 31 de dezembro de 2020, essas obrigações têm vencimentos mensais até maio de 2030, com incidência de encargos financeiros nas operações pós-fixadas de 0,90% a 8,00% a.a., além das variações dos indexadores (TJLP, URTJ-01, Dólar, Cesta de Moedas, UPRD, TLP e Selic), e nas obrigações pré-fixadas até 18,92% a.a.

Em 31 de dezembro de 2019, essas obrigações têm vencimentos mensais até maio de 2030, com incidência de encargos financeiros nas operações pós-fixadas de 0,50% a 8,00% a.a., além das variações dos indexadores (TJLP, URTJ-01, Dólar, Cesta de Moedas, UPRD, TLP e Selic), e nas obrigações pré-fixadas até 20,09% a.a.

Na tabela a seguir estão demonstrados os saldos das obrigações por empréstimos e repasses nas datas indicadas:

(R\$ Milhões)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos no Exterior	1.021,3	425,9	708,8
<b>Obrigações por Empréstimos</b>	<b>1.021,3</b>	<b>425,9</b>	<b>708,8</b>
Repasses do País - Instituições Oficiais	1.394,8	1.473,1	1.549,8
Repasses no Exterior	0,0	0,0	1,4
<b>Obrigações por Repasses</b>	<b>1.394,8</b>	<b>1.473,1</b>	<b>1.551,2</b>
<b>Total</b>	<b>2.416,1</b>	<b>1.899,0</b>	<b>2.260,1</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>1.837,6</b>	<b>1.069,4</b>	<b>1.168,1</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>578,6</b>	<b>829,6</b>	<b>1.091,9</b>

### Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

O saldo de recursos de aceites e emissão de títulos alcançou R\$1.738,0 milhões em 31 de dezembro de 2021, R\$2.440,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$3.560,2 milhões em 31 de dezembro de 2019.

### Dívidas Subordinadas

O saldo da dívida subordinada alcançou R\$4.689,8 milhões em 31 de dezembro de 2021, R\$2.979,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$2.301,0 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Em 28 de janeiro de 2021, o Bannisul realizou uma nova emissão de dívida subordinada (Tier II) no montante de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares) com juros anuais de 5,375%, pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra em 5 anos, conforme condições previamente acordadas pelo *Offering Memorandum* desta emissão. A Dívida Subordinada foi autorizada, para Capital Nível II, pelo Banco Central em 25 de outubro de 2021.

### **g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

As operações de dívida de longo prazo da Companhia estão sujeitas a limites de contratação estatutários. Conforme art. 14 do Estatuto da Companhia, as operações de longo prazo realizadas com recursos de repasse provenientes do BNDES, são limitadas a 80% do patrimônio líquido da sociedade. No caso de operações de repasse, as liberações dos valores podem ocorrer gradativamente até o limite do valor contratado.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante contratado junto ao BNDES era de R\$1.363,6 milhões, dos quais 98,6% estavam liberados. Em 31 de dezembro de 2020, o montante contratado junto ao BNDES era de R\$1.419,3 milhões, dos quais 99,8% estavam liberados. Em 31 de dezembro de 2019, o montante contratado junto ao BNDES era de R\$1.491,4 milhões, dos quais 99,8% estavam liberados.

## h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras foram extraídas das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen GAAP).

### (i) Demonstrativo do Resultado

#### Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2021, 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019

A tabela a seguir apresenta as demonstrações de resultado consolidado referente aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(R\$ Milhões)	Exercício Encerrado em 31/12/2021		Exercício Encerrado em 31/12/2020		2021 X 2020	Exercício Encerrado em 31/12/2019		2020 X 2019
		Part. %		Part. %			Part. %	
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>	<b>8.212,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>8.233,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>-0,3%</b>	<b>9.105,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>-9,6%</b>
Receitas de Operações de Crédito <sup>1</sup>	5.703,4	69,5%	5.959,5	72,4%	-4,3%	6.680,3	73,4%	-10,8%
Resultado de Operações com TVM	1.941,0	23,6%	836,3	10,2%	132,1%	1.423,1	15,6%	-41,2%
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	63,0	0,8%	782,8	9,5%	-92,0%	132,1	1,5%	492,6%
Resultado de Operações de Câmbio	104,7	1,3%	351,8	4,2%	-70,2%	137,8	1,5%	155,4%
Resultado das Aplicações Compulsórias	400,0	4,9%	302,8	3,7%	32,1%	732,2	8,0%	-58,6%
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>	<b>(3.366,6)</b>	<b>-41,0%</b>	<b>(2.970,4)</b>	<b>-36,1%</b>	<b>13,3%</b>	<b>(3.580,4)</b>	<b>-39,3%</b>	<b>-17,0%</b>
Operações de Captação no Mercado	(3.075,2)	-37,4%	(2.491,1)	-30,3%	23,4%	(3.289,1)	-36,1%	-24,3%
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(291,4)	-3,5%	(479,3)	-5,8%	-39,2%	(291,3)	-3,2%	64,5%
<b>Resultado da Intermediação Financeira</b>	<b>4.845,6</b>	<b>59,0%</b>	<b>5.262,8</b>	<b>63,9%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>5.525,0</b>	<b>60,7%</b>	<b>-4,7%</b>
<b>Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>	<b>(787,8)</b>	<b>-9,6%</b>	<b>(1.501,5)</b>	<b>-18,2%</b>	<b>-47,5%</b>	<b>(1.193,9)</b>	<b>-13,1%</b>	<b>25,8%</b>
<b>Outras Receitas Operacionais</b>	<b>2.545,7</b>	<b>31,0%</b>	<b>2.469,0</b>	<b>30,0%</b>	<b>3,1%</b>	<b>2.851,6</b>	<b>31,3%</b>	<b>-13,4%</b>
Receitas de Prestação de Serviços/Tarifas Bancárias	1.972,2	24,0%	1.955,4	23,8%	0,9%	2.042,5	22,4%	-4,3%
Resultado de Participação em Coligadas	42,8	0,5%	55,7	0,7%	-23,1%	46,6	0,5%	19,5%
Outras Receitas <sup>2</sup>	530,7	6,5%	457,9	5,5%	15,9%	762,5	8,4%	-39,9%
<b>Outras Despesas Operacionais</b>	<b>(5.247,4)</b>	<b>-63,9%</b>	<b>(5.134,9)</b>	<b>-62,4%</b>	<b>2,2%</b>	<b>(5.583,5)</b>	<b>-61,3%</b>	<b>-8,0%</b>
Despesas de Pessoal <sup>3</sup>	(1.906,6)	-23,2%	(2.146,8)	-26,1%	-11,2%	(1.974,5)	-21,7%	8,7%
Outras Despesas Administrativas	(1.759,1)	-21,4%	(1.629,1)	-19,8%	8,0%	(1.819,4)	-20,0%	-10,5%
Despesas Tributárias	(464,4)	-5,7%	(467,9)	-5,7%	-0,7%	(482,7)	-5,3%	-3,1%
Outras Despesas <sup>4</sup>	(1.117,3)	-13,6%	(891,0)	-10,8%	25,4%	(1.306,9)	-14,3%	-31,8%
<b>Resultado Operacional</b>	<b>1.356,0</b>	<b>16,5%</b>	<b>1.095,4</b>	<b>13,3%</b>	<b>23,8%</b>	<b>1.599,2</b>	<b>17,6%</b>	<b>-31,5%</b>
<b>Resultado Antes da Tributação e Participação dos Empregados sobre o Lucro</b>	<b>1.356,0</b>	<b>16,5%</b>	<b>1.095,4</b>	<b>13,3%</b>	<b>23,8%</b>	<b>1.599,2</b>	<b>17,6%</b>	<b>-31,5%</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social <sup>5</sup>	(281,6)	-3,4%	(252,0)	-3,1%	11,8%	(112,5)	-1,2%	124,0%
Participações dos Empregados no Resultado	(125,6)	-1,5%	(115,8)	-1,4%	8,5%	(141,8)	-1,6%	-18,3%
Participação de Não Controladores	(0,3)	0,0%	(0,2)	0,0%	33,7%	(0,5)	0,0%	-61,2%
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>948,5</b>	<b>11,6%</b>	<b>727,5</b>	<b>8,8%</b>	<b>30,4%</b>	<b>1.344,4</b>	<b>14,8%</b>	<b>-45,9%</b>

<sup>1</sup> Inclui as receitas de operações de arrendamento mercantil e de outros créditos.

<sup>2</sup> Em 31 de dezembro de 2019, estão incluídos os montantes de R\$175,6 milhões referente ao resultado atuarial da migração relativa a planos de benefício pós-emprego da Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS) e de R\$120,8 milhões referente à reversão de provisão para ações cíveis, face à revisão de parâmetros e andamento de processos.

<sup>3</sup> Em 31 de dezembro de 2020 está incluído o montante de R\$177,0 milhões referente aos custos do Programa de Desligamento Voluntário - PDV.

<sup>4</sup> Em 31 de dezembro de 2021, está incluído o montante de R\$76,0 milhões referente ao ajuste de provisão para contingências fiscais. Em 31 de dezembro de 2019, estão incluídos os montantes de R\$126,1 milhões referente ao aporte à migração de planos de benefício pós-emprego da FBSS, de R\$429,0 milhões referente à constituição de provisão trabalhista e de R\$6,1 milhões referente à reversão de provisões cíveis, face à revisão de parâmetros e andamento de processos.

<sup>5</sup> Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$34,2 milhões, referem-se ao efeito fiscal relacionado ao ajuste de provisão para contingências fiscais. Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$79,6 milhões, em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$101,1 milhões, referem-se ao efeito fiscal relacionado aos eventos PDV, constituição de provisão trabalhista, reversão de provisões cíveis, PDAV, Resultado Atuarial da Migração de Planos de Benefícios Pós-Emprego da FBSS, Aporte à Migração de Planos de Benefícios Pós-Emprego da FBSS. Em 31 de dezembro de 2019, também inclui R\$222,2 milhões referente à atualização dos créditos e débitos tributários diferidos decorrente da elevação da alíquota da CSLL de 15% para 20%, em função da promulgação da Emenda Constitucional - EC 103/19.

Apresenta-se a seguir o detalhamento dos principais itens da demonstração de resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

### **Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2021 comparado ao Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2020**

#### Receitas de Intermediação Financeira

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, as receitas da intermediação financeira totalizaram R\$8.212,2 milhões, apresentando relativa estabilidade, com retração de R\$21,0 milhões em relação ao ano de 2020, quando foram de R\$8.233,2 milhões. A trajetória das receitas da intermediação financeira na comparação entre os exercícios de 2021 e 2020 é explicada conforme segue:

### *Receitas de Operações de Crédito*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, as receitas de operações de crédito, que incluem as receitas de arrendamento mercantil e de outros créditos, totalizaram R\$5.703,4 milhões, com retração de 4,3% ou R\$256,0 milhões em relação ao ano de 2020, quando foram de R\$5.959,5 milhões. A trajetória das receitas de crédito na comparação entre o ano de 2021 e 2020 foi influenciada, principalmente, pela retração das receitas do crédito comercial, em R\$228,9 milhões, e do financiamento de longo prazo, em R\$45,6 milhões, face em especial, à receita de financiamentos em moeda estrangeira, impactada pela variação cambial do período, movimento compensado parcialmente pelo aumento das receitas do crédito rural em R\$39,2 milhões.

### *Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o resultado de operações com títulos e valores mobiliários (TVM) e instrumentos financeiros derivativos somou R\$2.004,0 milhões, 23,8% ou R\$384,9 milhões acima do resultado de 2020, quando foi de R\$1.619,1 milhões. A trajetória do resultado de tesouraria proveio da expansão do resultado de TVM, em R\$1.104,7 milhões, face, em especial, ao aumento do saldo e da Taxa Selic efetiva, minimizada parcialmente, pela redução do resultado de instrumentos financeiros derivativos, em R\$719,8 milhões, face à variação cambial e marcação a mercado do período.

### *Resultado de Operações de Câmbio*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o resultado de operações de câmbio totalizou R\$104,7 milhões, 70,2% ou R\$247,1 milhões abaixo do resultado de 2020, quando foi de R\$351,8 milhões. A trajetória do resultado de câmbio reflete a desvalorização cambial de 7,39% no ano de 2021 frente à desvalorização cambial de 28,93% em 2020. As operações de câmbio na Companhia são casadas com *funding* em moeda estrangeira, logo, a variação das receitas é compensada, proporcionalmente, por variação das despesas com obrigações de empréstimos e repasses em moeda estrangeira.

### *Resultado das Aplicações Compulsórias*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o resultado das aplicações compulsórias somou R\$400,0 milhões, com aumento de 32,1% ou R\$97,2 milhões em relação a 2020, quando foi de R\$302,8 milhões. A trajetória do resultado de aplicações compulsórias na comparação entre os anos de 2021 e 2020 reflete, especialmente, a expansão nas rendas de créditos vinculados aos recursos a prazo, devido, em especial, ao aumento da Taxa Selic efetiva e ao incremento do saldo desses depósitos compulsórios.

### Despesas de Intermediação Financeira

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, as despesas da intermediação financeira somaram R\$3.366,6 milhões, com crescimento de 13,3% ou R\$396,2 milhões sobre as despesas de 2020, quando foram de R\$2.970,4 milhões. O acréscimo das despesas da intermediação financeira na comparação entre os exercícios de 2021 e 2020 é explicada conforme segue:

#### *Operações de Captação no Mercado*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, as despesas de captação no mercado somaram R\$3.075,2 milhões, 23,4% ou R\$584,1 milhões acima do montante de 2020, quando foram de R\$2.491,1 milhões. O aumento das despesas de captação na comparação entre o ano de 2021 e 2020 foi influenciado, principalmente, pela elevação das despesas com depósitos a prazo, em R\$740,0 milhões, e das despesas de operações compromissadas, em R\$307,5 milhões, movimento compensado, em parte, pela diminuição das despesas com a dívida subordinada, em R\$550,0 milhões, face à variação cambial e marcação a mercado da obrigação.

#### *Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, as despesas de empréstimos, cessões e repasses totalizaram R\$291,4 milhões, 39,2% ou R\$187,9 milhões abaixo das despesas de 2020, quando foram de R\$479,3 milhões. O menor fluxo de despesas de empréstimos, cessões e repasses na comparação do ano de 2021 e 2020 reflete, especialmente, a diminuição das despesas com repasses em moeda estrangeira, em R\$254,3 milhões, face à variação cambial do período, movimento compensado, em parte, pelo aumento das despesas de disponibilidades do fundo de reserva para garantia de restituição dos depósitos judiciais em R\$67,7 milhões.

### Resultado de Intermediação Financeira

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o resultado da intermediação financeira alcançou R\$4.845,6 milhões, com redução de 7,9% ou R\$417,1 milhões frente ao ano de 2020, quando foi de R\$5.262,8 milhões, influenciada pela relativa estabilidade, com redução R\$21,0 milhões, das receitas da intermediação financeira, e pelo crescimento das despesas da intermediação financeira em 13,3% ou R\$396,2 milhões.

### Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, as despesas de provisão para perdas de crédito somaram R\$787,8 milhões, com retração de 47,5% ou R\$713,7 milhões frente a 2020, quando foram de R\$1.501,5 milhões. A retração das despesas de provisão para perdas de crédito na comparação entre os anos de 2021 e 2020 reflete, em especial, a rolagem da carteira por níveis de *rating*, influenciada pelo atual ambiente econômico e a redução no volume das operações em atraso.

### Outras Receitas Operacionais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, as outras receitas operacionais somaram R\$2.545,7 milhões, com crescimento de 3,1% ou R\$76,6 milhões frente às outras receitas operacionais de 2020, quando foram de R\$2.469,9 milhões. O aumento das outras receitas operacionais na comparação entre os exercícios de 2021 e 2020 é explicado conforme segue:

#### *Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas Bancárias*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, as receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias somaram R\$1.972,2 milhões, apresentando relativa estabilidade, com crescimento de R\$16,8 milhões na comparação com 2020, quando foram de R\$1.955,4 milhões. A trajetória das receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias na comparação entre 2021 e 2020 foi influenciada, especialmente, pelo aumento das receitas da rede de adquirência, em R\$37,3 milhões, face, em especial, ao maior volume de transações capturadas pela rede de adquirência, movimento minimizado em parte pela redução das receitas com débito em conta em R\$21,7 milhões.

#### *Outras Receitas*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, outras receitas operacionais totalizaram R\$530,7 milhões, com crescimento de 15,9% ou R\$72,7 milhões frente às outras receitas de 2020, que foram de R\$457,9 milhões. O aumento de outras receitas operacionais na comparação entre os anos de 2021 e 2020, proveio, principalmente, da reversão de provisões cíveis, em R\$48,3 milhões, da reversão de provisões de bens não de uso, em R\$29,8 milhões, do acréscimo das receitas de locação de equipamentos de adquirência, em R\$27,9 milhões, e das receitas diversas com cartões, em R\$16,4 milhões, movimento minimizado, principalmente, pela retração das receitas de atualização de depósitos em garantias, em R\$25,8 milhões, e das receitas com recuperação de encargos e despesas em R\$20,5 milhões.

### Outras Despesas Operacionais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, as outras despesas operacionais somaram R\$5.247,4 milhões, com aumento de 2,2% ou R\$112,6 milhões sobre as despesas do ano de 2020, quando foram de R\$5.134,9 milhões. O acréscimo das outras despesas operacionais na comparação entre os exercícios de 2021 e 2020 é explicado conforme segue:

#### *Despesas de Pessoal*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, as despesas de pessoal totalizaram R\$1.906,6 milhões, com redução de 11,2% ou R\$240,2 milhões frente às despesas do ano de 2020, quando foram de R\$2.146,8 milhões, refletindo, principalmente, o acordo coletivo da categoria e os custos com incentivos relacionados ao Plano Desligamento Voluntário (PDV), que totalizaram R\$177,0 milhões no 4T2020, e referem-se a 901 empregados; deste total, ao final de dezembro de 2020, 865 empregados, e até o encerramento de dezembro de 2021, 98,1% ou 884 empregados já tinham se desligado do Banco no âmbito do PDV.

#### *Outras Despesas Administrativas*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, outras despesas administrativas totalizaram R\$1.759,1 milhões, com aumento de 8,0% ou R\$130,0 milhões frente às despesas do ano de 2020, R\$1.629,1 milhões, influenciado, especialmente, pela expansão das despesas com serviços técnicos especializados, em R\$46,8 milhões, face, principalmente a consultorias técnicas, das despesas com serviços de terceiros, em R\$25,0 milhões, das despesas com amortização e depreciação, em R\$21,8 milhões, e das despesas com processamento de dados em R\$14,3 milhões.

#### *Despesas Tributárias*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, as despesas tributárias alcançaram R\$464,4 milhões, apresentando relativa estabilidade, com redução de R\$3,5 milhões frente ao montante do ano de 2020, que foi de R\$467,9 milhões. A trajetória das despesas tributárias reflete a redução da margem financeira, em 7,9%, e a relativa estabilidade das receitas de tarifas e serviços, principais bases de cálculo dos tributos.

### *Outras Despesas*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, outras despesas operacionais totalizaram R\$1.117,3 milhões, com aumento de 25,4% ou R\$226,3 milhões em relação às despesas de 2020, que foram de R\$891,0 milhões. O crescimento de outras despesas na comparação entre os anos de 2021 e 2020 proveio, especialmente, das despesas com provisões trabalhistas, em R\$87,3 milhões, das despesas referente ao ajuste de provisão para contingências fiscais, em R\$76,0 milhões, e das despesas com tarifas de convênio INSS em R\$42,9 milhões.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o imposto de renda e a contribuição social somaram R\$281,6 milhões, com crescimento de 11,8% ou R\$29,6 milhões frente ao ano de 2020, no qual somaram R\$252,0 milhões. O aumento dos tributos na comparação entre os anos de 2021 e 2020 reflete: (i) maior base de cálculo de tributos, (ii) constituição de créditos e débitos tributários diferidos, decorrente da elevação da CSLL de 15% para 20%, em função da promulgação da Emenda Constitucional - EC 103/19, em 2020, (iii) alteração da alíquota da CSLL do setor financeiro, elevando-a de 20% para 25% no período compreendido entre 1º de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021 e (iv) maior volume de pagamento de juros sobre o capital próprio. O crédito/débito tributário que foi constituído decorrente da majoração da alíquota da CSLL em junho de 2021 foi de R\$25,2 milhões o qual, foi revertido na sua totalidade, em função da sua realização, até o final de dezembro de 2021.

### Lucro Líquido

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o lucro líquido alcançou R\$948,5 milhões, 30,4% ou R\$221,1 milhões superior ao lucro de 2020, quando foi de R\$727,5 milhões. A evolução na comparação entre os anos de 2021 e 2020 reflete, especialmente, o menor fluxo de despesa de provisão para perdas de crédito em R\$713,7 milhões; a diminuição da margem financeira em R\$417,1 milhões; a retração das despesas administrativas em R\$110,2 milhões; aumento das outras despesas líquidas de outras receitas em R\$153,6 milhões, e maior volume de tributos sobre o lucro em R\$29,6 milhões.

## **Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2020 comparado ao Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2019**

### Receitas de Intermediação Financeira

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, as receitas da intermediação financeira totalizaram R\$8.233,2 milhões, com retração de 9,6% ou R\$872,2 milhões em relação ao ano de 2019, quando foram de R\$9.105,4 milhões. A redução das receitas da intermediação financeira na comparação entre os exercícios de 2020 e 2019 é explicada conforme segue:

#### *Receitas de Operações de Crédito*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, as receitas de operações de crédito, que incluem as receitas de arrendamento mercantil e de outros créditos, totalizaram R\$5.959,5 milhões, com retração de 10,8% ou R\$720,8 milhões em relação ao ano de 2019, quando foram de R\$6.680,3 milhões. A trajetória das receitas de operações de crédito na comparação entre os anos de 2020 e 2019 proveio, principalmente, da redução de receitas do crédito comercial, em R\$660,1 milhões, e pelo menor fluxo de receitas de recuperação de créditos baixados para prejuízo, em R\$82,2 milhões, movimento compensado parcialmente, pelo aumento das receitas do crédito rural em R\$27,6 milhões, motivado pelo aumento no saldo.

#### *Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o resultado de operações com títulos e valores mobiliários - TVM e instrumentos financeiros derivativos somou R\$1.619,1 milhões, 4,1% ou R\$63,9 milhões acima do resultado do ano de 2019, quando foi de R\$1.555,1 milhões. A trajetória do resultado de tesouraria na comparação entre os anos de 2020 e 2019 proveio do aumento do resultado de instrumentos financeiros derivativos, em R\$650,7 milhões, face à variação cambial e marcação a mercado do período, minimizado pelo decréscimo do resultado de TVM, em R\$586,8 milhões, face, em especial, à redução da Taxa Selic efetiva que passou de 5,96% no ano de 2019 para 2,76% em 2020, num contexto de aumento no saldo.

#### *Resultado de Operações de Câmbio*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o resultado de operações de câmbio totalizou R\$351,8 milhões, R\$214,0 milhões acima do resultado do ano de 2019, quando foi de R\$137,8 milhões. A trajetória do resultado de câmbio reflete a desvalorização cambial de 28,93% no ano de 2020 frente à desvalorização cambial de 4,02% em 2019. As operações de câmbio na Companhia são casadas com *funding* em moeda estrangeira, logo, a variação das receitas é compensada, proporcionalmente, por variação das despesas com obrigações de empréstimos e repasses em moeda estrangeira.

### *Resultado das Aplicações Compulsórias*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o resultado das aplicações compulsórias somou R\$302,8 milhões, com retração de 58,6% ou R\$429,4 milhões em relação ao ano de 2019, quando foi de R\$732,2 milhões. A trajetória do resultado de aplicações compulsórias na comparação entre os anos de 2020 e 2019 foi influenciada, em especial, pela diminuição nas rendas de créditos vinculados aos recursos a prazo, devido à redução no saldo desses depósitos compulsórios e à queda da Taxa Selic, que remunera esses recolhimentos.

### *Despesas de Intermediação Financeira*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, as despesas da intermediação financeira somaram R\$2.970,4 milhões, com retração de 17,0% ou R\$610,0 milhões sobre as despesas do ano de 2019, quando foram de R\$3.580,4 milhões. O decréscimo das despesas da intermediação financeira na comparação entre os exercícios de 2020 e 2019 é explicada conforme segue:

#### *Operações de Captação no Mercado*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, as despesas de captação no mercado somaram R\$2.491,1 milhões, 24,3% ou R\$798,0 milhões abaixo das despesas do ano de 2019, quando foram de R\$3.289,1 milhões. A retração das despesas de captação na comparação entre os anos de 2020 e 2019 proveio, especialmente da diminuição das despesas com depósitos a prazo e de poupança, em R\$1.152,7 milhões, e das despesas de operações compromissadas, em R\$130,8 milhões, compensada parcialmente pelo aumento das despesas com a dívida subordinada, em R\$569,9 milhões, face à variação cambial e marcação a mercado da obrigação. A queda da Taxa Selic efetiva, que referencia maior parte da captação, impactou as despesas no período.

#### *Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, as despesas de empréstimos, cessões e repasses totalizaram R\$479,3 milhões, 64,5% ou R\$188,0 milhões acima das despesas do ano de 2019, quando foram de R\$291,3 milhões. O maior fluxo de despesas de empréstimos, cessões e repasses na comparação entre os anos de 2020 e 2019 proveio, especialmente, do aumento das despesas com repasses em moeda estrangeira, em R\$239,2 milhões, face à variação cambial do período, trajetória minimizada pela retração das despesas com fundo de reserva de depósitos judiciais, em R\$38,1 milhões, e de repasses do BNDES em R\$11,9 milhões.

### *Resultado de Intermediação Financeira*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o resultado da intermediação financeira alcançou R\$5.262,8 milhões, com redução de 4,7% ou R\$262,3 milhões frente ao ano de 2019, quando foi de R\$5.525,0 milhões, influenciada pela redução das receitas da intermediação financeira, em R\$872,2 milhões, minimizado pela redução das despesas da intermediação financeira em R\$610,0 milhões.

### *Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, as despesas de provisão para perdas de créditos somaram R\$1.501,5 milhões, com aumento de 25,8% ou R\$307,6 milhões frente ao ano de 2019, quando foram de R\$1.193,9 milhões. O crescimento das despesas de provisão para perdas de crédito na comparação entre os anos de 2020 e 2019 reflete, em especial, a rolagem da carteira por níveis de *rating*, afetada pelo atual ambiente econômico.

### *Outras Receitas Operacionais*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, as outras receitas operacionais somaram R\$2.469,0 milhões, com retração de 13,4% ou R\$382,5 milhões sobre as receitas do ano de 2019, quando foram de R\$2.851,6 milhões. O decréscimo das outras receitas operacionais na comparação entre os exercícios de 2020 e 2019 é explicado conforme segue:

#### *Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas Bancárias*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, as receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias somaram R\$1.955,4 milhões, 4,3% ou R\$87,1 milhões abaixo das receitas do ano de 2020, quando foram de R\$2.042,5 milhões. A trajetória das receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias na comparação entre os anos de 2020 e 2019 foi influenciada, especialmente, pela diminuição das receitas da rede de adquirência, em R\$86,3 milhões, face, em especial, ao menor volume de transações capturadas pela rede de adquirência e às medidas adotadas em apoio aos credenciados, em decorrência da pandemia.

#### *Outras Receitas*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, outras receitas totalizaram R\$457,9 milhões, com redução de 39,9% ou R\$304,5 milhões frente às receitas de 2019, que foram de R\$762,5 milhões. A redução de outras receitas na comparação entre os anos de 2020 e

2019, proveio, principalmente, do resultado atuarial da migração de planos de benefício pós-emprego da FBSS, em R\$175,6 milhões, e da receita de reversão de provisões para ações cíveis, em R\$125,3 milhões, fluxos que afetaram a base comparativa, uma vez que foram contabilizados no ano de 2019; naquele ano, esses eventos foram tratados como não recorrentes para fins de análise de resultado.

#### Outras Despesas Operacionais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, as outras despesas operacionais somaram R\$5.134,9 milhões, com retração de 8,0% ou R\$448,7 milhões sobre as despesas do ano de 2019, quando foram de R\$5.583,5 milhões. O decréscimo das outras despesas operacionais na comparação entre os exercícios de 2020 e 2019 é explicado conforme segue:

##### *Despesas de Pessoal*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, as despesas de pessoal totalizaram R\$2.146,8 milhões, com aumento de 8,7% ou R\$172,3 milhões frente às despesas do ano de 2019, quando foram de R\$1.974,5 milhões, refletindo, principalmente, os custos com o Programa de Desligamento Voluntário no montante de R\$177,0 milhões, tratado como evento não recorrente em 2020, o acordo coletivo da categoria e a saída de empregados no âmbito do Plano de Desligamento por Aposentadoria, implementado no primeiro trimestre de 2019, e do Programa de Desligamento Voluntário de 2020.

##### *Outras Despesas Administrativas*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, outras despesas administrativas totalizaram R\$1.629,1 milhões, com redução de 10,5% ou R\$190,3 milhões frente às despesas do ano de 2019, R\$1.819,4 milhões, influenciada, especialmente, pela redução das despesas com serviços de terceiros, em R\$81,6 milhões, face em especial às despesas com originação de crédito consignado por meio dos correspondentes, pela diminuição das despesas com serviços técnicos especializados, em R\$57,3 milhões, face, em especial, a serviços de consultoria, e pela redução das despesas com propaganda, promoções e publicidade em R\$12,2 milhões.

##### *Despesas Tributárias*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, as despesas tributárias alcançaram R\$467,9 milhões, com redução de 3,1% ou R\$14,8 milhões frente ao montante do ano de 2019, que foi de R\$482,7 milhões. A evolução das despesas tributárias reflete a redução da margem financeira, em 4,7%, e das receitas de tarifas e serviços, em 4,3%, principais bases de cálculo dos tributos.

##### *Outras Despesas*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, outras despesas totalizaram R\$891,0 milhões, com retração de 31,8% ou R\$415,9 milhões em relação às despesas de 2019, que foram de R\$1.306,9 milhões. A diminuição de outras despesas na comparação entre os anos de 2020 e 2019 proveio, especialmente, do menor fluxo de despesas com provisões trabalhistas, em R\$319,8 milhões, afetado pela base comparativa, da redução de despesas com descontos concedidos em renegociações em R\$129,0 milhões, e de despesas relacionadas à migração de planos de benefícios pós-emprego da FBSS, em R\$126,1 milhões, compensada parcialmente, pelo aumento de despesas com tarifas de convênio INSS, em R\$47,8 milhões, de despesas com provisões para ações cíveis, em R\$43,5 milhões, de despesas de portabilidade de operações de crédito, em R\$27,2 milhões, e de despesas de ajustes atuariais em R\$19,0 milhões. A constituição de provisão trabalhista e despesas relacionadas à migração de planos de benefícios pós-emprego da FBSS foram tratadas como eventos não recorrentes em 2019, para fins de análise de resultado.

#### Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o imposto de renda e a contribuição social somaram R\$252,0 milhões, com aumento de R\$139,5 milhões frente ao ano de 2019, no qual somaram R\$112,5 milhões. A ampliação dos tributos na comparação entre os anos de 2020 e 2019 reflete constituição de créditos e débitos tributários diferidos, decorrente da elevação da CSLL de 15% para 20%, em função da promulgação da Emenda Constitucional - EC 103/19, e o menor pagamento de juros sobre capital próprio, em virtude das Resoluções nº 4.820/20 e nº 4.885/20 do CMN, que limitaram a distribuição de resultados das instituições financeiras em 2020. A alíquota efetiva era de 27,3% em 2020 e de 23,1% em 2019, ajustados os efeitos da alteração em 5 pp. na alíquota da CSLL (tributos diferidos em 2020, crédito de R\$15,1 milhões tributos diferidos em 2019, crédito de R\$223,9 milhões).

#### Lucro Líquido

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o lucro líquido alcançou R\$727,5 milhões, 45,9% ou R\$616,9 milhões abaixo do lucro do ano de 2019, quando foi de R\$1.344,4 milhões. A evolução na comparação entre os anos de 2020 e 2019 reflete, especialmente, o maior fluxo de despesa de provisão para perdas de crédito em R\$307,6 milhões, a diminuição da margem financeira em R\$262,3 milhões, a redução das receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias em R\$87,1 milhões, a retração das despesas administrativas, incluídas as despesas de pessoal em R\$18,0 milhões.

## (ii) Balanço Patrimonial Consolidado

A tabela a seguir apresenta o balanço patrimonial consolidado resumido em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

Ativo (R\$ Milhões, exceto quando indicado)	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021 X 31/12/2020		31/12/2020 X 31/12/2019	
		Part. %		Part. %				
Disponibilidades	1.464,8	1,4%	1.263,6	1,4%	15,9%	1.161,2	1,4%	8,8%
Ativos Financeiros	100.594,1	96,2%	88.011,4	95,8%	14,3%	78.312,1	96,0%	12,4%
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.845,4	5,6%	6.041,6	6,6%	-3,2%	1.013,0	1,2%	496,4%
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	9.738,8	9,3%	7.750,6	8,4%	25,7%	12.186,1	14,9%	-36,4%
Títulos e Valores Mobiliários	38.389,1	36,7%	31.645,2	34,5%	21,3%	24.800,3	30,4%	27,6%
Instrumentos Financeiros Derivativos	841,9	0,8%	844,6	0,9%	-0,3%	131,3	0,2%	543,2%
Operações de Crédito	37.910,3	36,3%	34.860,9	38,0%	8,7%	32.979,6	40,4%	5,7%
Outros Ativos Financeiros	7.854,1	7,5%	6.848,9	7,5%	14,7%	7.170,3	8,8%	-4,5%
Operações de Arrendamento Mercantil	14,6	0,0%	19,6	0,0%	-25,8%	31,5	0,0%	-37,7%
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(2.681,6)	-2,6%	(2.813,1)	-3,1%	-4,7%	(2.813,9)	-3,5%	0,0%
Ativos Fiscais	3.125,4	3,0%	3.119,6	3,4%	0,2%	2.719,2	3,3%	14,7%
Outros Ativos	700,5	0,7%	818,0	0,9%	-14,4%	750,0	0,9%	9,1%
Investimentos	154,4	0,1%	178,0	0,2%	-13,2%	137,9	0,2%	29,0%
Imobilizado de Uso	476,9	0,5%	439,7	0,5%	8,5%	319,8	0,4%	37,5%
Intangível	741,3	0,7%	805,7	0,9%	-8,0%	963,3	1,2%	-16,4%
<b>Total do Ativo</b>	<b>104.575,8</b>	<b>100,0%</b>	<b>91.822,9</b>	<b>100,0%</b>	<b>13,9%</b>	<b>81.549,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>12,6%</b>

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ Milhões, exceto quando indicado)	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021 X 31/12/2020		31/12/2020 X 31/12/2019	
		Part. %		Part. %				
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	90.644,6	86,7%	78.730,4	85,7%	15,1%	69.432,2	85,1%	13,4%
Depósitos	64.277,4	61,5%	62.446,5	68,0%	2,9%	53.640,1	65,8%	16,4%
Captação no Mercado Aberto	10.721,7	10,3%	4.362,4	4,8%	145,8%	3.391,4	4,2%	28,6%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.738,0	1,7%	2.440,5	2,7%	-28,8%	3.560,2	4,4%	-31,4%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	2.416,1	2,3%	1.899,0	2,1%	27,2%	2.260,2	2,8%	-16,0%
Instrumentos Financeiros Derivativos	136,2	0,0%	0,0	0,0	100,0%	0,0	0,0%	0,0
Outros Passivos Financeiros	11.355,2	10,9%	7.581,9	8,3%	49,8%	6.580,3	8,1%	15,2%
Provisões	2.315,5	2,2%	2.013,0	2,2%	15,0%	1.936,0	2,4%	4,0%
Obrigações Fiscais	608,8	0,6%	561,6	0,6%	8,4%	478,7	0,6%	17,3%
Outros Passivos	1.958,3	1,9%	2.171,8	2,4%	-9,8%	1.908,4	2,3%	13,8%
Patrimônio Líquido	9.048,6	8,7%	8.346,2	9,1%	8,4%	7.794,4	9,6%	7,1%
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>104.575,8</b>	<b>100,0%</b>	<b>91.822,9</b>	<b>100,0%</b>	<b>13,9%</b>	<b>81.549,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>12,6%</b>

Apresenta-se a seguir o detalhamento dos principais itens patrimoniais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

### Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2021 comparado ao Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2020

#### Ativos Totais

Os ativos totais alcançaram R\$104.575,8 milhões em 31 de dezembro de 2021, com aumento de 13,9% ou R\$12.752,9 milhões na comparação com 31 de dezembro de 2020, evolução que teve origem, principalmente, no incremento de R\$6.359,3 milhões na captação no mercado aberto, de R\$1.830,9 milhões nos depósitos, de R\$1.710,2 milhões na captação externa realizada em janeiro de 2021, e de R\$1.427,5 milhões nos fundos financeiros e de desenvolvimento. Quanto à alocação dos recursos, o saldo de tesouraria (TVM somado às aplicações interfinanceiras de liquidez e às disponibilidades) cresceu R\$6.746,2 milhões, a carteira de crédito apresentou acréscimo de R\$3.436,2 milhões e os depósitos compulsórios no Bacen apresentaram aumento de R\$1.988,1 milhões no período.

#### Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações em títulos e valores mobiliários, incluídos os instrumentos financeiros derivativos, somadas às aplicações interfinanceiras de liquidez e às disponibilidades e deduzidas as obrigações por operações compromissadas, totalizaram R\$35.819,4 milhões, com crescimento de 1,1% ou R\$386,9 milhões na comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2020, R\$35.432,6 milhões. A evolução do saldo frente a dezembro de 2020 foi influenciada, principalmente, pela ampliação nos depósitos, pela captação no exterior realizada em janeiro de 2021, e pelos fundos financeiros e de desenvolvimento, em um contexto de aumento na carteira de crédito e nos depósitos compulsórios no Bacen.

#### Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil

Em 31 de dezembro de 2021, os depósitos compulsórios no Bacen totalizaram R\$9.738,8 milhões, com crescimento de 25,7% ou R\$1.988,1 milhões na comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2020, R\$7.750,6 milhões. A trajetória no saldo dos depósitos compulsórios de dezembro de 2021 frente a dezembro de 2020 foi motivada, em especial, pelo aumento dos depósitos compulsórios

sobre os depósitos a prazo, em R\$1.610,2 milhões, e pelos depósitos compulsórios sobre os depósitos de poupança, em R\$104,0 milhões, impactado pelo aumento do saldo desses depósitos.

#### Operações de Crédito

Em 31 de dezembro de 2021, a carteira de crédito da Companhia alcançou R\$41.042,0 milhões, com aumento de 9,1% ou R\$3.436,2 milhões frente a 31 de dezembro de 2020, R\$37.605,8 milhões. O incremento no saldo da carteira de crédito de dezembro de 2021 frente a dezembro de 2020 foi motivado, principalmente, pela expansão do crédito comercial, em R\$1.458,1 milhões, e do crédito rural, em R\$1.444,5 milhões. A carteira de crédito ampliada, que inclui coobrigações e riscos em garantias prestadas, atingiu R\$41.325,7 milhões em 31 de dezembro de 2021, com crescimento de 9,3% ou R\$3.524,0 milhões na comparação com o saldo de 31 de dezembro de 2020.

#### *Composição do Crédito por Porte de Empresa*

Em 31 de dezembro de 2021, as operações de crédito à pessoa jurídica totalizaram R\$9.881,1 milhões frente a R\$9.055,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, compondo 24,1% da carteira total de crédito. Do montante de crédito aplicado na pessoa jurídica, 55,2% estão alocados em crédito às médias, pequenas e microempresas.

#### *Composição do Crédito por Carteira*

A composição por carteira demonstra os recursos livres e direcionados aplicados em ativos de crédito. A carteira comercial, o arrendamento mercantil, os créditos vinculados a operações adquiridas em cessão e o setor público têm como origem recursos livres de depósitos e capital próprio, e representavam 74,2% do total da carteira de crédito em 31 de dezembro de 2021. As carteiras de financiamento de longo prazo, rural, imobiliário e câmbio, provêm, em sua maioria, de fontes específicas de recursos, compondo os créditos direcionados, e participavam com 25,8% do saldo no período findo em 31 de dezembro de 2021.

A carteira comercial totalizou R\$30.345,5 milhões em 31 de dezembro de 2021, compondo 73,9% do saldo total de operações de crédito do Banco. Em relação à composição do crédito comercial, a pessoa física correspondeu a 76,2% e a pessoa jurídica representou 23,8% do saldo da carteira comercial em 31 de dezembro de 2021.

A carteira de crédito imobiliário alcançou o montante de R\$4.319,8 milhões em 31 de dezembro de 2021, com aumento de 4,7% ou R\$194,2 milhões em relação a 31 de dezembro de 2020. O crédito imobiliário inclui o valor de R\$9,5 milhões referente à operação de cessão de crédito imobiliário com coobrigação. A carteira de crédito imobiliário representava 10,5% do total de operações de crédito do Banrisul em dezembro de 2021.

A carteira de crédito rural totalizou R\$4.836,7 milhões em 31 de dezembro de 2021, com aumento de 42,6% ou R\$1.444,5 milhões na comparação com 31 de dezembro de 2020. A carteira de crédito rural representava 11,8% do total de operações de crédito da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

O saldo de financiamentos de longo prazo atingiu R\$610,3 milhões em 31 de dezembro de 2021, com crescimento de 7,2% ou R\$41,2 milhões frente a 31 de dezembro de 2020. A carteira de financiamento de longo prazo representava 1,5% do total de operações de crédito da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

A carteira de câmbio alcançou R\$814,5 milhões em 31 de dezembro de 2021, com crescimento de 59,6% ou R\$304,1 milhões frente a 31 de dezembro de 2020. A carteira de câmbio representava 2,0% do total de operações de crédito da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

As demais carteiras da Companhia, Arrendamento Mercantil e Setor Público somaram R\$115,1 milhões e representavam 0,3% das operações de crédito em 31 de dezembro de 2021.

#### *Composição do Crédito por Rating*

Em 31 de dezembro de 2021, as operações de crédito de risco normal classificadas de AA a C, segundo normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, representavam 91,6% da carteira de crédito, com aumento de 1,7 pp. frente à posição registrada em 31 de dezembro de 2020.

#### Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para perdas de crédito, que inclui provisão para créditos de arrendamento mercantil e provisão para outros créditos com característica de concessão de crédito, alcançou R\$2.629,8 milhões, representando 6,4% da carteira de crédito. O indicador diminuiu 0,9 pp. frente ao índice em 31 de dezembro de 2020, 7,3%. O saldo de provisão para perdas de crédito apresentou redução de 4,8% ou R\$133,3 milhões na comparação com 31 de dezembro de 2020, refletindo a rolagem da carteira por

níveis de rating, influenciada pelo atual ambiente econômico, e redução das operações de crédito em atraso, num contexto de crescimento da carteira de crédito.

Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para perdas com créditos, apresentava a seguinte composição, segundo critérios da Resolução nº 2.682/99 do CMN, e complementos: (i) R\$756,5 milhões para operações com parcelas vencidas há mais de 60 dias; (ii) R\$1.873,3 milhões para contratos vincendos ou que apresentavam parcelas vencidas há menos de 60 dias.

#### Ativos Fiscais

Os ativos fiscais são compostos, principalmente, pelos créditos tributários. Em 31 de dezembro de 2021, os ativos fiscais totalizaram R\$3.125,4 milhões, relativa estabilidade, com crescimento de R\$5,8 milhões na comparação com o saldo de 31 de dezembro de 2020, R\$3.119,6 milhões.

#### Depósitos

Em 31 de dezembro de 2021, os depósitos totais alcançaram R\$64.277,4 milhões, com crescimento de 2,9% ou R\$1.830,9 milhões na comparação com o saldo de 31 de dezembro de 2020, R\$62.446,5 milhões, influenciado, principalmente, pelo incremento dos depósitos a prazo, de poupança e à vista.

#### Captação no Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo das captações no mercado aberto alcançou R\$10.721,7 milhões, com crescimento R\$6.359,3 milhões na comparação com o saldo de 31 de dezembro de 2020, R\$4.362,4 milhões.

#### Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de recursos de aceites e emissão de títulos alcançou R\$1.738,0 milhões, com redução de 28,8% ou R\$702,5 milhões na comparação com 31 de dezembro de 2020, R\$2.440,5 milhões.

#### Obrigações por Empréstimos e Repasses

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de obrigações por empréstimos e repasses alcançou R\$2.416,1 milhões, com aumento de 27,2% ou R\$517,1 milhões frente ao saldo de 31 de dezembro de 2020, R\$1.899,0 milhões.

#### Outros Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de outros passivos financeiros alcançou R\$11.355,2 milhões, com aumento de 49,8% ou R\$3.773,2 milhões na comparação com o saldo de 31 de dezembro de 2020, R\$7.581,9 milhões. A dívida subordinada, que representa 41,3% do saldo total dos outros passivos financeiros em 2021, apresentou aumento de R\$1.710,2 milhões na comparação com 31 de dezembro de 2020, acompanhada pelos fundos financeiros e de desenvolvimento, que aumentaram R\$1.427,5 milhões no período.

#### Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$9.048,6 milhões, com elevação de 8,4% ou R\$702,4 milhões em relação a 31 de dezembro de 2020, R\$8.346,2 milhões. A variação do patrimônio líquido está relacionada, em especial, à incorporação de resultados gerados, aos pagamentos de juros sobre o capital próprio e dividendos pagos e/ou provisionados, ao remensuramento do passivo atuarial, impactando positivamente o PL em R\$120,1 milhões, ocorrido em dezembro de 2021, referente aos benefícios pós-emprego (CPC 33 - R1), e aos ajustes de variação cambial sobre o patrimônio de dependências no exterior em R\$39,2 milhões.

### **Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2020 comparado ao Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2019**

#### Ativos Totais

Os ativos totais alcançaram R\$91.822,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, com aumento de 12,6% ou R\$10.273,3 milhões na comparação com 31 de dezembro de 2019, quando somava R\$81.549,6 milhões, evolução que teve origem, principalmente, no incremento de R\$8.806,4 milhões nos depósitos, de R\$971,0 milhões na captação de mercado aberto, e de R\$678,6 milhões na dívida subordinada. Quanto à alocação dos recursos, o saldo de tesouraria (TVM somado às aplicações interfinanceiras de liquidez e às disponibilidades) cresceu R\$12.689,3 milhões, a carteira de crédito apresentou crescimento de R\$1.423,1 milhões, e os depósitos compulsórios no Bacen apresentaram retração de R\$4.435,5 milhões no período.

### Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de dezembro de 2020, as aplicações em títulos e valores mobiliários, incluídos os instrumentos financeiros derivativos, somadas às aplicações interfinanceiras de liquidez e às disponibilidades e deduzidas da captação no mercado aberto, totalizaram R\$35.432,6 milhões, com crescimento de 49,4% ou R\$11.718,3 milhões na comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2019, R\$23.714,3 milhões. A evolução do saldo de TVM somadas às aplicações interfinanceiras de liquidez e às disponibilidades, líquido das obrigações compromissadas, frente a dezembro de 2019, foi influenciada, principalmente, pela ampliação nos depósitos e retração dos recolhimentos compulsórios no Bacen, num contexto de menor crescimento da carteira de crédito.

### Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil

Em 31 de dezembro de 2020, saldo dos depósitos compulsórios no Bacen totalizaram R\$7.750,6 milhões, com retração de 36,4% ou R\$4.435,5 milhões na comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2019, R\$12.186,1 milhões. A diminuição no saldo dos depósitos compulsórios no Bacen na comparação com dezembro de 2019, foi influenciada, em especial, pela diminuição dos depósitos compulsórios sobre os depósitos a prazo, R\$4.631,0 milhões, impactada, especialmente, pela diminuição na alíquota de recolhimento compulsório sobre esses recursos, com efeito a partir de março de 2020, conforme Circular nº 3.993/20 do Bacen, compensada parcialmente pelo aumento dos depósitos compulsórios sobre os depósitos à vista em R\$137,9 milhões.

### Operações de Crédito

Em 31 de dezembro de 2020, a carteira de crédito da Companhia alcançou R\$37.605,8 milhões, com aumento de 3,9% ou R\$1.423,1 milhões frente a 31 de dezembro de 2019, R\$36.182,7 milhões. O incremento no saldo da carteira de crédito de 31 de dezembro de 2020 frente a 31 de dezembro de 2019 foi motivado, principalmente, pela expansão do crédito comercial, em R\$1.072,3 milhões, e do crédito rural, em R\$730,9 milhões, movimento minimizado, principalmente, pela retração da carteira de câmbio, em R\$264,2 milhões, e do financiamento de longo prazo em R\$100,1 milhões. A carteira de crédito ampliada, que inclui coobrigações e riscos em garantias prestadas, atingiu R\$37.801,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, com crescimento de 3,8% ou R\$1.376,2 milhões na comparação com o saldo de 31 de dezembro de 2019.

#### *Composição do Crédito por Porte de Empresa*

Em 31 de dezembro de 2020, as operações de crédito à pessoa jurídica totalizaram R\$9.055,8 milhões frente a R\$8.827,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, compondo 24,1% da carteira total de crédito. Do montante de crédito aplicado na pessoa jurídica, 57,1% estão alocados em crédito às médias, pequenas e microempresas.

#### *Composição do Crédito por Carteira*

A composição por carteira demonstra os recursos livres e direcionados aplicados em ativos de crédito. A carteira comercial, o arrendamento mercantil e o setor público têm como origem recursos livres de depósitos e capital próprio, e representavam 77,1% do total da carteira de crédito em 31 de dezembro de 2020. As carteiras de financiamento de longo prazo, rural, imobiliário e câmbio, provêm, em sua maioria, de fontes específicas de recursos, compondo os créditos direcionados, e participavam com 22,9% do saldo no período findo em 31 de dezembro de 2020.

A carteira comercial totalizou R\$28.887,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, compondo 76,8% do saldo total de operações de crédito da Companhia. Em relação à composição do crédito comercial, a pessoa física correspondeu a 77,1% do saldo da carteira comercial e 59,2% do total das operações de crédito da Companhia em dezembro de 2020; a pessoa jurídica representou, no mesmo mês, 22,9% do saldo do crédito comercial e 17,6% do montante total de crédito.

A carteira de crédito imobiliário alcançou o montante de R\$4.125,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, com relativa estabilidade, ou retração de R\$1,3 milhão em relação a 31 de dezembro de 2019. O crédito imobiliário inclui o valor de R\$13,3 milhões referente à operação de cessão de crédito imobiliário com coobrigação. A carteira de crédito imobiliário representava 11,0% do total de operações de crédito da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

A carteira de crédito rural totalizou R\$3.392,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, com aumento de 27,5% ou R\$730,9 milhões na comparação com 31 de dezembro de 2019. A carteira de crédito rural representava 9,0% do total de operações de crédito da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

O saldo de financiamentos de longo prazo atingiu R\$569,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, com redução de 15,0% ou R\$100,1 milhões frente a 31 de dezembro de 2019. A carteira de financiamento de longo prazo representava 1,5% do total de operações de crédito da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

A carteira de câmbio alcançou R\$510,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, com retração de 34,1% ou R\$264,2 milhões frente a 31 de dezembro de 2019. A carteira de câmbio representava 1,4% do total de operações de crédito da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

As demais carteiras da Companhia, Arrendamento Mercantil e Setor Público somaram R\$121,1 milhões e representavam 0,3% das operações de crédito da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

#### *Composição do Crédito por Rating*

Em 31 de dezembro de 2020, as operações de crédito de risco normal classificadas de AA a C, segundo normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, representavam 89,9% da carteira de crédito, com aumento de 1,2 pp. frente à posição registrada em 31 de dezembro de 2019.

#### Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para perdas de crédito, que inclui provisão para créditos de arrendamento mercantil e provisão para outros créditos com característica de concessão de crédito, alcançou R\$2.763,1 milhões, representando 7,3% da carteira de crédito. O indicador diminuiu 0,3 pp. frente ao índice em 31 de dezembro de 2019, 7,6%. O saldo de provisão para perdas de crédito apresentou estabilidade, com redução de R\$1,2 milhão na comparação com 31 de dezembro de 2019, refletindo rolagem da carteira por níveis *rating*, afetada pelo atual ambiente econômico, e o fluxo de baixas para prejuízo no ano.

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para perdas com créditos, apresentava a seguinte composição, segundo critérios da Resolução nº 2.682/99 do CMN, e complementos: (i) R\$778,8 milhões para operações com parcelas vencidas há mais de 60 dias; (ii) R\$1.984,3 milhões para contratos vincendos ou que apresentavam parcelas vencidas há menos de 60 dias.

#### Ativos Fiscais

Os ativos fiscais são compostos, principalmente, pelos créditos tributários. Em 31 de dezembro de 2020, os ativos fiscais totalizaram R\$3.119,6 milhões, com crescimento de 14,7% ou R\$400,4 milhões na comparação com o saldo de 31 de dezembro de 2019, R\$2.719,2 milhões, face principalmente ao aumento dos créditos tributários em R\$359,4 milhões.

#### Depósitos

Em 31 de dezembro de 2020, os depósitos totais alcançaram R\$62.446,5 milhões, com crescimento de 16,4% ou R\$8.806,4 milhões na comparação com o saldo de 31 de dezembro de 2019, R\$53.640,1 milhões, influenciado, principalmente, pelo incremento dos depósitos a prazo em R\$5.281,3 milhões.

#### Captação no Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo das captações no mercado aberto alcançou R\$4.362,4 milhões, com aumento de 28,6% ou R\$971,0 milhões na comparação com o saldo de 31 de dezembro de 2019 R\$3.391,4 milhões.

#### Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de recursos de aceites e emissão de títulos alcançou R\$2.440,5 milhões, com redução de 31,4% ou R\$1.119,6 milhões na comparação com 31 de dezembro de 2019 R\$3.560,2 milhões.

#### Obrigações por Empréstimos e Repasses

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de obrigações por empréstimos e repasses alcançou R\$1.899,0 milhões, com redução de 16,0% ou R\$361,2 milhões frente ao saldo de 31 de dezembro de 2019, R\$2.260,2 milhões.

#### Outros Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de outros passivos financeiros alcançou R\$7.581,9 milhões, com aumento de 15,2% ou R\$1.001,6 milhões na comparação com o saldo de 31 de dezembro de 2019, R\$6.580,3 milhões, evolução impactada, principalmente, pelo aumento da dívida subordinada, em R\$678,6 milhões, que representou 39,3% do saldo total dos outros passivos financeiros, e pelo crescimento dos fundos financeiros e de desenvolvimento em R\$272,9 milhões.

#### Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$8.346,2 milhões, com elevação de 7,1% ou R\$551,9 milhões em relação a 31 de dezembro de 2019, R\$7.794,4 milhões. A variação do patrimônio líquido está relacionada, em especial, à

incorporação de resultados gerados, aos pagamentos de juros sobre o capital próprio, ao remensuramento do passivo atuarial, em R\$104,0 milhões, referente aos benefícios pós-emprego (CPC 33 - R1), e aos ajustes de variação cambial sobre o patrimônio de dependências no exterior em R\$117,1 milhões.

## 10.2 - RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO

### 10.2. Os diretores devem comentar:

#### a. resultados das operações do emissor, em especial:

##### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

#### Composição da Receita Total

Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2021 x Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2020 x Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2019

A tabela a seguir apresenta a composição da receita total para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

Receitas Totais (R\$ Milhões, exceto quando indicado)	Exercício Encerrado em 31/12/2021	Part.%	Exercício Encerrado em 31/12/2020	Part.%	Exercício Encerrado em 31/12/2019	Part.%	2021 x 2020	2020 x 2019
Receitas da Intermediação Financeira	8.212,2	80,6%	8.233,2	80,8%	9.105,4	81,7%	-0,3%	-9,6%
Receitas de Operações de Crédito <sup>1</sup>	5.703,4	56,0%	5.959,5	58,5%	6.680,3	59,9%	-4,3%	-10,8%
Resultado de Operações de TVM <sup>2</sup>	2.004,0	19,7%	1.619,1	15,9%	1.555,1	14,0%	23,8%	4,1%
Outras Receitas Financeiras <sup>3</sup>	504,7	5,0%	654,6	6,4%	870,0	7,8%	-22,9%	-24,8%
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	1.972,2	19,4%	1.955,4	19,2%	2.042,5	18,3%	0,9%	-4,3%
<b>Total</b>	<b>10.184,3</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.188,6</b>		<b>11.147,9</b>		<b>0,0%</b>	<b>-8,6%</b>

<sup>1</sup> Considera Receitas de Arrendamento Mercantil e Outros Créditos.

<sup>2</sup> Inclui Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos.

<sup>3</sup> Considera Resultado de Operações de Câmbio e Resultado das Aplicações Compulsórias.

As principais receitas da Companhia são as receitas da intermediação financeira. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, essas receitas somaram R\$8.212,2 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 essas receitas somaram R\$8.233,2 milhões e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 essas receitas somaram R\$9.105,4 milhões. As receitas da intermediação financeira representavam 80,6%, 80,8% e 81,7% do total de receitas em 2021, 2020 e 2019, respectivamente.

As receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias também são componentes relevantes no total de receitas da Companhia. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, essas receitas totalizaram R\$1.972,2 milhões, frente aos R\$1.955,4 milhões do exercício de 2020 e aos R\$2.042,5 milhões do exercício de 2019. A participação das receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias no total de receitas alcançou 19,4% em 2021, 19,2% em 2020 e 18,3% em 2019.

#### Composição das Receitas de Operações de Crédito

As receitas de operações de crédito incluem receitas de arrendamento mercantil e outros créditos. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, as receitas de operações de crédito representavam, respectivamente, 69,5%, 72,4% e 73,4% das receitas da intermediação financeira, bem como 56,0%, 58,5% e 59,9%, respectivamente, das receitas totais da Companhia, demonstradas acima.

A composição das receitas de operações de crédito está demonstrada a seguir:

Receitas de Operações de Crédito (R\$ Milhões, exceto quando indicado)	Exercício Encerrado em 31/12/2021	Part. %	Exercício Encerrado em 31/12/2020	Part. %	2021 x 2020	Exercício Encerrado em 31/12/2019	Part. %	2020 x 2019
Operações de Crédito	5.693,3	99,8%	5.933,6	99,6%	-4,0%	6.621,8	99,1%	-10,4%
Operações de Arrendamento Mercantil	2,9	0,1%	2,8	0,0%	1,8%	5,7	0,1%	-50,9%
Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	7,2	0,1%	23,1	0,4%	-68,6%	52,8	0,8%	-56,3%
<b>Total</b>	<b>5.703,4</b>		<b>5.959,5</b>		<b>-4,3%</b>	<b>6.680,3</b>		<b>-10,8%</b>

Essas receitas são oriundas de operações de empréstimos, financiamentos imobiliários, financiamentos rurais, dentre outros. A composição do saldo da carteira de crédito em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 está demonstrada a seguir:

<b>Operações de Crédito</b> (R\$ Milhões, exceto quando indicado)	<b>31/12/2021</b>	<b>Part. %</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>Part. %</b>	<b>31/12/2021 x 31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>Part. %</b>	<b>31/12/2020 x 31/12/2019</b>
Empréstimos e Títulos Descontados	27.553,3	67,1%	26.427,5	70,3%	4,3%	25.296,7	69,9%	4,5%
Financiamentos	1.101,7	2,7%	814,3	2,2%	35,3%	790,9	2,2%	3,0%
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	4.836,6	11,8%	3.392,1	9,0%	42,6%	2.661,2	7,4%	27,5%
Financiamentos Imobiliários	4.310,2	10,5%	4.112,3	10,9%	4,8%	4.104,6	11,3%	0,2%
Créditos Vinculados a Cessão <sup>1</sup>	9,5	0,0%	13,3	0,0%	-28,1%	22,3	0,1%	-40,5%
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	98,9	0,2%	101,5	0,3%	-2,6%	104,0	0,3%	-2,4%
Operações de Arrendamento Mercantil	14,6	0,0%	19,6	0,1%	-25,8%	31,5	0,1%	-37,7%
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio <sup>2</sup>	804,4	2,0%	503,7	1,3%	59,7%	643,6	1,8%	-21,7%
Outros Créditos <sup>3</sup>	2.264,9	5,5%	2.083,5	5,5%	8,7%	2.181,9	6,0%	-4,5%
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão <sup>4</sup>	47,7	0,1%	138,1	0,4%	-65,4%	346,1	0,9%	-60,1%
<b>Total</b>	<b>41.042,0</b>		<b>37.605,8</b>		<b>9,1%</b>	<b>36.182,7</b>		<b>3,9%</b>

<sup>1</sup> Créditos Vinculados a Cessão - referem-se ao contrato de cessão de créditos com coobrigação onde o Banrisul cedeu à Cibrasec operações de crédito imobiliário.

<sup>2</sup> Composto por Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio reclassificados de Outros Passivos Financeiros e Rendas de Adiantamentos Concedidos.

<sup>3</sup> Outros Créditos - referem-se a cartões de débito e crédito, créditos de securitização, créditos por avais e fianças honrados, rendas a receber sobre contratos de câmbio e créditos decorrentes de contratos de exportação.

<sup>4</sup> Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas - contabilizados em contas de compensação. Para as operações de avais e fianças prestadas foi constituída a provisão.

## Composição das Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias

### Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2021 x Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2020 x Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2019

A tabela a seguir apresenta a composição das receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

<b>Receitas Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias</b> (R\$ Milhões, exceto quando indicado)	<b>Exercício Encerrado em 31/12/2021</b>	<b>Exercício Encerrado em 31/12/2020</b>	<b>Exercício Encerrado em 31/12/2019</b>	<b>2021 x 2021</b>	<b>2020 x 2019</b>
Administração de Fundos	70,6	69,4	80,3	1,7%	-13,5%
Cartão de Crédito	62,5	70,1	66,8	-10,8%	4,9%
Comissões de Corretagem	264,3	241,6	256,9	9,4%	-6,0%
Débitos em Conta	56,3	78,0	71,2	-27,9%	9,6%
Receitas de Serviços Banrisul Cartões	621,8	584,5	670,9	6,4%	-12,9%
Rendas de Cobrança e de Serviços de Custódia	65,4	62,1	69,4	5,3%	-10,5%
Rendas de Taxas de Administração de Consórcios	111,8	96,7	85,1	15,7%	13,6%
Serviços de Arrecadação	47,5	51,9	57,3	-8,4%	-9,4%
Tarifas Bancárias de Contas Correntes	577,2	594,7	558,8	-3,0%	6,4%
Outras Receitas	94,6	106,9	125,9	-11,0%	-15,6%
<b>Total</b>	<b>1.972,2</b>	<b>1.955,4</b>	<b>2.042,5</b>	<b>0,9%</b>	<b>-4,3%</b>

As receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias estão compostas, principalmente, por receitas de serviços Banrisul Cartões, 31,5% dessas receitas em 2021, 29,9% dessas receitas em 2020 e 32,8% em 2019; e por receitas de tarifas bancárias de conta corrente, 29,3% dessas receitas em 2021, 30,4% dessas receitas em 2020 e 27,4% em 2019.

O aumento das receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias, na comparação entre os exercícios de 2021 e 2020, foi influenciado, em especial, pelo incremento pelo aumento das receitas da rede de adquirência, em R\$37,3 milhões, face, em especial, ao maior volume de transações capturadas pela rede de adquirência, movimento minimizado em parte pela redução das receitas com débito em conta em R\$21,7 milhões.

A retração das receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias, na comparação entre os exercícios de 2020 e 2019, foi influenciada, especialmente, pela diminuição das receitas da rede de adquirência, em R\$86,3 milhões, face, em especial, ao menor volume de transações capturadas pela rede de adquirência e às medidas adotadas em apoio aos credenciados, em decorrência da pandemia.

## ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

### Pandemia

O cenário de crise gerado pela pandemia da Covid-19 vem mantendo um ambiente de incertezas, turbulências e desafios no mercado financeiro global. As restrições impostas pelos governos, sobretudo, as medidas de distanciamento social, apesar de efetivas para o enfrentamento da disseminação do vírus, prejudicaram toda a cadeia produtiva, afetando a economia e a capacidade financeira de governos, empresas e pessoas. Neste ambiente de incertezas, cabe incluir também a imprevisibilidade dos acontecimentos, considerando as variantes do coronavírus e a velocidade como cada uma delas vem se espalhando pelo planeta.

Embora as vacinas sejam uma realidade, e a imunização da população esteja avançando a passos largos, o estado de alerta se mantém em diversas regiões do Brasil e do Mundo devido ao alto contágio destas novas variantes do coronavírus. Além das consequências na área da saúde, desde o início de 2020, o planeta vem passando por um período crítico na maioria dos setores da economia, onde governantes e órgãos reguladores atuam com medidas para mitigar os efeitos econômicos negativos da pandemia. Seguindo a mesma linha dos órgãos internacionais, o CMN e o Bacen passaram a editar medidas que abrangem as esferas de: liquidez, monetária, crédito, cambial e fiscal. Essas medidas buscam minimizar os efeitos do coronavírus na estabilidade financeira nacional e, conseqüentemente, na economia.

Neste contexto o Banrisul retomou o atendimento presencial no terceiro trimestre de 2021, mantendo o constante aprimoramento de seus vários canais de atendimento remoto disponíveis.

O desenvolvimento e a oferta de inúmeras soluções de crédito para os clientes em função das novas necessidades econômicas, as medidas do Bacen para minimizar os efeitos da Covid-19 no Sistema Financeiro Nacional e na sociedade e, ainda, as políticas e medidas do governo para conter as consequências da pandemia no Brasil, foram algumas das ações tomadas com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia. Desta forma, cabe destacar que o Balanço Patrimonial do Banrisul permanece repercutindo as consequências da pandemia, com destaque para os seguintes itens:

- ✓ Operações de Crédito: observou-se aumento na demanda por crédito e melhora na qualidade creditícia, que impactou inclusive na redução dos índices de inadimplência. Na pessoa jurídica, observou-se aumento na demanda, especialmente em função da retomada da atividade econômica nos principais segmentos da economia. Já na pessoa física, a estimativa de menor aumento do desemprego, deve ajudar na capacidade de pagamento das famílias;
- ✓ Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa: o Banco monitora mensalmente a performance da carteira de crédito, índices de inadimplência e cobertura dos clientes que pertencem aos segmentos mais afetados pela pandemia gerada pela Covid-19 e diante do cenário atual, entende como adequada a classificação de *rating* e os níveis de provisão.
- ✓ Créditos Tributários: estes ativos dependem de resultado futuro para sua realização, que poderá ser afetado devido aos reflexos da pandemia na economia, com maior impacto, se esta perdurar por longo tempo;
- ✓ Ativos Intangíveis: podem ter seu valor recuperável sensibilizado pelas suas premissas de realização, em virtude das repercussões da pandemia da Covid-19;
- ✓ Captações: acredita-se que a busca por segurança influencia positivamente a liquidez da Instituição, gerando aumento na captação de recursos dos clientes. Em linha com os demais agentes financeiros, o Banrisul continua apresentando níveis confortáveis de liquidez e pulverização em sua estrutura de *funding*; e
- ✓ Provisões Cíveis e Trabalhistas: especificamente com relação às ações cíveis, espera-se observar aumento de revisionais de contratos de operações de crédito e também de ações que envolvem dificuldades no atendimento aos clientes. Também é esperada a ocorrência de ações trabalhistas sob alegação de inconformidades com a legislação laboral em regime de trabalho remoto.

Neste período pandêmico, diante das precauções sanitárias recomendadas pela OMS e das medidas de distanciamento social propostas pelos governos, o Banrisul vem assegurando a manutenção das suas atividades e adotando ações para minimizar a exposição de clientes e colaboradores ao contágio, adequando desde as políticas de crédito até as rotinas operacionais. A Instituição mantém seus acionistas e o mercado devidamente informados das condutas adotadas diante do atual cenário.

Em relação às políticas de crédito, o Banrisul segue comprometido em contribuir com a continuidade da atividade econômica regional, e considera os riscos advindos desta postura. Neste sentido, buscou-se a ágil disponibilização de produtos e serviços para mitigar os impactos da pandemia. As medidas incluem: prorrogação dos vencimentos de dívidas de operações de crédito já existentes, a fim de mitigar a provisão e a perda esperada; aumento da oferta de crédito pré-aprovado; aumento automático de 10% no limite Banricompras; concessão de 10% extra de limite de crédito; soluções de prorrogação das dívidas de custeio e acionamento de seguros dos produtores rurais; aumento dos limites para a realização de transações e saques em canais digitais; disponibilização gratuita e isenção de mensalidades de maquininhas adicionais da Vero; desenvolvimento de Guia Rápido para abordagem comercial para os clientes pessoa jurídica que não operavam com o Banco ou que operavam de forma inexpressiva, auxiliando no encaminhamento de solicitações de crédito e de análise de risco; disponibilização de linha para financiamento de folha de pagamento (PESE/FOPAG) para empresas que realizam o pagamento da folha via Banrisul; e em relação ao modelo de risco, foram ajustados parâmetros de alavancagem para os clientes do segmento massificado.

Todas as exposições a risco de taxas de juros nas carteiras de negociação e de não negociação seguem sendo acompanhadas, com o objetivo de monitorar e antecipar qualquer impacto de oscilações nas taxas de juros e seus possíveis impactos em diferentes horizontes de tempo.

Em relação às rotinas operacionais, dentre as principais medidas tomadas pelo Banrisul ao longo deste período de pandemia, destacam-se:

- ✓ Retorno gradual ao trabalho presencial no terceiro trimestre de 2021, observando protocolos de prevenção à contaminação por covid-19 e com medidas de comunicação e afastamento imediato em casos de suspeita ou confirmação da infecção;
- ✓ Ampla divulgação dos canais de autoatendimento: com tutoriais de acesso aos serviços, fomentando a utilização destes canais e disponibilização de atendimento pelas redes sociais;
- ✓ Adoção de medidas extras de higienização e disponibilização de EPIs aos empregados;
- ✓ Contratação de assessoria técnica do Hospital Moinhos de Vento para auxiliar na definição de protocolos de prevenção e para prestar serviço de telemedicina para atendimento de colaboradores que apresentem sintomas de Covid-19, bem como aos colaboradores que testarem positivo para o vírus;
- ✓ Estabelecimento de protocolos rígidos de limpeza dos ambientes por onde circularam os colaboradores com casos suspeitos e/ou confirmados de contaminação; e
- ✓ Confecção de material para orientação dos colaboradores quanto à ergonomia durante o trabalho remoto e quanto à manutenção de sistema e segurança da informação durante este período.

A estrutura de gestão de capital e de riscos do Banrisul têm, entre os seus objetivos, garantir a conformidade dos limites operacionais estabelecidos pelo regulador e pelo Banco. Neste escopo, além das atividades da Instituição, são monitorados os cenários econômicos nacionais e internacionais, bem como da evolução da pandemia causada pela Covid-19. A partir dessas atividades, entende-se que os impactos da pandemia seguirão ecoando na economia, devendo os reflexos da crise e a efetividade das medidas mitigatórias serem profundamente avaliados em momento posterior. Portanto, é imprescindível um permanente acompanhamento das alterações regulatórias, de mercado e da evolução da crise causada pelo coronavírus, para que o Banrisul possa se posicionar e seguir tomando as medidas necessárias para enfrentar a crise.

#### Inadimplência de Operações de Crédito

Além da variação de taxas de juros, a trajetória dos atrasos impacta o resultado da Companhia. O aumento do nível de inadimplência da carteira de crédito pode resultar na elevação das perdas com operações de crédito e afetar adversamente os resultados das operações e a situação financeira. Em 31 de dezembro de 2021, o índice de inadimplência de 90 dias da Companhia alcançou 2,07%, com redução de 0,24 pp. em relação a 31 de dezembro de 2020, quando era de 2,31%. Além disso, o saldo de operações de crédito em atraso acima de 90 dias alcançou R\$849,2 milhões em 31 de dezembro de 2021, com decréscimo de R\$20,5 milhões frente a 31 de dezembro de 2020, quando era de R\$869,7 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, o índice de inadimplência de 90 dias da Companhia alcançou 2,31%, com retração de 1,06 pp. em relação a 31 de dezembro de 2019, quando era de 3,37%, e o saldo de operações de crédito em atraso acima de 90 dias alcançou R\$869,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, com retração de R\$349,7 milhões frente a 31 de dezembro de 2019, quando era de R\$1.219,4 milhões.

A Companhia segue critérios de classificação das operações de crédito por níveis de risco e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa definidos pelo CMN. As operações de crédito de risco normal, classificadas de AA a C, representavam 91,6% do saldo total de operações de crédito da Companhia em 31 de dezembro de 2021, frente 89,9% em 31 de dezembro de 2020, e a 88,7% em 2019.

As despesas de provisão para perdas de crédito somaram R\$787,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, com retração de 47,5% ou R\$713,7 milhões em relação a 2020. As despesas de provisão para perdas de crédito somaram R\$1.501,5 milhões em 2020, com aumento de R\$307,6 milhões em relação a 2019, quando eram de R\$1.193,9 milhões. As operações de crédito baixadas a prejuízo totalizaram R\$919,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, com redução de R\$580,6 milhões em relação a 2020. No exercício encerrado em 2020, as operações de crédito baixadas a prejuízo totalizaram R\$1.500,1 milhões, com aumento de R\$459,0 milhões em relação a 2019.

#### Exigências Relativas aos Depósitos Compulsórios

As receitas e despesas de intermediação financeira são influenciadas, também, pelo volume dos ativos que rendem juros e pelos passivos sobre os quais se pagam juros, e estes podem ser impactados por mudanças impostas pelo Bacen, como um mecanismo de controle da liquidez do sistema financeiro brasileiro, por meio dos depósitos compulsórios. Sobre o volume dos depósitos, incide a exigibilidade dos depósitos compulsórios, a alíquotas estabelecidas pela regulamentação aplicável, e os recursos provenientes são depositados no Bacen, rendendo juros (à exceção de valores relativos ao depósito à vista).

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia registrou R\$9.738,8 milhões recolhidos compulsoriamente em espécie ou através de títulos públicos federais ao Bacen, com aumento de R\$1.988,1 milhões frente a 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia registrou R\$7.750,6 milhões recolhidos compulsoriamente em espécie ou através de títulos públicos federais ao Bacen, com redução de R\$4.435,5 milhões em doze meses.

O resultado das aplicações compulsórias, por sua vez, totalizou R\$400,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, com aumento de R\$97,2 milhões frente a 2020, face, especialmente, à expansão nas rendas de créditos vinculados aos recursos a prazo, devido, principalmente, ao aumento da Taxa Selic efetiva e ao incremento do saldo desses depósitos compulsórios. No exercício encerrado em 2020, o resultado das aplicações compulsórias totalizou R\$302,8 milhões, com retração de R\$429,4 milhões na comparação com 2019, em função, especialmente, face, especialmente, à diminuição nas rendas de créditos vinculados aos recursos a prazo, devido à redução no saldo desses depósitos compulsórios e à queda da Taxa Selic que remunera esses recolhimentos.

#### Alterações na Legislação Tributária

Os resultados da Companhia são influenciados por alterações na legislação tributária e nos regimes de tributação que afetam as operações e os negócios de clientes. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas de tributação e a imposição de tributos temporários, cujos recursos são destacados para o atendimento de fins específicos.

A EC 103/19 alterou a alíquota da CSLL dos bancos, elevando-a de 15% para 20% a partir do mês de março de 2020. Pelo novo regramento, embora o aumento da alíquota gere aumento de despesas a partir da sua entrada em vigor, o efeito imediato foi de atualização dos créditos e débitos tributários referentes ao valor das adições e exclusões intertemporais que se tornarão dedutíveis ou tributáveis a partir do mês de março de 2020. Assim, o ajuste dos estoques de créditos tributários em função da majoração da alíquota da CSLL foi de R\$223,9 milhões no ano de 2019, e no ano de 2020 o valor complementar de R\$15,1 milhões.

A Lei nº 14.183/21 alterou a alíquota da CSLL do setor financeiro, elevando-a de 20% para 25% no período compreendido entre 1º de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021. Pelo novo regramento, embora o aumento da alíquota gere aumento de despesas, o efeito imediato foi de atualização dos estoques dos créditos e débitos tributários referentes ao valor das adições intertemporais que se tornariam dedutíveis/tributáveis até dezembro de 2021. Assim, o crédito/débito tributário que foi constituído decorrente da majoração da alíquota da CSLL em junho de 2021 foi de R\$25,2 milhões o qual, foi revertido na sua totalidade, em função da sua realização, até o final de dezembro de 2021.

#### Compra de Folhas de Pagamento

A compra de serviços de folha de pagamento de servidores públicos constitui-se em importante componente da estratégia mercadológica, ressalvados os direitos dos clientes quanto à portabilidade. A aquisição de serviços de folha de pagamento influenciou as despesas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, em função da amortização do ativo ao longo do período do contrato. O efeito sobre o resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$170,8 milhões, em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$166,0 milhões e de 2019, R\$164,1 milhões. O investimento permite a manutenção do relacionamento com os servidores públicos, proporcionando a realização de negócios que gerarão receitas de crédito e de serviços.

#### Provisão Trabalhista

Em 2021, foi efetuada a provisão de R\$252,8 milhões para ações coletivas, abrangendo ações em fase de liquidação e ações em curso perante o TST, cuja classificação de risco tenha sido alterada em razão de mudanças no cenário jurisprudencial. A Administração considera suficiente a provisão constituída e continua monitorando a evolução das decisões judiciais em ações dessa natureza, avaliando a classificação e a quantificação sempre que necessário. No mesmo exercício, foi constituída provisão para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul em conformidade a nova modelagem para a classificação e provisionamento das ações trabalhistas individuais implementada no segundo semestre de 2020, através de revisão dos processos, sendo a provisão para as ações com pedidos classificados como de perda provável. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$420,4 milhões.

Em 2020, foi constituída provisão para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul em conformidade a nova modelagem para a classificação e provisionamento das ações trabalhistas individuais implementada no segundo semestre de 2020, através de revisão dos processos, sendo a provisão para as ações com pedidos classificados como de perda provável, definida pelo custo médio da condenação e da respectiva sucumbência, por causa raiz. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$366,0 milhões.

Em 2019, considerando a evolução de ações judiciais coletivas trabalhistas, houve uma mudança em relação à percepção de risco de tais ações, sobre as quais houve início de processo de estimativa de valores. Em vista disso, a administração efetuou uma avaliação de estimativa de perda em ações coletivas envolvendo pedidos de pagamento de 7ª e 8ª horas como extraordinárias, com base em estudo feito a partir do histórico de desembolsos em processos individuais com pedidos semelhantes. A partir desses fatos, foi efetuada a provisão de R\$429,0 milhões para ações coletivas, abrangendo ações em processo de cálculo de liquidação e ações em curso perante o Tribunal Superior do Trabalho (TST), com decisões desfavoráveis.

#### Provisão para Ações Cíveis (Reversão)

Ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, contas poupança, cobrança

e empréstimos. Até setembro de 2019, provisão constituída era registrada no momento do recebimento da citação inicial, e mensalmente ajustadas, pelo valor indenizatório pretendido nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

A partir de setembro de 2019, houve revisão dos processos, adotando-se nova modelagem para provisão das ações cíveis, passando as provisões totais das ações classificadas como perda provável, a ser definida pelo custo médio da condenação e da respectiva sucumbência. Essa revisão resultou em uma reversão de provisão no valor de R\$126,8 milhões, em virtude de saneamento do estoque de processos e remensuração do montante envolvido em causas classificadas como perda possível. A administração continuará monitorando a evolução das decisões judiciais ao longo do tempo.

## **b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

### Taxas de Juros

Geralmente, aumentos nas taxas de juros geram crescimento nas receitas com operações de crédito em função de *spreads* maiores. No entanto, majoração das taxas de juros podem afetar negativamente os resultados e a carteira de crédito ao reduzirem a demanda por crédito e elevarem o risco de inadimplência dos clientes. Por outro lado, quedas das taxas de juros são capazes de reduzir as receitas provenientes de operações de crédito devido a *spreads* menores. Assim, uma queda na taxa de juros pode levar à redução das receitas e a consequente piora dos resultados. Essa queda de receita poderá, eventualmente, ser compensada por um crescimento do volume de crédito, em decorrência de uma maior demanda por créditos, desde que exista *funding* e capital para atender a tal demanda sem que os níveis de inadimplência das operações aumentem de forma significativa.

Segundo dados do Bacen, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 o *spread* das operações de crédito do sistema financeiro, calculado com base nas taxas de juros das concessões do mês, era, respectivamente, 15,80 pp., 14,48 pp. e 17,81 pp., enquanto que a Taxa Selic efetiva nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 era de 4,42%, 2,76% e 5,96%, respectivamente.

### Inflação

O lucro líquido pode ser afetado adversamente pelo crescimento da taxa de inflação brasileira, que pode gerar aumento dos custos e reduzir as margens operacionais, caso a inflação não seja acompanhada por um aumento das taxas de juros. Ademais, a inflação poderá contribuir para um aumento da volatilidade do mercado em decorrência de incertezas econômicas, quedas nos gastos da população, menor crescimento da renda real e redução da confiança do consumidor, fatores estes que, por sua vez, são capazes de ter um impacto negativo sobre os resultados das operações. A inflação apurada pelo IGP-M foi 17,79% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, 23,14% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 7,32% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Os preços apurados pelo IPCA aumentaram 10,06% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, 4,52% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 4,31% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

### Spread

O resultado das operações pode ser impactado em decorrência de alterações do *spread*, demonstrado na tabela de ativos geradores de receita e passivos onerosos, onde são demonstradas as receitas obtidas com ativos remunerados em relação às despesas com passivos onerosos, que representam o *funding* das operações. O *spread* médio da Companhia alcançou 4,89%, 6,06% e 6,97% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente. Entre os fatores que podem influenciar o *spread* incluem-se: variação do custo de captação em função da variação da taxa básica de juros, competição entre instituições financeiras e comportamento da inadimplência decorrente de períodos de crise ou de crescimento econômico.

### Câmbio

A Companhia atua em operações de câmbio com objetivo exclusivamente de suprir as necessidades dos clientes em produtos, serviços e créditos para operações de importação e exportação. Para essas operações, a Companhia obteve *funding* junto a instituições financeiras internacionais. Portanto, os ativos e passivos em moeda estrangeira são similares, o que nos proporciona *hedge* natural. Exceto quanto ao capital das agências no exterior, no valor de US\$102,2 milhões em 31 de dezembro de 2021, US\$100,1 milhões em 31 de dezembro de 2020 e US\$95,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não estava sujeita à exposição cambial com recursos próprios e não efetuou operações alavancadas em moeda estrangeira.

**c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.**

A margem analítica apresentada foi apurada com base nos saldos médios de ativos e passivos, calculados a partir dos saldos finais dos meses que compõem os respectivos períodos analisados. As operações de crédito incluem adiantamentos de contratos de câmbio e operações de arrendamento mercantil, que são demonstradas pelo valor presente líquido dos contratos de arrendamento. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receitas quando efetivamente recebidas.

Os saldos médios das aplicações interfinanceiras de liquidez, os recursos aplicados ou captados no mercado interbancário correspondem ao valor de resgate, deduzidos das receitas ou despesas a apropriar equivalentes a períodos futuros.

Os saldos médios dos depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses incluem os encargos exigíveis até a data de encerramento das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata die*. No que se refere às despesas vinculadas a essas rubricas, àquelas relativas a depósitos incluem as despesas pelas contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

A tabela a seguir apresenta os ativos geradores de receitas e os passivos onerosos, os correspondentes valores de receitas de intermediação financeira sobre ativos e despesas de intermediação financeira sobre passivos, bem como as taxas médias efetivas geradas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(R\$ Milhões, exceto quando indicado)	2021			2020			2019		
	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média
<b>Ativos Rentáveis</b>	<b>87.482,6</b>	<b>8.212,2</b>	<b>9,39%</b>	<b>76.228,3</b>	<b>8.233,2</b>	<b>10,80%</b>	<b>70.212,7</b>	<b>9.105,4</b>	<b>12,97%</b>
Operações de Crédito <sup>1</sup>	34.901,2	5.808,2	16,64%	33.186,0	6.311,3	19,02%	31.627,5	6.818,0	21,56%
TVM <sup>2</sup>	42.795,3	1.941,0	4,54%	32.854,9	836,0	2,54%	25.443,9	1.422,7	5,59%
Instrumentos Financeiros Derivativos	852,0	63,0	7,39%	814,7	782,8	96,09%	81,7	132,1	161,60%
Compulsórios <sup>3</sup>	7.768,8	338,1	4,35%	8.268,3	241,8	2,92%	12.014,8	672,9	5,60%
Outros <sup>4</sup>	1.165,2	62,0	5,32%	1.104,4	61,4	5,56%	1.044,7	59,7	5,71%
<b>Ativos Não Rentáveis</b>	<b>11.627,4</b>	-	-	<b>10.642,8</b>	-	-	<b>9.059,0</b>	-	-
<b>Ativos Totais</b>	<b>99.110,0</b>	<b>8.212,2</b>	<b>8,29%</b>	<b>86.871,2</b>	<b>8.233,2</b>	<b>9,48%</b>	<b>79.271,7</b>	<b>9.105,4</b>	<b>11,49%</b>
<b>Passivos Onerosos</b>	<b>77.073,1</b>	<b>(3.366,6)</b>	<b>4,37%</b>	<b>67.116,5</b>	<b>(2.970,4)</b>	<b>4,43%</b>	<b>61.337,2</b>	<b>(3.580,4)</b>	<b>5,84%</b>
Depósitos Interfinanceiros	1.195,8	(19,4)	1,62%	1.098,6	(23,9)	2,18%	257,8	(10,3)	4,01%
Poupança	11.334,9	(389,3)	3,43%	10.256,6	(285,5)	2,78%	9.341,5	(419,9)	4,49%
Depósitos a Prazo	46.000,6	(1.836,0)	3,99%	42.571,5	(1.090,4)	2,56%	38.940,9	(2.102,3)	5,40%
Captações no Mercado Aberto	8.278,5	(429,4)	5,19%	4.046,1	(121,9)	3,01%	3.871,0	(252,7)	6,53%
Recursos em Letras <sup>5</sup>	1.847,8	(72,9)	3,95%	3.040,1	(87,1)	2,86%	3.295,1	(192,3)	5,84%
Dívida Subordinada <sup>6</sup>	4.487,5	(377,1)	8,40%	2.949,3	(885,7)	30,03%	2.211,8	(315,7)	14,27%
Obrigações por Empréstimos e Repasses No País	1.397,1	(50,4)	3,60%	1.492,2	(55,9)	3,74%	1.631,9	(68,2)	4,18%
Obrigações por Empréstimos e Repasses Exterior	557,9	(91,2)	16,35%	701,2	(387,0)	55,19%	761,7	(147,8)	19,40%
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	1.973,1	(100,8)	5,11%	960,9	(33,1)	3,44%	1.025,4	(71,2)	6,94%
<b>Passivos Não Onerosos</b>	<b>13.336,8</b>	-	-	<b>11.578,1</b>	-	-	<b>10.331,5</b>	-	-
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>8.700,0</b>	-	-	<b>8.176,5</b>	-	-	<b>7.603,0</b>	-	-
<b>Passivos e PL</b>	<b>99.110,0</b>	<b>(3.366,6)</b>	<b>3,40%</b>	<b>86.871,2</b>	<b>(2.970,4)</b>	<b>3,42%</b>	<b>79.271,7</b>	<b>(3.580,4)</b>	<b>4,52%</b>
<b>Spread <sup>7</sup></b>			<b>4,89%</b>			<b>6,06%</b>			<b>6,97%</b>
<b>Margem Financeira <sup>8</sup></b>		<b>4.845,6</b>			<b>5.262,8</b>			<b>5.525,0</b>	
<b>Margem Financeira sobre Ativos Rentáveis <sup>9</sup></b>			<b>5,54%</b>			<b>6,90%</b>			<b>7,87%</b>

<sup>1</sup> Inclui adiantamentos de contratos de câmbio, operações de arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito.

<sup>2</sup> Inclui as aplicações interfinanceiras de liquidez.

<sup>3</sup> Refere-se aos depósitos no Banco Central com remuneração e inclui títulos e valores mobiliários vinculados ao Banco Central.

<sup>4</sup> Refere-se aos créditos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação.

<sup>5</sup> Inclui letras financeiras, de crédito imobiliário e do agronegócio.

<sup>6</sup> Inclui a captação externa realizada em janeiro de 2021, alteração realizada em função da aprovação pelo Bacen para capital nível II em outubro. Até setembro de 2021, essa captação era apresentada em Obrigações por Empréstimos e Repasses no Exterior.

<sup>7</sup> O Spread é obtido a partir da diferença entre a taxa média de Ativos Totais e taxa média do total do Passivo e PL.

<sup>8</sup> A margem financeira no exercício é calculada como o resultado entre as receitas da intermediação financeira e as despesas da intermediação financeira.

<sup>9</sup> A Margem sobre Ativos Rentáveis é obtida a partir da divisão da Margem Financeira pelos Ativos Rentáveis.

**Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2021 x Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2020**

A margem sobre ativos rentáveis foi decrescente na comparação entre os anos de 2021 e 2020. Os ativos médios rentáveis, bem como os passivos onerosos apresentaram crescimento de 14,8%. A margem absoluta de 2021 apresentou retração de 7,9% e a margem relativa diminuiu 1,36 pp. frente ao ano de 2020.

A variação cambial, especialmente em operações de crédito (câmbio e financiamentos em moeda estrangeira), instrumentos financeiros derivativos, dívida subordinada e repasses no exterior, bem como a redução da Taxa Selic impactaram as taxas dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos no período. Além dos juros básicos da economia que referenciam as operações no setor financeiro, a estrutura de ativos e passivos, bem como os prazos e as condições de juros pactuadas são fatores determinantes na formação da margem auferida a cada período.

A representatividade dos ativos de crédito no total de ativos rentáveis apresentou redução de 3,6 pp. na comparação entre os anos de 2021 e 2020, atingindo 39,9%. As operações de TVM representavam 48,9% dos ativos rentáveis em 2021, com acréscimo de 5,8 pp. na participação total frente ao ano de 2020. Os compulsórios representavam 8,9% dos ativos rentáveis em 2021, com retração de 1,9 pp. frente ao ano de 2020.

Em relação aos passivos onerosos, o saldo médio dos depósitos a prazo representou 59,7% desses passivos em 2021, com diminuição de 3,7 pp. frente ao ano de 2020. Os depósitos de poupança representavam 14,7% dos passivos onerosos em 2021, com retração de 0,6 pp. frente ao ano de 2020. A captação no mercado aberto representava 10,7% dos passivos onerosos em 2021, com crescimento de 4,7 pp. na comparação com 2020. A dívida subordinada representava 5,8% no ano de 2021, com aumento de 1,4 pp. frente ao ano de 2020. Os recursos em letras representavam 2,4% dos passivos onerosos em 2021, com decréscimo de 2,1 pp. em relação ao ano de 2020.

Os resultados dessas variações em conjunto ocasionaram redução no *spread*, que alcançou 4,89% no ano de 2021.

#### Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2020 x Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2019

A margem sobre ativos rentáveis foi decrescente na comparação entre os anos de 2020 e 2019. Os ativos médios rentáveis apresentaram crescimento de 8,6% e os passivos onerosos aumentaram 9,4%. A margem absoluta do ano de 2020 apresentou retração de 4,7% e a margem relativa diminuiu 0,97 pp. frente ao ano de 2019.

A variação cambial, especialmente em operações de crédito (câmbio e financiamentos em moeda estrangeira), instrumentos financeiros derivativos, dívida subordinada e repasses no exterior, bem como a redução da Taxa Selic impactaram as taxas dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos no período. Além dos juros básicos da economia que referenciam as operações no setor financeiro, a estrutura de ativos e passivos bem como os prazos e as condições de juros pactuadas são fatores determinantes na formação da margem auferida a cada período.

A representatividade dos ativos de crédito no total de ativos rentáveis apresentou redução de 1,5 pp. na comparação entre o ano de 2020 e 2019, atingindo 43,5%. As operações de TVM representavam 43,1% dos ativos rentáveis em 2020, com acréscimo de 6,9 pp. na participação total frente ao ano de 2019. Os compulsórios representavam 10,8% dos ativos rentáveis no ano de 2020, com retração de 6,3 pp. frente a 2019.

Em relação aos passivos onerosos, o saldo médio dos depósitos a prazo representou 63,4% desses passivos no ano de 2020, com diminuição de 0,1 pp. frente ao ano de 2019. Os depósitos de poupança representavam 15,3% dos passivos onerosos em 2020, com aumento de 0,1 pp. frente a 2019. A captação no mercado aberto representava 6,0% dos passivos onerosos no ano de 2020, com retração de 0,3 pp. na comparação com o ano de 2019. Os recursos em letras representavam 4,5% dos passivos onerosos em 2020, com decréscimo de 0,9 pp. em relação ao ano de 2019. A dívida subordinada representava 4,4% no ano de 2020, com aumento de 0,8 pp. frente ao ano de 2019, aumento motivado pela variação cambial e marcação a mercado.

Os resultados dessas variações em conjunto ocasionaram redução no *spread*, que alcançou 6,06% no ano de 2020.

## 10.3 - EVENTOS COM EFEITOS RELEVANTES, OCORRIDOS E ESPERADOS, NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

#### a. introdução ou alienação de segmento operacional.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia.

#### b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

A Companhia detém 49,9% do capital social da Banrisul Icatu Participações S.A. (BIPAR), *holding* constituída em parceria com a Icatu Seguros S.A. para deter participações em sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A BIPAR atua, por meio das suas controladas, nos ramos de Seguros de Pessoas, Previdência Privada Aberta e Capitalização. A Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora controlada pela BIPAR, atua na comercialização de Seguros de Pessoas e Previdência Privada Aberta, com participação, em novembro de 2019, de 14,5% no mercado de Seguros de Pessoas do Rio Grande do Sul. Em dezembro de 2017, o Banrisul firmou parceria com a Icatu Seguros, para constituição da Rio Grande Capitalização S.A., empresa controlada pela BIPAR, e que tem exclusividade na comercialização de produtos de Capitalização nos canais do Banrisul. A operação foi aprovada pelo Bacen em abril de 2018, aprovada em definitivo pela SUSEP em fevereiro de 2019, conforme Portaria nº 7.282/2019, e iniciou as atividades em setembro de 2019.

Em junho de 2020, foi constituída a *holding* Banrisul Seguridade Participações S.A. (Seguridade), empresa subsidiária integral do Banrisul. A Empresa atua no mercado de comercialização de seguros, planos de previdência privada e títulos de capitalização nos canais do Banrisul. Em janeiro de 2021, dando continuidade à reestruturação do negócio de seguridade, foi lançada a Banrisul Corretora de Seguros S.A. (Corretora), que é subsidiária integral da Banrisul Seguridade Participações S.A., cujo capital é detido integralmente pelo Banco.

Em julho de 2021, a Companhia divulgou fato relevante no qual informou que o seu Conselho de Administração aprovou proposta da Diretoria do Banrisul para que seja iniciado o processo visando a implementação de uma operação estratégica do segmento de negócio de meio de pagamentos e cartões, consolidado na sua controlada Banrisul Cartões S.A. (Banrisul Cartões), que conforme recomendação de assessor financeiro contratado pela Companhia para este fim, poderá envolver a alienação de ações de emissão da Banrisul Cartões, inclusive representativas do seu controle acionário, a qual poderá ser realizada por meio de aumento de capital a ser subscrito por terceiros, alienação primária de ações de emissão da Banrisul Cartões, operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, combinação de negócios, *joint ventures*, alienação de ativos, acordos comerciais, em uma única operação ou em uma série de operações e outras estruturas jurídicas e financeiras a serem estabelecidas pelo Conselho da Administração oportunamente ("Operação"). Em 09 de março de 2022, o Banrisul veio a público informar que, em reunião realizada nesta data, o seu Conselho de Administração, por proposta da Diretoria, decidiu encerrar o processo de implantação de operação estratégica na controlada Banrisul Cartões S.A., tendo em vista que os termos e condições das propostas de aquisição recebidas pela Companhia, por intermédio do assessor financeiro, não atendem aos seus objetivos e não são adequados e satisfatórios ao seu melhor interesse, bem como em razão das atuais condições de mercado.

Em novembro de 2018, a Companhia, em conjunto com sua subsidiária, Banrisul Cartões, celebrou Contrato de Associação com OPnGO Brasil Tecnologia S.A. e OPnGO Group BV para constituição de parceria estratégica que objetiva oferecer solução integrada de pagamento (Solução VeroGo), voltada a centros de compras do território nacional, e que permitirá o pagamento de compras realizadas junto aos lojistas credenciados e de tarifas de estacionamento. Em 2019, foi concluída a associação para formação da referida *joint venture*, aprovada pelas autoridades regulatórias aplicáveis. E, em decorrência, a Banrisul Cartões, o Banrisul, a VG8 e a OPnGO Group se tornaram acionistas da VG8JV Tecnologia S.A. ("VG8JV"), com participações societárias de 43,99% para a Banrisul Cartões, 6% para o Banrisul, 44,01% para a VG8 e 6% para a OPnGO Group. A VG8JV atuará sob o nome fantasia VeroGo e será o veículo utilizado para a oferta da Solução VeroGo, resultante da integração do sistema de credenciamento da Banrisul Cartões - Rede Vero com o serviço de conveniência de acesso e pagamento de estacionamentos conveniados prestado pela OPnGO. Em setembro 2020, diante do quadro de profunda mudança do mercado de adquirência, agravado pela pandemia do novo coronavírus que afetou também as atividades de mobilidade, acarretando na impossibilidade de atingir o *breakeven* planejado, o Conselho de Administração da VG8JV decidiu pelo encerramento das atividades daquela Companhia, até o limite da legislação aplicável e das obrigações contratuais assumidas. Em 22 de abril de 2021, ocorreu o efetivo encerramento das atividades da Empresa.

#### c. eventos ou operações não usuais.

Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2021

Em junho de 2021, foi contabilizado R\$76,0 milhões de ajuste de provisão para contingências fiscais, tratado como evento não recorrente, decorrente da revisão de parâmetros e andamento do processo referente a imposto de renda e contribuição social sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do déficit atuarial na Fundação Banrisul de Seguridade Social, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005.

#### Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2020

Em 30 de setembro de 2020, foi aprovado pela Administração do Banrisul o Programa de Desligamento Voluntário – PDV para empregados aposentados pelo INSS, ou que tinham, ou viessem a ter em 24 meses, tempo de contribuição e as demais condições para se aposentar pelas regras do INSS, com período de adesão e desligamento no último trimestre de 2020, exceto para os empregados lotados nas Unidades da Diretoria de TI, que poderão ter suas saídas escalonadas até 2022. O PDV foi firmado por intermédio de Acordo Coletivo de Trabalho realizado com as entidades sindicais representantes da categoria bancária, contendo cláusula específica de quitação total do contrato de trabalho. Os custos contabilizados em despesas de pessoal no 4T2020, referentes a 901 empregados que optaram pelo PDV, totalizaram R\$177,0 milhões, sendo que até 31 de dezembro de 2020, 865 empregados, já tinham se desligado da Companhia no âmbito do PDV.

#### Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2019

Com a aprovação de um novo processo de migração, por meio da Portaria nº 1.123/2018, da Diretoria de Licenciamento da Superintendência Nacional de Previdência (PREVIC), a Fundação Banrisul iniciou, em 28 de janeiro de 2019, o processo de migração voluntária dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios I (PBI) para Plano de Benefícios FBPREV III (FBPREV III), que é constituído na modalidade de contribuição variável, sendo contribuição definida pelo participante na fase de acumulação da reserva e o benefício definido por ocasião da sua concessão, podendo ser vitalício ou não, conforme opção do assistido. O referido período de opção no processo de migração foi encerrado em 27 de abril de 2019; após o processo de migração, cerca de 35% dos participantes do PBI migraram para o FBPREV III.

Em junho de 2019, por força dos dispositivos regulamentares, os patrocinadores efetuaram o aporte dos recursos referente ao processo de migração. No caso do Patrocinador Banrisul, o valor de R\$126,1 milhões foi aportado ao novo plano, calculado na data efetiva de implementação do Plano FBPREV III, 31 de maio de 2019, corrigido pelo INPC e acrescido de juros de 4,86% a.a. Por outro lado, houve recálculo atuarial, evidenciando o montante da redução da obrigação do Patrocinador junto ao PBI, em R\$175,6 milhões, decorrente da liquidação dos direitos dos participantes migrantes do PBI. O impacto da reestruturação de planos da FBSS sobre o lucro líquido de 2019 foi de R\$29,7 milhões, líquido dos efeitos fiscais, montante representado pela diferença entre a despesa referente ao valor aportado pelo patrocinador Banrisul no processo de migração e o resultado atuarial. Pela aplicação das regras contábeis previstas no CPC 33 (R1), a reestruturação do PBI promovida em 2019 agregou maior equilíbrio aos planos de benefícios pós-emprego, remanescendo, contudo, passivo de R\$462,2 milhões em junho de 2019, reconhecido no patrimônio do Banrisul.

## 10.4 - MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS - RESSALVAS E ÊNFASES NO PARECER DO AUDITOR

### 10.4. Os diretores devem comentar:

#### a. mudanças significativas nas práticas contábeis.

##### Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2021

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

##### Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2020

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

##### Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2019

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

#### b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

##### Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2021

Não se aplica, já que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

##### Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2020

Não se aplica, já que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

##### Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2019

Não se aplica, já que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

#### c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor.

Não houve ressalva ou ênfase nos relatórios do auditor dos exercícios sociais encerrados em 2021, 2020 e 2019.

## 10.5 - POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

**10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

As políticas contábeis significativas da Companhia estão descritas na Nota 3 das demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais de 2021, 2020 e 2019. A preparação das demonstrações financeiras inclui práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de títulos e valores mobiliários, Instrumentos Financeiros Derivativos e Imposto Diferido. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e provisões, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados. A seguir são apresentadas as políticas contábeis críticas que exigem a maioria dos julgamentos ou que envolvem um alto grau de complexidade na aplicação e que afetam atualmente a condição financeira e o resultado das operações.

### Instrumentos Financeiros Derivativos

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração da Companhia em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do Bacen. As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos, efetuadas por solicitação de clientes, ou para carteira própria, ou que não atendam aos critérios de proteção são contabilizadas pelo valor de mercado, com ganhos e perdas reconhecidas diretamente na demonstração do resultado.

O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) ou de *hedge* financeiro. Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa os derivativos contratados para proteção das dívidas subordinadas como *hedge* de Valor Justo de ativos ou passivos, reconhecidos ou de compromisso firme (*hedge* de risco de mercado).

A Companhia efetua a designação documentada, no início da operação, que descreve a relação entre os objetos e os instrumentos de *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização das proteções. Nesta gestão de risco, a Companhia testa e documenta periodicamente os testes realizados para apurar o nível de efetividade das operações de *hedge accounting* na compensação de variações do valor justo dos itens protegidos durante o período de vigência desta proteção.

**Hedge de risco de mercado** – são classificados nesta categoria os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*.

A Companhia considerou nesta categoria os instrumentos financeiros derivativos contratados com objetivo de proteção da variação de moeda estrangeira oriunda das emissões das dívidas denominadas em dólares norte-americanos de 523,2 milhões com vencimento em 2 de fevereiro de 2022, e em dólares norte-americanos de 300 milhões, com vencimento em 28 de janeiro de 2031, com opção de recompra em cinco anos, conforme condições previamente acordadas pelo *Offering Memorandum* desta emissão.

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. O ganho ou perda relacionado com essa operação é reconhecido na demonstração do resultado como resultado de intermediação financeira.

### Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito

Todas as operações de crédito e arrendamento mercantil têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da administração da Companhia, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis em ordem crescente de risco, de AA até H.

As operações de crédito e arrendamento mercantil são registradas a valor presente, calculadas *pro rata die* com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso. Após esse prazo, o reconhecimento de receita ao resultado ocorre quando efetivamente recebidas as operações.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução nº 2.682/99 do CMN, ou seja, devem ser mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito

que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Admite-se a reclassificação de risco para categoria de menor risco, quando houver amortização significativa da operação ou quando fatores novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

#### Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A Provisão para perdas em operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, é constituída a partir de modelos internos de risco que classificam as operações de acordo com os *ratings* previstos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. Historicamente a provisão mantém-se em níveis considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas.

#### Ativo Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. A Resolução nº 4.534/16 do CMN, estabelece o reconhecimento do ativo intangível pelo valor de custo, e a amortização dos bens com vida útil definida reconhecida ao longo da vida útil estimada, pelo método linear. Os ativos intangíveis estão compostos por contratos de prestação de serviços bancários (aquisição de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos, e aquisição de softwares, amortizados durante a vida útil estimada, de sete anos no caso dos softwares da Companhia.

Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento: (i) Setor Público - referem-se aos contratos firmados relativos a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, prefeituras e demais órgãos públicos. Foram realizados estudos internos e de especialistas e não foi identificado indício de *impairment* relacionado a esses ativos. (ii) Setor Privado - referem-se aos contratos firmados com o setor privado, possuem vigência por cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

#### Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN.

*Ativos contingentes* - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando existem evidências que propiciam a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

*Provisões e passivos contingentes* - a provisão para passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração da Companhia, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas da Companhia, e os de perdas remotas não requerem provisão e nem a divulgação.

*Obrigações legais - fiscais e previdenciárias* - são registradas como exigíveis independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda.

#### Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

*Obrigações de aposentadoria* - a Companhia é patrocinadora da Fundação Banrisul de Seguridade Social - FBSS e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs), as quais asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

(i) Planos de previdência - a Companhia é patrocinadora de planos dos tipos “benefício definido” e de “contribuição variável”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação reconhecida no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral. Neste caso, a Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento além da contribuição que é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. Além destes, há benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

(ii) Planos de Saúde - são benefícios assegurados pela Cabergs, que oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão.

A Companhia oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes e qualificados.

Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente a ele. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

(iii) Prêmio Aposentadoria - para os empregados que se aposentam, é concedido um prêmio aposentadoria, proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário, vigente na época da aposentadoria.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado pela Companhia somente quando:

- ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Instituição e serviço prestado pelo funcionário); e
- estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Instituição na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Instituição, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados anualmente por atuários independentes e qualificados.

#### Imposto de Renda e Contribuição Social

O crédito tributário ou obrigação fiscal de imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras, e na perspectiva de realização estimada para estes créditos no período de vigência destas alíquotas sobre as diferenças temporárias, e registrados na rubrica Créditos Tributários, em contrapartida do resultado do período. Havendo alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos são reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidada. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando da realização das diferenças temporárias e respectivas provisões constituídas.

## 10.6 - ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*).**

### Depósitos Judiciais

Conforme contrato nº 063/2018-DEC com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, a Companhia é responsável pela gestão financeira, com exclusividade, das contas de depósitos judiciais vinculados ao Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul. Em decorrência da Lei Estadual nº 12.069/2004, alterada pela Lei Estadual nº 14.738/2015 e pela Lei Estadual nº 15.232/2018, o montante arrecadado integra fundo de reserva específico, sendo que o correspondente a 95% dos valores arrecadados, excetuando-se aqueles em que a parte litigante seja Município ou o Estado, é disponibilizado ao Estado e a outra parcela é reservada, por este, para dar liquidez ao Sistema.

Com relação a Lei Estadual nº 12.069/2004, o Banrisul não mais disponibiliza ao Estado do Rio Grande do Sul valores adicionais aos que já haviam sido disponibilizados, até que haja a habilitação do ente público à Emenda Constitucional 99/2017. Ainda está mantido, no Banrisul, o Fundo de Reserva para garantir futuros resgates de depósitos judiciais. Todos os novos depósitos em que as partes litigantes não sejam os municípios ou o Estado fazem parte da composição do referido Fundo.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, o montante de depósitos judiciais efetuados por terceiros era de R\$12.035,9 milhões, R\$10.890,9 milhões e R\$10.690,0 milhões, respectivamente.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, além dos itens descritos anteriormente.

## 10.7 - COMENTÁRIOS SOBRE ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:**

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**

### Depósitos Judiciais

O Contrato nº 063/2018-DEC, celebrado com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, estabelece o pagamento diário de contrapartida pecuniária, calculada a partir de aplicações de índices percentuais sobre o saldo atualizado dos depósitos judiciais que compõem o Fundo de Reserva e aqueles que estão sob custódia da Companhia, que são crescentes em relação a Taxa Selic - Meta estabelecida no momento de apuração. Neste sentido, a alteração na Taxa Selic - Meta e a variação do montante dos depósitos judiciais registrados podem impactar na despesa de captação oriunda desse serviço.

**b. natureza e o propósito da operação.**

### Depósitos Judiciais

O Contrato nº 063/2018-DEC, celebrado entre a Companhia e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, tem como objeto a gestão financeira, com exclusividade, das contas de depósitos judiciais, em dinheiro, e as de precatórios e requisição de pequeno valor, sob aviso e à disposição do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, à exceção a da ordem cronológica de precatórios do Estado do Rio Grande do Sul, que permanece no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC (Decreto Estadual nº 33.959/1991), e as abarcadas pela Lei Estadual nº 11.686/2001, cujos valores foram disponibilizados ao Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul.

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

### Depósitos Judiciais

A Lei Estadual nº 12.069/2004, alterada pela Lei Estadual nº 14.738/2015 e pela Lei Estadual nº 15.232/2018, estabelece que compete à Companhia manter controle individualizado para cada depósito judicial efetuado, acrescido da remuneração que lhe foi originalmente atribuída. Enquanto que o Contrato nº 063/2018-DEC, celebrado entre a Companhia e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, estabelece como obrigações no âmbito da gestão financeira dos depósitos judiciais a prestação de serviços de recebimento (captação), processamento, repasse, administração e pagamento (resgate) dos depósitos judiciais que compõem o objeto deste contrato, além da disponibilização de informações referentes a tais atos operacionais.

## 10.8 - PLANO DE NEGÓCIOS

**10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. investimentos, incluindo:**

*i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.*

### Modernização Tecnológica

Os investimentos em modernização tecnológica da Companhia, que inclui a transformação digital, ampliação da infraestrutura de TI e o compromisso cada vez maior com a segurança da informação, alcançaram R\$261,8 milhões no ano de 2021.

Neste ano de 2021, a modernização tecnológica do Banrisul, assim como nos anos anteriores se manteve em constante evolução, com grandes investimentos e inovações. No que tange à infraestrutura, cabe destacar a conclusão da obra civil e início da operação do novo datacenter Banrisul, situado na zona sul de Porto Alegre. Durante os últimos meses, houve foco total na migração de ativos de TI para a nova infraestrutura; tal migração já disponibilizou parcialmente o ambiente produtivo na nova estrutura, provendo maior robustez, disponibilidade, contingenciamento e todos os benefícios que um empreendimento deste porte pode prover aos serviços de TI.

Outra importante realização de TI para tornar o mercado financeiro mais seguro e integrado é o Projeto de Criação de uma Centralizadora e Registradora de Recebíveis, para todos os bancos, em atendimento ao disposto na Circular nº 3.952/19 e Resolução nº 4.734/19 do Bacen. Essa iniciativa permite o controle em base centralizada, de todos os recebíveis dos clientes constantes nas agendas das credenciadoras, possibilitando, a partir dessa base a consulta das agendas dos recebíveis utilizados como garantias ao mercado de concessão de crédito ampliando as condições de atendimento dos clientes.

Ainda no contexto de Transformação Digital, demos continuidade ao modo de trabalho com novas entregas de produtos digitais desenvolvidos sob os princípios dos métodos ágeis, consolidando a integração de negócio e tecnologia na busca por resultados, sempre tomando a visão do cliente como referência fundamental. No processo de custeio do agronegócio, o foco esteve na relação do Banrisul com os parceiros agro, por meio do lançamento do Agrofácil Conecta, cujo Mínimo Produto Viável – MVP – trouxe simplificação para a elaboração e envio dos projetos técnicos. A versão do Agrofácil para as equipes da rede de agências manteve seu ciclo de entregas incrementais com a abertura da modalidade "retenção de matrizes" e a contratação do pré-custeio com recursos MCR6.3. A solução inclusive, foi vencedora da categoria Inovação em Crédito no *Prêmio Banking Transformation 2021*.

Nas jornadas envolvendo o aprimoramento da experiência no Banrisul Digital, ocorreu o lançamento de uma forma inovadora e simplificada de cotar e contratar o Seguro Auto: com apenas três dados do condutor é possível ter acesso a uma melhor oferta, seja para seguro novo ou para renovação.

Já a solução de investimentos teve o extrato aprimorado a partir de *feedbacks* dos clientes, além da publicação de uma nova *home* para a solução incluindo um espaço para notícias, a comunicação por *push*, a possibilidade de renovação de CDBs e de criação de objetivos financeiros a serem atingidos pelo próprio usuário.

Na jornada de abertura de contas, tivemos a ampliação para clientes Pessoas Físicas (PF) de todos os perfis, contemplando o *upload* de documentos e uma série de melhorias no fluxo e usabilidade do produto. Outros avanços na experiência do aplicativo também foram foco como consulta às imagens de cheques, publicação automatizada de banners, os avisos direcionados por perfil de clientes e a nova apresentação do DDA.

O ano de 2021 foi extremamente desafiador no contexto de segurança da informação. Com o avanço das tecnologias e a criação de novos serviços e modelos de negócios digitais, intensificamos as campanhas de conscientização direcionadas aos clientes, com orientações à população sobre os cuidados necessários com seus dados e senhas. Com ampla divulgação das referidas campanhas nas redes sociais, exploramos também a Área Temática do Portal Banrisul, com ênfase nos tipos de golpes mais incidentes no momento.

Dentre essas ações, destacamos:

- a realização da campanha de conscientização Dia da Internet Segura;
- a adesão à Campanha de Segurança contra golpes envolvendo o PIX, realizada pelo Bacen;
- a adesão à campanha Semana da Segurança Digital, promovida pela Febraban, com o mote "Pare & Pense: pode ser golpe!".

Destacam-se, ainda, a renovação das Certificações PCI – PIN *Security*, que assegura nossa permanência no mercado de captura de transações de meios de pagamento na rede Vero; e da certificação PCI DSS da rede Vero, garantindo a viabilização do negócio de aquisição.

Para manter adequada a estrutura de tecnologia da Companhia, está previsto o investimento de R\$422,6 milhões em 2022. Para 2022, os principais dispêndios no que diz respeito à tecnologia estão na manutenção de operações contínuas de infraestrutura de TI (*mainframe*, softwares e núcleo de rede) e em Serviços de TI (manutenção e desenvolvimento de sistemas).

#### Revitalização da Rede de Atendimento

A Companhia investiu, em 2021, o equivalente a R\$31,1 milhões em reformas e ampliações da rede, incluindo renovação dos ambientes e novas instalações, com estruturas mais amplas e modernas e dentro dos padrões de acessibilidade.

Ao final de dezembro de 2021, a Companhia contava com uma rede de atendimento composta por 1.062 pontos de atendimento no Brasil, sendo 497 Agências (474 no estado do Rio Grande do Sul, 17 em Santa Catarina, 4 nos demais estados do Brasil, e duas no exterior), 138 postos de atendimento (PAs) e 427 postos de atendimento eletrônico (PAEs).

A Companhia retornou em 2021 o atendimento por fluxo nas agências, de maneira mais dinâmica, segura e confortável. O segmento Afinidade segue atuando com agendamento direto com o gerente, conforme fluxo adotado antes da pandemia da Covid-19. Também foi aplicada uma pesquisa na rede de atendimento, para guiar projetos e melhorias para 2022.

Para manter adequada estrutura de atendimento da Companhia, está previsto o investimento de R\$54,1 milhões em 2022. Os investimentos destinam-se em especial à atualização e conservação da estrutura física da Companhia e manutenção da rede de distribuição, através de reformas, ampliações e revitalizações em edificações e mobiliário.

#### ii. fontes de financiamento dos investimentos.

Para a implementação dos investimentos citados, a Companhia utiliza como fontes de financiamento recursos próprios obtidos a partir de reserva estatutária e de reserva de expansão. O Estatuto da Companhia prevê a constituição de reserva para aplicação em modernização tecnológica, que tem sido constituída na sua integralidade a base de 25% do lucro líquido. Também é constituída reserva de expansão, evidenciada no documento de orçamento de capital, o qual acompanha as demonstrações financeiras quando do envio aos órgãos reguladores, conforme disciplina a Lei das Sociedades Anônimas.

#### iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não se aplica na Companhia.

### **b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.**

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

### **c. novos produtos e serviços, indicando:**

#### i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas.

#### ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

#### iii. projetos em desenvolvimento já divulgados.

#### iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Em relação à pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, ou melhoria daqueles existentes, a Companhia vem realizando vários projetos visando incorporar inovações tecnológicas nos mesmos, sendo que, no ano de 2021, foram contabilizados R\$36,3 milhões em gastos considerando apenas o valor de mão-de-obra de trabalho.

Dentre os temas principais que a Companhia vem investindo estão: segurança da informação, através do aperfeiçoamento na gestão de cibersegurança por meio de novas ferramentas de segurança bancária, incluindo Sistemas Antifraude e de Segurança nos seus Canais Digitais; aperfeiçoamento da experiência dos clientes e do Relacionamento Digital, através de nossos canais e do aplicativo Banrisul Digital, em que avançamos no processo de abertura de Contas, com a ampliação para clientes Pessoas Físicas (PF) de todos os perfis; aprimoramento da experiência e lançamento de uma forma inovadora e simplificada de cotar e contratar o Seguro Auto; foco no público de investidores, através

do desenvolvimento de uma solução de investimentos com a publicação de uma nova *home* e interação visual, com a possibilidade de renovação de CDBs e de criação de objetivos financeiros a serem atingidos pelo próprio usuário; no desenvolvimento de novas funcionalidades relacionadas ao pagamento instantâneo – PIX, em que destacamos algumas funcionalidades construídas como, o autogerenciamento dos limites pelos clientes, o serviço de agendamento de transações, a demonstração instantânea da tarificação a ser aplicada na transação, o mecanismo especial de devolução (MED), o PIX Saque e o PIX Troco e a ampliação das modalidades de pagamento do IPVA via PIX, e; por fim, também merece destaque a robustez dos investimentos no *Open Banking* Banrisul, com a implementação do *Open Data*, seguida do compartilhamento das informações dos clientes e da iniciação da transação de pagamentos, projeto desafiador e que vem mostrando o comprometimento e sinergia de nossos colaboradores, pois fomos o primeiro Banco brasileiro a receber a certificação que autoriza o compartilhamento de informações dos clientes dentro do *Open Banking* Brasil em uma de suas fases.

Seguindo nessa linha de evolução, no Agronegócio, merece destaque a solução Agrofácil, vencedora da categoria Inovação em Crédito no Prêmio *Banking Transformation* 2021. Além disto, no âmbito de crédito salientamos também: desenvolvimento e automatização de convênios para ofertar produtos de crédito consignado; novas linhas de crédito com recursos subsidiados; e novas operacionalidades para cartão de crédito.

## **10.9 - OUTROS FATORES COM INFLUÊNCIA RELEVANTE**

**10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:**

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 não houve outros fatores com influência relevante.

# 11 - Projeções

## 11.1 - PROJEÇÕES DIVULGADAS E PREMISSAS

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “deverá”, “visa”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera”, “potencial” e outras palavras similares contidas nessa seção têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. As projeções e perspectivas para o futuro incluem informações atinentes a resultados, estratégia, planos de financiamentos, posição concorrencial, ambiente do setor, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Tais projeções e perspectivas para o futuro referem-se apenas à data em que foram expressas.

Dados os riscos e incertezas aqui descritos, as projeções podem não vir a se concretizar e não consistem, portanto, em garantia de um desempenho futuro. Ainda, os resultados futuros e o desempenho da Instituição podem diferir substancialmente daqueles previstos em suas estimativas em razão, inclusive, mas não se limitando, aos fatores de risco mencionados neste Formulário de Referência, muitos dos quais estão além da capacidade de controle ou previsão por parte do Banco. Adicionalmente, tais estimativas baseiam-se em premissas que podem não se concretizar. Tendo em vista estas incertezas e limitações, os investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e perspectivas para o futuro contidas neste Formulário de Referência.

### 11.1. As projeções devem identificar:

#### a. objeto da projeção

As projeções do Banrisul são divulgadas ao mercado desde 2008, e foram suspensas em fevereiro de 2020 devido ao cenário de incertezas provocado pela pandemia Covid-19, retomando sua publicação em 2021. As estimativas divulgadas são:

**Crédito:** de 2008 a fevereiro de 2020, foi divulgado o percentual de crescimento esperado no ano das carteiras de crédito total, de crédito comercial pessoa física, de crédito comercial pessoa jurídica e de crédito imobiliário. A partir de 2021, a publicação da expectativa de crescimento da carteira de crédito imobiliário foi substituída pela carteira de crédito rural, em alinhamento ao direcionamento estratégico da Instituição.

**Níveis de provisionamento da carteira de crédito:** percentual esperado da despesa de provisão de créditos em relação ao saldo da carteira de crédito e do saldo de provisão de créditos em relação ao saldo da carteira de crédito, este último descontinuado a partir de 2021.

**Captação:** percentual de crescimento esperado no ano para a captação.

**Margem Financeira:** a partir de 2022, o Banrisul passa a divulgar o percentual de crescimento esperado no ano para a margem financeira (resultado bruto da intermediação financeira excluídas as despesas de provisão).

**Despesas Administrativas:** a partir de 2022, o Banrisul passa a divulgar o percentual de crescimento esperado no ano para a despesas administrativas, excluídas as despesas de comissões com correspondentes bancários.

**Rentabilidade:** percentual esperado da divisão do lucro líquido recorrente do período pelo patrimônio líquido médio.

**Índice de Eficiência:** publicado de 2008 a 2021 e descontinuado a partir de 2022, demonstra o percentual esperado da soma das despesas de pessoal e outras despesas administrativas, dividida pela margem financeira líquida somada às rendas de prestação de serviços e às outras receitas operacionais, descontadas de outras despesas operacionais, acumuladas em doze meses.

**Margem Financeira Líquida sobre Ativos Rentáveis Médios:** publicado de 2008 a 2021 e descontinuado a partir de 2022, demonstra o percentual esperado da divisão da margem financeira líquida (resultado bruto da intermediação financeira excluídas as despesas de provisão) pelos ativos rentáveis médios.

#### b. período projetado e o prazo de validade da projeção

As projeções indicam valores esperados para o ano corrente. Normalmente, na divulgação de resultados de cada exercício (último trimestre de cada ano), são divulgados os indicadores esperados para o exercício seguinte. O prazo de validade das projeções é o ano corrente. No período de fevereiro/2020 a dezembro/2020, as projeções para o ano de 2020 foram descontinuadas.

#### c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Entre as premissas que escapam do controle do emissor, citam-se aquelas de ordem macroeconômica: taxa básica de juros (Selic), TR, índices de preços, variação cambial e níveis de inadimplência, variáveis que independem da interferência do emissor, cuja evolução prospectiva é

avaliada no Banco mediante estudos de tendência desenvolvidos por área técnica especializada da Instituição, com apoio de consultoria externa. Como exemplo de situação que foge ao controle do emissor, cita-se a incerteza no cenário econômico de 2020 provocada pela pandemia de Covid-19, que acarretou na descontinuidade das projeções do referido ano.

São premissas influenciadas pela ação do emissor: volumes patrimoniais (crescimentos), preços de ativos e passivos (taxas), spreads, níveis de inadimplência (limites máximos em relação à carteira), gestão de receitas e despesas, variáveis cuja evolução está sujeita à gestão do Banco. Constituem também pressupostos utilizados nas projeções os volumes e/ou despesas estimados para a expansão e/ou modernização tecnológica, reformas e ampliações, bem como expansão da rede de distribuição (orçamento de capital – investimentos fixos).

#### d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

##### Previsão

Perspectivas Banrisul	Ano 2023
	Projetado
Carteira de Crédito Total	10% a 15%
Crédito Comercial Pessoa Física	7% a 12%
Crédito Comercial Pessoa Jurídica	10% a 15%
Crédito Rural	24% a 29%
Margem Financeira <sup>1</sup>	19% a 23%
Despesa Provisão Crédito / Carteira Crédito	1,5% a 2,5%
Captação <sup>2</sup>	8% a 12%
Despesas Administrativas <sup>3</sup>	6% a 10%
Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio	11% a 15%

(1) Variação da Margem Financeira

(2) Captação: Depósitos (excluídos Depósitos Interfinanceiros) + Recursos de Letras Financeiras e Similares, exceto subordinadas.

(3) Despesas Administrativas excluídas as comissões de correspondentes bancários.

## 11.2 - ACOMPANHAMENTO E ALTERAÇÕES DAS PROJEÇÕES DIVULGADAS

**11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:**

**a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário**

As projeções para o ano de 2023 substituem as projeções divulgadas para períodos anteriores já realizados, contemplando os mesmos indicadores que foram fornecidos na última publicação, conforme segue:

i. os mesmos indicadores que foram fornecidos e acompanhados durante os últimos três exercícios: Carteira de Crédito Total, Crédito Comercial Pessoa Física, Crédito Comercial Pessoa Jurídica, Despesa de Provisão em relação à Carteira de Crédito e Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio;

ii. Carteira de Crédito Imobiliário, substituída pela carteira de Crédito Rural no 4T20 e mantida nas demonstrações financeiras seguintes;

iii. Captação, a qual teve sua composição alterada:

a. Em 2020, era composta pelo somatório dos saldos dos depósitos, recursos de letras financeiras e similares e da dívida subordinada;

b. Em 2021, foi excluído o saldo da dívida subordinada, permanecendo apenas os saldos de depósitos e recursos de letras financeiras e similares;

c. Em 2022, foi excluído saldo de depósitos interfinanceiros, permanecendo o saldo dos demais depósitos e dos recursos de letras financeiras e similares.

iv. Margem Financeira, evolução que passou a ser publicada a partir de 2022 em substituição ao Índice de Eficiência;

v. Despesas Administrativas, evolução que passou a ser publicada a partir de 2022 em substituição ao indicador Margem Financeira Líquida sobre Ativos Rentáveis Médios.

**b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

### Guidance 2022

Perspectivas Banrisul	Ano 2022		
	Projetado <sup>3</sup>	Revisado <sup>4</sup>	Realizado
Carteira de Crédito Total	24% a 29%	mantido	19,7%
Crédito Comercial Pessoa Física	19% a 24%	mantido	10,3%
Crédito Comercial Pessoa Jurídica	33% a 38%	28% a 33%	23,3%
Crédito Rural	35% a 40%	45% a 50%	62,9%
Margem Financeira	4,5% a 8,5%	1% a 5%	-3,6%
Despesa de Provisão Crédito sobre a Carteira de Crédito	2% a 3%	1,5% a 2,5%	2,0%
Captação <sup>1</sup>	8% a 12%	mantido	5,2%
Despesas Administrativas <sup>2</sup>	4% a 8%	mantido	6,4%
Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio	9% a 13%	mantido	8,5%

(1) Captação: Depósitos (excluídos os Depósitos Interfinanceiros) + Recursos de Letras Financeiras e Similares, exceto subordinadas.

(2) Despesas Administrativas excluídas as comissões de correspondentes bancários.

(3) Divulgado no 4T2021 e mantido no 1T2022.

(4) Divulgado no 1S2022 e mantido no 3T2022.

### Carteira de Crédito

A carteira de crédito teve seu melhor desempenho dos últimos anos, com expansão acima dos dois dígitos, especialmente nas linhas de crédito com recursos direcionados. O cenário de juros mais elevados, contudo, limitou crescimento ainda maior da carteira, que realizou abaixo do intervalo esperado nas linhas de crédito total e crédito comercial. Já o crédito rural apresentou marcas históricas, registrando crescimento de 62,9% em 2022, acima das projeções divulgadas.

### Qualidade da Carteira

Diante de um ambiente de maior risco, o Banrisul segue atento para que esse crescimento permaneça sustentável, mantendo a qualidade dos créditos concedidos, o que já se evidenciou com o indicador de despesa de provisões para perda de crédito no centro de nossas expectativas.

### Captação

Na captação de recursos, o crescimento realizado em 2022 ficou abaixo do intervalo divulgado devido a maiores resgates nos depósitos, em um contexto de maior consumo e inflação, no qual as famílias precisaram recorrer às suas economias.

### Margem Financeira

Após o longo período de restrições impostas pela pandemia de Covid-19, enfrentado no âmbito econômico com políticas monetárias estimulativas, o cenário de 2022 apresentou outro desafio: o combate à inflação. Diante da persistência da alta de preços, de expectativas de mercado ainda desancoradas e de novos choques de oferta, a autoridade monetária manteve o curso de ajuste da taxa básica de juros até agosto/2022, quando alcançou 13,75% ao ano, patamar superior às projeções iniciais. No Banrisul, esse cenário mais restritivo culminou em maior pressão de curto prazo sobre as despesas de captação, e, por essa razão, a margem financeira esperada realizou abaixo das expectativas divulgadas.

### Despesas Administrativas

No tocante às despesas administrativas, o Banrisul manteve seus gastos sob controle e em linha com a inflação do período.

### Indicador de Rentabilidade

A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio ficou próxima ao intervalo inferior divulgado em 2022, em função dos fatores mencionados nas linhas anteriores.

### Guidance 2021

Perspectivas Banrisul	Ano 2021		
	Projetado <sup>2</sup>	Revisado <sup>3</sup>	Realizado
<b>Carteira de Crédito Total</b>	10% a 15%	7% a 12%	9,1%
<b>Crédito Comercial Pessoa Física</b>	10% a 15%	5% a 10%	3,8%
<b>Crédito Comercial Pessoa Jurídica</b>	11% a 16%	8% a 13%	9,2%
<b>Crédito Rural</b>	22% a 27%	22% a 27%	42,6%
<b>Despesa de Provisão Crédito / Carteira de Crédito</b>	3,5% a 4,5%	2% a 3%	1,9%
<b>Captação Total <sup>1</sup></b>	4% a 8%	4% a 8%	1,7%
<b>Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio</b>	10% a 14%	10% a 14%	11,4%
<b>Índice de Eficiência</b>	50% a 54%	54% a 59%	58,1%
<b>Margem Financeira Líquida sobre Ativos Rentáveis</b>	6% a 7%	6% a 7%	5,5%

(1) Captação total: Depósitos + Recursos de Letras Financeiras e Similares.

(2) Divulgado no 4T20 e mantido no 1T21.

(3) Revisado no 2T21 e mantido no 3T21.

### Carteira de Crédito

Após um período desafiador para o ambiente de negócios, decorrente da pandemia Covid-19, o cenário em 2021 se apresentou mais favorável à medida em que houve avanço da vacinação no País. No Banrisul, a originação de crédito foi impulsionada, em especial, no último trimestre, devido não somente à melhora na conjuntura econômica como também decorrente de mudanças promovidas nas regras de incentivos.

Dessa forma, a carteira de crédito total e a carteira comercial da pessoa jurídica registraram crescimento de acordo com a expectativa revisada, além de crescimento acima do esperado para o crédito rural. Embora o crédito destinado à pessoa física tenha observado crescimento robusto no último trimestre, ainda ficou abaixo do intervalo divulgado devido à reação mais tardia das operações de crédito consignado geradas por correspondente bancário.

### Qualidade da Carteira

As despesas de provisões para perdas de crédito em relação ao saldo da carteira de crédito realizaram abaixo do esperado, devido à menor inadimplência observada.

### Captação

Nos recursos captados, o crescimento realizado em 2021 ficou abaixo do intervalo divulgado, reflexo da retomada do consumo represado em função da pandemia e do baixo nível de juros.

#### **Indicadores de Rentabilidade, Eficiência e Margem**

A rentabilidade e o índice de eficiência realizados em 2021 ficaram dentro do intervalo esperado. Já a margem financeira sobre ativos rentáveis médios realizou abaixo do intervalo divulgado, reflexo da elevação das despesas com juros decorrente do ciclo de aumentos da Taxa Selic, e da relativa estabilidade, no curto prazo, das receitas de juros.

#### **Guidance 2020**

O Banrisul suspendeu a divulgação do Guidance em 12/05/2020 devido às incertezas provocadas pela pandemia de Covid-19.

#### **c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

O Guidance de 2023 constitui a atual projeção para o período em curso.

## 12 - Assembleia e administração

### 12.1 - DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

**12.1. Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:**

**a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:**

**i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados**

**ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto**

**iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

**b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

**c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:**

**d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:**

**i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros**

**ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação**

**iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e**

**iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

A Administração da Companhia, compete, conforme previsto no Capítulo IV do Estatuto Social, ao Conselho de Administração e à Diretoria.

#### a - Conselho de Administração

O Conselho de Administração, será composto de no mínimo 07 e no máximo 11 membros, eleitos em Assembleia Geral da Companhia e destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 02 anos, permitidas, no máximo, 03 reconduções consecutivas.

Os membros do Conselho de Administração são eleitos sem designação específica, cabendo ao acionista controlador, Estado do Rio Grande do Sul, designar, dentre eles, o Presidente e o Vice-Presidente.

De acordo com o Art. 27 do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração:

1. Eleger os Diretores da sociedade e conferir-lhes as respectivas atribuições, observadas as disposições legais, normativas dos órgãos reguladores e estatutárias aplicáveis;
2. Ouvido o acionista controlador, Estado do Rio Grande do Sul, destituir Diretores da sociedade,
3. Fixar a orientação geral dos negócios da empresa e, por proposta da Diretoria aprovar: i) o planejamento estratégico; ii) plano de metas e de desempenho e, iii) plano de investimentos;
4. Supervisionar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos,
5. Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, obedecidos os requisitos legais e deste estatuto;
6. Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre a destinação do lucro líquido;

7. Manifestar-se previamente sobre a prestação de fiança ou aval pela sociedade, quando de valor superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da sociedade apurado pelo último balanço semestral,
8. Fixar, anualmente, o montante de auxílios e subvenções a ser distribuído pela Diretoria, atendido ao disposto neste estatuto,
9. Aprovar os planos e orçamentos promocionais da sociedade, e de suas empresas controladas,
10. Escolher e destituir os auditores independentes, observado o disposto neste estatuto,
11. Aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração e proceder as atualizações decorrentes de normas oficiais ou internas ou de iniciativas do próprio colegiado;
12. Fixar o limite máximo de endividamento por cliente, inclusive grupo econômico, em percentual do patrimônio líquido do Banco, ficando facultada à Diretoria a aprovação de operações de crédito e de limites de risco até o percentual de 3% (três por cento) do aludido patrimônio líquido,
13. Autorizar a sociedade a adquirir suas próprias ações, nos termos do que dispõe o artigo 6º, deste Estatuto, para cancelamento ou permanência em tesouraria, visando, neste último caso sua posterior alienação,
14. Estabelecer, anualmente, orçamento de marketing baseado em critérios técnicos de mercado, monitoramento e controle, e focado na estratégia mercadológica e institucional, na construção e no estreitamento de relacionamento com clientes e a comunidade, observados os limites previstos em lei,
15. Constituir comitês, com atribuições específicas para o exame de determinadas matérias e apurar os respectivos regimentos internos,
16. Eleger e destituir os membros do Comitê de Auditoria, do Comitê de Elegibilidade e Remuneração, e do Comitê de Riscos,
17. Aprovar as regras operacionais do Comitê de Auditoria, do Comitê de Elegibilidade e Remuneração, e do Comitê de Riscos, posteriores alterações, e tomar ciência das atividades de tais comitês pelos seus relatórios,
18. Estabelecer a remuneração dos administradores,
19. Recomendar à Assembleia Geral, anualmente, analisada a proposta do Comitê de Elegibilidade e Remuneração, o valor global da remuneração e benefícios dos integrantes dos órgãos de administração.
20. Revisar anualmente e deliberar, por proposta da Diretoria, sobre as políticas de riscos: i) liquidez; ii) mercado; iii) operacional; iv) crédito; v) cibernético e vi) sócio ambiental, refletidos na Declaração de Appetite a Riscos;
21. Supervisionar os sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade;
22. Apreçar e deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre as políticas gerais da sociedade, especialmente de governança corporativa; de prevenção à lavagem de dinheiro e corrupção, dentre outras;

#### Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da Companhia é um órgão permanente, em atendimento às normas do Conselho Monetário Nacional e legislação aplicável, podendo ser compartilhado com as sociedades controladas, composto de 03 membros que atendam aos requisitos para o exercício da função, conforme legislação e normas vigentes, eleitos pelo Conselho de Administração na primeira reunião que realizar após a Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 02 anos, destituíveis a qualquer tempo, permitida sua recondução até o máximo legalmente permitido.

O Comitê de Auditoria deve reportar-se diretamente ao Conselho de Administração.

Podem ser nomeados para membros do Comitê de Auditoria, pessoas naturais residentes no País, que tenham formação profissional em nível superior e capacitação técnica que os qualifiquem para tal função, além de preencher as condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sendo que pelo menos um deles deverá possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria de instituições financeiras.

O Comitê de Auditoria realiza reuniões ordinárias, de acordo com as regras operacionais de seu funcionamento e, extraordinárias, quando necessário, deliberando validamente, sempre que presente a totalidade de seus membros.

De acordo com o Art. 53 do Estatuto Social da Companhia, compete ao Comitê de Auditoria:

1. estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos acionistas;
2. elaborar plano de trabalho anual, contendo roteiro de atividades, com a definição da natureza e da extensão das informações necessárias à condução dos trabalhos e execução das atividades;
3. emitir parecer técnico à administração da Companhia, sobre a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, e recomendar a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário, observando-se as normas legais que regem as contratações da sociedade;
4. revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios de administração e parecer do auditor independente;
5. avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à instituição, além de regulamentos e códigos internos;

6. avaliar o cumprimento, pela administração do Banco, das recomendações feitas pelos auditores independentes e internos;
7. estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
8. recomendar à Diretoria da Companhia, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
9. reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a Diretoria da Companhia, com a Auditoria Independente e com a Auditoria Interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros;
10. reunir-se com o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, por suas solicitações, para discutir as políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;
11. convidar para participar de suas reuniões, membros da administração, funcionários, prestadores de serviços ou outros colaboradores que detenham informações relevantes ou cujos assuntos constantes da pauta sejam pertinentes à sua área de atuação;
12. avaliar anualmente o desempenho e a eficácia geral do Comitê, mediante autoavaliação, encaminhando o resultado desse trabalho ao Conselho de Administração;
13. outras atribuições determinadas pelo Banco Central do Brasil e pela legislação aplicável, e
14. elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro, documento denominado relatório do Comitê de Auditoria, contendo: (i) as atividades exercidas no âmbito de suas atribuições, no período, (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno da instituição, com ênfase no cumprimento das disposições emanadas pelo Banco Central do Brasil e com evidências das deficiências detectadas, (iii) descrição das recomendações apresentadas à Diretoria, com evidências daquelas não acatadas e respectivas justificativas, (iv) avaliação da efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à instituição, além de regulamentos e códigos internos, com evidências das deficiências detectadas, e (v) avaliação da qualidade das demonstrações contábeis relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo Banco Central do Brasil, com evidenciação das deficiências detectadas.

#### Comitê de Elegibilidade e Remuneração

O Comitê de Elegibilidade e Remuneração, eleito pelo Conselho de Administração do Banco, que atua em nome da Sociedade e de suas controladas, é composto por 03 membros, pessoas naturais, residentes no país, com formação profissional de nível superior e capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, além de preencher as condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários de instituições financeiras e outras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com mandato de 03 anos, destituíveis a qualquer tempo, podendo ser reconduzidos até o máximo de período legalmente permitido.

De acordo com o Art. 63 do Estatuto Social do Banco, compete ao Comitê de Elegibilidade e Remuneração:

1. auxiliar o acionista controlador na análise de requisitos e vedações para indicação e avaliação dos Administradores, membros do Conselho Fiscal e Comitês Estatutários;
2. elaborar a política de remuneração dos Administradores da Companhia e das subsidiárias, propondo aos Conselhos de Administração do Banco e das subsidiárias, as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;
3. supervisionar a implantação e operacionalização da política de remuneração dos Administradores do Banco e das subsidiárias;
4. revisar, anualmente, a política de remuneração dos Administradores do Banco e das subsidiárias, recomendando aos respectivos Conselhos de Administração a sua correção ou aprimoramento;
5. propor aos Conselhos de Administração da Companhia e das subsidiárias o montante de remuneração global dos administradores a ser submetido às respectivas Assembleias Gerais, na forma do Art. 152, da Lei nº 6.404, de 1976;
6. avaliar os cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração dos Administradores da Companhia e das subsidiárias;
7. analisar a política de remuneração dos Administradores da Companhia e das subsidiárias em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários;
8. zelar para que a política de remuneração dos Administradores da Companhia e das subsidiárias esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada para as instituições;
9. solicitar esclarecimentos às Diretorias da Companhia e das subsidiárias ou a qualquer dos seus integrantes;
10. convocar funcionários, de comprovado conhecimento da área, para prestar esclarecimentos adicionais, e
11. seguir outras atribuições determinadas pelo Banco Central do Brasil.

#### Comitê de Riscos

A Sociedade conta com um Comitê de Riscos, de funcionamento permanente, composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros com mandato de 2 (dois) anos, nomeados e destituíveis pelo Conselho de Administração da Sociedade a qualquer tempo, nos termos previstos em normas do Conselho Monetário Nacional.

O Comitê reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, de acordo com as regras operacionais de seu funcionamento, e extraordinariamente quando necessário.

De acordo com o Art. 67, do Estatuto Social da sociedade, o Comitê de Riscos deverá coordenar suas atividades com o Comitê de Auditoria e terá competência para:

1. propor, com periodicidade mínima anual, recomendações ao Conselho de Administração sobre os assuntos de que trata o Art. 48, Inciso II, da Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional;
2. avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na Declaração de Apetite por Riscos da Companhia e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada;
3. supervisionar a atuação e o desempenho do diretor indicado pela Companhia para gerenciamento de riscos (CRO);
4. supervisionar a observância, pela Diretoria, dos termos da Declaração de Apetite por Riscos da Companhia; e
5. avaliar o grau de aderência dos processos da estrutura de gerenciamento de riscos às políticas estabelecidas, e
6. manter registros de suas deliberações e decisões.

#### Comitês com funções auxiliares da Diretoria

A Companhia conta ainda com órgãos com funções auxiliares da Diretoria, denominados: a) Comitê de Gestão Bancária, b) Comitê de Gestão de Ativos e Passivos, c) Comitê de Gestão Comercial, d) Comitê de Gestão Administrativa, e) Comitê de Controles Internos e Compliance, f) Comitê de Gestão de Tecnologia de Informação, g) Comitê Disciplinar, h) Comitê de Gestão de Pessoas, i) Comitê de Gestão de Marketing, j) Comitê de Riscos Corporativos, k) Comitê de Gestão de Recuperação e Restruturação de Crédito, l) Comitê de Priorização de Demandas à TI, m) Comitê de Gestão de Produtos e Serviços, n) Comitê de Sustentabilidade.

Serão membros dos Comitês os Superintendentes e/ou Gerentes, nomeados pela própria Diretoria, e, por sua designação, Administradores das Sociedades de que participe com 50% (cinquenta por cento) ou mais do capital social.

#### b – Diretoria

A Diretoria da Companhia, que tem funções executivas, é composta de um Presidente, um Vice-Presidente e até sete Diretores, acionistas ou não, residentes no País, e que possua capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, a qual deve ser demonstrada com base na formação acadêmica ou experiência profissional ou em outros quesitos julgados relevantes, por intermédio de documentos.

Um dos membros da Diretoria responderá pela Diretoria de Relações com Investidores, que poderá ser acumulada com as demais funções da Diretoria, nos termos de regulamentação expedida pela Comissão de Valores Mobiliários.

O Presidente, o Vice-Presidente e demais membros da Diretoria serão eleitos ou reeleitos, com mandato de dois anos, pelo Conselho de Administração.

O Presidente e o Vice-Presidente são necessariamente escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração.

Obrigatoriamente um dos membros da Diretoria será escolhido entre os empregados que contarem com mais de dez anos de serviço prestados diretamente ao Banco e que possuam capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, a qual deve ser demonstrada com base na formação acadêmica ou experiência profissional ou em outros quesitos julgados relevantes, por intermédio de documentos.

Os cargos de Vice-Presidente e de Conselheiro de Administração poderão ser acumulados com funções da Diretoria.

O mandato dos ocupantes de cargos de Diretoria estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

De acordo com o Art. 36 do Estatuto Social do Banco, são atribuições e deveres da Diretoria:

1. cumprir e fazer cumprir as leis fundamentais da Companhia e executar as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
2. propor ao Conselho de Administração, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, plano de negócios e operações da Companhia para o exercício anual seguinte;
3. organizar o regulamento interno dos serviços da Companhia e modificá-lo, quando conveniente;

4. autorizar a outorga de garantias, a alienação de bens e a transação ou a renúncia de direitos, observadas as disposições pertinentes do Estatuto Social;
5. estabelecer normas gerais e uniformes para a nomeação, promoção, punição, demissão, licenças, faltas, salários, gratificações e demais vantagens para funcionários não comissionados em cargos de confiança, delegando competência para a execução dessas normas;
6. criar, modificar e suprimir cargos ou funções de confiança, fixando-lhes o valor das respectivas comissões e vantagens, prover, destituir, punir, demitir, conceder licenças aos titulares de tais cargos ou funções;
7. distribuir e aplicar os lucros apurados, respeitando, dentro dos limites do resultado de cada semestre, a obrigatoriedade da distribuição dos dividendos fixos e mínimos previstos no Estatuto Social e as demais normas legais e regulamentares sobre a espécie;
8. criar e suprimir agências e representações em qualquer localidade do país e do exterior;
9. elaborar, revisar e propor anualmente, ao Conselho de Administração, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, plano estratégico de longo prazo com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os 5 (cinco) anos seguintes, indicando as diretrizes principais sobre a política administrativa, recursos humanos, investimentos e tecnologia, produtos e serviços.

Compete ao Presidente:

1. coordenar as reuniões da Diretoria, exercendo além do voto pessoal, o de qualidade, em caso de empate nas deliberações;
2. fazer executar as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, da Diretoria e fazer cumprir as leis fundamentais do Banco;
3. representar o Banco, ativa e passivamente, em juízo ou em suas relações com terceiros, para o fim de contrair obrigações, alienar bens móveis e imóveis, transigir e renunciar direitos;
4. constituir mandatários do Banco, especificando no instrumento os atos ou operações que poderão praticar e a duração do mandato, que, no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado;
5. designar prepostos para representar a Companhia;
6. apresentar relatório anual das operações da Companhia e da gestão da Diretoria, ilustrado pelas respectivas demonstrações financeiras à Assembleia Geral, ouvido previamente sobre tais documentos o Conselho de Administração;
7. exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas pelo Conselho de Administração;
8. designar e destituir o Ouvidor.

Segundo o Estatuto Social da Companhia, nos casos de vaga, ausência ou impedimento temporário do Presidente, cabe ao Vice-Presidente substituí-lo e exercer validamente, nessas hipóteses, os atos previstos.

Quando o Vice-Presidente não puder substituir o Presidente, compete a qualquer dos Diretores, tenham ou não designação específica, atribuída, temporária ou permanentemente, substituir o Presidente, praticando validamente, em tais ocasiões, os atos de competência do substituído.

A vacância, a ausência e o impedimento a que alude o Estatuto independem de aviso ou notificação a terceiros, bastando para caracterizá-los, a simples assinatura do substituto nos atos de competência do substituído.

O Estatuto Social não estabelece atribuições e poderes individuais aos demais Diretores.

#### c – Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia é permanente e é composto de cinco membros e igual número de suplentes eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de dois anos, permitidas duas reconduções consecutivas. São elegíveis para membros do Conselho Fiscal pessoas naturais residentes no País, que tenham formação profissional em nível superior e experiência no exercício de função executiva na alta administração de instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional ou de outras empresas.

Compete ao Conselho Fiscal, além das atribuições e poderes que lhe são reservados pela Lei de Sociedades por Ações, reunir-se quando convocado pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria e emitir parecer sobre os assuntos que lhe forem submetidos.

#### **d. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê e de seus membros, identificando o método utilizado**

##### a – Conselho de Administração

De acordo com a previsão do art. 29 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração realiza anualmente uma avaliação formal do seu próprio desempenho, do desempenho da Diretoria e do desempenho dos membros de comitês. O processo de avaliação é realizado conforme os procedimentos definidos pelo Conselho de Administração, descritos em seu regimento interno.

*b – Comitê de Auditoria*

Sem prejuízo da realização das avaliações descritas no item XIV do art. 53 do Estatuto Social da Companhia, o Comitê de Auditoria passa anualmente por um processo de autoavaliação, que analisa o desempenho e a eficácia geral do Comitê, encaminhando o resultado desse trabalho ao Conselho de Administração.

*c – Comitê de Elegibilidade e Remuneração*

O Comitê de Elegibilidade e Remuneração auxilia o acionista controlador na análise de requisitos e vedações para indicação e avaliação dos Administradores, membros do Conselho Fiscal e Comitês Estatutários.

## 12.2 - REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS RELATIVAS ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS

### 12.2. Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

#### a. prazos de convocação

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo 21 (vinte e um) dias de antecedência em primeira convocação e, com 8 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação, conforme Lei 6404/76. (Redação dada pela Lei nº 14.195, de 2021).

#### b. competências

As competências seguem as exigências legais, e subsidiariamente o estatuto.

#### c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos aos itens da ordem do dia encontram-se à disposição dos Acionistas na sede social do Banrisul e foram disponibilizados nos *websites* de Relação com Investidores ([www.banrisul.com.br/ri](http://www.banrisul.com.br/ri) - Governança Corporativa - Assembleias), B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e Comissão de Valores Mobiliários - CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

#### d. identificação e administração de conflitos de interesses

Aplicam-se à Sociedade as regras constantes na legislação brasileira, sem adoção de mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas Assembleias Gerais.

#### e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Na forma apresentada na Proposta da Administração. Os pedidos públicos de procuração para exercício do direito de voto são realizados conforme as regras estabelecidas na Instrução CVM 481/09, conforme alterada.

#### f. formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nos termos do parágrafo primeiro do Art. 126 da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por mandatários. Com o objetivo de organizar os trabalhos da Assembleia, o instrumento de mandato e os demais atos societários, devidamente autenticados, com firma reconhecida, sob tradução juramentada, se for o caso, que comprovem a regularidade da representação podem, a critério do acionista, ser depositados na sede da Companhia, na rua Capitão Montanha nº 177, 4º andar - Secretaria Geral, nesta Capital, preferencialmente, até 48 horas antes da data prevista para a realização da Assembleia Geral.

#### g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

A partir das Assembleias Gerais de 2017, o Banrisul passou a adotar a participação dos acionistas por meio do voto a distância, conforme Instrução CVM 481/09 e alterações.

Conforme previsto nos artigos 21-A e seguintes da Instrução CVM nº 481/09, os Acionistas da Companhia também poderão exercer o voto nas Assembleias Gerais por meio do Boletim de Voto a Distância ("Boletim de Voto"), a ser enviado diretamente à Companhia ou aos prestadores de serviço habilitados, nos seguintes termos:

O Acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos:

- i. Via física do Boletim de Voto: conforme disponibilizado em versão passível de impressão no **Anexo 2** ao presente Manual e nos *websites* de Relações com Investidores (<http://ri.banrisul.com.br> - Governança Corporativa – Assembleias) e da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>), deverá estar com todos os campos preenchidos, com todas as páginas rubricadas e a última página assinada pelo Acionista ou seu(s) representante(s) legal(is); e
- ii. Documentos de Identificação e/ou de Representação: Acionistas pessoas jurídicas devem enviar cópias autenticadas das últimas versões consolidadas (e alterações posteriores, se for o caso) do seu contrato ou estatuto social ou regulamento (conforme aplicável), e do comprovante de eleição dos administradores ou gestores, conforme o caso, e do documento de identidade com foto de seu

representante legal. Pessoas físicas devem enviar cópia autenticada do documento de identificação com foto do Acionista. Documentos produzidos no exterior deverão estar acompanhados da respectiva tradução.

Pessoas físicas devem enviar cópia autenticada do documento de identificação com foto do acionista. Documentos produzidos no exterior devem estar consularizados ou apostilados e acompanhados da respectiva tradução juramentada.

Todos os documentos referidos acima foram recebidos pela Companhia através do endereço de e-mail [governanca\\_corporativa\\_dg@banrisul.com.br](mailto:governanca_corporativa_dg@banrisul.com.br) no endereço físico - Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Rua Caldas Junior, 108, 4º andar, Centro, Porto Alegre/RS, 90018-900, A/C **Unidade de Governança Corporativa** - conforme definido no Manual das Assembleias.

Uma vez recebidos os documentos referidos nos itens “i” e “ii” acima, conforme aplicável, a Companhia comunicará o acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação, se for o caso, nos termos previstos na Instrução CVM nº 481/09, através do endereço eletrônico informado no Boletim de Voto.

O Boletim de Voto recebido pela Companhia que não esteja integralmente e regularmente preenchido e/ou não esteja acompanhado dos documentos de identificação e comprobatórios da regularidade de representação acima descritos serão desconsiderados.

A informação sobre eventual desconsideração do Boletim de Voto e dos documentos a ele relacionados será enviada pela Companhia por meio do endereço eletrônico fornecido pelo acionista no Boletim de Voto, juntamente com as orientações necessárias à sua retificação. Neste caso, o Boletim de Voto eventualmente retificado pelo acionista e a documentação pertinente também deverão ser recebidos pela Companhia até a data limite informada no Manual das Assembleias.

#### **h. se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância**

A participação dos Acionistas poderá ser pessoal ou por meio de procurador devidamente constituído, através da Plataforma ou ainda via Boletim de Voto a Distância. As orientações detalhadas para participação constam no Manual para Participação das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária.

Os acionistas ou procuradores que desejarem participar por meio da Plataforma deverão acessar o link de pré cadastro, preenchendo todas as informações solicitadas e fornecendo todos os documentos indicados no Manual para Participação. Os acionistas ou procuradores que não realizarem o cadastro dentro prazo supra não poderão participar da Assembleia.

Alternativamente, o Acionista poderá exercer o seu direito de voto a distância por intermédio dos prestadores de serviço habilitados a exercer tal função, que podem ser (i) o agente de custódia do Acionista, caso as ações estejam depositadas em depositário central; ou (ii) a própria Companhia, na qualidade de instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração dos valores mobiliários de sua emissão.

Nos termos previstos no artigo 21-S da Instrução CVM nº 481/09, a Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes, em relação a uma mesma deliberação, que tenham sido emitidas pelo mesmo CPF ou CNPJ.

Após encerrado o prazo para exercício do voto a distância (isto é, 20 de abril de 2022), o acionista não poderá alterar as instruções de voto enviadas, salvo se presente nas Assembleias Gerais, pessoalmente ou representado por procurador devidamente constituído, mediante solicitação expressa de desconsideração do Boletim de Voto antes da colocação da matéria em questão em votação.

Para informações adicionais sobre a Companhia, visite o nosso *website* de Relações com Investidores (<http://ri.banrisul.com.br/>).

#### **i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância**

A partir do exercício social de 2017, a indicação de candidatos ou inclusão de propostas no boletim de voto a distância se deu nos termos dos artigos 21-L a 21-K, da Instrução CVM nº 481/09 e alterações, observados os percentuais previstos nas tabelas do Anexo 21-L-I e 21-L-II da referida Instrução.

A solicitação de inclusão de candidatos ou propostas foi recebida pelo Diretor de Relações com Investidores, por escrito, nos devidos prazos legais, e vieram acompanhadas dos documentos citados no artigo 21-M, II, Instrução 481/09 e alterações.

#### **j. se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

Não há o procedimento.

#### **k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância**

Nas Assembleias Gerais, o acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá encaminhar o Boletim devidamente preenchido, ao Escriturador, ao Custodiante, ou diretamente à Companhia, conforme informações detalhadas da Proposta da Administração para deliberação dos acionistas que ficarão disponíveis no Manual das Assembleias Gerais em: Banrisul (<http://ri.banrisul.com.br>); CVM (<http://www.cvm.gov.br/>); B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>).

## 12.3 - REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS RELATIVAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### 12.3. Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

#### a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

No exercício de 2021, foram realizadas 12 reuniões Ordinárias e 28 reuniões Extraordinárias.

#### b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há acordo de acionistas no Banrisul.

#### c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

No âmbito do Conselho de Administração, a Companhia identifica e administra os conflitos de interesse baseando-se em normas legais aplicáveis, mas não se limitando, ao disposto no art. 156 da Lei das Sociedades Anônimas.

#### d. se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

i) A política de indicação e sucessão foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada dia 22/12/2021.

ii) A política tem como objetivo garantir que os cargos da alta administração e dos comitês estatutários sejam ocupados por profissionais qualificados e identificados com os valores da Companhia, que estejam em conformidade com a legislação vigente e com o Estatuto da Companhia. O Banrisul está submetido às normas gerais da Lei 6.404/76 (Lei das S.A.), à regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários aplicável às companhias abertas e à regulamentação do Banco Central do Brasil, esta política de sucessão está igualmente sujeita às normas de direito público, especialmente a lei 13.303/2016 e o Decreto editado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul RS 54.110/2018.

Os Administradores deverão apresentar no mínimo:

I - Experiência profissional:

a) 10 (dez) anos, no setor público ou privado, na área de atuação da empresa pública ou da sociedade de economia mista ou em área conexas àquela para a qual forem indicados em função de direção superior; ou

b) 4 (quatro) anos ocupando pelo menos um dos seguintes cargos: 1. cargo de direção ou de chefia superior em empresa de porte ou objeto social semelhante ao da empresa pública ou da sociedade de economia mista, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa; 2. cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior, no setor público; 3. cargo de docente ou de pesquisador em áreas de atuação da empresa pública ou da sociedade de economia mista; ou

c) 4 (quatro) anos de experiência como profissional liberal em atividade direta ou indiretamente vinculada à área de atuação da empresa pública ou sociedade de economia mista; e

II - Formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado; e

III - Não se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso i do caput do art. 1º da lei complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, com as alterações introduzidas pela lei complementar nº 135, de 4 de junho de 2010.

Os requisitos previstos do item I, poderão ser dispensados no caso de indicação de empregado da sociedade de economia mista para cargo de administrador ou como membro de comitê, desde que atendidos os seguintes requisitos mínimos:

I - tenha ingressado na sociedade de economia mista por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos;

II - tenha mais de 10 (dez) anos de trabalho efetivo na sociedade de economia mista;

III - tenha ocupado cargo na gestão superior da sociedade de economia mista.

A composição do Conselho de Administração será de no mínimo 7 (sete) e no máximo 11 (onze) membros, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitidas até três reconduções consecutivas.

## **12.4 - DESCRIÇÃO DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS POR MEIO DE ARBITRAGEM**

### **12.4. Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem**

A cláusula compromissória é prevista no Estatuto Social da Companhia, conforme segue:

“Art. 92 - As disputas ou controvérsias relacionadas ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1, a este Estatuto Social, aos eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Sociedade, às disposições da Lei 6.404/76, às normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, aos regulamentos da BOVESPA e às demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, ou delas decorrentes, serão resolvidas por meio de arbitragem conduzida em conformidade com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BOVESPA.”

## 12.5/12.6 - COMPOSIÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DA ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

**a. informações sobre:**

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome e setor de atividade da empresa
- cargo
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor

**b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

i. qualquer condenação criminal

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do CA ou do CF no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

### Diretoria

Nome	Cláise Muller Rauber
CPF	431.793.980-00
Data de Nascimento	06/09/1967
Profissão	Bancária
Órgão da Administração	Pertence apenas à Diretoria
Cargo Eletivo Ocupado	19 – Outros Diretores.
Descrição do Outro Cargo / Função	Diretora de Produtos, Segmentos e Canais Digitais
Data da Eleição	05/05/2021
Data de Posse	01/07/2021
Prazo do Mandato	Até a posse dos eleitos na RCA, que ocorrerá após a AGO de 2023
Eleito pelo Controlador	Sim
Mandatos Consecutivos	1
Percentual de Participação	-
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Comitê de Responsabilidade Social Ambiental e Climática
Pessoa Politicamente Exposta	Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Funcionária de carreira no Banco do Estado do Rio Grande do Sul; Diretora de Produtos, Segmentos e Canais Digitais do Banrisul S.A. (desde 2019); Banrisul Seguridade Participações SA – Diretora Presidente (desde 2020); Coordenadora do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática Banrisul – RSAC (desde 2022); Superintendente na área de Política de Crédito e Análise de Riscos (2015 - 2019), foi Superintendente na área de Crédito Consignado originado por meio de correspondentes bancários (2013 – 2015), Gerente na coordenação do Processo de Gestão de Risco de Crédito (2010 – 2013), do Processo de Modelagem Estatística para Gestão de Clientes (2008 – 2010), Coordenadora de Gestão Operacional da Estratégia Comercial (2006 – 2008), Analista de modelagem estatística e políticas de gestão para risco de crédito(2002 – 2006), analista de crédito de limites de risco para pessoa jurídica (2001 – 2002), Atendimento ao Cliente na Rede de Agências (1988 – 2001). É Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade de Passo Fundo (1995), com MBA em Finanças Corporativas e Valor das Organizações pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2007), em Inteligência Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (2010), e em Gestão Bancária pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012).

<b>Nome</b>	<b>Fernando Postal</b>
<b>CPF</b>	328.730.420-87
<b>Data de Nascimento</b>	26/04/1962
<b>Profissão</b>	Administrador em Gestão Pública
<b>Órgão da Administração</b>	Pertence apenas à Diretoria
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	19 – Outros Diretores.
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	Diretor Comercial de Distribuição e Varejo
<b>Data da Eleição</b>	05/05/2021
<b>Data de Posse</b>	01/07/2021
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse dos eleitos na RCA, que ocorrerá após a AGO de 2023
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Mandatos Consecutivos</b>	1
<b>Percentual de Participação</b>	-
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Diretor Comercial de Distribuição e Varejo no Banco do Estado do Rio Grande do Sul (desde 2019). Diretor e Conselheiro da Banrisul Seguridade Participações e Banrisul Corretora de Seguros (desde 2020). Na Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, foi Diretor (2015-2019, 2009 – 2011, 2005 - 2005), e Presidente (2007 – 2008). Foi Presidente da Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos/RS (2006 – 2007), Presidente da Associação dos Municípios da Encosta Superior do Nordeste (2004, 2000 - 2001), Conselheiro de Administração da Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A - CEASA (2003 – 2006), Vice-presidente da FAMURS (2000 – 2001). Possui Graduação em Gestão Pública pela Universidade de Caxias do Sul/RS (2011).

<b>Nome</b>	<b>Marcus Vinícius Feijó Staffen</b>
<b>CPF</b>	827.327.790-91
<b>Data de Nascimento</b>	23/06/1983
<b>Profissão</b>	Bancário
<b>Órgão da Administração</b>	Pertence apenas à Diretoria
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	19 – Outros Diretores.
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
<b>Data da Eleição</b>	05/05/2021
<b>Data de Posse</b>	01/07/2021
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse dos eleitos na RCA, que ocorrerá após a AGO de 2023
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Mandatos Consecutivos</b>	1
<b>Percentual de Participação</b>	-
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	Comitê de Responsabilidade Social Ambiental e Climática
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Funcionário de Carreira no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., Diretor de Finanças e Relações com Investidores (desde 2019); Membro do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática Banrisul – RSAC (desde 2022); Gerente Executivo na Unidade Financeira (2015-2019), foi Gerente Executivo na área de Mercados de Capitais (2011 – 2015), de Administração de Recursos de Terceiros (2010 – 2011), onde também foi Analista (2003 – 2010), e Escriturário (2002 – 2003) na Rede de Agências. Foi Conselheiro Fiscal na Fundação Banrisul de Seguridade Social (2013 – 2016) e Membro do Comitê de Investimentos da Fundação Banrisul de Seguridade Social (2010 – 2012). Possui Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005), e MBA em Mercado de Capitais pela UFRGS (2009), em Gestão Bancária pela UFRGS (2013), e em Finanças, Investimentos e Banking pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2019).

<b>Nome</b>	<b>Osvaldo Lobo Pires</b>
<b>CPF</b>	016.494.707-89
<b>Data de Nascimento</b>	19/01/1970
<b>Profissão</b>	Administrador
<b>Órgão da Administração</b>	Pertence apenas à Diretoria
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	19 – Outros Diretores.
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	Diretor de Crédito
<b>Data da Eleição</b>	05/05/2021
<b>Data de Posse</b>	01/07/2021
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse dos eleitos na RCA, que ocorrerá após a AGO de 2023
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Mandatos Consecutivos</b>	1
<b>Percentual de Participação</b>	-
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que é considerado pessoa politicamente exposta, conforme disposto Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.
<b>Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência</b>	
Diretor de Crédito do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (desde 2019). Atuou como Assessor da Diretoria (2017 -2019), na área de Mercado de Capitais, e Assessor da Presidência (2016–2017) no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; foi Sócio e Head de Análise de Crédito na Divitia Investimentos Ltda. (2014–2015); Diretor responsável pelas áreas de Análise de Crédito, Risco, Controladoria e TI no Banco CR2 S.A. (2016–2013); Sócio e Coordenador do departamento de Análise de Crédito no Banco BBM S.A. (1996–2006). Graduado em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994); Curso de Extensão em Business Administration pela University of California (1995), Programa de Formação de Profissionais para Instituições Financeiras (1996); e MBA em Finanças pelo IBMEC (1997).	

<b>Nome</b>	<b>Jorge Fernando Krug Santos</b>
<b>CPF</b>	395.712.110-87
<b>Data de Nascimento</b>	26/03/1959
<b>Profissão</b>	Analista de Sistemas
<b>Órgão da Administração</b>	Pertence apenas à Diretoria
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	19 – Outros Diretores.
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	Diretor de Tecnologia da Informação e Inovação
<b>Data da Eleição</b>	05/05/2021
<b>Data de Posse</b>	01/07/2021
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse dos eleitos na RCA, que ocorrerá após a AGO de 2023
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Mandatos Consecutivos</b>	3
<b>Percentual de Participação</b>	-
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.
<b>Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência</b>	
Funcionário de carreira do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Diretor de Tecnologia da Informação (desde 2015) e Tecnologia da Informação e Inovação (desde 2019). Foi Superintendente Executivo da Unidade de Segurança de TI no Banrisul (2007 – 2015). É Graduado em Análise de Sistemas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e possui Pós-Graduação em Engenharia de Software pela Universidade do Estado do Rio Grande do Sul.	

<b>Nome</b>	<b>Marivania Ghisleni Fontana</b>
<b>CPF</b>	593.178.920-00
<b>Data de Nascimento</b>	01/12/1969
<b>Profissão</b>	Bancária
<b>Órgão da Administração</b>	Pertence apenas à Diretoria
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	19 – Outros Diretores.
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	Diretora Administrativa
<b>Data da Eleição</b>	05/05/2021
<b>Data de Posse</b>	01/07/2021
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse dos eleitos na RCA, que ocorrerá após a AGO de 2023
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Mandatos Consecutivos</b>	0
<b>Percentual de Participação</b>	-
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Diretora Administrativa no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (desde 2021); Superintendente Regional - Banrisul S/A – Novo Hamburgo, RS, Coordenação da rede de agências na implementação da estratégia comercial de varejo do Banrisul (03/2011 – Atual); Analista Senior II, Banrisul S/A – São Paulo, SP (01/2010 – 03/2011); Gerente Geral - Banrisul S/A – São Paulo, SP (08/2003 – 12/2009). MBA em Gestão Bancária e da Competitividade: UNISINOS - São Leopoldo, RS; Pós-Graduação Administração Financeira e Contábil: FAAP- Fundação Armando Alvares Penteado - São Paulo, SP; Bacharel em Administração de Empresas: Faculdade São Luís - São Paulo, SP.

<b>Nome</b>	<b>Wagner Lenhart</b>
<b>CPF</b>	001.092.600-31
<b>Data de Nascimento</b>	22/04/1982
<b>Profissão</b>	Advogado
<b>Órgão da Administração</b>	Pertence apenas à Diretoria
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	19 – Outros Diretores.
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	Diretor Institucional
<b>Data da Eleição</b>	14/07/2021
<b>Data de Posse</b>	20/08/2021
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse dos eleitos na RCA, que ocorrerá após a AGO de 2023
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Mandatos Consecutivos</b>	0
<b>Percentual de Participação</b>	-
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	Comitê de Responsabilidade Social Ambiental e Climática
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Diretor Institucional do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – Banrisul. Membro do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática Banrisul – RSAC (desde 2022); Foi Diretor Financeiro do Instituto de Estudos Empresariais (IEE) e CEO do Fórum da Liberdade. Atuou como advogado, nas áreas cível, tributária e comercial, em Altemo Advogados Associados. Exerceu a função de Tabelião Substituto no Segundo Tabelionato de Notas de São Leopoldo/RS. Foi Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Gestão e Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias da Prefeitura de São Paulo. Foi também Secretário Nacional de Gestão e Desempenho de Pessoal do Governo Federal, conselheiro fiscal do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, conselheiro deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – FUNPRESP, conselheiro deliberativo do Instituto de Estudos Empresariais – IEE e conselheiro fiscal do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE-RS. Wagner é bacharel em ciências jurídicas e sociais pela PUCRS, especialista em direito do estado pela UFRGS, MBA em gestão empresarial pela ESPM e mestre em direito pela UFRGS.

## Conselho de Administração

<b>Nome</b>	<b>Claudio Coutinho Mendes</b>
<b>CPF</b>	373.256.207-72
<b>Data de Nascimento</b>	31/01/1957
<b>Profissão</b>	Economista
<b>Órgão da Administração</b>	Pertence ao Conselho de Administração e a Diretoria
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	31 – Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	
<b>Data da Eleição</b>	27/04/2023
<b>Data de Posse</b>	Data de posse aguardando aprovação do Banco Central
<b>Prazo do Mandato</b>	Mandato atual até a posse dos eleitos na AGO realizada em 2023
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	27/03/2019
<b>Mandatos Consecutivos</b>	1
<b>Percentual de Participação</b>	100%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que é considerado pessoa politicamente exposta, conforme disposto na Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Diretor-Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (desde 2019), Presidente do Conselho de Administração da Banrisul Cartões (desde 2019), Conselheiro Deliberativo do Instituto Caldeira (desde 2019), Conselheiro de Administração da ABBC – Associação Brasileira de Bancos (desde 2021), Conselheiro Consultivo da CRT4 – Central de Registro de Títulos e Ativos S.A (desde 2020), Conselheiro de Administração da Banrisul Icatu Participações S.A. (desde 2019), Membro do Conselho Diretor da FEBRABAN (desde 2019), Conselheiro de Administração da VG8JV Tecnologia S.A. (2019 - 2021). Sócio da TIBA Assessoria Empresarial Ltda. (2018). Diretor Financeiro, de Crédito e Internacional no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (2016 - 2017). Fundador e Presidente no Banco CR2 S.A. (2000 - 2013). Sócio-Diretor da CR2 Serviços Financeiros Ltda. (2013-2016). Presidente do Conselho de Administração da CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A. (2007 – 2011). Gerente Comercial (1986-1989), Diretor de Produtos (1989 - 1991) e Sócio – Diretor-Executivo (1991 - 1999) no Banco BBM S.A. Engenheiro de Projetos de Construção de Portos e Marinas na Dolfim Engenharia S.A. (1982 - 1984). É Bacharel em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1982) e em Economia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (1986).

<b>Nome</b>	<b>Irany de Oliveira Sant'Anna Junior</b>
<b>CPF</b>	339.511.440-68
<b>Data de Nascimento</b>	24/02/1960
<b>Profissão</b>	Funcionário Público Federal
<b>Órgão da Administração</b>	Pertence ao Conselho de Administração e a Diretoria
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	34 – Conselheiro (Efetivo) e Dir. Vice Pres.
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	
<b>Data da Eleição</b>	27/04/2023
<b>Data de Posse</b>	Data de posse aguardando aprovação do Banco Central
<b>Prazo do Mandato</b>	Mandato atual até a posse dos eleitos na AGO realizada em 2023
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	01/03/2018
<b>Mandatos Consecutivos</b>	3
<b>Percentual de Participação</b>	100%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

É Vice-Presidente da Diretoria e Conselheiro de Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (desde 2015), Presidente da Diretoria da Banrisul Administradora de Consórcios (desde 2015), Conselheiro de Administração da Banrisul Cartões S.A. (desde 2015), Presidente do Conselho de Administração da Banrisul Cartões S.A. (2015-2019). No Banco Central do Brasil, atuou como Chefe Adjunto do Departamento de Supervisão Bancária em São Paulo (2013 – 2015); Gerente Técnico do Departamento de Supervisão Bancária para a Região Sul (2009 – 2013); Supervisor de Fiscalização (1998 – 2009); Inspetor de Fiscalização (1995 – 1998); Analista de Fiscalização (1994 – 1995). Consultor econômico-financeiro e agente autônomo de investimentos na Fininvest CFI e Bozano Simonsen DTVM (1984 – 1993); Assessor de Diretoria da Formac (1982 – 1983). Possui Graduação em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1981).

<b>Nome</b>	<b>João Verner Juenemann</b>
<b>CPF</b>	000.952.490-87
<b>Data de Nascimento</b>	16/02/1940
<b>Profissão</b>	Contador
<b>Órgão da Administração</b>	Pertence apenas ao Conselho de Administração
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	
<b>Data da Eleição</b>	27/04/2023
<b>Data de Posse</b>	Data de posse aguardando aprovação do Banco Central
<b>Prazo do Mandato</b>	Mandato atual até a posse dos eleitos na AGO realizada em 2023
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	01/03/2018
<b>Mandatos Consecutivos</b>	3
<b>Percentual de Participação</b>	93,10%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	Membro do Comitê de Auditoria.
<b>Pessoas Politicamente Exposta</b>	Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### **Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.: Conselheiro de Administração (2003/2010 e 2015/2022), Coordenador do Comitê de Auditoria (2004/2010 e 2015/2022) e membro do Comitê de Elegibilidade e Remuneração (2015-2018); Notre-Dame Intermédica Participações S.A.: Membro efetivo do Conselho Fiscal (2021); Mesa Participações S.A.: Membro efetivo do Conselho Fiscal (2019/2020), Presidente do Conselho Fiscal (2021); Multiner S.A.: Membro efetivo do Conselho Fiscal (2020/2021); Brasiliana Participações S.A.: Membro efetivo do Conselho Fiscal (2020/2021); Vibra Energia S.A.: Membro do Conselho Fiscal (2018/2019) e Presidente do Conselho Fiscal (2020/2021); HT Micron Semicondutores S.A.: Presidente do Conselho Fiscal (2019/2021); Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos: Coordenador do Comitê de Auditoria e Risco (2016/2022) e Membro efetivo do Conselho Fiscal (2009/2015); Tupy S.A.: Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos (2009/2020); Klabin S.A.: Membro efetivo do Conselho Fiscal (2017/2018) e suplente do Conselho de Administração (2019/2020); Saraiva S.A. Livreiros Editores: Membro efetivo do Conselho Fiscal (2014/2018) e presidente do Conselho Fiscal (2019); Paquetá Calçados Ltda: Membro do Comitê de Auditoria e Riscos (2016/2017); Forjas Taurus S.A.: Conselheiro de Administração e coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos (2014/2017); Instituto de Desenvolvimento Gerencial S.A. (Falconi Consultores de Resultado): Presidente do Conselho Fiscal (2011/2017); Sonae Sierra Brasil S.A.: Membro efetivo do Conselho Fiscal (2014/2015); Plascar Participações Industriais S.A.: Membro efetivo do Conselho Fiscal (2013/2015); Banco Indusval S.A.: Membro efetivo do Conselho Fiscal (2012/2015); Presidente do Conselho Fiscal do Banco Meridional do Brasil S.A. (1985/1997); Sócio da Juenemann & Associados Auditores e Consultores (1977/2017) e da Juenemann & Associados Perícias e Investigações Contábeis (1999/2018). Graduado em Ciências Contábeis e Atuariais pela PUCRS (1962) Administração de Empresas pela UFRGS (1971) e Pós-Graduação em Auditoria pela UFRGS (1965); Professor concursado da UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1972/1984), na área de Ciências Contábeis; Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (1974/1975) e do Conselho Federal de Contabilidade (1982/1985); Presidente do Colégio de Vogais da FACPC – Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2015/2017); Associado do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa IBGC (desde 1995), membro do Comitê de Indicação do Conselho de Administração (2011/2020) e Conselheiro de Administração (2005/2008); Coautor do Guia de Melhores Práticas para o Conselho Fiscal (2005) e do Guia de Melhores Práticas para o Comitê de Auditoria (2009), ambos emitidos pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

<b>Nome</b>	<b>Márcio Gomes Pinto Garcia</b>
<b>CPF</b>	610.808.537-15
<b>Data de Nascimento</b>	25/05/1960
<b>Profissão</b>	Economista
<b>Órgão da Administração</b>	Pertence apenas ao Conselho de Administração
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	22 – Conselho de Administração (efetivo)
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	
<b>Data da Eleição</b>	27/04/2023
<b>Data de Posse</b>	Data de posse aguardando aprovação do Banco Central
<b>Prazo do Mandato</b>	Mandato atual até a posse dos eleitos na AGO realizada em 2023
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	02/05/2019
<b>Mandatos Consecutivos</b>	1
<b>Percentual de Participação</b>	100%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	Membro do Comitê de Riscos
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### **Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

Conselheiro de Administração e membro do Comitê de Riscos do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (desde 2019). Ph.D. pelo Economics Department, Stanford University (1991), mestre em Economia por Stanford (1990) e PUC-Rio (1987) e engenheiro de produção pela Escola da Engenharia da UFRJ (1982). É Professor TITULAR do Departamento de Economia da PUC-Rio, tendo já exercido a chefia do Departamento de Economia (1999-2002), a coordenação de pós-graduação (1997-2000) e a coordenação de graduação (1991-1993). Suas áreas de pesquisa são finanças internacionais (macroeconomia aberta) e economia monetária e fiscal, atuando principalmente nos seguintes temas: fluxos de capitais, controles de fluxos de capitais, taxa de câmbio, intervenções cambiais, inflação, política monetária, dívida pública e sistema financeiro E SISTEMA BANCÁRIO. Durante 2013, foi visiting scholar junto à Sloan School of Management - MIT e ao NBER, com bolsa de pós-doutorado do CNPq. Em 2014, foi Tinker Visiting Professor na universidade de Stanford. Em 2002/3, realizou pós-doutorado no Economics Department, Stanford University. Seu recente artigo FX INTERVENTIONS IN BRAZIL: A SYNTHETIC CONTROL APPROACH, publicado em 2017 no Journal of International Economics, ganhou o prêmio Haralambos Simeonidis, da ANPEC, de melhor artigo. É pesquisador do CNPq e Cientista Nosso Estado, da FAPERJ, onde também coordena a área de economia e administração. É membro do Bellagio Group.

<b>Nome</b>	<b>Ramiro Silveira Severo</b>
<b>CPF</b>	004.630.420-77
<b>Data de Nascimento</b>	25/01/1985
<b>Profissão</b>	Economista
<b>Órgão da Administração</b>	Pertence apenas ao Conselho de Administração
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	
<b>Data da Eleição</b>	27/04/2023
<b>Data de Posse</b>	Data de posse aguardando aprovação do Banco Central
<b>Prazo do Mandato</b>	Mandato atual até a posse dos eleitos na AGO realizada em 2023
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	08/08/2019
<b>Mandatos Consecutivos</b>	1
<b>Percentual de Participação</b>	100%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### **Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

Conselheiro de Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (desde 2019). Vice-Presidente de Estratégia no Grupo Zap 2019-2021; Senior Manager/consultor de estratégia (2016-2018), foi Case Team Leader (2014 – 2015) e Analista/Consultor (2008 – 2010 e 2012 – 2014) na Bain & Company; foi Assessor de Gestão na Secretaria do Planejamento e Gestão (2007 – 2008) e na Secretaria Extraordinária da Irrigação (2007) no Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Possui Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008) e MBA pela Columbia Business School – NY (2012).

<b>Nome</b>	<b>Jorge Luís Tonetto</b>
<b>CPF</b>	468.990.140-68
<b>Data de Nascimento</b>	16/12/1966
<b>Profissão</b>	Funcionário Público Estadual
<b>Órgão da Administração</b>	Pertence apenas ao Conselho de Administração
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	20 – Presidente do Conselho de Administração
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	
<b>Data da Eleição</b>	27/04/2023
<b>Data de Posse</b>	Data de posse aguardando aprovação do Banco Central
<b>Prazo do Mandato</b>	Mandato atual até a posse dos eleitos na AGO realizada em 2023
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	08/08/2019
<b>Mandatos Consecutivos</b>	1
<b>Percentual de Participação</b>	100%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	Comitê de Responsabilidade Social Ambiental e Climática
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Conselheiro de Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (desde 2019). Membro do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática Banrisul – RSAC (desde 2022). Secretário Adjunto da Fazenda do Estado do RS (até 2022).-É Mestre em Economia do desenvolvimento e possui graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1991) e graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela mesma Universidade (1992). Possui pós-graduação como especialista em Integração Econômica e Direito Internacional Fiscal (FGV/ESAF/União Europeia) e também em “Theory and Operation of Modern National Economy” (George Washington University). Possui os títulos de especialista em Gestão de Sistemas (UFRGS) e especialista em Ciência Política (PUCRS). Exerceu o cargo de Secretário Municipal da Fazenda de Porto Alegre/RS de 2014 a 2016, sendo Auditor-Fiscal da Receita Estadual da Secretaria da Fazenda desde 1993. Foi Diretor Técnico da ABRASF e do GEFIN/CONFAZ. É Professor de Economia das Finanças Internacionais e de Economia do Setor Público no curso de Economia da PUCRS. Tem experiência nas áreas de Finanças Públicas, Economia, Administração Pública e Tecnologia da Informação.

<b>Nome</b>	<b>Rafael Andréas Weber</b>
<b>CPF</b>	705.825.720-53
<b>Data de Nascimento</b>	23/05/1974
<b>Profissão</b>	Administrador de Empresas
<b>Órgão da Administração</b>	Pertence apenas ao Conselho de Administração
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	27 – Conselho de Adm. Independente (Efetivo)
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	
<b>Data da Eleição</b>	27/04/2023
<b>Data de Posse</b>	Data de posse aguardando aprovação do Banco Central
<b>Prazo do Mandato</b>	Mandato atual até a posse dos eleitos na AGO realizada em 2023
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Não
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	08/08/2019
<b>Mandatos Consecutivos</b>	1
<b>Percentual de Participação</b>	82,76%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Responsável pela alocação e Estratégia dos Fundos de Ações, Clubes de Investimento e Carteiras Administradas na RJI Gestão & Investimentos desde 2019, foi Gerente de Renda Variável na Austro Gestão de Recursos (2017-2019); Co-gestor na GF Gestão de Recursos e analista sênior da Geração Futuro (2004 – 2017); Analista pleno de Crédito e Riscos no Banco Santander Brasil (1999 – 2004). Conselheiro de Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (desde 2019). Possui Graduação em Administração de Empresas pela Faculdade São Judas Tadeu/RS (1999), cursou Mestrado em Administração de Empresas ênfase Internacionalização de Empresas pela Unisinos/RS (2009).

<b>Nome</b>	<b>Adriano Cives Seabra</b>
<b>CPF</b>	016.480.547-81
<b>Data de Nascimento</b>	19/06/1972
<b>Profissão</b>	Engenheiro Eletrônico
<b>Órgão da Administração</b>	Pertence apenas ao Conselho de Administração
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	27 – Conselho de Adm. Independente (Efetivo)
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	
<b>Data da Eleição</b>	27/04/2023
<b>Data de Posse</b>	Data de posse aguardando aprovação do Banco Central
<b>Prazo do Mandato</b>	Mandato atual até a posse dos eleitos na AGO realizada em 2023
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Não
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	12/07/2018
<b>Mandatos Consecutivos</b>	2
<b>Percentual de Participação</b>	72,4%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### **Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

Conselheiro de Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (desde 2018). Opus Investimentos – Gestora de Recursos (Gestor e chefe de análise Set/2011 a Jan/2015). Fides Asset Management – Gestora de Fundos (Gestor e chefe de análise Mar/2015 a Jun/2016). Even Construtora S.A. (Conselheiro de Administração – Mai/2015 a Nov/2015). Sanepar (Conselheiro de Administração – Abr/2017 até o momento). Cesp (Conselheiro de Administração – Abr/2017 a Abr/2019). Eletropaulo (Conselheiro de Administração – Abr/2018 a Nov/2018). Copasa (Conselheiro Fiscal – Abr/2017 até Abr/2018), Smiles (Conselheiro de Administração – Abr/2019 a Mai/2020). Vale (Conselheiro de Administração Suplente – Abr/2019 a Abr/2021 e membro do Comitê Financeiro de Abr/2019 até o momento). Itaverá Investimentos – Gestora de Recursos (chefe de análise de Ago/2021 até o momento).

<b>Nome</b>	<b>Eduardo Cunha da Costa</b>
<b>CPF</b>	962.969.920-68
<b>Data de Nascimento</b>	12/05/1980
<b>Profissão</b>	Advogado
<b>Órgão da Administração</b>	Pertence apenas ao Conselho de Administração
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	22 – Conselho de Administração (efetivo)
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	
<b>Data da Eleição</b>	27/04/2023
<b>Data de Posse</b>	Data de posse aguardando aprovação do Banco Central
<b>Prazo do Mandato</b>	Mandato atual até a posse dos eleitos na AGO realizada em 2023
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	30/08/2019
<b>Mandatos Consecutivos</b>	1
<b>Percentual de Participação</b>	72,4%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### **Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

Conselheiro de Administração do Banco do Estado do Rio grande do Sul (desde 2019). Doutorando em Direito pela Universidade de Roma (Tor Vergata) e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador convidado da Universidade Columbia de Nova Iorque e da Universidade de Paris Panthéon-Assas. Procurado do Estado desde maio de 2007. Entre 2011 e 2014, atuou junto ao Tribunal de Contas do Estado. Em dezembro de 2016, assumiu como Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Jurídicos e, em janeiro de 2019, como Procurador-Geral do Estado.

<b>Nome</b>	<b>Itanielson Dantas Silveira Cruz</b>
<b>CPF</b>	033.263.455-85
<b>Data de Nascimento</b>	16/03/1990
<b>Profissão</b>	Economista
<b>Órgão da Administração</b>	Pertence apenas ao Conselho de Administração
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	22 – Conselho de Administração (efetivo)
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	
<b>Data da Eleição</b>	27/04/2023
<b>Data de Posse</b>	Data de posse aguardando aprovação do Banco Central
<b>Prazo do Mandato</b>	Mandato atual até a posse dos eleitos na AGO realizada em 2023
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	03/04/2023
<b>Mandatos Consecutivos</b>	0
<b>Percentual de Participação</b>	-
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Secretário Adjunto da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul desde janeiro de 2023 e Conselheiro Fiscal da empresa Caixa Asset desde maio/2021. Atuou como Conselheiro Fiscal na Caixa Econômica Federal de maio/2020 a fevereiro/2023 e no EMGEPRON de outubro/2019 a maio/2020; como Coordenador-Geral de Relações e Análises Financeiras de Estados e Municípios (novembro/2018 a janeiro/2023), Coordenador de Relações Financeiras Intergovernamentais (maio/2017 a novembro/2018), Gerente (abril/2016 a maio/2017), Gerente de Projetos (abril/2016 a dezembro/2016), Analista de Finanças e Controle (março/2014 a abril/2016) no Tesouro Nacional. É graduado em Economia e Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de Brasília.

<b>Nome</b>	<b>Márcio Kaiser</b>
<b>CPF</b>	415.764.620-72
<b>Data de Nascimento</b>	15/11/1964
<b>Profissão</b>	Bancário
<b>Órgão da Administração</b>	Conselho de Administração
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	22 – Conselho de Administração (efetivo)
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	-
<b>Data da Eleição</b>	27/04/2021
<b>Data de Posse</b>	02/08/2021
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse dos eleitos na AGO a ser realizada em 2023.
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Não
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	02/08/2021
<b>Mandatos Consecutivos</b>	0
<b>Percentual de Participação</b>	-
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	Superintendente Executivo do Banrisul.
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Conselheiro de Administração do Banrisul ( desde 2021); Reeleito Conselheiro Deliberativo da Fundação Banrisul de Seguridade Social (2022); Conselheiro Fiscal da Caixa de Assistência dos Empregados Banrisul (desde 2020); Conselheiro de Administração da Caixa de Assistência dos Empregados do Banrisul (2016 a 2018); Superintendente Executivo da Unidade de Desenvolvimento de Pessoas - Universidade Corporativa Banrisul (desde 2019); Gerente Executivo da Gerência de Treinamento da Unidade de Gestão de Pessoas do Banrisul (2011-2019); Gerente Executivo da Gerência de Movimentação e Sucessão da Gestão de Pessoas do Banrisul (2007-2011).

<b>Nome</b>	<b>Marcelo Willmsen</b>
<b>CPF</b>	554.095.630-34
<b>Data de Nascimento</b>	09/01/1969
<b>Profissão</b>	Bancário
<b>Órgão da Administração</b>	Conselho de Administração
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	22 – Conselho de Administração (efetivo)
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	-
<b>Data da Eleição</b>	27/04/2023
<b>Data de Posse</b>	Data de posse aguardando aprovação do Banco Central
<b>Prazo do Mandato</b>	-
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Não
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	-
<b>Mandatos Consecutivos</b>	0
<b>Percentual de Participação</b>	-
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	Superintendente Executivo do Banrisul
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

Atua como Superintendente Regional na região de Porto Alegre do Banco do Estado do Rio Grande do Sul desde Julho/2019. Foi Superintendente Regional de Rede na região Leste de Julho/2017 a junho/2019; Superintendente Regional de Rede na Região Sul de Porto Alegre de Maio/2015 a junho/2017; Superintendente Regional Sede – Agência Central de Janeiro/2012 a abril/2015; Gerente Geral de Agência de Julho/2002 a dezembro/2011; Gerente de Negócios Varejo e Corporativo de março/1997 a junho/2002. É Graduado em Ciências Econômicas, 2000 pela UFRGS e Pós-Graduação em Administração Financeira, 2005 PUCSP.

## Conselho Fiscal

<b>Nome</b>	<b>Rogério Costa Rokembach</b>
<b>CPF</b>	489.955.410-91
<b>Data de Nascimento</b>	11/01/1967
<b>Profissão</b>	Contador
<b>Órgão da Administração</b>	Conselho Fiscal
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	43 – C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	
<b>Data da Eleição</b>	27/04/2021
<b>Data de Posse</b>	02/08/2021
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse dos eleitos na AGO a ser realizada em 2023
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	08/08/2019
<b>Mandatos Consecutivos</b>	1
<b>Percentual de Participação</b>	100%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Conselheiro Fiscal do Banco do Estado do Rio grande do Sul (desde 2019). É membro do Conselho Consultivo do Conselho Regional de Contabilidade do RS (desde 2010), Coordenador do Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade dos Auditores no Brasil (desde 2012), Perito Contador em perícias judiciais e em procedimentos arbitrais, Conselheiro Fiscal certificado pelo IBGC, atualmente na SETAPAR S.A. (desde abril/2021 até abril de 2022), na ALISUL S.A. (desde abril de 2021 até abril de 2022) no SESCONRS (desde 2010 até abril/2022), Conselheiro de Administração do Ibracon (desde 2015 até 2023), Conselheiro de Administração da Finansinos Crédito, Financiamento e Investimento (desde 2016 até abril de 2022). É Sócio-Líder da Rokembach + Lahm, Villanova & Cia Auditores (desde 1997). Foi membro do Comitê de Auditoria do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – CEITEC (desde 2020 até 2021). Foi Presidente do Conselho Regional de Contabilidade (2006 – 2009). Foi Conselheiro Consultivo da Fundação Brasileira de Contabilidade (2010 – 2017) e foi Gerente de Auditoria e de Treinamento da Coopers & Lybrand, Biederman. Possui Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1989), Pós-Graduação em Auditoria Contábil e de Sistemas e em Administração e Estratégia Empresarial.

<b>Nome</b>	<b>Gustav Penna Gorski</b>
<b>CPF</b>	957.568.330-72
<b>Data de Nascimento</b>	02/01/1978
<b>Profissão</b>	Economista
<b>Órgão da Administração</b>	Conselho Fiscal
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	45 – C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	
<b>Data da Eleição</b>	27/04/2021
<b>Data de Posse</b>	02/08/2021
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse dos eleitos na AGO a ser realizada em 2023
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Não
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	11/07/2019
<b>Mandatos Consecutivos</b>	1
<b>Percentual de Participação</b>	0.00%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Conselheiro Fiscal do Banco do Estado do Rio grande do Sul (desde 2019). Head de estruturação e fiduciário na Warren Corretora de Valores – Porto Alegre RS, 2020-atual. Head de Gestão e Economia e Sócio-administrador – PrevConsulting Investimentos – Porto Alegre RS, 2019-atual. Head de Gestão e Economia e Sócio-administrador – GAP Economics – Porto Alegre RS, 2016-2018. Economia Chefe e Sócio – Eleven Financial – São Paulo, SP, Brasil -2016. Economista Chefe e Sócio – Quantias Asset Management – Porto Alegre, RS, Brasil 2011-2015. PHD em Economia, Universidade de Leicester, Leicester UK – não concluído. Mestrado em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) 2002-2005. Bacharelado em Economia, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) 1997-2002. Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) 1996-2001.

<b>Nome</b>	<b>Bruno Queiroz Jatene</b>
<b>CPF</b>	574.787.082-34
<b>Data de Nascimento</b>	08/01/1976
<b>Profissão</b>	Tecnólogo em Processamento de Dados
<b>Órgão da Administração</b>	Conselho Fiscal
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	46 - C.F.(Suplente)Eleito p/Controlador
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	
<b>Data da Eleição</b>	27/04/2023
<b>Data de Posse</b>	Data de posse aguardando aprovação do Banco Central
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse dos eleitos na AGO realizada em 2023
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	08/08/2019
<b>Mandatos Consecutivos</b>	2
<b>Percentual de Participação</b>	100%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Graduado em Tecnologia em Processamento de Dados, especialista em Redes de Computadores. Mestrado em Ciência da Computação – Tolerância a Falhas. MBA em Gestão Empresarial. Especialista em Economia e Gestão Pública Contemporâneas. Especialista em “Theory and Operation of a Modern National Economy”. Auditor-Fiscal da Receita Estadual desde 2010, e de Subsecretário do Tesouro do Estado (Secretaria da Fazenda do RS) desde 01/2019. Subsecretário Adjunto do Tesouro do Estado (Secretaria da Fazenda do RS) em 2018. Chefe da Divisão de Planejamento Financeiro e Administração do Caixa Único (Tesouro do Estado – Secretaria da Fazenda do RS) de 2016 a 2018. Chefe da Seção de Estudos Econômicos e Fiscais da Divisão de Estudos e Qualidade do Gasto (Tesouro do Estado – Secretaria da Fazenda do RS) de 2015 a 2016. Assessor do Gabinete do Tesouro do Estado (Secretaria da Fazenda do RS) em 2015. Programa Minerva em Washington/EUA em 2015. Subsecretário Adjunto da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Secretaria da Fazenda do RS) de 2013 a 2014. Assessor do Gabinete da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Secretaria da Fazenda do RS) de 2010 a 2013. O Sr. Bruno Queiroz Jatene declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

<b>Nome</b>	<b>Tanha Maria Lauermann Schneider</b>
<b>CPF</b>	297.382.370-68
<b>Data de Nascimento</b>	12/01/1960
<b>Profissão</b>	Contadora
<b>Órgão da Administração</b>	Conselho Fiscal
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	46 - C.F.(Suplente)Eleito p/Controlador
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	
<b>Data da Eleição</b>	27/04/2021
<b>Data de Posse</b>	02/08/2021
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse dos eleitos na AGO realizada em 2023
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	28/07/2016
<b>Mandatos Consecutivos</b>	3
<b>Percentual de Participação</b>	0.00%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Conselheiro Fiscal suplente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul; 2000 – 2022 - Titular da empresa de auditoria Lauermann Schneider Auditores Associados SS; 2016 – 2020 – Diretora do Ibracon Instituto dos Auditores Independentes – 6.Regional /RS; 2020 - 2022 – Conselheira Fiscal da Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha e 2018 - 2022 – Conselheira Fiscal da Assintecal /NH.

<b>Nome</b>	<b>Vicente Jorge Soares Rodrigues</b>
<b>CPF</b>	172.994.110-91
<b>Data de Nascimento</b>	16/10/1953
<b>Profissão</b>	Contador
<b>Órgão da Administração</b>	Conselho Fiscal
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	46 - C.F.(Suplente)Eleito p/Controlador
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	
<b>Data da Eleição</b>	27/04/2021
<b>Data de Posse</b>	02/08/2021
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse dos eleitos na AGO a ser realizada em 2023
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	01/07/2015
<b>Mandatos Consecutivos</b>	3
<b>Percentual de Participação</b>	0.00%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Conselheiro Fiscal suplente do Banco do Estado do Rio grande do Sul (desde 2016). Banrisul S.A: Empregado do Banrisul de 1972 a 2015. Gerente Executivo na Gerência de Serviços Contábeis, 2000-2015. Formação acadêmica: Graduado em Ciências Contábeis na Faculdade Porto-Alegrense de Ciências Contábeis e administrativas e Técnico em Contabilidade na Escola ACM (Associação Cristã de Moços)

<b>Nome</b>	<b>Reginaldo Ferreira Alexandre</b>
<b>CPF</b>	003.662.408-03
<b>Data de Nascimento</b>	07/03/1959
<b>Profissão</b>	Economista
<b>Órgão da Administração</b>	Conselho Fiscal
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	44 - C.F. (efetivo) Eleito p/preferencialistas
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	-
<b>Data da Eleição</b>	27/04/2023
<b>Data de Posse</b>	Data de posse aguardando aprovação do Banco Central
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse dos eleitos na AGO realizada em 2023
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Não
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	02/08/2021
<b>Mandatos Consecutivos</b>	1
<b>Percentual de Participação</b>	-
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Conselheiro de Administração da Mahle Metal Leve S.A. (desde jun/ 2017). Conselheiro Fiscal Efetivo Cia. Energética de Brasília – CEB (presidente do colegiado desde abril de 2019), Conselheiro Fiscal Efetivo Rumo S.A. desde abril/ 2019), Conselheiro Fiscal Efetivo Ser Educacional S.A. (presidente do colegiado desde 2015). Conselheiro Fiscal Efetivo do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Banrisul - desde agosto/2021. Conselheiro Fiscal suplente Braskem S.A. (desde maio/2020). Conselheiro Fiscal suplente na Cia. Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - desde novembro 2021.

<b>Nome</b>	<b>Paulo Roberto Franceschi</b>
<b>CPF</b>	171.891.289-72
<b>Data de Nascimento</b>	12/06/1951
<b>Profissão</b>	Contador/Auditor
<b>Órgão da Administração</b>	Conselho Fiscal
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	47 – C.F.(Suplente)Eleito p/preferencialistas
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	-
<b>Data da Eleição</b>	27/04/2023
<b>Data de Posse</b>	Data de posse aguardando aprovação do Banco Central
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse dos eleitos na AGO realizada em 2023
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Não
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	02/08/2021
<b>Mandatos Consecutivos</b>	1
<b>Percentual de Participação</b>	-
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Sócio da Audicontrol Auditoria e Controle S.S., desde 1995, sócio sênior. Atua como Conselheiro Fiscal desde 2004, e atualmente é membro titular das seguintes companhias: A) EQUATORIAL PARÁ Distribuidora de Energia S.A., EQUATORIAL MARANHÃO Distribuidora de Energia S.A, e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica –CEEE-D, empresas controladas da Equatorial Energia S.A., B) Triunfo Participações e Investimentos S.A., empresa de capital aberto Holding de empresas que atuam na administração de concessões de Rodovias, Aeroportos; C) CESP Companhia Energética de São Paulo; D) SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná S.A., todas com mandato até as próximas Assembleias Geral Ordinária prevista para ocorrerem até o final de abril de 2022. Formado em Ciências Contábeis pela Fundação de Estudos Sociais de Paraná e em Ciências Econômicas pela FAE Business School.

<b>Nome</b>	<b>Eduardo Ludovico da Silva</b>
<b>CPF</b>	457.098.157-72
<b>Data de Nascimento</b>	25/10/1958
<b>Profissão</b>	Contador
<b>Órgão da Administração</b>	Conselho Fiscal
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	45 - C.F. (efetivo) Eleito p/ Minor. Ordinaristas
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	-
<b>Data da Eleição</b>	27/04/2023
<b>Data de Posse</b>	Data de posse aguardando aprovação do Banco Central
<b>Prazo do Mandato</b>	-
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Não
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	-
<b>Mandatos Consecutivos</b>	-
<b>Percentual de Participação</b>	-
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que é não considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Diretor Responsável na Technos Consultoria Empresarial EPP (desde 1986) – Conselheiro Fiscal do Bannisul (2014-2015). Formado em Ciências Contábeis (1995) com curso de “Normais e Procedimentos de auditoria – FIPECAFI” e “Contabilização dos Investidores sob ótica dos novos procedimentos contábeis – FIPECAFI”.

<b>Nome</b>	<b>Carlos Alexandre Souza e Silva</b>
<b>CPF</b>	098.205.477-76
<b>Data de Nascimento</b>	16/02/1984
<b>Profissão</b>	Contador
<b>Órgão da Administração</b>	Conselho Fiscal
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	48 - C.F. (suplente) Eleito p/ Minor. Ordinaristas
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	-
<b>Data da Eleição</b>	27/04/2023
<b>Data de Posse</b>	Data de posse aguardando aprovação do Banco Central
<b>Prazo do Mandato</b>	-
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Não
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	-
<b>Mandatos Consecutivos</b>	-
<b>Percentual de Participação</b>	-
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que é não considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

Sócio / Diretor Responsável na Technos Consultoria Empresarial EPP (desde 2002). Formado em Ciências Contábeis (2016).

<b>Nome</b>	<b>Pricilla Maria Santana</b>
<b>CPF</b>	584.264.691-91
<b>Data de Nascimento</b>	06/05/1972
<b>Profissão</b>	Advogada e Economista
<b>Órgão da Administração</b>	Conselho Fiscal
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	43 – C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	-
<b>Data da Eleição</b>	19/03/2023
<b>Data de Posse</b>	16/05/2023
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse dos eleitos na AGO a ser realizada em 2023
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	16/05/2023
<b>Mandatos Consecutivos</b>	-
<b>Percentual de Participação</b>	-
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul - desde 01/2023. Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal – desde 2021; Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais - Secretaria do Tesouro Nacional (abr/2015 até dez/2022); Conselho Fiscal Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e FINAME) - desde 2021; Conselho Fiscal SERPRO – 2019 até set/2021; Conselho Fiscal BR Distribuidora (abr/16 até ago/2019); Secretaria de Acompanhamento Econômico (atual Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria) – Ministério da Fazenda (nov/2007 até abr/2015). Formada em Ciências Econômicas – Universidade de Brasília (1995), em Direito – Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, e Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília.

<b>Nome</b>	<b>Pedro Maciel Capeluppi</b>
<b>CPF</b>	052.279.206-56
<b>Data de Nascimento</b>	23/03/1983
<b>Profissão</b>	Economista
<b>Órgão da Administração</b>	Conselho Fiscal
<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>	43 – C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador
<b>Descrição do Outro Cargo / Função</b>	-
<b>Data da Eleição</b>	19/03/2023
<b>Data de Posse</b>	16/05/2023
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse dos eleitos na AGO a ser realizada em 2023
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	16/05/2023
<b>Mandatos Consecutivos</b>	-
<b>Percentual de Participação</b>	-
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

Conselheiro de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, desde 2020. Secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados - Ministério da Economia (07/22 até 12/22); Secretário Especial Adjunto de Desestatização, Desinvestimento e Mercados - Ministério da Economia (2021 até 06/22); Presidente do Conselho de Administração da Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias – ABGF (2021 até 10/2022); Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura – Ministério da Economia (2019-2021); Presidente Substituto do Conselho de Administração da Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias – ABGF (2017 até 2020); Secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura - Ministério do Planejamento (2018); Chefe do Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura – Ministério do Planejamento (2013 até 2014). Formado em Economia (2006) e Pós-graduado em Finanças, Investimentos e Banking PUC/RJ (2020).

<b>Nome</b>	<b>Micheli Tassiani Petry</b>
<b>CPF</b>	008.550.280-41
<b>Data de Nascimento</b>	15/12/1983
<b>Profissão</b>	Advogada
<b>Tipo de Comitê</b>	Conselho Fiscal
<b>Cargo Ocupado</b>	46 - C.F.(Suplente)Eleito p/Controlador
<b>Descrição Outros Cargos Ocupados</b>	-
<b>Data da Eleição</b>	27/04/2023
<b>Data de Posse</b>	Data de posse aguardando aprovação do Banco Central
<b>Prazo do Mandato</b>	-
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Mandatos Consecutivos</b>	-
<b>Percentual de Participação</b>	-
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

Coordenadora da Assessoria Especial do Governador do RS (desde 2019), Conselheira Fiscal das empresas Banrisul Consórcios e Banrisul Pagamentos (desde 2019). Secretária Executiva do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - CODESUL, desde 04.10.2019. Coordenadora da Assessoria Especial do Gabinete do Governador de 01/2019 a 09/2019. Assistente superior da Secretaria da Casa Civil de 2015 a 2018. Assessora Especial na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul de 2007 a 2015. Graduada em Direito pela UNIJUÍ.

<b>Nome</b>	<b>Artur Jose de Lemos Junior</b>
<b>CPF</b>	824.222.220-72
<b>Data de Nascimento</b>	06/05/1980
<b>Profissão</b>	Advogado
<b>Tipo de Comitê</b>	Conselho Fiscal
<b>Cargo Ocupado</b>	43 – C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador
<b>Descrição Outros Cargos Ocupados</b>	-
<b>Data da Eleição</b>	27/04/2023
<b>Data de Posse</b>	Data de posse aguardando aprovação do Banco Central
<b>Prazo do Mandato</b>	-
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Mandatos Consecutivos</b>	-
<b>Percentual de Participação</b>	-
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Secretário-Chefe de Estado do RS da Casa Civil do Estado do Rio Grande do Sul (2021/Atual); Secretário de Estado do RS na Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (2019/2021); Membro do Conselho Fiscal da CEEE-GT da Companhia Estadual de Energia Elétrica (2019/2020); Membro do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE (2019/2021); Membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama (2019/2021); Coordenador da Bancada do PSDB (2018) na Assembleia Legislativa do Rio Grande Do Sul; Secretário de Estado do RS na Secretaria de Minas e Energia (2017/2018). Graduado em Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul – PUCRS (Jun 1999 – Dez 2005)

<b>Nome</b>	<b>Paulo Roberto Dias Pereira</b>
<b>CPF</b>	474.895.700-00
<b>Data de Nascimento</b>	22/07/1969
<b>Profissão</b>	Historiador
<b>Tipo de Comitê</b>	Conselho Fiscal
<b>Cargo Ocupado</b>	46 - C.F.(Suplente)Eleito p/Controlador
<b>Descrição Outros Cargos Ocupados</b>	-
<b>Data da Eleição</b>	27/04/2023
<b>Data de Posse</b>	Data de posse aguardando aprovação do Banco Central
<b>Prazo do Mandato</b>	-
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim
<b>Mandatos Consecutivos</b>	-
<b>Percentual de Participação</b>	-
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Secretário Adjunto na Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema), presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), do Conselho de Recursos Híbridos (CRH), do Fundo de Recursos Híbridos (FDH), do Fundo Estadual do Meio Ambiente (Fema) e Coordenador da Câmara Estadual de Compensação Ambiental (Ceca) (entre 2019 e 2020); Coordenador de Gestão da Secretaria de Minas e Energia (2015-2018); Assessor Parlamentar da Assembleia Legislativa do RS (2011-2015); Diretor do Departamento de Orçamento do Estado (2006-2010); Diretor Adjunto do Departamento de Programação Orçamentária (2005-2006). Atua como Analista de Planejamento, Orçamento e Gestão na administração pública desde 1998. Licenciado em História (UFRGS 1993).

## 12.7/12.8 - COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

### Comitê de Auditoria

Nome	Carlos Biedermann
CPF	220.349.270-87
Data de Nascimento	18/08/1953
Profissão	Contador
Tipo Comitê	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99
Descrição Outros Comitês	
Cargo Ocupado	Membro do Comitê (Efetivo)
Descrição Outros Cargos Ocupados	
Data da Eleição	08/05/2023
Data de Posse	Data de posse aguardando aprovação do Banco Central
Prazo do Mandato	Até a posse dos eleitos na RCA, que ocorrerá após a AGO de 2023
Data de início do primeiro mandato	17/09/2019
Mandatos Consecutivos	1
Percentual de Participação	91,67%
Outros cargos e funções exercidas no emissor	-
Pessoa Politicamente Exposta	Declara que é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Membro do Comitê de Auditoria do Banco do Estado do Rio grande do Sul (desde 2019). Amcham RS, Agenda 2020 e ADVB: Membro do Conselho de Administração; Grupo Algar, incluindo Algar Telecom e Algar S.A.: Membro do Comitê de Auditoria; Suzano Papel e Celulose: Membro do Comitê de Auditoria; Lojas Lebes: Membro do Conselho de Consultivo; Grêmio FBPA: Presidente do Conselho Deliberativo; Grupo Solar, engarrafador Coca-Cola do Nordeste: Membro do Conselho de Administração; Grupo Cornélio Brennan – Recife: Coordenador do Comitê de Auditoria; Moinho Paulista AS: Membro do Comitê de Auditoria; Companhia Paranaense de Energia – COPEL: Membro do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria; Unimed: Membro do Conselho de Administração; BriviaDez: Presidente do Conselho de Administração; Madero S/A: Membro do Conselho de Administração; CFL Participações: Membro do Conselho de Administração; Grupo Edson Queiróz: Membro do Comitê de Auditoria; Grupo Raymundo da Fonte: Coordenador do Comitê de Auditoria; Biedermann Consulting: Sócio, Consultoria de governança corporativa, mediação de conflitos societários, empresas familiares, perícias contábeis e financeiras (julho 2015 até o momento); CP&I (Projetos de Capital e Infraestrutura) para o Brasil: Sócio líder; PricewaterhouseCoopers: Sócio líder para a Região Sul (maio de 2002/junho 2015); IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa: Membro do Conselho de Administração (2009 – 2014), Vice-presidente 2013/2014 e presidente do Comitê de Auditoria por 5 anos; Young Presidents Organization (YPO/WPO) membro do Conselho de Administração por 6 anos e conselheiro por 2 anos, uma rede global de diretores e executivos; Diehl, Biedermann & Bordsch, Coopers & Lybrand, Andersen, onde era o Sócio Líder da Região Sul. Formação acadêmica: Graduado em Administração de Empresas – UFRGS - 1975, Administração Pública - UFRGS – 1975 e Ciências Contábeis – 1977. Pós-graduado em Mercado de Capitais - FGV/RJ – 1979 e Cursos no Brasil e Exterior, destacando o Programa Insead/Harvard na França – 1996 e o Executive Program de Singularity University em 2019.

<b>Nome</b>	<b>Eraldo Soares Peçanha</b>
<b>CPF</b>	179.386.437-34
<b>Data de Nascimento</b>	21/09/1951
<b>Profissão</b>	Contador
<b>Tipo Comitê</b>	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99
<b>Descrição Outros Comitês</b>	
<b>Cargo Ocupado</b>	Membro do Comitê (Efetivo)
<b>Descrição Outros Cargos Ocupados</b>	
<b>Data da Eleição</b>	08/05/2023
<b>Data de Posse</b>	Data de posse aguardando aprovação do Banco Central
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse dos eleitos na RCA, que ocorrerá após a AGO de 2023
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	17/09/2019
<b>Mandatos Consecutivos</b>	1
<b>Percentual de Participação</b>	100%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-

**Pessoa Politicamente Exposta** Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### **Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

Membro do Comitê de Auditoria do Banco do Estado do Rio grande do Sul (desde 2019). Principais experiências profissionais: Aracruz Celulose S.A. - Gerente de Contabilidade, de Auditoria Interna e Controller (1974 a 1996); CSN-Cia. Siderúrgica Nacional - Diretor de Controladoria e Informática (1996 a 2003); Embratel S.A. - Diretor de Controladoria e Diretor Executivo de Governança Corporativa (2003 a 2008); Icatu Seguros S.A. - Diretor Executivo de Serviços a Clientes (2008 a 2011). Atualmente, membro titular do Conselho Fiscal da Suzano SA, Cadam SA e do Comitê de Auditoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. É Conselheiro Fiscal Suplente na Ouro Fino Saúde Animal Participações SA. Foi membro titular do Conselho Fiscal nas SAs abertas: Vale, Net Serviços de Comunicação, JBS, Ideiasnet e nas SAs fechadas: Ferrovia Centro Atlântica, Itá Energética e Officer Distribuidora Prod. Tecnologia. Foi Conselheiro Fiscal Suplente nas SAs Abertas: CCR, AES Tiete Energia, Tupy e Padtec Holding. Também foi Conselheiro Fiscal titular nas entidades de previdência privada de algumas empresas onde trabalhou. Também foi membro titular do Comitê Executivo do Canal My News. Desde 2012 vem atuando como consultor nas áreas de Governança Corporativa, Controladoria e Processos & Sistemas Contábeis/Financeiros. Bacharel em Ciências Contábeis e Administração de Empresas pela Universidade Cândido Mendes (RJ).

<b>Nome</b>	<b>João Verner Juenemann</b>
<b>CPF</b>	000.952.490-87
<b>Data de Nascimento</b>	16/02/1940
<b>Profissão</b>	Contador
<b>Tipo Comitê</b>	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99
<b>Descrição Outros Comitês</b>	
<b>Cargo Ocupado</b>	Coordenador do Comitê
<b>Descrição Outros Cargos Ocupados</b>	
<b>Data da Eleição</b>	06/05/2022
<b>Data de Posse</b>	21/10/2022
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse do seu substituto, que será escolhido em reunião do CA após AGO de 2024.
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	05/10/2015
<b>Mandatos Consecutivos</b>	3
<b>Percentual de Participação</b>	100%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	Membro do Conselho de Administração.

**Pessoa Politicamente Exposta** Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### **Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

Membro do Comitê de Auditoria do Banco do Estado do Rio grande do Sul (desde 2015). Banrisul: Conselheiro de Administração, Coordenador do Comitê de Auditoria (2015/2020) e membro do Comitê de Elegibilidade e Remuneração (2015-04/2018); Petrobras Distribuidora S.A.: Membro do Conselho Fiscal (desde 2018) e Presidente do Conselho Fiscal (2019/2020); HT Micron Semicondutores S.A.: Presidente do Conselho Fiscal (2019/2021); Instituto Brasileiro de Governança Corporativa: Membro do Comitê de Indicação do Conselho de Administração (2011/2020) e Conselheiro de Administração 2005/2008); Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos: Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos (2016/2019) e Membro efetivo do Conselho Fiscal (2009/2015); Tupy S.A.: Membro do Comitê de Auditoria e Riscos (2009/2019); Klabin S.A.: Membro efetivo do Conselho Fiscal (2017/2018) e suplente do Conselho de Administração (2019/2020); Saraiva S.A. Livreros Editores: Membro efetivo do Conselho Fiscal (2014/2018) e presidente do Conselho Fiscal (2019); Paquetá Calçados Ltda: Membro do Comitê de Auditoria e Riscos (2016/2017); Colégio de Vogais da FACPC – Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis: Presidente (2015/2017); Forjas Taurus S.A.: Conselheiro de Administração e coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos (2014/2017); Instituto de Desenvolvimento Gerencial S.A. (Falconi Consultores de Resultado): Presidente do Conselho Fiscal (2011/2017); Sonae Sierra Brasil S.A.: Membro efetivo do Conselho Fiscal (2014/2015); Plaspar Participações Industriais S.A.: Membro efetivo do Conselho Fiscal (2013/2015); Banco Indusval S.A.: Membro efetivo do Conselho Fiscal (2012/2015); Formação acadêmica: Graduado em Ciências Contábeis e Atuariais pela PUCRS (1962) Administração de Empresas pela UFRGS (1971) e Pós-Graduação em Auditoria pela UFRGS (1965); Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (1974/1975) e do Conselho Federal de Contabilidade (1982/1985); Presidente do Conselho Fiscal do Banco Meridional do Brasil S.A. (1985/1997); Professor concursado da UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1972/1984), na área de Ciências Contábeis. Coautor do Guia de Melhores Práticas para o Conselho Fiscal (2005) e do Guia de Melhores Práticas para o Comitê de Auditoria (2009), ambos emitidos pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

## Comitê de Elegibilidade e Remuneração

<b>Nome</b>	<b>Arnaldo Bonoldi Dutra</b>
<b>CPF</b>	932.755.608-91
<b>Data de Nascimento</b>	08/11/1952
<b>Profissão</b>	Advogado
<b>Tipo Comitê</b>	Comitê de Elegibilidade e Remuneração
<b>Descrição Outros Comitês</b>	
<b>Cargo Ocupado</b>	Coordenador do Comitê
<b>Descrição Outros Cargos Ocupados</b>	
<b>Data da Eleição</b>	05/05/2021
<b>Data de Posse</b>	06/05/2021
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse dos eleitos na RCA, que ocorrerá após a AGO de 2024
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	28/03/2016
<b>Mandatos Consecutivos</b>	2
<b>Percentual de Participação</b>	100.00%

**Outros cargos e funções exercidas no emissor**

**Pessoa Politicamente Exposta** Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Membro do Comitê de Remuneração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (desde 2016). Bonoldi Dutra Advocacia: Titular (desde 2018), Albino Advogados: Sócio Sênior (2010 a 2018). Bonoldi Dutra Advogados: Sócio Gerente (2008 a 2010). Banco Santander do Brasil: Diretor Executivo Jurídico Corporativo e de Compliance (2003 a 2008). BM&FBovespa: Membro da Câmara de Arbitragem (2001 a 2009). Instituto Brasileiro de Governança Corporativa: Vice-coordenador das Comissões de Governança Corporativa de Instituições Financeiras e de Gerenciamento de Riscos Corporativos. Fundação Getúlio Vargas/SP: Professor de Direito Bancário. Formação acadêmica: Advogado, Graduado em Direito pela PUCSP (1979); com Pós-Graduação em Direito Societário pela USP, em Administração Contábil Financeira pela FEA-USP e em Administração de Empresas pela FAAP; cursou também o Program of Instruction for Lawyers da Faculdade de Direito de Harvard.

<b>Nome</b>	<b>Jose Luiz Castro Mendel</b>
<b>CPF</b>	184.331.200-00
<b>Data de Nascimento</b>	29/11/1953
<b>Profissão</b>	Bancário
<b>Tipo Comitê</b>	Comitê de Elegibilidade e Remuneração
<b>Descrição Outros Comitês</b>	
<b>Cargo Ocupado</b>	Membro do Comitê (Efetivo)
<b>Descrição Outros Cargos Ocupados</b>	
<b>Data da Eleição</b>	05/05/2021
<b>Data de Posse</b>	06/05/2021
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse dos eleitos na RCA, que ocorrerá após a AGO de 2024
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	17/03/2016
<b>Mandatos Consecutivos</b>	2
<b>Percentual de Participação</b>	100.00%

**Outros cargos e funções exercidas no emissor**

**Pessoa Politicamente Exposta** Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Membro do Comitê de Remuneração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (desde 2016). Banrisul Cartões: Vice-Presidente do Conselho de Administração (2015 a 2017). Secretaria de Estado de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano do RS: Diretor de Departamento (2011/2014). Banrisul: (1976 a 2010): Superintendente Executivo na Unidade de Atendimento e Serviços (2005 a 2010); Gerente Executivo na Unidade de Atendimento e Serviços (2003 a 2005). Formação acadêmica: Graduado em Geologia pela UNISINOS (1987); com Pós-Graduação em Gestão Empresarial pela Faculdade IBGEN (2006).

<b>Nome</b>	<b>Giusepe Lo Russo</b>
<b>CPF</b>	007.086.348-26
<b>Data de Nascimento</b>	25/11/1959
<b>Profissão</b>	Advogado
<b>Tipo Comitê</b>	Comitê de Elegibilidade e Remuneração
<b>Descrição Outros Comitês</b>	
<b>Cargo Ocupado</b>	Membro do Comitê (Efetivo)
<b>Descrição Outros Cargos Ocupados</b>	
<b>Data da Eleição</b>	05/05/2021
<b>Data de Posse</b>	06/05/2021
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse dos eleitos na RCA, que ocorrerá após a AGO de 2024
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	22/06/2018
<b>Mandatos Consecutivos</b>	1
<b>Percentual de Participação</b>	100%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### **Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

Membro do Comitê de Remuneração do Banrisul (Controlador) – eleito em 2018. Membro do Conselho de Administração da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios. Sócio proprietário na AGM Consulting e E-Mind Soluções (2008 – 2017). Diretor Geral e membro de Conselho na Check Express Group S.A. (2005 – 2007). Graduação em Direito – Faculdade de Direito SBC; Graduação em Comunicação – Instituto Metodista de Ensino Superior; Managing People – Development Center – Citicorp; Gestão de Produtos – ESPM; Administração de Instituições Financeiras – Banking – Fundação Getúlio Vargas; Pós-graduação em Marketing – ESPM.

## Comitê de Riscos

<b>Nome</b>	<b>Carlos Eduardo Schonerwald da Silva</b>
<b>CPF</b>	892.068.860-53
<b>Data de Nascimento</b>	28/08/1977
<b>Profissão</b>	Professor
<b>Tipo Comitê</b>	Comitê de Riscos
<b>Descrição Outros Comitês</b>	
<b>Cargo Ocupado</b>	Coordenador do Comitê
<b>Descrição Outros Cargos Ocupados</b>	
<b>Data da Eleição</b>	06/05/2022
<b>Data de Posse</b>	06/05/2022
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse do seu substituto, que será escolhido em reunião do CA após AGO de 2024.
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	01/02/2018
<b>Mandatos Consecutivos</b>	3
<b>Percentual de Participação</b>	100%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-

**Pessoa Politicamente Exposta** Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS: Professor (desde 2017). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ: Professor Adjunto (2010 – 2017). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - DF – IPEA: Pesquisador Visitante (2013 – 2015), Bolsista PNPd (2009 – 2010). Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL: Consultor Econômico (2008 – 2010). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS: Professor Auxiliar PLII (2008 – 2010). Formação acadêmica: Professor, Graduado em Economia pela PUCRS (2001), com Mestrado em Economia do Desenvolvimento pela PUCRS (2004) e Doutorado em Economia (Ph.D.) pela Universidade de Utah, nos Estados Unidos (2008).

<b>Nome</b>	<b>José Luis Campani Lourenzi</b>
<b>CPF</b>	361.066.150-04
<b>Data de Nascimento</b>	13/02/1963
<b>Profissão</b>	Bancário
<b>Tipo Comitê</b>	Comitê de Riscos
<b>Descrição Outros Comitês</b>	
<b>Cargo Ocupado</b>	Membro do Comitê (Efetivo)
<b>Descrição Outros Cargos Ocupados</b>	
<b>Data da Eleição</b>	06/05/2022
<b>Data de Posse</b>	06/05/2022
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse do seu substituto, que será escolhido em reunião do CA após AGO de 2024.
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	01/02/2018
<b>Mandatos Consecutivos</b>	3
<b>Percentual de Participação</b>	100%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	Superintendente Executivo do Banrisul.

**Pessoa Politicamente Exposta** Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Membro do Comitê de Riscos do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (desde 2018). Mestre em Ciências Empresariais pela Universidade Fernando Pessoa, em Portugal (2008); Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade São Judas Tadeu (1986); Pós-graduado em Finanças pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1988); Pós-graduado em Administração (GBA) pela Unisinos (1997); Pós-graduado em Ciências Empresariais com especialização em Contabilidade e Auditoria pela Universidade Fernando Pessoa, em Portugal (2001); MBA em Programa de Formação Continuada em Gestão Bancária pela UFRGS (2012).

<b>Nome</b>	<b>Luanda Pereira Antunes</b>
<b>CPF</b>	081.773.747-29
<b>Data de Nascimento</b>	05/08/1978
<b>Profissão</b>	Economista
<b>Tipo Comitê</b>	Comitê de Risco
<b>Descrição Outros Comitês</b>	
<b>Cargo Ocupado</b>	Membro do Comitê (Efetivo)
<b>Descrição Outros Cargos Ocupados</b>	
<b>Data da Eleição</b>	08/05/2023
<b>Data de Posse</b>	Data de posse aguardando análise de elegibilidade
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse dos eleitos na RCA, que ocorrerá após a AGO de 2023
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	17/12/2019
<b>Mandatos Consecutivos</b>	1
<b>Percentual de Participação</b>	90,91%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-

**Pessoa Politicamente Exposta** Declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da instrução cvm nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Chefe de Gabinete do Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, com 16 anos de experiência na área de finanças. No BNDES, atuou de 2006 a 2019 na modelagem e estruturação de operações de renda fixa (captação, precificação e modelagem) nos mercados doméstico e internacional. Na Secretaria do Tesouro Nacional, integrou a área de Planejamento Estratégico da Dívida Pública (2005-2006). MSc Risk Management & Financial Engineering pela Imperial College London, Mestre em Ciência Política pelo IUPERJ e Graduada em Economia pela UFRJ.

<b>Nome</b>	<b>Márcio Gomes Pinto Garcia</b>
<b>CPF</b>	610.808.537-15
<b>Data de Nascimento</b>	25/05/1960
<b>Profissão</b>	Economista
<b>Tipo Comitê</b>	Comitê de Riscos
<b>Descrição Outros Comitês</b>	
<b>Cargo Ocupado</b>	Membro do Comitê (efetivo)
<b>Descrição Outros Cargos Ocupados</b>	
<b>Data da Eleição</b>	08/05/2023
<b>Data de Posse</b>	Data de posse aguardando análise de elegibilidade
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse dos eleitos na RCA, que ocorrerá após a AGO de 2023
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	14/08/2019
<b>Mandatos Consecutivos</b>	1
<b>Percentual de Participação</b>	95,45%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	Conselheiro de Administração

**Pessoa Politicamente Exposta** Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Conselheiro de Administração e membro do Comitê de Riscos do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (desde 2019). Ph.D. pelo Economics Department, Stanford University (1991), mestre em Economia por Stanford (1990) e PUC-Rio (1987) e engenheiro de produção pela Escola da Engenharia da UFRJ (1982). É Professor TITULAR do Departamento de Economia da PUC-Rio, tendo já exercido a chefia do Departamento de Economia (1999-2002), a coordenação de pós-graduação (1997-2000) e a coordenação de graduação (1991-1993). Suas áreas de pesquisa são finanças internacionais (macroeconomia aberta) e economia monetária e fiscal, atuando principalmente nos seguintes temas: fluxos de capitais, controles de fluxos de capitais, taxa de câmbio, intervenções cambiais, inflação, política monetária, dívida pública e sistema financeiro E SISTEMA BANCÁRIO. Durante 2013, foi visiting scholar junto à Sloan School of Management - MIT e ao NBER, com bolsa de pós-doutorado do CNPq. Em 2014, foi Tinker Visiting Professor na universidade de Stanford. Em 2002/3, realizou pós-doutorado no Economics Department, Stanford University. Seu recente artigo FX INTERVENTIONS IN BRAZIL: A SYNTHETIC CONTROL APPROACH, publicado em 2017 no Journal of International Economics, ganhou o prêmio Haralambos Simeonidis, da ANPEC, de melhor artigo. É pesquisador do CNPq e Cientista Nosso Estado, da FAPERJ, onde também coordena a área de economia e administração. É membro do Bellagio Group.

<b>Nome</b>	<b>Danielle Santos de Souza Calazans</b>
<b>CPF</b>	723.261.901-49
<b>Data de Nascimento</b>	24/12/1982
<b>Profissão</b>	Advogada
<b>Tipo Comitê</b>	Comitê de Riscos
<b>Descrição Outros Comitês</b>	-
<b>Cargo Ocupado</b>	Membro do Comitê (efetivo)
<b>Descrição Outros Cargos Ocupados</b>	
<b>Data da Eleição</b>	27/02/2023
<b>Data de Posse</b>	01/03/2023
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse do seu substituto, que será escolhido em reunião do CA após AGO de 2024.
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	01/03/2023
<b>Mandatos Consecutivos</b>	0
<b>Percentual de Participação</b>	-
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

Secretária de Planejamento, Governança e Gestão do Governo do Rio Grande do Sul, desde 01/2023; Presidente Interina e Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal, de 07/2022 a 01/2023; Secretária de Gestão Corporativa do Ministério da Economia, de 2019 a 2022; Diretora de Gestão Corporativa do Ministério da Economia, de 01/2019 a 06/2019; Gerente e Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Fazenda, de 04/2012 a 12/2018; Supervisora, Consultora e Gerente de Relacionamento PJ e Governo da caixa Econômica Federal, de 03/2007 a 07/2012. É graduada em Gestão Pública pela Escola de Administração Fazendária -ESAF em 2014; em Direito, pela Universidade Paulista em 2005.

## Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática

<b>Nome</b>	<b>Jorge Luís Tonetto</b>
<b>CPF</b>	468.990.140-68
<b>Data de Nascimento</b>	16/12/1966
<b>Profissão</b>	Funcionário Público Estadual
<b>Tipo de Comitê</b>	Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática
<b>Descrição Outros Comitês</b>	
<b>Cargo Ocupado</b>	
<b>Descrição Outros Cargos Ocupados</b>	Membro do Comitê (efetivo)
<b>Data da Eleição</b>	08/05/2023
<b>Data de Posse</b>	Data de posse aguardando análise de elegibilidade
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse dos eleitos na RCA, que ocorrerá após a AGO de 2023.
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	30/06/2022
<b>Mandatos Consecutivos</b>	-
<b>Percentual de Participação</b>	-
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	Conselho de Administração
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Conselheiro de Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (desde 2019). Membro do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática – RSAC (desde 2022). Secretário Adjunto da Fazenda do Estado do RS até 2022. É Mestre em Economia do desenvolvimento e possui graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1991) e graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela mesma Universidade (1992). Possui pós-graduação como especialista em Integração Econômica e Direito Internacional Fiscal (FGV/ESAF/União Europeia) e também em “Theory and Operation of Modern National Economy” (George Washington University). Possui os títulos de especialista em Gestão de Sistemas (UFRGS) e especialista em Ciência Política (PUCRS). Exerceu o cargo de Secretário Municipal da Fazenda de Porto Alegre/RS de 2014 a 2016, sendo Auditor-Fiscal da Receita Estadual da Secretaria da Fazenda desde 1993. Foi Diretor Técnico da ABRASF e do GEFIN/CONFAZ. É Professor de Economia das Finanças Internacionais e de Economia do Setor Público no curso de Economia da PUCRS. Tem experiência nas áreas de Finanças Públicas, Economia, Administração Pública e Tecnologia da Informação.

<b>Nome</b>	<b>Cláise Muller Rauber</b>
<b>CPF</b>	431.793.980-00
<b>Data de Nascimento</b>	06/09/1967
<b>Profissão</b>	Bancária
<b>Tipo de Comitê</b>	Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática
<b>Descrição Outros Comitês</b>	
<b>Cargo Ocupado</b>	Membro do Comitê (efetivo)
<b>Descrição Outros Cargos Ocupados</b>	
<b>Data da Eleição</b>	08/05/2023
<b>Data de Posse</b>	Aguardando análise de elegibilidade
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse dos eleitos na RCA, que ocorrerá após a AGO de 2023
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	30/06/2022
<b>Mandatos Consecutivos</b>	-
<b>Percentual de Participação</b>	-
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	Diretora de Produtos, Segmentos e Canais Digitais
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Funcionária de carreira no Banco do Estado do Rio Grande do Sul; Diretora de Produtos, Segmentos e Canais Digitais do Banrisul S.A. (desde 2019); Membro do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática – RSAC (desde 2022). Banrisul Seguridade Participações SA – Diretora Presidente (desde 2020); Superintendente na área de Política de Crédito e Análise de Riscos (2015 - 2019), foi Superintendente na área de Crédito Consignado originado por meio de correspondentes bancários (2013 – 2015), Gerente na coordenação do Processo de Gestão de Risco de Crédito (2010 – 2013), do Processo de Modelagem Estatística para Gestão de Clientes (2008 – 2010), Coordenadora de Gestão Operacional da Estratégia Comercial (2006 – 2008), Analista de modelagem estatística e políticas de gestão para risco de crédito (2002 – 2006), analista de crédito de limites de risco para pessoa jurídica (2001 – 2002), Atendimento ao Cliente na Rede de Agências (1988 – 2001). É Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade de Passo Fundo (1995), com MBA em Finanças Corporativas e Valor das Organizações pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2007), em Inteligência Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (2010), e em Gestão Bancária pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012).

<b>Nome</b>	<b>Wagner Lenhart</b>
<b>CPF</b>	001.092.600-31
<b>Data de Nascimento</b>	22/04/1982
<b>Profissão</b>	Advogado
<b>Tipo de Comitê</b>	Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática
<b>Descrição Outros Comitês</b>	
<b>Cargo Ocupado</b>	Membro do Comitê (efetivo)
<b>Descrição Outros Cargos Ocupados</b>	
<b>Data da Eleição</b>	08/05/2023
<b>Data de Posse</b>	Aguardando análise de elegibilidade
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse dos eleitos na RCA, que ocorrerá após a AGO de 2023
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	30/06/2022
<b>Mandatos Consecutivos</b>	-
<b>Percentual de Participação</b>	-
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	Diretoria Institucional
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Diretor Institucional do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – Banrisul. Membro do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática – RSAC (desde 2022). Foi Diretor Financeiro do Instituto de Estudos Empresariais (IEE) e CEO do Fórum da Liberdade. Atuou como advogado, nas áreas cível, tributária e comercial, em Altemo Advogados Associados. Exerceu a função de Tabelião Substituto no Segundo Tabelionato de Notas de São Leopoldo/RS. Foi Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Gestão e Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias da Prefeitura de São Paulo. Foi também Secretário Nacional de Gestão e Desempenho de Pessoal do Governo Federal, conselheiro fiscal do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, conselheiro deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – FUNPRESP, conselheiro deliberativo do Instituto de Estudos Empresariais – IEE e conselheiro fiscal do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE-RS. Wagner é bacharel em ciências jurídicas e sociais pela PUCRS, especialista em direito do estado pela UFRGS, MBA em gestão empresarial pela ESPM e mestre em direito pela UFRGS.

<b>Nome</b>	<b>Marcus Vinícius Feijó Staffen</b>
<b>CPF</b>	827.327.790-91
<b>Data de Nascimento</b>	23/06/1983
<b>Profissão</b>	Bancário
<b>Tipo de Comitê</b>	Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática
<b>Descrição Outros Comitês</b>	
<b>Cargo Ocupado</b>	Membro do Comitê (efetivo)
<b>Descrição Outros Cargos Ocupados</b>	
<b>Data da Eleição</b>	08/05/2023
<b>Data de Posse</b>	Aguardando análise de elegibilidade
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse dos eleitos na RCA, que ocorrerá após a AGO de 2023
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	30/06/2022
<b>Mandatos Consecutivos</b>	-
<b>Percentual de Participação</b>	-
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Funcionário de Carreira no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. Diretor de Finanças e Relações com Investidores (desde 2019). Membro do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática – RSAC (desde 2022). Gerente Executivo na Unidade Financeira (2015-2019), foi Gerente Executivo na área de Mercados de Capitais (2011 – 2015), de Administração de Recursos de Terceiros (2010 – 2011), onde também foi Analista (2003 – 2010), e Escriturário (2002 – 2003) na Rede de Agências. Foi Conselheiro Fiscal na Fundação Banrisul de Seguridade Social (2013 – 2016) e Membro do Comitê de Investimentos da Fundação Banrisul de Seguridade Social (2010 – 2012). Possui Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005), e MBA em Mercado de Capitais pela UFRGS (2009), em Gestão Bancária pela UFRGS (2013), e em Finanças, Investimentos e Banking pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2019).

<b>Nome</b>	<b>Marilene De Oliveira Ramos Murias Dos Santos</b>
<b>CPF</b>	742.396.357-72
<b>Data de Nascimento</b>	23/06/1960
<b>Profissão</b>	Engenheira Civil
<b>Tipo de Comitê</b>	Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática
<b>Descrição Outros Comitês</b>	
<b>Cargo Ocupado</b>	Membro do Comitê (efetivo)
<b>Descrição Outros Cargos Ocupados</b>	
<b>Data da Eleição</b>	08/05/2023
<b>Data de Posse</b>	Aguardando análise de elegibilidade
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a posse dos eleitos na RCA, que ocorrerá após a AGO de 2023
<b>Data de início do primeiro mandato</b>	09/02/2023
<b>Mandatos Consecutivos</b>	-
<b>Percentual de Participação</b>	-
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	-
<b>Pessoa Politicamente Exposta</b>	Declara que é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### **Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

Membra do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Banco do Estado do Rio Grande do Sul desde 02/2023. Coordenadora do Comitê de Sustentabilidade da Associação Brasileira de Infraestrutura (ABDIB) e conselheira do Instituto Clima e Sociedade (ICS). Diretora de relações institucionais e sustentabilidade do Grupo Águas do Brasil e a Presidente do Conselho de Administração da Concessionária Rio+ Saneamento S.A., desde março de 2022. Foi assessora da presidência da Norte Energia S.A. de 11/2018 a 02/2022; Consultora da Fundação Renova de 01/2019 e 02/2022; Diretora de Infraestrutura e Sustentabilidade do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de 2016 a 2018; Presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) de 2015 a 2016; Secretária do Ambiente e Presidente do INEA-RJ de 2007 a 2014; Professora da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV) desde 2001, estando licenciada desta função desde 2018. Formada em Engenheira Civil (1982) e doutora em Engenharia do Meio Ambiente pela COPPE/UFRRJ (2002), especializada nas áreas de infraestrutura, saneamento e meio ambiente.

**12.9 - EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONJUGAL, UNIÃO ESTÁVEL OU PARENTESCO ATÉ O 2º GRAU RELACIONADAS A ADMINISTRADORES DO EMISSOR, CONTROLADAS E CONTROLADORES**

**12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

- a. administradores do emissor**
- b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**
- c. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor**
- d. administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Na data deste Formulário de Referência, não existe nenhuma relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores da Companhia, controladas ou controladores.

## **12.10 - RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU CONTROLE ENTRE ADMINISTRADORES E CONTROLADAS, CONTROLADORES E OUTROS**

**12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

**a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social**

**b. controlador direto ou indireto do emissor**

**c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

**Conselheiro de Administração e Presidente da Diretoria: Claudio Coutinho Mendes**

CPF: 373.256.207-72

a) Pessoa Relacionada: Banrisul Cartões S.A.

CNPJ: 92.934.215/0001-06

Cargo: Presidente do Conselho de Administração

Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada: Controle

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta

Exercício Social: 2019, 2020 e 2021.

**Conselheiro de Administração e Vice-Presidente da Diretoria: Irany de Oliveira Sant'Anna Junior**

CPF: 339.511.440-68

a) Pessoa Relacionada: Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

CNPJ: 92.692.979/0001-24

Cargo: Presidente da Diretoria e Conselheiro de Administração

Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada: Controle

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta

Exercício Social: 2019, 2020 e 2021.

b) Pessoa Relacionada: Banrisul Cartões S.A.

CNPJ: 92.934.215/0001-06

Cargo: Conselheiro de Administração

Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada: Controle

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta

Exercício Social: 2019, 2020 e 2021.

c) Banrisul Seguridade Participações S.A.

CNPJ: 36.779.931.0001-87

Cargo: Diretor e Conselheiro de Administração

Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada: Controle

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta

Exercício Social: 2020 e 2021.

d) Banrisul Corretora de Seguros S.A.

CNPJ: 38.352.270/0001-34

Cargo: Diretor e Conselheiro de Administração

Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada: Controle

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta

Exercício Social: 2020 e 2021.

**Conselheiro de Administração: Eduardo Cunha da Costa**

CPF: 962.969.920-68

a) Pessoa Relacionada: Banrisul Cartões S.A.

CNPJ: 92.934.215/0001-06

Cargo: Conselheiro de Administração

Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada: Controle

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta

Exercício Social: 2019, 2020 e 2021

**Diretor: Jorge Fernando Krug Santos**

CPF: 395.712.110-87

a) Pessoa Relacionada: Banrisul Armazéns Gerais S.A.  
CNPJ: 92.721.232/0001-57  
Cargo: Vice-Presidente do Conselho de Administração  
Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada: Controle  
Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta  
Exercício Social: 2019, 2020 e 2021.

b) Banrisul Seguridade Participações S.A.  
CNPJ: 36.779.931.0001-87  
Cargo: Conselheiro de Administração  
Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada: Controle  
Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta  
Exercício Social: 2020 e 2021.

c) Banrisul Corretora de Seguros S.A.  
CNPJ: 38.352.270/0001-34  
Cargo: Conselheiro de Administração  
Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada: Controle  
Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta  
Exercício Social: 2020 e 2021.

**Diretora: Claíse Muller Rauber**

CFP: 431.793.980-00

a) Banrisul Seguridade Participações S.A.  
CNPJ: 36.779.931.0001-87  
Cargo: Diretora e Conselheira de Administração  
Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada: Controle  
Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta  
Exercício Social: 2020 e 2021.

b) Banrisul Corretora de Seguros S.A.  
CNPJ: 38.352.270/0001-34  
Cargo: Diretora e Conselheira de Administração  
Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada: Controle  
Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta  
Exercício Social: 2020 e 2021.

c) Pessoa Relacionada: Banrisul Armazéns Gerais S.A.  
CNPJ: 92.721.232/0001-57  
Cargo: Conselho de Administração  
Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada: Controle  
Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta  
Exercício Social: 2021.

**Diretor: Fernando Postal**

CFP: 328.730.420-87

a) Pessoa Relacionada: Banrisul S.A. Administradora de Consórcios  
CNPJ: 92.692.979/0001-24  
Cargo: Conselheiro de Administração  
Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada: Controle  
Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta  
Exercício Social: 2019, 2020 e 2021.

b) Banrisul Seguridade Participações S.A.  
CNPJ: 36.779.931.0001-87  
Cargo: Diretor e Conselheiro de Administração  
Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada: Controle  
Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta  
Exercício Social: 2020 e 2021.

c) Banrisul Corretora de Seguros S.A.  
CNPJ: 38.352.270/0001-34  
Cargo: Diretor e Conselheiro de Administração

Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada: Controle

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta

Exercício Social: 2020 e 2021.

**Diretor: Osvaldo Lobo Pires**

CPF: 016.494.707-89

a) Banrisul Seguridade Participações S.A.

CNPJ: 36.779.931.0001-87

Cargo: Conselheiro de Administração

Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada: Controle

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta

Exercício Social: 2020 e 2021.

b) Banrisul Corretora de Seguros S.A.

CNPJ: 38.352.270/0001-34

Cargo: Conselheiro de Administração

Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada: Controle

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta

Exercício Social: 2020 e 2021.

**Diretora: Marivania Ghisleni Fontana**

CPF: 593.178.920-00

a) Pessoa Relacionada: Banrisul Armazéns Gerais S.A.

CNPJ: 92.721.232/0001-57

Cargo: Presidente do Conselho de Administração

Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada: Controle

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta

Exercício Social: 2021.

## **12.11 - ACORDOS, INCLUSIVE APÓLICES DE SEGUROS, PARA PAGAMENTO OU REEMBOLSO DE DESPESAS SUPOSTAS PELOS ADMINISTRADORES**

**12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções**

A Companhia possui um seguro de responsabilidade civil de administradores (Seguro D&O), contratada com a empresa XL Seguros Brasil S.A., que tem como objeto garantia de indenização aos seus administradores e os administradores, juntos os segurados, das suas empresas subsidiárias e controladas, cuja cobertura contratada encontra-se alinhada às normas vigentes e às boas práticas de governança corporativa, possuindo âmbito geográfico do cobertura Mundial, exceto Cuba, Irã, Coréia do Norte, Catar, Rússia, Sudão, Sudão do Sul, Síria, Ucrânia e Venezuela. O presente seguro é contratado em linha com o disposto no Art. 17, §1º, da Lei 13.303/16 e com o Art. 93 do seu Estatuto Social.

Assim, a referida Apólice, à Base de Reclamações, é válida para litígios e disputas acerca de casos de imputação de responsabilidade pessoal, solidária ou subsidiária, em decorrência de processos judiciais, administrativos ou arbitrais, relacionadas às atividades da Companhia, suas subsidiárias e controladas, assim como em decorrência de reivindicações feitas por escrito, ou via processo, judicial ou administrativo, regulatório ou arbitral.

Referida cobertura não se estende a multas e penalidades impostas a um segurado relacionadas a quaisquer atos intencionais, atos de má-fé, atos intencionalmente criminais, atos fraudulentos ou atos dolosos de um modo geral, cometidos pelo segurado, bem como não se estende à Operação “Lava-Jato” da Polícia Federal e à Atos Contra a Administração Pública, Defesas dos administradores no Tribunal de Contas do Estado – TCE e na Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – CAGE.

Nesse sentido, a atual apólice, com vigência até 10 de março de 2023, prevê limite máximo de garantia de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e o valor do prêmio do referido seguro, pago em abril de 2022, foi de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

## 12.12 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

### 12.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

#### (a) Nível 1 de Governança Corporativa

Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, cada qual com exigências diferenciadas de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas.

A Companhia está listada no Nível 1 de Governança Corporativa, que é um segmento especial de listagem do mercado de ações da B3 destinado exclusivamente às companhias que atendam a requisitos mínimos e aceitem submeter-se a regras de governança corporativa diferenciadas, incluindo, entre outras:

- Ações que representem, no mínimo, 25% do capital social devem estar em circulação;
- Membros do Conselho de Administração e da Diretoria devem assinar Termos de Anuência dos Administradores, condicionada a posse nos respectivos cargos à assinatura desses documentos, por meio dos quais os novos administradores obrigam-se a agir em conformidade com o Contrato de Adesão ao Nível 1 e com o Regulamento do Nível 1;
- Informar e manter atualizada a posição acionária por espécie e classe de todo aquele que detiver 5% (cinco por cento) ou mais das ações de cada espécie e classe do capital social da Companhia, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física, desde que a Companhia tenha ciência de tal informação;
- Vedação à emissão ou manutenção de partes beneficiárias;
- Exigência de que o adquirente, em caso de alienação de controle da companhia, subscreva o Termo de Anuência dos Controladores, sendo que enquanto o adquirente não subscrever o referido termo: (i) o acionista controlador alienante não transferirá a propriedade de suas ações e (ii) a companhia não registrará qualquer transferência de ações para o adquirente ou para aqueles que vierem a deter o poder de controle, devendo referido termo ser protocolado na B3 em até 15 (quinze) dias da data de sua assinatura.

#### (b) Lista das Assembleias da Companhia

O regulamento de Listagem do Nível 1, contendo as regras de governança aplicáveis à Companhia, pode ser acessado no seguinte endereço:

[http://www.b3.com.br/pt\\_br/regulacao/estrutura-normativa/listagem/](http://www.b3.com.br/pt_br/regulacao/estrutura-normativa/listagem/)

Ademais, segue abaixo a lista das Assembleias da Companhia realizadas nos exercícios sociais encerrados em 31/12/2018, 31/12/2019 e 31/12/2020

Tipo de assembleia	Data de realização	Convocação	Quórum de instalação
AGO	24/07/2020	1ª convocação	Presentes acionistas representando mais de 99% (noventa e nove por cento) do capital social com direito a voto
AGO/E	25/04/2019	1ª convocação	Presentes acionistas representando mais de 99% (noventa e nove por cento) do capital social com direito a voto
AGE	31/05/2019	1ª convocação	Presentes acionistas representando mais de 98% (noventa e oito por cento) do capital social com direito a voto
AGE	30/09/2019	1ª convocação	Presentes acionistas representando mais de 99% (noventa e nove por cento) do capital social com direito a voto
AGE	30/04/2018	1ª convocação	Presentes acionistas representando mais de 99% (noventa e nove por cento) do capital social com direito a voto
AGO/E	27/04/2018	1ª convocação	Presentes acionistas representando mais de 99% (noventa e nove por cento) do capital social com direito a voto
AGE	10/04/2018	1ª convocação	Presentes acionistas representando mais de 99% (noventa e nove por cento) do capital social com direito a voto
AGE	09/04/2018	1ª convocação	Presentes acionistas representando mais de 99% (noventa e nove por cento) do capital social com direito a voto

### **(c) Treinamento dos Administradores**

A Companhia disponibiliza treinamento anual aos Administradores, Conselheiros Fiscais e integrantes dos Comitês Estatutários para atendimento à Lei 13.303/16. No exercício social de 2020 o percentual de participação foi superior a 99%. Ainda em 2021, a Companhia disponibilizará treinamento de aperfeiçoamento sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, código de conduta, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), e demais temas relacionados às atividades da empresa pública ou da sociedade de economia mista.

## 13 - Remuneração dos administradores

### 13.1 - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO, INCLUSIVE DA DIRETORIA NÃO ESTATUTÁRIA

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

b. composição da remuneração:

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles
- ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total
- iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração
- iv. razões que justificam a composição da remuneração
- v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam
- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos
- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A Companhia se submete a Política de Remuneração estabelecida pelo Comitê de Elegibilidade e Remuneração instituído pelo Banrisul na forma do disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.921, de 25 de novembro de 2010, aprovada pelo Conselho de Administração em 22 de dezembro de 2021, que tem como objetivo fixar os critérios de remuneração dos administradores da Companhia com vistas à condução dos negócios de forma eficiente e sustentável. Para fixação desta política são considerados o valor gerado à organização, os riscos da atividade, as condições do mercado em que a Companhia se insere e os interesses dos acionistas.

Os administradores percebem remuneração cuja verba global anual é fixada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração regulamentar a utilização da verba remuneratória e o rateio desta entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, observadas as disposições e limites legais. Os membros da Diretoria da sociedade e das controladas têm direito a participação sobre os lucros e resultados (PLR), calculada de acordo com os critérios para pagamento de PLR a empregados, definidos pela convenção coletiva de trabalho dos bancários.

Aos diretores egressos do quadro de pessoal do Banrisul serão resguardadas as prerrogativas estabelecidas em seu Regulamento de Pessoal.

Os membros do Conselho de Administração não percebem remuneração variável.

É disponibilizado aos Diretores da Companhia e de suas controladas pacote de benefícios composto por auxílio refeição e cesta alimentação, plano de saúde, previdência complementar e seguros. Tais benefícios poderão variar de acordo com o perfil específico de cada Diretor. Aos eventualmente oriundos do quadro de pessoal da Companhia é assegurada a manutenção dos planos de benefícios iniciados quando eram empregados.

## Conselho de Administração

Conselho de Administração						
<b>a. Objetivos da política ou prática de remuneração</b>	<p>A Política de Remuneração dos Administradores tem como objetivo fixar os critérios de remuneração de seus administradores com vistas à condução dos negócios de forma eficiente e sustentável; são considerados o valor gerado à organização, os riscos da atividade, as condições de mercado em que o Banrisul se insere e os interesses dos acionistas.</p> <p>Os membros do Conselho de Administração percebem remuneração cuja verba global e anual é fixada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho regulamentar a utilização e o rateio. Os membros do Conselho de Administração que integram a Diretoria Executiva ou o Comitê de Auditoria recebem apenas a remuneração atribuída aos ocupantes de cargos nestes órgãos e não àquela atribuída aos membros do Conselho de Administração</p>					
<b>b. Composição da remuneração, indicando:</b>						
<b>i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles</b>	Honorários: remuneração mensal fixa.					
<b>ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total</b>	Honorários: 100%					
<b>iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração</b>	Não se aplica.					
<b>iv. Razões que justificam a composição da remuneração</b>	A remuneração de nossos Administradores é composta por parcela fixa, sendo similar ao praticado por sociedade de economia mista similar.					
<b>v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato</b>	Os Conselheiros que integram Diretoria Executiva do Banrisul, e o Conselheiro que integra o Comitê de Auditoria não são remunerados no âmbito do Conselho de Administração. Eles recebem a remuneração definida para a Diretoria e Comitê de Auditoria, respectivamente.					
<b>c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração</b>	Não se aplica.					
<b>d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho</b>	Não se aplica.					
<b>e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo</b>	Não aplicável. A remuneração dos Administradores é composta apenas por uma parcela fixa.					
<b>f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos</b>	A totalidade da remuneração de nossos Administradores é suportada pela Instituição.					
<b>g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.</b>	Não há.					
<b>Tipo</b>	<b>2021</b>	<b>%</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>	<b>2019</b>	<b>%</b>
Salário ou Pró-Labore		100		100		100
Observações	-	-	-	-	-	-

## Diretoria

Diretoria	
<b>a. Objetivos da política ou prática de remuneração</b>	<p>A Política de Remuneração dos Administradores tem como objetivo fixar os critérios de remuneração de seus administradores com vistas à condução dos negócios de forma eficiente e sustentável; são considerados o valor gerado à organização, os riscos da atividade, as condições de mercado em que o Banrisul se insere e os interesses dos acionistas.</p> <p>Os membros da Diretoria percebem remuneração cuja verba global e anual é fixada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração regulamentar a utilização e o rateio. Compõem a remuneração, honorários e verba de representação.</p> <p>Aos Diretores que são egressos do quadro de pessoal do Banrisul serão resguardadas as prerrogativas estabelecidas em seu Regulamento de Pessoal, podendo optar por continuar recebendo sua remuneração funcional, opção dada também aos cedidos por órgãos públicos, a esta remuneração será acrescida a verba de representação.</p> <p>Os membros da Diretoria recebem participação nos nossos lucros e resultados, conforme os termos de convenção coletiva de trabalho da categoria de bancários, a qual é calculada sobre a remuneração.</p> <p>É disponibilizado aos Diretores da Companhia e de suas controladas pacote de benefícios composto por férias remuneradas de 30 dias a cada 12 meses, sem prejuízo da remuneração global mensal, acrescida de 1/3, auxílio refeição e cesta alimentação, plano de saúde, previdência complementar e seguros. Tais benefícios poderão variar de acordo com o perfil específico de cada Diretor, eis que àqueles eventualmente oriundos do quadro de pessoal do Banrisul será assegurada a manutenção dos planos de benefícios iniciados quando eram empregados.</p>
<b>b. Composição da remuneração, indicando:</b>	
<b>i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles</b>	Honorários, e Verba de Representação: remuneração mensal fixa. Participação sobre Lucros e Resultados da Sociedade – PLR, esta é calculada de acordo com os mesmos critérios definidos pela convenção coletiva de trabalho da categoria de bancários.
<b>ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total</b>	Honorários: 50% da remuneração mensal fixa; Verba de representação: 50% da remuneração fixa; PLR: variável calculada de acordo com os mesmos critérios definidos pela convenção coletiva de trabalho da categoria de bancários.
<b>iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração</b>	Não se aplica. Remuneração fixa sem indicador vinculado.
<b>iv. Razões que justificam a composição da remuneração</b>	Não se aplica. Remuneração fixa sem indicador vinculado.
<b>v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato</b>	Não há Administrador não remunerado pelo emissor.
<b>c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração</b>	Não se aplica.
<b>d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho</b>	Não se aplica.
<b>e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo</b>	Não se aplica. A remuneração dos Administradores é composta por uma parcela fixa, por verba de representação em percentual também fixo e, a participação sobre Lucros e Resultados da Sociedade – PLR, é calculada de acordo com os mesmos critérios definidos pela convenção coletiva de trabalho da categoria de bancários calculada tendo como base a verba de honorários.
<b>f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos</b>	A totalidade da remuneração de nossos Administradores é suportada pela Instituição.
<b>g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.</b>	Não há.

Tipo	2021	%	2020	%	2019	%
Salário ou Pró-Labore		89,62		91,99		89,70
Benefício Direto e Indireto	-	4,38	-	1,91	-	1,33
PLR		1,43		0,82		1,92
Pós-Emprego	-	4,59	-	5,28	-	7,05
<b>Total Remuneração Diretoria</b>		<b>100%</b>		<b>100%</b>		<b>100%</b>
Observações	-	-	-	-	-	-

## Conselho Fiscal

Conselho Fiscal						
<b>a. Objetivos da política ou prática de remuneração</b>	Nosso Conselho Fiscal funciona de modo permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei, sendo sua remuneração fixada pela Assembleia Geral Ordinária, observado o parágrafo 3º do art. 162 da Lei 6404/76.					
<b>b. Composição da remuneração, indicando:</b>						
<b>i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles</b>	Honorários: remuneração mensal fixa.					
<b>ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total</b>	Honorários: 100% da remuneração mensal fixa.					
<b>iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração</b>	Não se aplica. Remuneração fixa sem indicador vinculado.					
<b>iv. Razões que justificam a composição da remuneração</b>	Não se aplica. Remuneração fixa sem indicador vinculado.					
<b>v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato</b>	Não se aplica. Todos são remunerados.					
<b>c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração</b>	Não há remuneração variável, mas somente remuneração fixa, sem indicador vinculado.					
<b>d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho</b>	Não se aplica.					
<b>e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo</b>	A remuneração mensal atribuída aos membros do Conselho Fiscal foi fixada pela AGO/E que os elegeu, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.					
<b>f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos</b>	A totalidade da remuneração dos membros do Conselho Fiscal é suportada pela Instituição.					
<b>g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.</b>	Não há.					
<b>Tipo</b>	<b>2021</b>	<b>%</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>	<b>2019</b>	<b>%</b>
Salário ou Pró-Labore		100		100		100
Observações	-	-	-	-	-	-

## Comitê de Auditoria

Comitê de Auditoria						
<b>a. Objetivos da política ou prática de remuneração</b>	Temos em funcionamento permanente o Comitê de Auditoria, composto de três membros, indicados por nosso Conselho de Administração, observados os requisitos estabelecidos pelo Banco Central. A remuneração mensal dos membros do nosso Comitê de Auditoria é fixada pelo Conselho de Administração.					
<b>b. Composição da remuneração, indicando:</b>						
<b>i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles</b>	Honorários: remuneração mensal fixa.					
<b>ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total</b>	Honorários: 100% da remuneração mensal fixa.					
<b>iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração</b>	Não se aplica. Remuneração fixa sem indicador vinculado.					
<b>iv. Razões que justificam a composição da remuneração</b>	Não se aplica. Remuneração fixa sem indicador vinculado.					
<b>v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato</b>	Não se aplica. Todos são remunerados.					
<b>c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração</b>	Os membros do Comitê de Auditoria não recebem remuneração variável.					
<b>d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho</b>	Não se aplica.					
<b>e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo</b>	A remuneração mensal atribuída aos membros do Comitê foi fixada pelo Conselho de Administração e se alinha tanto aos interesses em curto, médio e longo prazo do Banco, na medida em que representam compensações compatíveis com o mercado local, estimulando o integrante do Comitê ao aperfeiçoamento de práticas e alinhamento aos interesses do Banco. A remuneração é fixada de acordo com a capacitação profissional, normas e legislação aplicável.					
<b>f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos</b>	A totalidade da remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é suportada pela Instituição.					
<b>g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.</b>	Não há.					
<b>Tipo</b>	<b>2021</b>	<b>%</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>	<b>2019</b>	<b>%</b>
Salário ou Pró-Labore		100		100		100
Observações	-	-	-	-	-	-

## Comitê de Elegibilidade e Remuneração

Comitê de Elegibilidade e Remuneração						
<b>a. Objetivos da política ou prática de remuneração</b>	Temos em funcionamento permanente o Comitê de Elegibilidade e Remuneração, composto de três membros, indicados por nosso Conselho de Administração, que preenchem as condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários de instituições financeiras e outras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A remuneração mensal dos membros do nosso Comitê de Elegibilidade e Remuneração é fixada pelo Conselho de Administração.					
<b>b. Composição da remuneração, indicando:</b>						
<b>i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles</b>	Honorários: remuneração mensal fixa.					
<b>ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total</b>	Honorários: 100% da remuneração mensal fixa.					
<b>iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração</b>	Não se aplica. Remuneração fixa sem indicador vinculado.					
<b>iv. Razões que justificam a composição da remuneração</b>	Não se aplica. Remuneração fixa sem indicador vinculado.					
<b>v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato</b>	Não se aplica. Todos são remunerados.					
<b>c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração</b>	Os membros do Comitê de Elegibilidade e Remuneração não recebem remuneração variável.					
<b>d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho</b>	Não se aplica.					
<b>e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo</b>	A remuneração mensal atribuída aos membros do Comitê se alinha tanto aos interesses em curto, médio e longo prazo do Banco, na medida que representam compensações compatíveis com o mercado local, estimulando o integrante do Comitê ao aperfeiçoamento de práticas e alinhamento aos interesses do Banco.					
<b>f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos</b>	A totalidade da remuneração dos membros do Comitê de Elegibilidade e Remuneração é suportada pela Instituição.					
<b>g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.</b>	Não há.					
<b>Tipo</b>	<b>2021</b>	<b>%</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>	<b>2019</b>	<b>%</b>
Salário ou Pró-Labore	-	100	-	100	-	100
Observações	-	-	-	-	-	-

## Comitê de Riscos

Comitê de Riscos						
<b>a. Objetivos da política ou prática de remuneração</b>	Temos em funcionamento permanente o Comitê de Riscos, composto de no mínimo três e no máximo 5 membros, nomeados e destituíveis pelo Conselho de Administração da Sociedade a qualquer tempo, nos termos previstos em normas do Conselho Monetário Nacional. A remuneração mensal dos membros do nosso Comitê de Riscos é fixada pelo Conselho de Administração.					
<b>b. Composição da remuneração, indicando:</b>						
<b>i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles</b>	Honorários: remuneração mensal fixa.					
<b>ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total</b>	Honorários: 100% da remuneração mensal fixa.					
<b>iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração</b>	Não se aplica. Remuneração fixa sem indicador vinculado.					
<b>iv. Razões que justificam a composição da remuneração</b>	Não se aplica. Remuneração fixa sem indicador vinculado.					
<b>v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato</b>	Um dos membros não é remunerado no âmbito do Comitê de Riscos; recebe a remuneração funcional como Superintendente Executivo do Banrisul.					
<b>c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração</b>	Os membros do Comitê de Riscos não recebem remuneração variável.					
<b>d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho</b>	Não se aplica.					
<b>e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo</b>	A remuneração mensal atribuída aos membros do Comitê se alinha tanto aos interesses em curto, médio e longo prazo do Banco, na medida que representam compensações compatíveis com o mercado local, estimulando o integrante do Comitê ao aperfeiçoamento de práticas e alinhamento aos interesses do Banco.					
<b>f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos</b>	A totalidade da remuneração dos membros do Comitê de Riscos é suportada pela Instituição.					
<b>g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.</b>	Não há.					
<b>Tipo</b>	<b>2021</b>	<b>%</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>	<b>2019</b>	<b>%</b>
Salário ou Pró-Labore	-	100	-	100	-	100
Observações	-	-	-	-	-	-

## 13.2 - REMUNERAÇÃO TOTAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA ESTATUTÁRIA E CONSELHO FISCAL

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. remuneração segregada em:
  - i. remuneração fixa anual, segregada em:
    - salário ou pró-labore
    - benefícios diretos e indiretos
    - remuneração por participação em comitês
  - ii. remuneração variável, segregada em:
    - bônus
    - participação nos resultados
    - remuneração por participação em reuniões
    - comissões
  - iii. benefícios pós-emprego
  - iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo
  - v. remuneração baseada em ações, incluindo opções
- e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal
- f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Exercício Social findo em 31/12/2022				
Valores Anuais - Previsão				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11	9	5	25
Nº de membros remunerados	8	9	5	22
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.905.000,00	12.156.000,00	997.000,00	15.058.000,00
Benefícios direto e indireto	0	240.000,00	0	240.000,00
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	148.025,00	0	148.025,00
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
<b>Descrição de outras remunerações variáveis</b>				
Pós-emprego	0	1.715.000,00	0	1.715.000,00
Cessaçao do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Observação	Valores previstos para pagamento no exercício social findo em 31/12/2022. Informamos que o valor previsto para as contribuições de INSS - ônus do empregador, conforme Ofício Circular CVM 02/2020, é de R\$ 428.625,00	Valores previstos para pagamento no exercício social findo em 31/12/2022. Informamos que o valor previsto para as contribuições de INSS - ônus do empregador, conforme Ofício Circular CVM 02/2020, é de R\$ 3.208.280,00	Valores previstos para pagamento no exercício social findo em 31/12/2022. Informamos que o valor previsto para as contribuições de INSS - ônus do empregador, conforme Ofício Circular CVM 02/2020, é de R\$ 224.325,00	
<b>Total da remuneração</b>	<b>1.905.000,00</b>	<b>14.259.025,00</b>	<b>997.000,00</b>	<b>17.161.025,00</b>

## Exercício Social findo em 31/12/2021

## Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11	9	5	25
Nº de membros remunerados	7	9	5	21
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.462.320,00	10.634.177,69	872.240,00	12.968.737,69
Benefícios direto e indireto	0	516.819,55	0	516.819,55
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	169.318,52	0	169.318,52
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
<b>Descrição de outras remunerações variáveis</b>				
Pós-emprego	0	544.677,22	0	544.677,22
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Observação	<p>Valores pagos no exercício. Informamos que do total de membros do Conselho de Administração, dois integrantes são remunerados como Diretores, e um como membro do Comitê de Auditoria, não recebendo remuneração como Conselheiro de Administração. O valor das contribuições de INSS - ônus do empregador, conforme Ofício Circular CVM 02/2022, foi de R\$ 329.022,00</p> <p>Valores pagos no exercício. O valor das contribuições de INSS - ônus do empregador, conforme Ofício Circular CVM 02/2022, foi de R\$ 2.669.623,42</p> <p>Valores pagos no exercício. O valor das contribuições de INSS - ônus do empregador, conforme Ofício Circular CVM 02/2022, foi de R\$ 196.254,00</p>			
<b>Total da remuneração</b>	<b>1.462.320,00</b>	<b>11.864.992,98</b>	<b>872.240,00</b>	<b>14.199.552,98</b>

**Exercício Social encerrado em 31/12/2020**

**Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,91	9	5	23,91
Nº de membros remunerados	6,91	9	5	20,91
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.354.858,17	9.934.008,34	824.400,00	12.113.266,51
Benefícios direto e indireto	0	206.262,84	0	206.262,84
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	89.069,20	0	89.069,20
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
<b>Descrição de outras remunerações variáveis</b>				
Pós-emprego	0	570.136,68	0	570.136,68
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Observação	<p>Valores pagos no exercício. Informamos que do total de membros do Conselho de Administração, dois integrantes são remunerados como Diretores, e um como membro do Comitê de Auditoria, não recebendo remuneração como Conselheiro de Administração.</p> <p>O valor das contribuições de INSS - ônus do empregador, conforme Ofício Circular CVM 02/2020, foi de R\$ 304.843,09</p>	<p>Valores pagos no exercício. O valor das contribuições de INSS - ônus do empregador, conforme Ofício Circular CVM 02/2020, foi de R\$ 2.429.882,34</p>	<p>Valores pagos no exercício. O valor das contribuições de INSS - ônus do empregador, conforme Ofício Circular CVM 02/2020, foi de R\$ 185.490,00</p>	
<b>Total da remuneração</b>	<b>1.354.858,17</b>	<b>10.799.477,06</b>	<b>824.400,00</b>	<b>12.978.735,23</b>

**Exercício Social encerrado em 31/12/2019**

**Valores Anuais**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Nº total de membros</b>	8,27	9	5	<b>22,27</b>
<b>Nº de membros remunerados</b>	5,67	9	5	<b>19,67</b>
<b>Remuneração fixa anual</b>				
<b>Salário ou pró-labore</b>	1.080.480,79	8.143.209,45	811.600,27	<b>10.035.290,51</b>
<b>Benefícios direto e indireto</b>	0	120.368,48	0	<b>120.368,48</b>
<b>Participações em comitês</b>	0	0	0	<b>0</b>
<b>Outros</b>	0	0	0	<b>0</b>
<b>Descrição de outras remunerações fixas</b>				
<b>Remuneração variável</b>				
<b>Bônus</b>	0	0	0	<b>0</b>
<b>Participação de resultados</b>	0	174.506,37	0	<b>174.506,37</b>
<b>Participação em reuniões</b>	0	0	0	<b>0</b>
<b>Comissões</b>	0	0	0	<b>0</b>
<b>Outros</b>	0	0	0	<b>0</b>
<b>Descrição de outras remunerações variáveis</b>				
<b>Pós-emprego</b>	0	639.724,59	0	<b>639.724,59</b>
<b>Cessação do cargo</b>	0	0	0	<b>0</b>
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0	0	0	<b>0</b>
<b>Observação</b>	<p>Valores pagos no exercício. Informamos que do total de membros do Conselho de Administração, dois integrantes são remunerados como Diretores, e um como membro do Comitê de Auditoria, não recebendo remuneração como Conselheiro de Administração.</p> <p>O valor das contribuições de INSS - ônus do empregador, conforme Ofício Circular CVM 02/2020, foi de R\$ 243.108,18</p>	<p>Valores pagos no exercício. O valor das contribuições de INSS - ônus do empregador, conforme Ofício Circular CVM 02/2020, foi de R\$ 2.161.003,84</p>	<p>Valores pagos no exercício. O valor das contribuições de INSS - ônus do empregador, conforme Ofício Circular CVM 02/2020, foi de R\$ 182.610,05</p>	
<b>Total da remuneração</b>	<b>1.080.480,79</b>	<b>9.077.808,89</b>	<b>811.600,27</b>	<b>10.969.889,95</b>

### 13.3 - REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA ESTATUTÁRIA E CONSELHO FISCAL

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação ao bônus:
  - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
  - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
  - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
  - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- e. em relação à participação no resultado:
  - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
  - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
  - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
  - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal. Para a Diretoria, a Participação sobre os Lucros e Resultados da Sociedade – PLR, é calculada de acordo com regras estabelecidas pelo Conselho de Administração, considerando os mesmos critérios para pagamento de PLR a empregados, definidos pela Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria Bancários.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Previsão)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros (média Janeiro a Dezembro)	11	9	5
<b>Em relação ao bônus:</b>			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a
<b>Em relação à participação no resultado:</b>			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	R\$ 148.025,00 *	n/a

\* Estimativa. Valor a ser reconhecido quando do Acordo Coletivo de Trabalho.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros (média Janeiro a Dezembro)	11	9	5
<b>Em relação ao bônus:</b>			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a
<b>Em relação à participação no resultado:</b>			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	R\$ 169.318,52	n/a

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020</b>			
<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
N° total de membros (média Janeiro a Dezembro)	9,91	9	5
<b>Em relação ao bônus:</b>			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a
<b>Em relação à participação no resultado:</b>			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	R\$ 89.069,20	n/a

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019</b>			
<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
N° total de membros (média Janeiro a Dezembro)	8,27	9	5
<b>Em relação ao bônus:</b>			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a
<b>Em relação à participação no resultado:</b>			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	R\$ 174.506,37	n/a

#### **13.4 - PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA ESTATUTÁRIA**

**13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:**

- a. termos e condições gerais**
- b. principais objetivos do plano**
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos**
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor**
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**
- f. número máximo de ações abrangidas**
- g. número máximo de opções a serem outorgadas**
- h. condições de aquisição de ações**
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**
- j. critérios para fixação do prazo de exercício**
- k. forma de liquidação**
- l. restrições à transferência das ações**
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Não aplicável. Não possuímos plano de remuneração baseado em ações.

### **13.5 - REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUÁRIA**

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
  - i. data de outorga
  - ii. quantidade de opções outorgadas
  - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
  - iv. prazo máximo para exercício das opções
  - v. prazo de restrição à transferência das ações
  - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
    - em aberto no início do exercício social
    - perdidas durante o exercício social
    - exercidas durante o exercício social
    - expiradas durante o exercício social
- e. valor justo das opções na data de cada outorga
- f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não aplicável. Não possuímos plano de remuneração baseado em ações.

### **13.6 - INFORMAÇÕES SOBRE AS OPÇÕES EM ABERTO DETIDAS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PELA DIRETORIA ESTATUÁRIA**

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções ainda não exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. data em que se tornarão exercíveis
  - iii. prazo máximo para exercício das opções
  - iv. prazo de restrição à transferência das ações
  - v. preço médio ponderado de exercício
  - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e. em relação às opções exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. prazo máximo para exercício das opções
  - iii. prazo de restrição à transferência das ações
  - iv. preço médio ponderado de exercício
  - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
  - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável. Não possuímos plano de remuneração baseado em ações.

### **13.7 - OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUÁRIA**

**13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão**
- b. número de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. em relação às opções exercidas informar:**
  - i. número de ações**
  - ii. preço médio ponderado de exercício**
  - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas**
- e. em relação às ações entregues informar:**
  - i. número de ações**
  - ii. preço médio ponderado de aquisição**
  - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas**

Não aplicável. Não possuímos plano de remuneração baseado em ações.

### **13.8 - INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 13.5 A 13.7 - MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES**

**13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:**

- a. modelo de precificação**
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**
- d. forma de determinação da volatilidade esperada**
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Não aplicável. Não possuímos plano de remuneração baseado em ações.

### 13.9 - PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES, COTAS E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERSÍVEIS, DETIDAS POR ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS FISCAIS - POR ÓRGÃO

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Acionista	ON	%	PNA	%	PNB	%	Total	%
Conselho de Administração	5	0,00%	0	0,00%	5	0,00%	10	0,00%
Diretoria Estatutária	49	0,00%	12	0,00%	3.000	0,00%	3061	0,00%
Conselho Fiscal	1	0,00%	3	0,00%	400	0,00%	404	0,00%
<b>Total</b>	<b>205.064.841</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.373.091</b>	<b>100,00%</b>	<b>202.536.545</b>	<b>100,00%</b>	<b>408.974.477</b>	<b>100,00%</b>

## 13.10 - INFORMAÇÕES SOBRE PLANOS DE PREVIDÊNCIA CONFERIDOS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- órgão
- número de membros
- número de membros remunerados
- nome do plano
- quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- condições para se aposentar antecipadamente
- valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número de membros	11	11	22
Número de membros remunerados	7	11**	18
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	1*	1*	2*
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	R\$ 432.165,64	R\$ 3.967.045,02	R\$ 4.399.210,66
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 51.908,95	R\$ 607.129,20	R\$ 659.038,15
Nome dos planos:	FBPREV II , FBPREV e SALDADO		
<b>Condições para se aposentar antecipadamente:</b>			
Plano de Benefícios FBPREV II:	I. mínimo de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade; II. mínimo de 10 (dez) anos de Serviço Creditado; III. mínimo de 60 (sessenta) contribuições mensais para o FBPREV II; IV. Término do Vínculo.		
Plano de Benefícios FBPREV:	I. mínimo de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade; II - mínimo de 10 (dez) anos de Serviço Creditado; III - mínimo de 60 (sessenta) contribuições mensais para o FBPREV; IV - Término do Vínculo.		
Plano de Benefícios SALDADO:	Na hipótese do PARTICIPANTE não preencher todos os requisitos de ELEGIBILIDADE à concessão do BENEFÍCIO SALDADO DE APOSENTADORIA, mas comprovar, no mínimo, 10 (dez) anos de vínculo empregatício ao respectivo PATROCINADOR e 10 (dez) anos de vinculação ao PLANO, será facultado requerer o Benefício, o qual será calculado mediante equivalência atuarial com o compromisso original deste PLANO, considerando o cumprimento da integralidade dos requisitos de ELEGIBILIDADE para cada caso, o que poderá resultar na redução do valor do respectivo BENEFÍCIO SALDADO DE APOSENTADORIA.		
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Nos planos de Benefícios FBPREV e FBPREV II: antecipar 10% do saldo de sua conta aplicável conforme regulamento dos planos (artigos 36, 41, 46 e 57 em ambos os planos). A antecipação é permitida somente quando o participante for elegível e requerer o benefício.  No plano de Benefícios SALDADO: É facultado ao PARTICIPANTE, por ocasião do requerimento do BENEFÍCIO SALDADO DE APOSENTADORIA ou ao BENEFICIÁRIO do PARTICIPANTE falecido antes de entrar em gozo de aposentadoria por este PLANO, requerer o recebimento de até 10% (dez por cento) do valor da RESERVA MATEMÁTICA LÍQUIDA, na forma de benefício temporário, a ser pago em 6 (seis) parcelas mensais e consecutivas, atualizadas pela variação do INPC.		

\*considerando o término do vínculo.

\*\*considerando que 2021 tivemos a transição de duas cadeiras da Diretoria, sem sobreposição de mandatos, mas totalizando onze diferentes nomes.

### 13.11 - REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL MÁXIMA, MÍNIMA E MÉDIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- órgão
- número de membros
- número de membros remunerados
- valor da maior remuneração individual
- valor da menor remuneração individual
- valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)

Valor Anual	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	2021	2020	2019	2021	2020	2019	2021	2020	2019
Nº de membros	9	9	9	11	10	8,27	5	5	5
Nº de membros remunerados	9	9	9	7	6,91	5,67	5	5	5
Valor da maior remuneração (Reais)	1.459.491,25	1.663.552,35	1.084.166,23	232.320,00	219.600,00	194.504,87	201.840,00	190.800,00	156.000,00
Valor da menor remuneração (Reais)	1.180.383,48	1.449.119,08	979.203,72	205.000,00	193.800,00	187.500,00	167.600,00	158.400,00	156.000,00
Valor médio da remuneração (Reais)	1.318.332,55	1.567.056,06	1.008.645,43	208.902,86	196.702,09	190.560,99	174.448,00	164.880,00	162.320,05
<b>Observações</b>									
<b>Diretoria Estatutária</b>									
2021	O valor da maior e da menor remuneração se referem a diretores que exerceram o cargo nos 12 meses do ano. Para 2021 o valor da maior, da menor e o valor médio das remunerações foram calculados, conforme determina o OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022- CVM/SEP:								
2020	Todos os Diretores exerceram a função nos 12 meses do ano								
2019	O valor da maior remuneração é de Diretor que exerceu o cargo nos 12 meses do ano. O valor da menor remuneração é de Diretor que exerceu o cargo nos 12 meses do ano, sendo excluído da apuração os que exerceram o cargo em período inferior a 12 meses.								
<b>Conselho de Administração</b>									
2021	O membro com a maior e menor remuneração, exerceram o cargo por 12 meses no exercício. Dois integrantes do Conselho são remunerados apenas pelo cargo de Diretor, um integrante é remunerado apenas pelo cargo de membro do Comitê de Auditoria e um integrante é remunerado pelo cargo de Superintendente.								
2020	O membro com a maior e menor remuneração, exerceram o cargo por 12 meses no exercício. Dois integrantes do Conselho são remunerados apenas pelo cargo de Diretor, e um integrante é remunerado apenas pelo cargo de membro do Comitê de Auditoria.								
2019	O membro com a maior e menor remuneração, exerceram o cargo por 12 meses no exercício. Dois integrantes do Conselho são remunerados apenas pelo cargo de Diretor, e um integrante é remunerado apenas pelo cargo de membro do Comitê de Auditoria.								
<b>Conselho Fiscal</b>									
2021	O valor da maior remuneração é de conselheiro que exerceu o cargo nos 12 meses do ano. O valor da menor remuneração é de conselheiro que exerceu o cargo nos 12 meses do ano, sendo excluído da apuração os que exerceram o cargo em período inferior a 12 meses no exercício de 2021								
2020	O valor da maior remuneração é de conselheiro que exerceu o cargo nos 12 meses do ano. O valor da menor remuneração é de conselheiro que exerceu o cargo nos 12 meses do ano, sendo excluído da apuração os que exerceram o cargo em período inferior a 12 meses no exercício de 2020.								
2019	O valor da maior remuneração é de conselheiro que exerceu o cargo nos 12 meses do ano. O valor da menor remuneração é de conselheiro que exerceu o cargo nos 12 meses do ano, sendo excluído da apuração os que exerceram o cargo em período inferior a 12 meses no exercício de 2019.								

### **13.12 - MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA**

**13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor**

Não aplicável. Não possuímos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

### **13.13 - PERCENTUAL NA REMUNERAÇÃO TOTAL DETIDO POR ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES**

**13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

<b>Órgão</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Conselho de Administração</b>	29,91%	30,51%	13,76%
<b>Diretoria Estatutária</b>	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Conselho Fiscal</b>	42,36%	42,36%	17,12%

### 13.14 - REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, RECEBIDA POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Órgão	2021	2020	2019
Conselho de Administração	R\$ 655.640,00	R\$ 619.800,00	R\$ 662.533,87
Diretoria Estatutária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Conselho Fiscal	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Observações	<p>O Conselho de Administração possuiu um membro que também foi integrante do Comitê de Auditoria, o qual foi remunerado apenas pela função exercida no Comitê. O Conselho de Administração possuiu um membro que também foi integrante do Comitê de Riscos, o qual foi também remunerado pela função exercida no Comitê.</p>	<p>O Conselho de Administração possuiu um membro que também foi integrante do Comitê de Auditoria, o qual foi remunerado apenas pela função exercida no Comitê. O Conselho de Administração possuiu um membro que também foi integrante do Comitê de Riscos, o qual foi também remunerado pela função exercida no Comitê.</p>	<p>O Conselho de Administração possuiu um membro que também foi integrante do Comitê de Auditoria, o qual foi remunerado apenas pela função exercida no Comitê. O Conselho de Administração possuiu um membro que também foi integrante do Comitê de Riscos, o qual foi também remunerado pela função exercida no Comitê. O Conselho de Administração possuiu um membro que foi integrante do Comitê de Riscos nos meses de agosto a dezembro de 2019, o qual foi também remunerado pela função exercida no Comitê.</p>

**13.15 - REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL RECONHECIDA NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DO EMISSOR**

**13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos**

Não foram reconhecidos no resultado de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor.

## **13.16 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

### **13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Na data deste Formulário de Referência, todas as informações que a Companhia julga relevantes para esta seção foram disponibilizadas nos itens anteriores.

## 14 - Recursos humanos

### 14.1 - INFORMAÇÕES SOBRE OS RECURSOS HUMANOS DO EMISSOR

14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

	2021	2020	2019
<b>Por Grupo</b>			
Direção Geral e Diretoria	2.738	2.792	2.888
Órgãos Regionais	54	59	62
Agências	6.210	6.429	7.333
<b>Por Localização Geográfica</b>			
Direção Geral	2.736	2.792	2.888
Superintendência Sede	-	-	184
Superintendência Centro	677	693	791
Superintendência Fronteira	637	660	754
Superintendência Porto Alegre	751	789	1.158
Superintendência Porto Alegre Centro	342	375	-
Superintendência Leste	900	941	1.083
Superintendência Noroeste	631	637	718
Superintendência Serra	745	764	862
Superintendência Zona Sul	612	643	733
Superintendência Alto Uruguai	648	670	753
Superintendência Outros Estados	300	314	357
Exterior	2	2	2
Ag Digital	21	-	-
<b>Total de Empregados</b>	<b>9.002</b>	<b>9.280</b>	<b>10.283</b>

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica).

	2021	2020	2019
<b>Por Atividade</b>			
Vigilância	1.667	1.863	1.783
Limpeza	801	933	861
Serviços Gerais	36	404	504
Ascensorista	3	08	13
Telefonista	-	05	4
Recepcionista	-	-	-
Portaria	67	83	67
Operador de Empilhadeira	2	2	2
Motoboys/Transporte/Funcionários	1	16	11
Motoristas/Transporte/Funcionários	9	20	32
<b>Por Localização Geográfica</b>			
Direção Geral	296	586	576
Rede de agências RS	2.361	2.659	2.602
Rede de agências outros estados	80	89	99
<b>Total de Empregados</b>	<b>2.737</b>	<b>3.334</b>	<b>3.277</b>

c. índice de rotatividade.

Nosso índice de rotatividade é calculado da seguinte maneira:  $[(n^{\circ} \text{ admissões} + n^{\circ} \text{ demissões}) / 2] / n^{\circ} \text{ funcionários}$ .

2021	2020	2019
1,69%	0,62%	1,67%

## **14.2 - ALTERAÇÕES RELEVANTES - RECURSOS HUMANOS**

**14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima.**

Não ocorreu alteração relevante com relação aos números divulgados no item 14.1.

### 14.3 - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS

#### 14.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

##### a. política de salários e remuneração variável.

Federação Nacional dos Bancos - FENABAN e as Entidades de Classe da Categoria Bancária, através de Convenção Coletiva em nível nacional, com algumas particularidades estaduais negociadas em Convenção Coletiva Aditiva do Estado do Rio Grande do Sul.

A remuneração variável ocorre periodicamente, conforme a necessidade da Companhia, e objetiva estabelecer a relação entre as performances comercial e global pretendidas pela Companhia e a remuneração dos empregados. A estrutura do modelo prevê 03 (três) tipos de remuneração, cujo pagamento está condicionado ao atingimento de pontuação mínima de desempenho sobre as metas de resultado, medidas em margem de contribuição, estabelecidas para os referidos períodos.

Performance	Pagamento	A quem se destina
Global do Banrisul	Semestral	Todos os empregados.
Comercial	Semestral	Exclusiva da equipe de vendas.
Comercial em Captação	Mensal	Exclusiva da função de Operadores de Negócios com carteiras de clientes de pessoa física, que possuem metas.

Além da remuneração variável existem bonificações financeiras ou em prêmios físicos de acordo com os resultados alcançados pelo atingimento de metas na promoção de campanhas, conforme a estratégia comercial da Companhia.

##### b. Política de Benefícios

Os empregados recebem os seguintes benefícios: planos de previdência privada, planos de assistência médica e odontológica, plano de participação nos resultados, gratificações de funções, auxílio-refeição, auxílio à graduação e pós-graduação, auxílio-cesta alimentação, décima terceira cesta alimentação, auxílio creche/babá, auxílio para filhos excepcionais, auxílio-funeral, ajuda para deslocamento noturno, vale-transporte, quilômetro rodado para a área de negócios, seguro de vida em grupo, empréstimo de retorno de férias, abono assiduidade e programa de residência para gerentes e superintendentes. Além desses benefícios, a Companhia concede telefones celulares e veículos aos seus Diretores.

##### c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores.

Não há planos de remuneração baseados em ações.

#### **14.4 - DESCRIÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE O EMISSOR E SINDICATOS**

##### **14.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais.**

Os funcionários da Companhia são representados pelo Sindicato dos Bancários filiado à Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul, à Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro e à Central Única dos Trabalhadores, sendo que, a cada ano, com data base em setembro, os salários pagos aos seus funcionários são objeto de negociação coletiva entre a Federação Nacional dos Bancos - FENABAN e as Entidades de Classe da Categoria Bancária, através de Convenção Coletiva em nível nacional, com algumas particularidades estaduais negociadas em Convenção Coletiva Aditiva do Estado do Rio Grande do Sul.

O reajuste salarial de seus funcionários no ano de 2021, conforme previsto na Convenção Coletiva do Trabalho de 2021/2022, ficou estabelecido em 10,97% sobre o mês de agosto de 2021.

Anualmente, também, a Companhia participa das negociações salariais dos bancários, momento que recebe a pauta de reivindicações sobre diversas questões inerentes a categoria. Desde 2017 não houve paralisações em razão de greves.

Havendo necessidade, a Companhia realiza reuniões com entidades sindicais da categoria, buscando a solução dos conflitos no âmbito das relações de trabalho.

A Companhia reconhece os direitos dos seus trabalhadores à liberdade de associação e de negociação coletiva, de acordo com as leis constitucionais e trabalhistas que dispõem sobre o assunto.

## **14.5 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

### **14.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.**

Na data deste Formulário de Referência, todas as informações que a Companhia julga relevantes para esta seção foram disponibilizadas nos itens anteriores.

## 15 - Controle e grupo econômico

### 15.1 / 15.2 - POSIÇÃO ACIONÁRIA

15.1. Identificar o acionista ou grupo de acionistas controladores, indicando em relação a cada um deles:

- nome
- nacionalidade
- CPF/CNPJ
- quantidade de ações detidas, por classe e espécie
- percentual detido em relação à respectiva classe ou espécie
- percentual detido em relação ao total do capital social
- se participa de acordo de acionistas
- se o acionista for pessoa jurídica, lista contendo as informações referidas nos subitens “a” a “d” acerca de seus controladores diretos e indiretos, até os controladores que sejam pessoas naturais, ainda que tais informações sejam tratadas como sigilosas por força de negócio jurídico ou pela legislação do país em que forem constituídos ou domiciliados o sócio ou controlador
- se o acionista for residente ou domiciliado no exterior, o nome ou denominação social e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do seu mandatário ou representante legal no País
- data da última alteração

15.2. Em forma de tabela, lista contendo as informações abaixo sobre os acionistas, ou grupos de acionistas que agem em conjunto ou que representam o mesmo interesse, com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações e que não estejam listados no item 15.1:

Acionista	Tipo Pessoa	CPF/CNPJ do Acionista	País	UF	Participa de Acordo de Acionistas	Acionista Controlador	Última Alteração	Acionista Residente no Exterior
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Jurídica	87.934.675/0001-96	Brasil	RS	Não	Sim	08/04/2019	Não
Vokin Administração de Recursos	Jurídica	14.142.853/0001-72	Brasil	RS	Não	Não	23/05/2022	Não

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Preferencial Classe B		Preferencial Classe A		Total	
	Ações	%	Ações	%	Ações	%	Ações	%	Ações	%
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	201.225.359	98,13%	751.479	0,37%	0	0,00%	751.479	54,73%	201.976.838	49,39%
Vokin Administração de Recursos	0	0,00%	10.788.100	5,29%	10.788.100	5,33%	0	0,00%	10.788.100	2,64%
Ações em Tesouraria	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Outros	3.839.482	1,87%	192.370.057	94,34%	191.748.445	94,67%	621.612	45,27%	196.209.539	47,97%
<b>Total</b>	<b>205.064.841</b>	<b>100,00%</b>	<b>203.909.636</b>	<b>100,00%</b>	<b>202.536.545</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.373.091</b>	<b>100,00%</b>	<b>408.974.477</b>	<b>100,00%</b>

### 15.3 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

15.3. Em forma de tabela, descrever a distribuição do capital, conforme apurado na última assembleia geral de acionistas:

- a. número de acionistas pessoas físicas
- b. número de acionistas pessoas jurídicas
- c. número de investidores institucionais

Assembleia Geral Ordinária de 27 de Abril de 2022		Total
Número de Acionistas Pessoa Física		162.156
Número de Acionistas Pessoa Jurídica (Incluídos Institucionais)		4.732
Número Aproximado de Investidores Institucionais		648

#### d. número de ações em circulação, por classe e espécie

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria:

Espécie e Classe de Ação	Ações Não em Circulação <sup>1</sup>	Ações em Circulação (Free Float) <sup>2</sup>	% Ações em Circulação	Total de Ações
Ordinárias	201.225.415	3.839.426	1,87%	205.064.841
Preferenciais	752.210	203.157.426	99,63%	203.909.636
Preferenciais Classe A	751.505	621.586	45,27%	1.373.091
Preferenciais Classe B	705	202.535.840	99,99%	202.536.545
<b>Total</b>	<b>201.977.625</b>	<b>206.996.852</b>	<b>50,61%</b>	<b>408.974.477</b>

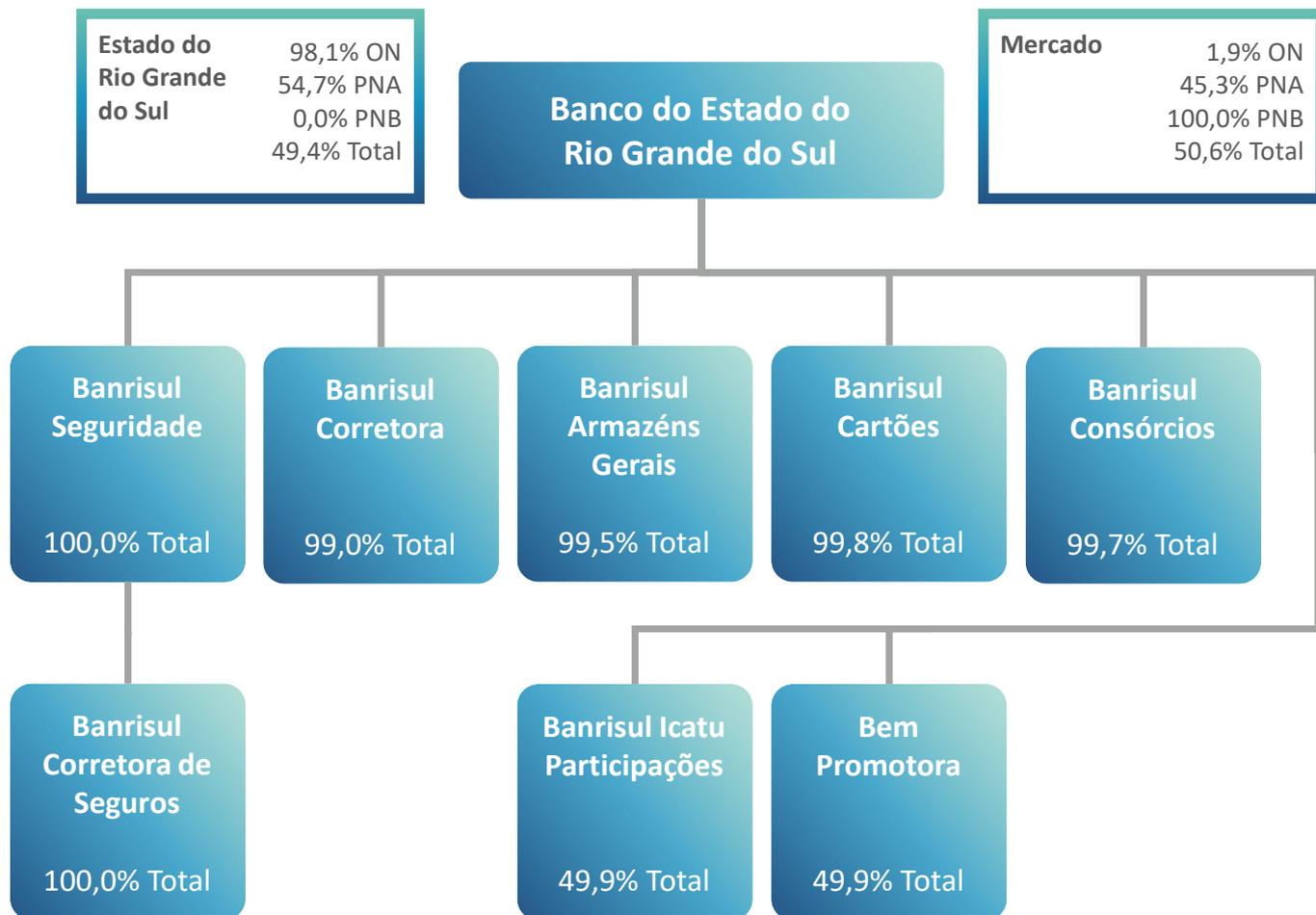
<sup>1</sup> Compreendem ações de titularidade do Estado do Rio Grande do Sul e dos Administradores do Banrisul.

<sup>2</sup> Total de ações emitidas pelo Banrisul, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

## 15.4 - ORGANOGRAMA DOS ACIONISTAS E DO GRUPO ECONÔMICO

15.4. Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:

*Organograma do Grupo Banrisul*



## **15.5 - ACORDO DE ACIONISTAS ARQUIVADO NA SEDE DO EMISSOR OU DO QUAL O CONTROLADOR SEJA PARTE**

**15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:**

**a. partes**

**b. data de celebração**

**c. prazo de vigência**

**d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle**

**e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais**

**f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las**

**g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle**

A Companhia é uma sociedade controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul. Não há Acordo de Acionistas arquivado na sede social.

## **15.6 - ALTERAÇÕES RELEVANTES NAS PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO DE CONTROLE E ADMINISTRADORES DO EMISSOR**

### **15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor**

Não houve alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

## **15.7 - PRINCIPAIS OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS**

**15.7. Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas:**

### **Banrisul Seguridade Participações S.A.**

Em junho de 2020, foi constituída a holding Banrisul Seguridade Participações S.A. (Seguridade), empresa subsidiária integral do Banrisul. Desta forma dá-se seguimento à reestruturação do negócio de seguros, visando extrair e maximizar o valor da distribuição dos produtos de seguros, planos de previdência e títulos de capitalização. Em janeiro de 2021 entrou em operação a Banrisul Corretora de Seguros S.A., subsidiária integral da holding Banrisul Seguridade Participações S.A., absorvendo, gradativamente, a operação de seguros do Banrisul.

## **15.8 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

### **15.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Na data deste Formulário de Referência, todas as informações que a Companhia julga relevantes para esta seção foram disponibilizadas nos itens anteriores.

## 16 - Transações com partes relacionadas

### 16.1 - DESCRIÇÃO DAS REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS DO EMISSOR QUANTO À REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

**16.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A Política de Transações com Partes Relacionadas do Banrisul, proposta pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração em 09/06/2021, institui os procedimentos a serem observados em transações com partes relacionadas, pela Companhia, membros da Administração, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e de Assessoramento da Diretoria, Superintendentes, Gerentes, e demais Colaboradores do Grupo Banrisul, abrangendo todas as áreas da Companhia, e suas empresas Controladas, com o objetivo de dar transparência do processo aos acionistas, investidores e ao mercado em geral, e reafirmar as práticas de Governança Corporativa adotadas pela Companhia.

A Política dispõe que as transações com partes relacionadas devem ser realizadas em condições de mercado, atendendo aos requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade; e permite operações de crédito com partes relacionadas em conformidade com a legislação vigente, em condições compatíveis com as de mercado, ou seja, adotando como base os mesmos parâmetros utilizados pela instituição em operações de crédito de mesma modalidade para tomadores de mesmo perfil e risco de crédito, respeitadas as regras atuais e os limites máximos de exposição definidos pela Resolução nº 4.693/18, bem como limitações e vedações para pessoa jurídica estabelecidos na Política.

Deverão ser encaminhadas ao Conselho de Administração, previamente à celebração do contrato ou assinatura do instrumento a que se referem, para análise e emissão de recomendação de aprovação, as transações com Partes Relacionadas consideradas como relevantes pela Diretoria ou que atendam aos quesitos dispostos na Política.

A referida Política pode ser consultada no site de Relações com Investidores do Banrisul na internet e no site da CVM.

## 16.2 - INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSAÇÕES

16.2. Com exceção das operações realizadas entre emissor e sociedades em que este detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente:

- a. nome das partes relacionadas
- b. relação das partes com o emissor
- c. data da transação
- d. objeto do contrato
- e. se o emissor é credor ou devedor
- f. montante envolvido no negócio
- g. saldo existente
- h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir
- i. garantias e seguros relacionados
- j. duração
- k. condições de rescisão ou extinção
- l. quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida, informar ainda:
  - i. natureza e razões para a operação
  - ii. taxa de juros cobrada

Os quadros a seguir demonstram os detalhamentos requeridos pelo item 16.2 dos contratos relevantes firmados entre a Companhia e partes relacionadas:

Nome parte relacionada	Estado do Rio Grande do Sul
Relação com o emissor	Controlador
Objeto do contrato	Contrato para Cessão dos Serviços Relacionados à Folha de Pagamento por Meio da Outorga Onerosa de Direito de Exclusividade nº 16/04/035
Data da transação	17/06/2016
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 1.250.638.220,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	120 meses
Condições de rescisão ou extinção	O Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação de sanções.
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Estado do Rio Grande do Sul
Relação com o emissor	Controlador
Objeto do contrato	Termo de Autorização de Uso nº 38/2005 – prédio agência Av Baltazar de Oliveira Garcia
Data da transação	15/05/2005
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 326.970,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente (Reais)	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	Prazo indeterminado
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Estado do Rio Grande do Sul
Relação com o emissor	Controlador
Objeto do contrato	Termo de Autorização de Uso nº 19/2010 – prédio agência Borges de Medeiros
Data da transação	04/02/2010
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 4.273.446,60
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente (Reais)	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	Prazo indeterminado
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Estado do Rio Grande do Sul
Relação com o emissor	Controlador
Objeto do contrato	Termo de Autorização de Uso nº 319/2007 – prédio agência Caergs
Data da transação	24/08/2007
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 1.161.906,60
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente (Reais)	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	Prazo indeterminado
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Estado do Rio Grande do Sul
Relação com o emissor	Controlador
Objeto do contrato	Termo de Autorização de Uso nº 23/2010 – prédio agência XV de Novembro
Data da transação	04/02/2010
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 2.280.000,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente (Reais)	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	120 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Estado do Rio Grande do Sul
Relação com o emissor	Controlador
Objeto do contrato	Termo de Autorização de Uso nº 23/2010 – prédio agência XV de Novembro
Data da transação	01/01/2019
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 2.280.000,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente (Reais)	R\$ 1.748.000,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	120 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Estado do Rio Grande do Sul
Relação com o emissor	Controlador
Objeto do contrato	Termo de Autorização de Uso nº 25/2010 – prédio agência Agudo
Data da transação	01/01/2020
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 306.492,60
Taxa de juros cobrada (%)	
Saldo existente	R\$ 296.276,18
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	120 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Parcão
Data da transação	01/10/2019
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 6.695.947,80
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente (Reais)	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Bonfim
Data da transação	01/10/2019
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 1.555.293,60
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente (Reais)	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Caminho do Meio
Data da transação	01/10/2019
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 728.532,00
Taxa de juros cobrada (%)	R\$ 0,00
Saldo existente (Reais)	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Cristo Redentor
Data da transação	01/10/2019
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 2.414.797,80
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente (Reais)	R\$ R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Navegantes
Data da transação	01/10/2019
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 884.061,60
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente (Reais)	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência São João
Data da transação	01/10/2019
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 867.690,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente (Reais)	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Caxias do Sul
Data da transação	01/10/2019
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 4.199.292,60
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente (Reais)	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência São Paulo
Data da transação	01/10/2019
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 4.543.094,40
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente (Reais)	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Esteio
Data da transação	01/10/2019
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 1.768.123,20
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente (Reais)	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Novo Hamburgo
Data da transação	01/10/2019
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 3.699.960,60
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente (Reais)	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Passo Fundo
Data da transação	01/10/2019
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 2.292.010,80
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente (Reais)	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Rio Grande
Data da transação	01/10/2019
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 3.257.931,60
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente (Reais)	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Santa Cruz do Sul
Data da transação	01/10/2019
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 3.503.503,80
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente (Reais)	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Santa Maria
Data da transação	01/10/2019
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 6.147.501,60
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente (Reais)	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Nossa Senhora das Dores
Data da transação	01/10/2019
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 2.070.996,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente (Reais)	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência São Leopoldo
Data da transação	01/10/2019
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 2.193.782,40
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente (Reais)	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Uruguaiana
Data da transação	01/10/2019
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 1.457.064,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente (Reais)	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Canela
Data da transação	01/10/2019
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 1.825.423,20
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente (Reais)	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Sapucaia do Sul
Data da transação	01/10/2019
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 2.406.612,60
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente (Reais)	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação CPD II
Data da transação	17/02/2022
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 1.198.569,24
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente (Reais)	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	36 meses a contar de 28/04/2021
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Unidade de Administração Recursos de Terceiros
Data da transação	01/10/2015
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 665.685,60
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente (Reais)	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Av dos Estados
Data da transação	01/10/2019
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 605.746,20
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Sala 1401 Edifício Chaise
Data da transação	22/12/2015
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 337.777,20
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Sala 1402 Edifício Chaise
Data da transação	01/12/2015
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 337.777,20
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Sala 1301 Edifício Chaise
Data da transação	13/11/2018
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 426.217,20
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Sala 1302 Edifício Chaise
Data da transação	26/09/2021
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 501.354,60
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses a partir de 01/07/2021
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação 2º - 3º - 4º - 5º andares Prédio Sete de Setembro
Data da transação	01/05/2018
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 1.391.460,60
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação 6º - 7º - 8º andares Prédio Sete de Setembro
Data da transação	01/11/2018
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 1.541.851,20
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Térreo Prédio Sete de Setembro
Data da transação	15/08/2019
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 94.200,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	12 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Espaço Antena Prédio Fundação
Data da transação	14/08/2020
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 30.000,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Fundação Banrisul de Seguridade Social
Relação com o emissor	Patrocinada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Sala 802 Prédio da Fundação
Data da transação	01/04/2018
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 132.000,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Banrisul Armazéns Gerais S.A
Relação com o emissor	Controlada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Bagergs Armazém 7
Data da transação	01/06/2015
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 2.898.000,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Banrisul Armazéns Gerais S.A
Relação com o emissor	Controlada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Bagergs Armazém 8
Data da transação	01/11/2013
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 4.069.320,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Banrisul Novas Fronteiras Fundo de Investimentos Imobiliário
Relação com o emissor	Controlada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Padre Claret
Data da transação	17/09/2013
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 2.652.000,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	120 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Banrisul Novas Fronteiras Fundo de Investimentos Imobiliário
Relação com o emissor	Controlada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Arroio do Sal
Data da transação	01/10/2014
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 2.922.000,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	120 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Banrisul Novas Fronteiras Fundo de Investimentos Imobiliário
Relação com o emissor	Controlada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Parobé
Data da transação	15/10/2014
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 4.044.000,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	120 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Banrisul Novas Fronteiras Fundo de Investimentos Imobiliário
Relação com o emissor	Controlada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Campina São Leopoldo
Data da transação	15/10/2014
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 3.240.000,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	120 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Banrisul Novas Fronteiras Fundo de Investimentos Imobiliário
Relação com o emissor	Controlada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Scharlau
Data da transação	15/10/2014
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 3.804.000,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	120 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Banrisul Novas Fronteiras Fundo de Investimentos Imobiliário
Relação com o emissor	Controlada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Taquari
Data da transação	17/12/2014
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 5.088.000,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	120 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Banrisul Novas Fronteiras Fundo de Investimentos Imobiliário
Relação com o emissor	Controlada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Tancredo Neves
Data da transação	18/03/2015
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 3.276.000,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	120 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Banrisul Novas Fronteiras Fundo de Investimentos Imobiliário
Relação com o emissor	Controlada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Camboim
Data da transação	07/08/2015
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 3.060.000,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	120 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Banrisul Novas Fronteiras Fundo de Investimentos Imobiliário
Relação com o emissor	Controlada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Sepe Tiaraju
Data da transação	10/08/2015
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 3.780.000,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	120 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Banrisul Novas Fronteiras Fundo de Investimentos Imobiliário
Relação com o emissor	Controlada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Porteira do Rio Grande
Data da transação	24/08/2015
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 6.000.000,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	120 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Banrisul Novas Fronteiras Fundo de Investimentos Imobiliário
Relação com o emissor	Controlada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Cruzeiro Santa Rosa
Data da transação	30/09/2015
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 0,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 1.727.200,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	120 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Banrisul Novas Fronteiras Fundo de Investimentos Imobiliário
Relação com o emissor	Controlada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Cassino
Data da transação	06/11/2015
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 3.156.000,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	120 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Banrisul Novas Fronteiras Fundo de Investimentos Imobiliário
Relação com o emissor	Controlada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência General Câmara
Data da transação	27/04/2016
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 2.160.000,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	120 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Banrisul Novas Fronteiras Fundo de Investimentos Imobiliário
Relação com o emissor	Controlada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Belém Novo
Data da transação	14/03/2016
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 4.020.000,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	120 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Banrisul Novas Fronteiras Fundo de Investimentos Imobiliário
Relação com o emissor	Controlada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Quaraí
Data da transação	17/05/2016
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 2.940.000,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	120 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Banrisul Novas Fronteiras Fundo de Investimentos Imobiliário
Relação com o emissor	Controlada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Vila Ipiranga
Data da transação	19/04/2016
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 4.020.000,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	120 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Banrisul Novas Fronteiras Fundo de Investimentos Imobiliário
Relação com o emissor	Controlada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Saporanga
Data da transação	25/08/2016
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 6.540.000,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	120 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

Nome parte relacionada	Banrisul Novas Fronteiras Fundo de Investimentos Imobiliário
Relação com o emissor	Controlada
Objeto do contrato	Contrato de Locação Comercial Agência Cruz Alta
Data da transação	14/10/2016
Montante envolvido no negócio (Reais)	R\$ 6.828.000,00
Taxa de juros cobrada (%)	0,00
Saldo existente	R\$ 0,00
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio se for possível aferir	Não foi possível aferir
Garantias e seguros relacionados	Não se aplica
Duração	120 meses
Condições de rescisão ou extinção	Não
Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e razões para a operação / Outras informações	-
Posição contratual do emissor (Credor/Devedor/Outras)	Outras
Especificar	Não se aplica

### **16.3 - TRATAMENTO DE CONFLITOS E COMUTATIVIDADE**

**16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:**

**a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses.**

A Companhia adota práticas de governança corporativa recomendadas por legislação e regulamentação para evitar e tratar conflitos de interesses.

Com relação ao Contrato para Cessão dos Serviços Relacionados à Folha de Pagamento por Meio da Outorga Onerosa de Direito de Exclusividade nº 16/04/035, qualquer divergência jurídica relacionada com a interpretação ou execução do Convênio que disciplina o relacionamento institucional entre o Banrisul e o Estado do Rio Grande do Sul (Estado), no que se refere à sistemática de pagamento da remuneração dos servidores públicos do Estado, bem como a prestação de outros serviços bancários de interesse específico da administração direta e indireta do Estado, será dirimida pelo Foro da Comarca de Porto Alegre exceto nos casos de arbitragem.

Na contratação de locações, bem como nas renovações, são realizados laudos de avaliação por técnicos contratados para esse fim.

**b. demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado.**

As operações da Companhia realizadas com partes relacionadas seguem práticas de mercado adotadas para o mesmo tipo de contrato entre empresas não relacionadas, não ocasionando qualquer benefício ou prejuízo para qualquer das partes relacionadas.

## 16.4 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

### 16.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

A Companhia realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, empréstimos (exceto com o Pessoal Chave da Administração) e contratos de prestação de serviços. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

No item 16.2 deste Formulário de Referência, a Companhia listou as principais transações com partes relacionadas, sem prejuízo disto, as tabelas abaixo consideram todas as transações com partes relacionadas da Companhia, e estão disponíveis nas Demonstrações Financeiras:

(R\$ milhares)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	2021	01/01 a 31/12/2021
<b>Governo do Estado do Rio Grande do Sul</b>	<b>(6.896.667)</b>	<b>(210.486)</b>
Outros Créditos	191	53
Depósitos à Vista	(1.021.381)	-
Captações no Mercado Aberto <sup>(1)</sup>	(5.863.743)	(208.097)
Outras Obrigações	(11.734)	(2.442)
<b>Fundação Banrisul de Seguridade Social</b>	<b>(1.245)</b>	<b>(15.965)</b>
Outras Obrigações	(1.245)	(15.965)
<b>Total</b>	<b>(6.897.912)</b>	<b>(226.451)</b>

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

(R\$ milhares)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	2020	01/01 a 31/12/2020
<b>Governo do Estado do Rio Grande do Sul</b>	<b>(1.499.667)</b>	<b>(16.860)</b>
Disponibilidades	-	-
Outros Créditos	4.367	35
Depósitos à Vista	(770.967)	-
Captações no Mercado Aberto <sup>(1)</sup>	(721.288)	(14.491)
Outras Obrigações	(11.779)	(2.404)
<b>Fundação Banrisul de Seguridade Social</b>	<b>(1.224)</b>	<b>(13.767)</b>
Outras Obrigações	(1.224)	(13.767)
<b>Total</b>	<b>(1.500.891)</b>	<b>(30.627)</b>

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

(R\$ milhares)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	2019	01/01 a 31/12/2019
<b>Governo do Estado do Rio Grande do Sul</b>	<b>(767.237)</b>	<b>(28.476)</b>
Disponibilidades	-	125
Outros Créditos	4.012	42
Depósitos à Vista	(695.214)	-
Captações no Mercado Aberto <sup>(1)</sup>	(39.547)	(26.172)
Outras Obrigações	(36.488)	(2.471)
<b>Fundação Banrisul de Seguridade Social</b>	<b>(67.154)</b>	<b>(22.159)</b>
Outras Obrigações	(67.154)	(22.159)
<b>Total</b>	<b>(834.391)</b>	<b>(50.635)</b>

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

# 17 – Capital social

## 17.1 - INFORMAÇÕES SOBRE O CAPITAL SOCIAL

17.1. Elaborar tabela contendo as seguintes informações sobre o capital social:

- a. capital emitido, separado por classe e espécie
- b. capital subscrito, separado por classe e espécie
- c. capital integralizado, separado por classe e espécie
- d. prazo para integralização do capital ainda não integralizado, separado por classe e espécie
- e. capital autorizado, informando quantidade de ações, valor e data da autorização
- f. títulos conversíveis em ações e condições para conversão

Capital integralizado	
Data da autorização ou aprovação	25/04/2019
Prazo de integralização	-
Valor do capital	5.200.000.000,00
Quantidade de ações ordinárias	205.064.841
Quantidade de ações preferenciais	203.909.636
Quantidade de ações preferenciais classe A	1.373.091
Quantidade de ações preferenciais classe B	202.536.545
Total de Ações	408.974.477

Capital autorizado	
Data da autorização ou aprovação	25/04/2019
Prazo de integralização	-
Valor do capital	0,00
Quantidade de ações ordinárias	300.000.000
Quantidade de ações preferenciais	300.000.000
Total de Ações	600.000.000

## 17.2 - AUMENTOS DO CAPITAL SOCIAL

17.2. Em relação aos aumentos de capital do emissor, indicar

- a. data da deliberação
- b. órgão que deliberou o aumento
- c. data da emissão
- d. valor total do aumento
- e. quantidade de valores mobiliários emitidos, separados por classe e espécie
- f. preço de emissão
- g. forma de integralização:
  - i. dinheiro
  - ii. se bens, descrição dos bens
  - iii. se direitos, descrição dos direitos
- h. critério utilizado para determinação do valor de emissão (art. 170, § 1º, da Lei nº 6.404, de 1976)
- i. indicação se a subscrição foi particular ou pública
- j. percentual que o aumento representa em relação ao capital social imediatamente anterior ao aumento de capital

Data da Deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Valor total emissão	Tipo de aumento
31/03/2009	Assembleia Geral Extraordinária	300.000.000,00	Sem emissão de ações
30/04/2010	Assembleia Geral Extraordinária	300.000.000,00	Sem emissão de ações
29/04/2011	Assembleia Geral Extraordinária	300.000.000,00	Sem emissão de ações
30/04/2012	Assembleia Geral Extraordinária	300.000.000,00	Sem emissão de ações
30/04/2013	Assembleia Geral Extraordinária	250.000.000,00	Sem emissão de ações
30/04/2014	Assembleia Geral Extraordinária	250.000.000,00	Sem emissão de ações
30/04/2015	Assembleia Geral Extraordinária	250.000.000,00	Sem emissão de ações
29/04/2016	Assembleia Geral Extraordinária	250.000.000,00	Sem emissão de ações
28/04/2017	Assembleia Geral Extraordinária	250.000.000,00	Sem emissão de ações
25/04/2019	Assembleia Geral Extraordinária	803.280.929,46	Sem emissão de ações

### **17.3 - INFORMAÇÕES SOBRE DESDOBRAMENTOS, GRUPAMENTOS E BONIFICAÇÕES DE AÇÕES**

**17.3. Em relação aos desdobramentos, grupamentos e bonificações, informar em forma de tabela**

**a. data da deliberação**

**b. quantidade de ações antes da aprovação, separadas por classe e espécie**

**c. quantidade de ações depois da aprovação, separadas por classe e espécie**

Não houve operação de reestruturação nos três últimos exercícios sociais.

## 17.4 - INFORMAÇÕES SOBRE REDUÇÕES DO CAPITAL SOCIAL

17.4. Em relação às reduções de capital do emissor, indicar:

- a. data da deliberação
- b. data da redução
- c. valor total da redução
- d. quantidade de ações canceladas pela redução, separadas por classe e espécie
- e. valor restituído por ação
- f. forma de restituição

Data da Deliberação	Data da Redução	Valor total redução	Ações Canceladas
10/04/2018	16/06/2018	353.280.929,46	Sem cancelamento de ações
Forma de restituição		Razão para redução	
A restituição aos acionistas do valor das suas ações objeto da redução de capital se deu mediante pagamento em dinheiro de R\$0,86382146 por ação.		Maximizar os resultados da controlada Banrisul Cartões S.A. ("Cartões"), em especial, por conta dos seus resultados financeiros e do potencial de crescimento do segmento de meio de pagamentos, ocorrendo a redução com a restituição do valor das ações através de ações preferenciais da Cartões. Como o processo de abertura de capital da Cartões não foi concluído até 15 de dezembro de 2018, a restituição aos acionistas do valor das suas ações objeto da redução de capital se deu mediante pagamento em dinheiro.	

## **17.5 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

### **17.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:**

Na data deste Formulário de Referência, todas as informações que a Companhia julga relevantes para esta seção foram disponibilizadas nos itens anteriores.

## 18 – Valores mobiliários

### 18.1 - DIREITOS DAS AÇÕES

18.1. Descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida:

- a. direito a dividendos
- b. direito de voto
- c. conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando:
  - i. condições
  - ii. efeitos sobre o capital social
- d. direitos no reembolso de capital
- e. direito a participação em oferta pública por alienação de controle
- f. restrições à circulação
- g. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários
- h. possibilidade de resgate de ações, indicando:
  - i. hipóteses de resgate
  - ii. fórmula de cálculo do valor de resgate
- i. outras características relevantes
- j. emissores estrangeiros devem identificar as diferenças entre as características descritas nos itens “a” a “i” e aquelas normalmente atribuídas a valores mobiliários semelhantes emitidos por emissores nacionais, diferenciando quais são próprias do valor mobiliário descrito e quais são impostas por regras do país de origem do emissor ou do país em que seus valores mobiliários estão custodiados

	Ações Ordinárias
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Conforme artigo 81 do Estatuto Social: Direito a 25% do lucro líquido do exercício diminuído dos seguintes valores: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, até atingir o limite estabelecido na Lei das Sociedades Anônimas, e (b) a importância destinada à formação de reserva para contingência. Da importância destinada ao pagamento do dividendo será retirada, em primeiro lugar, a quantia necessária para o pagamento de um dividendo fixo de 6% ao ano, às ações preferenciais classe A, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem. Havendo saldo, será pago dividendo às ações ordinárias e às ações preferenciais classe B, não superior ao atribuído às ações preferenciais classe A. Havendo ainda saldo, será distribuído entre todos os acionistas em igualdade de condições.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Sem prioridade no reembolso, sem prêmio.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	-
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:	Alteração do Estatuto Social na parte em que regula a diversidade de classes, se não for expressamente prevista e regulada, requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas. A Assembleia Geral Extraordinária convocada para reformar o Estatuto Social somente se instalará em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços), no mínimo, do capital com direito a voto, mas poderá instalar-se, em segunda, com qualquer número.
Outras características relevantes:	

<b>Ações Preferenciais Classe A</b>	
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Conforme artigo 81 do Estatuto Social: Direito a 25% do lucro líquido do exercício diminuído dos seguintes valores: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, até atingir o limite estabelecido na Lei das Sociedades Anônimas, e (b) a importância destinada à formação de reserva para contingência. Da importância destinada ao pagamento do dividendo será retirada, em primeiro lugar, a quantia necessária para o pagamento de um dividendo fixo de 6% ao ano, às ações preferenciais classe A, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem. Havendo saldo, será pago dividendo às ações ordinárias e às ações preferenciais classe B, não superior ao atribuído às ações preferenciais classe A. Havendo ainda saldo, será distribuído entre todos os acionistas em igualdade de condições.
<b>Direito a voto</b>	Sem direito
<b>Conversibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social</b>	As ações preferenciais classe A serão conversíveis em ações ordinárias ou preferenciais classe B, a critério do titular da ação, a qualquer tempo, mediante notificação à sociedade.
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	Prioridade no reembolso, sem prêmio.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Não
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	-
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:</b>	Alteração do Estatuto Social na parte em que regula a diversidade de classes, se não for expressamente prevista e regulada, requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas. A Assembleia Geral Extraordinária convocada para reformar o Estatuto Social somente se instalará em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços), no mínimo, do capital com direito a voto, mas poderá instalar-se, em segunda, com qualquer número.
<b>Outras características relevantes:</b>	

<b>Ações Preferenciais Classe B</b>	
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Conforme artigo 81 do Estatuto Social: Direito a 25% do lucro líquido do exercício diminuído dos seguintes valores: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, até atingir o limite estabelecido na Lei das Sociedades Anônimas, e (b) a importância destinada à formação de reserva para contingência. Da importância destinada ao pagamento do dividendo será retirada, em primeiro lugar, a quantia necessária para o pagamento de um dividendo fixo de 6% ao ano, às ações preferenciais classe A, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem. Havendo saldo, será pago dividendo às ações ordinárias e às ações preferenciais classe B, não superior ao atribuído às ações preferenciais classe A. Havendo ainda saldo, será distribuído entre todos os acionistas em igualdade de condições.
<b>Direito a voto</b>	Sem direito
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	Prioridade no reembolso, sem prêmio.
<b>Direito a participação em oferta pública por alienação de controle</b>	Sim
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Não
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	-
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:</b>	Alteração do Estatuto Social na parte em que regula a diversidade de classes, se não for expressamente prevista e regulada, requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas. A Assembleia Geral Extraordinária convocada para reformar o Estatuto Social somente se instalará em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços), no mínimo, do capital com direito a voto, mas poderá instalar-se, em segunda, com qualquer número.
<b>Outras características relevantes:</b>	

## **18.2 - DESCRIÇÃO DE EVENTUAIS REGRAS ESTATUTÁRIAS QUE LIMITEM O DIREITO DE VOTO DE ACIONISTAS SIGNIFICATIVOS OU QUE OS OBRIGUEM A REALIZAR OFERTA PÚBLICA**

### **18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

Não existem regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

Há regras estatutárias que obrigam a realização de ofertas públicas em determinadas situações: (a) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direito relativos a valores mobiliários conversíveis em ações que venha a resultar na alienação do controle da sociedade; (b) em caso de alienação indireta, ou seja, alienação do controle do(s) acionista(s) controlador(es) da sociedade, e nesse caso, o(s) controlador(es) alienante(s) ficará(ão) obrigado(s) a declarar à bolsa o valor atribuído à sociedade em tal alienação e anexar documentação que o comprove; (c) deliberação pela descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1 e; (d) cancelamento do registro de companhia aberta.

### **18.3 - DESCRIÇÃO DE EXCEÇÕES E CLÁUSULAS SUSPENSIVAS RELATIVAS A DIREITOS PATRIMONIAIS OU POLÍTICOS PREVISTOS NO ESTATUTO**

#### **18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

Não há exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no Estatuto Social da Instituição.

## 18.4 - VOLUME DE NEGOCIAÇÕES E MAIORES E MENORES COTAÇÕES DOS VALORES MOBILIÁRIOS NEGOCIADOS

18.4. Em forma de tabela, informar volume de negociações bem como a média diária e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, em cada um dos trimestres dos 3 últimos exercícios sociais

Exercício social encerrado em 31/12/2021						
Trimestre	Ação	Mercado	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor da maior cotação (Reais)	Valor da menor cotação (Reais)	Valor da cotação média (Reais)
31/03/2021	ON	B3 S.A.	10.418.394	16,39	12,97	13,18
	PNA	B3 S.A.	254.799	21,90	16,51	16,66
	PNB	B3 S.A.	2.009.128.688	14,89	11,59	11,80
30/06/2021	ON	B3 S.A.	13.226.971	15,92	13,49	13,36
	PNA	B3 S.A.	877.383	21,00	16,51	17,33
	PNB	B3 S.A.	1.549.967.438	14,75	11,79	11,98
30/09/2021	ON	B3 S.A.	6.192.819	14,79	12,54	12,81
	PNA	B3 S.A.	287.885	19,97	16,00	16,97
	PNB	B3 S.A.	1.288.503.249	13,31	11,32	11,49
31/12/2021	ON	B3 S.A.	4.865.796	13,26	11,20	11,74
	PNA	B3 S.A.	34.394	18,14	15,79	16,89
	PNB	B3 S.A.	1.774.858.007	12,47	9,16	10,22

Exercício social encerrado em 31/12/2020						
Trimestre	Ação	Mercado	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor da maior cotação (Reais)	Valor da menor cotação (Reais)	Valor da cotação média (Reais)
31/03/2020	ON	B3 S.A.	4.477.412	22,74	13,83	20,22
	PNA	B3 S.A.	345.850	23,74	20,31	21,86
	PNB	B3 S.A.	2.261.146.762	20,93	10,33	17,16
30/06/2020	ON	B3 S.A.	49.733.873	18,05	12,10	14,43
	PNA	B3 S.A.	2.280.383	23,89	18,74	22,30
	PNB	B3 S.A.	2.142.275.669	14,67	10,58	12,38
30/09/2020	ON	B3 S.A.	15.581.394	16,27	13,37	14,87
	PNA	B3 S.A.	298.554	22,53	19,04	20,87
	PNB	B3 S.A.	2.001.942.201	14,91	11,36	13,23
31/12/2020	ON	B3 S.A.	9.314.264	15,41	13,08	14,09
	PNA	B3 S.A.	309.874	19,51	16,58	17,79
	PNB	B3 S.A.	1.870.425.467	14,26	11,42	12,58

Exercício social encerrado em 31/12/2019						
Trimestre	Ação	Mercado	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor da maior cotação (Reais)	Valor da menor cotação (Reais)	Valor da cotação média (Reais)
31/03/2019	ON	B3 S.A.	11.494.383	25,28	20,77	23,40
	PNA	B3 S.A.	285.553	31,00	22,50	25,18
	PNB	B3 S.A.	1.736.458.279	26,50	22,15	24,24
30/06/2019	ON	B3 S.A.	7.529.063	24,64	20,99	22,87
	PNA	B3 S.A.	498.693	29,89	23,08	25,67
	PNB	B3 S.A.	1.572.128.592	24,94	21,34	23,59
30/09/2019	ON	B3 S.A.	5.431.471	24,85	21,85	23,45
	PNA	B3 S.A.	471.845	25,51	21,99	24,10
	PNB	B3 S.A.	2.055.233.669	25,46	20,96	23,29
31/12/2019	ON	B3 S.A.	3.520.975	24,98	22,10	22,90
	PNA	B3 S.A.	157.637	25,70	22,20	23,19
	PNB	B3 S.A.	1.516.106.672	23,09	19,92	21,37

## **18.5 - OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS NO BRASIL**

**18.5. Descrever outros valores mobiliários emitidos no Brasil que não sejam ações e que não tenham vencido ou sido resgatados, indicando:**

- a. identificação do valor mobiliário**
- b. quantidade**
- c. valor nominal global**
- d. data de emissão**
- e. saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social**
- f. restrições à circulação**
- g. conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor, informando:**
  - i. condições**
  - ii. efeitos sobre o capital social**
- h. possibilidade de resgate, indicando:**
  - i. hipóteses de resgate**
  - ii. fórmula de cálculo do valor de resgate**
- i. quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável:**
  - i. vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado**
  - ii. juros**
  - iii. garantia e, se real, descrição do bem objeto**
  - iv. na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado**
  - v. eventuais restrições impostas ao emissor em relação:**
    - à distribuição de dividendos
    - à alienação de determinados ativos
    - à contratação de novas dívidas
    - à emissão de novos valores mobiliários
    - à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas
  - vi. o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato**
- j. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**
- k. outras características relevantes**

**18.5-A. Número de titulares de cada tipo de valor mobiliário descrito no item 18.5, conforme apurado no final do exercício anterior, que sejam:**

- i. pessoas físicas**
- ii. pessoas jurídicas**
- iii. investidores institucionais**

Na data deste formulário de referência não há outros valores mobiliários oriundos de oferta pública no Brasil que não as ações de emissão da Companhia a serem informados.

## **18.6 - MERCADOS BRASILEIROS EM QUE VALORES MOBILIÁRIOS SÃO ADMITIDOS À NEGOCIAÇÃO**

### **18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação**

As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos BRSR3, BRSR5 e BRSR6.

## **18.7 - INFORMAÇÃO SOBRE CLASSE E ESPÉCIE DE VALOR MOBILIÁRIO ADMITIDA À NEGOCIAÇÃO EM MERCADOS ESTRANGEIROS**

**18.7. Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar:**

- a. país**
- b. mercado**
- c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação**
- d. data de admissão à negociação**
- e. se houver, indicar o segmento de negociação**
- f. data de início de listagem no segmento de negociação**
- g. percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício**
- h. se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações**
- i. se houver, banco depositário**
- j. se houver, instituição custodiante**

Não há valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

## **18.8 - TÍTULOS EMITIDOS NO EXTERIOR**

**18.8. Descrever títulos emitidos no exterior, quando relevantes, indicando, se aplicável:**

- a. identificação do título, indicando a jurisdição**
- b. quantidade**
- c. valor nominal global**
- d. data de emissão**
- e. saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social**
- f. restrições à circulação**
- g. conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor, informando:**
  - i. condições**
  - ii. efeitos sobre o capital social**
- h. possibilidade de resgate, indicando:**
  - i. hipóteses de resgate**
  - ii. fórmula de cálculo do valor de resgate**
- i. quando os títulos forem de dívida, indicar:**
  - i. vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado**
  - ii. juros**
  - iii. garantia e, se real, descrição do bem objeto**
  - iv. na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado**
  - v. eventuais restrições impostas ao emissor em relação:**
  - vi. condições para alteração dos direitos assegurados por tais títulos**
  - vii. outras características relevantes**

Em 28 de janeiro de 2021, o Banrisul realizou uma emissão de dívida subordinada (Tier II) no valor de US\$ 300,000,000, com juros anuais de 5,375%. Os respectivos pagamentos de juros referentes a esta dívida estão sendo realizados nos dias 28 de janeiro e 28 de julho de cada ano, que inicia no dia 28 de julho de 2021 e com pagamento da parcela final em 28 de janeiro de 2031, a qual incidirá, adicionalmente ao pagamento dos juros do período, o pagamento do principal. As demais características desta dívida são apresentadas no quadro abaixo:

Valor mobiliário	Subordinated Notes
ID do valor mobiliário	ISIN US05965BAB36
Data da emissão	28/01/2021
Data de vencimento	28/01/2031
Quantidade	300.000
Valor nominal global de emissão	R\$ 1.629.000.000,00/ US\$ 300,000,000.00
Saldo devedor em aberto	R\$ 1.629.000.000,00/ US\$ 300,000,000.00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os títulos só poderão ser adquiridos por investidores qualificados
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim, Extinguível e com Opção de Recompra
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<ul style="list-style-type: none"> <li>Data da Opção de Recompra: 25/01/2026. A partir da Data de Reinicialização do Benchmark (25/01/2026), a taxa de juros dos cupons semestrais será igual à Taxa de Redefinição do Benchmark (US Treasury 5 years) mais o Spread de Crédito de 4,928% ao ano.</li> <li>Baixa da Nota pelo Emitente: As notas serão baixadas de forma permanente, em valor mínimo correspondente ao saldo alocado ao Capital Nível 2, mediante a ocorrência dos seguintes eventos, ou outros eventos que possam ser determinados pelo Banco Central ou por qualquer Autoridade Governamental brasileira competente: <ul style="list-style-type: none"> <li>I. divulgação pela Emissora, na forma estabelecida pelo Banco Central, de que seu Capital Principal Nível 1 é inferior a 4,5% do RWA apurado de acordo com a Resolução 4.193;</li> <li>II. celebração de contrato de integralização de capital nos termos da exceção prevista no Artigo 28 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;</li> <li>III. decreto, do Banco Central, de Regime de Administração Especial Temporária, de intervenção nos negócios ou de liquidação da Emissora; ou</li> <li>IV. determinação, pelo Banco Central, com base nos critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, de baixa das Notas.</li> </ul> </li> <li>Resgate Opcional pelo Emitente: Sujeito à aprovação prévia do Banco Central ou de qualquer outra Autoridade Governamental Brasileira aplicável, se necessária, o Emissor pode, a sua opção, resgatar as Notas, no todo, mas não em parte, na Data de Convocação, ao par, desde que a Emissora, imediatamente após o referido resgate, cumpra os requisitos mínimos de Capital Regulatório e cumpra o Adicional de Capital Principal e demais limites operacionais.</li> <li>Resgate Opcional em caso de Evento Fiscal: Sujeito à aprovação prévia do Banco Central ou de qualquer outra Autoridade Governamental Brasileira aplicável para tal resgate (se tal aprovação for necessária), a qualquer momento, na Data de Convocação ou após a Data de Convocação, o Emissor pode resgatar as Notas, no todo, mas não em parte, após a ocorrência de um Evento Fiscal, no par.</li> <li>Resgate Opcional devido a Evento Regulatório: Sujeito à aprovação prévia do Banco Central ou de qualquer outra Autoridade Governamental Brasileira aplicável para tal resgate (se tal aprovação for necessária), o Emissor pode resgatar as Notas, no todo, mas não em parte, a qualquer momento, ao par, seguindo a ocorrência de um Evento Regulatório.</li> </ul>
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>i) Vencimento em 28/01/2031;</p> <p>ii) Juros: 5,375% a.a;</p> <p>iii) Garantia: não há;</p> <p>iv) Tipo de crédito: dívida subordinada nível 2;</p> <p>v) Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>à distribuição de dividendos: não há;</li> <li>à alienação de determinados ativos: há exigência de consentimento de investidores que detenham dois terços do montante financeiro emitido para a alienação de ativos que representem controle acionário e elevem risco de não cumprimento dos compromissos assumidos;</li> <li>à contratação de novas dívidas: não há;</li> <li>à emissão de novos valores mobiliários: não há;</li> <li>à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: não há;</li> </ul>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Aditamentos à escritura e/ou com consentimento dos detentores dos títulos.
Outras características relevantes	Formato Legal: Isento de registro segundo a Regra 144A e o Regulamento S.

**18.9 - OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO EFETUADAS PELO EMISSOR OU POR TERCEIROS, INCLUINDO CONTROLADORES E SOCIEDADES COLIGADAS E CONTROLADAS, RELATIVAS A VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR**

**18.9. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor.**

A Companhia não realizou oferta pública nos três últimos exercícios sociais.

## **18.10 - DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO E EVENTUAIS DESVIOS**

**18.10. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar:**

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não houve oferta pública nos três últimos exercícios sociais.

## **18.11 - DESCRIÇÃO DAS OFERTAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO FEITAS PELO EMISSOR RELATIVAS A AÇÕES DE EMISSÃO DE TERCEIROS**

### **18.11. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro**

Não houve ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiro nos três últimos exercícios sociais.

## **18.12 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

### **18.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Na data deste Formulário de Referência, todas as informações que a Companhia julga relevantes para esta seção foram disponibilizadas nos itens anteriores.

## 19 – Planos de recompra/tesouraria

### 19.1 - INFORMAÇÕES SOBRE PLANOS DE RECOMPRA DE AÇÕES DO EMISSOR

#### 19.1. Em relação aos planos de recompra de ações do emissor, fornecer as seguintes informações: (...)

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui plano de recompra de ações de própria emissão.

## **19.2 - MOVIMENTAÇÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS MANTIDOS EM TESOURARIA**

**19.2. Em relação aos valores mobiliários mantidos em tesouraria, em forma de tabela, segregando por tipo, classe e espécie, indicar: (...)**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui ações em tesouraria.

## **19.3 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES - RECOMPRA/TESOURARIA**

### **19.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Nos termos da regulamentação da CVM e do seu Estatuto Social, a Companhia não pode manter em tesouraria ações que representem mais de 5% de cada classe das ações em circulação no mercado.

## 20 – Política de negociação

### 20.1 - INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

**20.1. Indicar se o emissor adotou política de negociação de valores mobiliários de sua emissão pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutária, informando:**

#### **a. órgão responsável pela aprovação da política e data de aprovação**

A Companhia adota Política de Negociação de Valores Mobiliários desde 11/12/2012. A versão atual da Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração em 13/10/2021.

#### **b. pessoas vinculadas**

a. Acionistas Controladores;

b. Membros titulares e suplentes do Conselho de Administração do Banrisul e Membros titulares e suplentes do Conselho de Administração de suas Controladas;

c. Membros da Diretoria do Banrisul e Membros da Diretoria de suas Controladas;

d. Membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal do Banrisul e Membros do Conselho Fiscal de suas Controladas;

e. Membros titulares e suplentes dos Conselhos, Comitês e demais órgãos de apoio à Diretoria Executiva com Funções Técnicas e Consultivas do Banrisul, de acordo com disposição estatutária e de suas Controladas;

f. Empregados do Banrisul e Empregados de suas Controladas;

g. Estagiários do Banrisul e Estagiários de suas Controladas, e

h. Qualquer pessoa que tenha acesso à informação relevante da Companhia pendente de divulgação.

#### **c. principais características**

A Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"), informa procedimentos e diretrizes que deverão ser adotados por todos os empregados e pessoas vinculadas, de acordo com as normas e/ou legislação estabelecidas pelos Órgãos Reguladores ou disposição estatutária, firmando compromisso de transparência e equidade de tratamento, em toda e qualquer negociação de ativos sob emissão do Banrisul, considerando-se como "pessoas impedidas", para posições futuras, a contar da data da publicação/divulgação da respectiva Política.

Considera-se como Informação Privilegiada e/ou Fato Relevante, todo e qualquer ato ou fato, que possa ou venha influenciar na cotação dos valores mobiliários de emissão do Banrisul, ocorridos ou relacionados aos negócios da Companhia e/ou deliberados em:

a) Reunião da Assembleia-Geral;

b) Reunião do Conselho de Administração;

c) Reunião da Diretoria Executiva;

d) Reunião do Comitê de Auditoria;

e) Reunião do Conselho Fiscal;

f) Reunião do Comitê de Elegibilidade e Remuneração; e

g) Reunião dos Órgãos de apoio à Diretoria Executiva com Funções Técnicas e Consultivas da Companhia, de acordo com disposição estatutária e de suas Controladas.

#### **d. revisão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos**

É vedado às pessoas impedidas, negociar na forma de compra ou venda dos valores mobiliários de emissão do Banrisul, nas seguintes situações:

- a. compra ou venda nos 30 dias que antecedem a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP), e dos eventos corporativos, conforme datas de divulgação disponíveis nos websites da Companhia e da CVM;
- b. compra ou venda sempre que sabedor antecipadamente de Informação Privilegiada e/ou de Ato ou Fato Relevante que venha a ser dado publicidade pelo Banrisul; e
- c. compra ou venda, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da companhia pela própria companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgado programa de recompra de ações, opção ou mandato para o mesmo fim, salvo as operações realizadas em conformidade com planos de investimento de acordo com a legislação vigente.

Estão incluídas nas vedações do caput deste artigo operações que envolvam aluguel de ações de emissão do Banrisul, inclusive nos casos em que as pessoas impedidas atuem como doadora do empréstimo.

Adicionalmente, as vedações à negociação previstas no caput se aplicam também às negociações privadas.

No tocante às operações realizadas durante futuro e eventual Programa de Recompra de Ações pela Tesouraria da Companhia, as operações provenientes do referido programa não poderão ter como contraparte seus controladores, diretores e membros titulares e suplentes do conselho de administração, membros titulares e suplentes do conselho fiscal ou membros titulares e suplentes de órgãos estatutários com funções técnicas e consultivas.

Além disso, as operações da Tesouraria não devem produzir efeitos atípicos sobre preço, volume ou liquidez, que possam ser aproveitados por controladores, diretores, membros titulares e suplentes do conselho de administração, membros titulares e suplentes do conselho fiscal ou membros titulares e suplentes de órgãos estatutários de apoio à Administração.

Sem prejuízo de quaisquer punições determinadas por órgãos e/ou autoridades externas, em caso de descumprimento desta política, normativos correlacionados e legislação vigente, serão adotadas medidas em linha com as disposições dos referidos textos legais e do regulamento de pessoal do Banrisul: se Empregado(a), serão adotadas as penalidades previstas no item Penalidades do Regulamento do Pessoal, apropriadas ao tratamento da desconformidade; se Diretor(a) ou Membro de Conselho, a desconformidade será reportada pela Auditoria Interna ao Conselho de Administração; se Estagiário(a) ou Terceiro(a), serão adotadas as penalidades previstas em contrato.

Caso gestores(as), outros(as) empregados(as) e/ou demais relacionados(as), tomarem conhecimento de violação ocorrida e não comunicarem o fato à Unidade de Administração de Pessoas ou ao Canal de Denúncias, também serão passíveis de responsabilização.

Independentemente do grau de relacionamento com o Banrisul e da penalidade adotada, aquele que descumprir o estabelecido na presente política poderá ser responsabilizado civil ou criminalmente sobre as violações comprovadas.

Por fim, cumpre informar que a Companhia possui canais internos estruturados especificamente para a recepção de denúncias, comprovadas ou não, nos quais resta ressalvado o sigilo dos denunciantes.

#### **e. locais onde a política pode ser consultada**

A Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia encontra-se publicada na CVM e disponibilizada no site de RI, no endereço: <http://ri.banrisul.com.br/governanca-corporativa/estatuto-politicas-e-codigos/>.

## **20.2 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

### **20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.**

Na data deste Formulário de Referência, todas as informações que a Companhia julga relevantes para esta seção foram disponibilizadas no item anterior.

## 21 – Política de divulgação

### 21.1 - DESCRIÇÃO DAS NORMAS, REGIMENTOS OU PROCEDIMENTOS INTERNOS RELATIVOS À DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

#### 21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

A Instituição adota Política de Divulgação de Informações sobre Ato ou Fato Relevante, descrita no Item 21.2, e que consiste nas diretrizes para a divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

## **21.2 - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE E DOS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À MANUTENÇÃO DE SIGILO SOBRE INFORMAÇÕES RELEVANTES NÃO DIVULGADAS**

**21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada**

A Política de Divulgação de Informações sobre Ato ou Fato Relevante da companhia pode ser acessada nos sites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e de RI ([www.banrisul.com.br/ri](http://www.banrisul.com.br/ri)).

Os Fatos Relevantes divulgados pela companhia podem ser acessados nos seguintes canais:

Website da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>)

Website de Relações com Investidores (<https://ri.banrisul.com.br/>)

Portal LuzDigi (<http://www.luzdigi.com.br>)

Portal MZ Group (<https://portal.mzgroup.com/fatos-relevantes>)

Estadão (<https://economia.estadao.com.br/fatos-relevantes>)

### **Política de Divulgação de Informações sobre Ato ou Fato Relevante**

#### **I. Propósito**

Este documento tem por objetivo atender as determinações das Instruções CVM Nº 358, de 03/01/2002, e Nº 547 de 05/02/2014 aprovado pela reunião do Conselho de Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., realizada em 09/03/2016. Estabelece regras de conduta no que tange a dois aspectos:

- (1) a divulgação e o uso de informações sobre ato ou fato relevante;
- (2) a divulgação de informações na negociação de Valores Mobiliários de emissão do Banrisul S.A..

#### **II. Abrangência**

Os acionistas controladores, diretores, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal devem formalizar o compromisso de cumprir as disposições aqui estabelecidas, através do Termo de Adesão, que será arquivado na sede do Banrisul enquanto a pessoa mantiver vínculo, e por cinco anos, no mínimo, após o seu desligamento, conforme deliberado na referida Instrução Nº 358 da CVM, artigos 15, parágrafo primeiro, inciso I e 16, parágrafo primeiro. A referida reunião do Conselho de Administração atribuiu ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade do acompanhamento e execução das políticas de negociação e de divulgação e do uso de informações de Ato ou Fato Relevante.

#### **III. Princípios e Valores**

- Transparência
- Ética
- Comprometimento
- Participação
- Eficácia

#### **IV. Definições**

##### **Valores Mobiliários**

Esta expressão abrange quaisquer ações, debêntures, bônus de subscrição, recibos e direitos de subscrição, notas promissórias de emissão da Sociedade e derivativos de qualquer espécie ou, ainda, quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, que por determinação legal, sejam considerados valor mobiliário.

##### **Ato ou Fato Relevante**

Para os efeitos deste documento, é relevante qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da Assembleia Geral ou dos órgãos de administração da companhia aberta, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios que possa influir de modo ponderável:

a. na cotação dos valores mobiliários de emissão da companhia aberta ou a eles referenciados;

b. na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários;

c. na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela companhia ou a eles referenciados.

#### **V. Deveres e Responsabilidades dos:**

-Acionistas Controladores

-Diretores

-Membros do Conselho de Administração

-Membros do Conselho Fiscal

- deverão comunicar qualquer ato ou fato que julgarem relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que, quando aplicável, promoverá sua divulgação;
- guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento; Aplica-se também aos empregados da companhia.

Ficam obrigados a comunicar à CVM, à companhia e à bolsa de valores a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão da companhia e de sociedades controladas ou controladoras, que sejam companhias abertas, ou a eles referenciados, de que sejam titulares, bem como as alterações em suas posições. A comunicação deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- nome e qualificação do comunicante, indicando o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas;
- quantidade, por espécie e classe, no caso de ações, e demais características no caso de outros valores mobiliários, além da identificação da companhia emissora; e
- forma, preço e data das transações.

Deverão efetuar imediatamente após a investidora no cargo ou quando da apresentação da documentação para o registro da companhia como aberta, e no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificar alteração das posições por eles detidas, indicando o saldo da posição no período. Indicarão, ainda, os valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge do qual não estejam separados judicialmente, de companheiro(a), de qualquer dependente incluído em sua declaração anual de imposto sobre a renda, e de sociedades controladas direta ou indiretamente. Bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, que atingir participação, direta ou indireta, que corresponda a 5% (cinco por cento) ou mais de espécie ou classe de ações representativas do capital de companhia aberta, deve enviar à CVM, imediatamente após ser alcançada a participação, e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, assim como divulgar, nos termos deste documento, declaração contendo as seguintes informações:

- nome e qualificação do adquirente, indicando o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas;
- objetivo da participação e quantidade visada;
- número de ações, bônus de subscrição, bem como de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, já detidos, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou pessoa a ele ligada;
- número de debêntures conversíveis em ações, já detidas, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou pessoa a ele ligada, explicitando a quantidade de ações objeto da possível conversão, por espécie e classe; e
- indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da companhia.

Está igualmente obrigada à divulgação das mesmas informações a pessoa ou grupo de pessoas representando um mesmo interesse, titular de participação acionária igual ou superior ao percentual referido, a cada vez que a referida participação se eleve em 5% (cinco por cento) da espécie ou classe de ações representativas do capital social da companhia. As obrigações aqui previstas se estendem também à aquisição de quaisquer direitos sobre as ações e demais valores mobiliários ali mencionados. Também deverão informar a alienação ou a extinção de ações e demais valores mobiliários mencionados neste artigo, ou de direitos sobre eles, a cada vez que tal alienação ou extinção atingir o percentual referido. Será dispensada a divulgação pela imprensa, caso a CVM entender que o grau de dispersão das ações da companhia no mercado, e da declaração do adquirente de que suas compras não objetivam alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da sociedade, desde que assegurada a efetiva publicidade por meio de divulgação julgado satisfatório pela CVM.

É vedada a negociação com valores mobiliários de emissão da companhia em desacordo com a Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia.

## **VI. Divulgação de Ato ou Fato Relevante**

Cumpra ao Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão do Banrisul sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação.

O Diretor de Relações com Investidores deverá divulgar simultaneamente ao mercado ato ou fato relevante a ser veiculado por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior.

Os acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração e do conselho fiscal deverão comunicar qualquer ato ou fato que julguem relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que, quando aplicável, promoverá sua divulgação.

Caso as pessoas referidas no parágrafo anterior tenham conhecimento pessoal de ato ou fato relevante e constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o ato ou fato relevante à CVM.

A Companhia divulga seus atos e fatos relevantes na rede mundial de computadores, em seu site institucional de Relações com Investidores [www.banrisul.com.br/ri](http://www.banrisul.com.br/ri). A divulgação acontece após fechamento da Bolsa-B3, onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação.

A divulgação e a comunicação de ato ou fato relevante, inclusive da informação resumida referida no parágrafo anterior, devem ser feitas de modo claro e preciso, em linguagem acessível ao público investidor.

## **VII. Exceção à Imediata Divulgação de Ato ou Fato Relevante**

Os atos ou fatos relevantes podem, excepcionalmente, deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os administradores entenderem que sua revelação porá em risco interesse legítimo da companhia.

Porém na hipótese de a informação escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão do Banrisul ou a eles referenciados, as pessoas mencionadas acima ficam obrigadas a, diretamente ou através do Diretor de Relações com Investidores, divulgar imediatamente o ato ou fato relevante.

## **VIII. Gestão de Consequências**

Em caso de descumprimento desta Política e normativos correlacionados, serão adotadas medidas conforme o nível de relacionamento do transgressor com o Banco:

- se Empregado(a), serão adotadas as penalidades previstas no item Penalidades do Regulamento do Pessoal, apropriadas ao tratamento da desconformidade;
- se Diretor(a) ou Membro de Conselho, a desconformidade será reportada pela Auditoria Interna ao Conselho de Administração;
- se Estagiário(a) ou Terceiro(a), serão adotadas as penalidades previstas em contrato.

Caso gestores(as), outros(as) empregados(as) e/ou demais relacionados(as), tomarem conhecimento de violação ocorrida e não comunicarem o fato à Unidade de Gestão de Pessoas ou ao Canal de Denúncias, também serão passíveis de responsabilização.

Independentemente do grau de relacionamento com o Banrisul e da penalidade adotada, aquele que descumprir o estabelecido nas políticas organizacionais poderá ser responsabilizado civil ou criminalmente sobre as violações comprovadas.

## **21.3 - ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

### **21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**

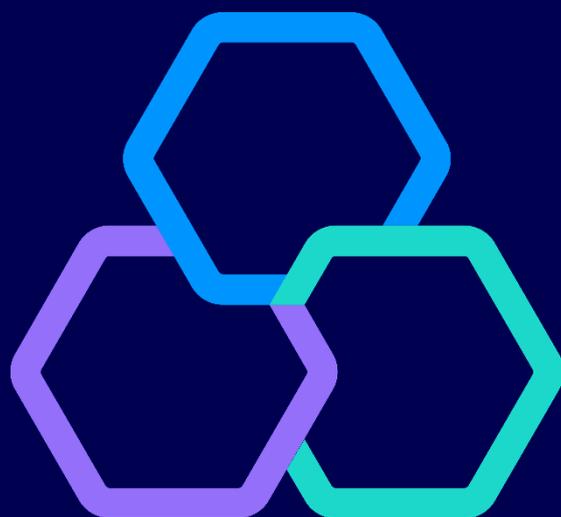
O Diretor de Relações com Investidores da Instituição é responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações.

Acionistas Controladores, Diretores, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal devem formalizar o compromisso de cumprir as disposições estabelecidas, através de Termo de Adesão, que deve ser arquivado na sede da Companhia enquanto a pessoa mantiver vínculo, e por cinco anos, no mínimo, após o seu desligamento.

## **21.4 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

### **21.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Na data deste Formulário de Referência, todas as informações que a Companhia julga relevantes para esta seção foram disponibilizadas nos itens anteriores.



banrisul

Formulário de  
Referência